



UNIFACS
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

LEONARDO MOURA LIMA CALMON DE SIQUEIRA

**A DIMENSÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DO TRABALHO
NO BRASIL DO SÉCULO XXI**

Salvador
2018

LEONARDO MOURA LIMA CALMON DE SIQUEIRA

**A DIMENSÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DO TRABALHO
NO BRASIL DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza.

Salvador
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador,
Laureate International Universities).

Siqueira, Leonardo Moura Lima Calmon de

A dimensão social do desenvolvimento sob a ótica do trabalho
no Brasil do Século XXI. / Leonardo Moura Lima Calmon de Siqueira.
– Salvador: Unifacs 2018.

209 f.: il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS
Universidade Salvador, Laureate International Universities, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza.

1. Desenvolvimento econômico - Brasil. 2. Trabalho. I. Souza,
Laumar Neves de Souza, orient. II. Título.

CDD: 338.981

TERMO DE APROVAÇÃO

LEONARDO MOURA LIMA CALMON DE SIQUEIRA

A DIMENSÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DO TRABALHO
NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de mestre e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Laumar Neves de Souza (Orientador) _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities

Helcio de Medeiros Junior (Coorientador) _____
Doutor em Planejamento Urbano e Regional – UFRJ/IPPUR
Instituto Pereira Passos (IPP – Rio de Janeiro)

José Euclimar Xavier de Menezes _____
Doutor em Filosofia Contemporânea - UNICAMP
UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities

Luiz Antonio Mattos Filgueiras _____
Doutor em Teoria Econômica - UNICAMP
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, 17 de maio de 2018.

A Filipe e a Júlia. Que possam construir a
si mesmos com muito trabalho.

AGRADECIMENTOS

Nenhum feito humano, por menor que seja, tem como responsável um único indivíduo. Vivemos em contínuo processo de influência uns sobre os outros, mergulhados no Amor da Inteligência Suprema, causa primária de tudo. Por isso, ao final da elaboração da presente dissertação, faz-se importantíssimo o sentimento de gratidão aqui expresso.

Primeiramente, obrigado Pai, pela Vida e pelo teu Amor...

Obrigado, Amigo e Mestre Jesus, pelas orientações e consolos da Boa Nova rediviva nas mensagens de tantos outros amigos e mestres...

Obrigado, mãe, pela vida, pela abnegação, pelos exemplos de luta e de trabalho, pela paciência, pelos perdões, pela presença e pelo incondicional apoio aos momentos de estudo.

Obrigado, Emile, Companheira de Vida, pelo amor e pela persistência ao meu lado, realizando e construindo sonhos...

Obrigado, pai, pelas oportunidades que o senhor me pôde proporcionar.

Muito obrigado, Professor, Amigo e Irmão, Laumar Neves de Souza, pela profunda Amizade, pela paciência, pela ilimitada disposição e lúcida orientação a este trabalho.

Minha gratidão também ao Prof. Helcio, pela oportunidade de diálogo, sagacidade nas correções e sugestões muito oportunas.

Agradeço também ao Prof. Menezes, ao Prof. Filgueiras, ao Prof. Costa Gomes e ao Prof. Apolinário, pelas observações feitas durante os processos de elaboração do projeto de pesquisa e na qualificação que antecederam à defesa dessa dissertação.

A todos professores, aos colegas do Programa e a Gilsa Batista, secretária do PPDRU, muito obrigado pela convivência e interação que permitiram a realização do curso de mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano na UNIFACS.

Por fim, agradeço muito à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de uma bolsa de estudos que conferiu um bom suporte econômico para a realização da minha pesquisa de mestrado nesses últimos 24 meses.

*Seu sonho é sua vida e vida é trabalho
(Gonzaguinha).*

RESUMO

Inscrevendo-se na tradição dos estudos que tentam descortinar as transformações por que passa o mundo do trabalho, a presente pesquisa tem por questão norteadora a identificação de como e em que medida o trabalho que se realiza e se reproduz no Brasil neste início do século XXI, considerado a partir da perspectiva analítica dos indicadores utilizados, reflete o seu desenvolvimento social. Tem por propósito maior analisar a relação entre o trabalho e o desenvolvimento recente da sociedade brasileira a partir da leitura dos principais indicadores disponíveis acerca do trabalho. Com base nos pensamentos de Trotsky e Marini acerca dos processos de desenvolvimento capitalista nas economias periféricas ao sistema, e nas ideias sobre trabalho trazidas por pensadores da filosofia (Aristóteles, Hegel, Marx, Lukács e Arendt), da economia e da sociologia (Smith, Marx, Durkheim, Weber, Offe, Harvey, Castel, Oliveira, Antunes Sennett), e mesmo da psicologia (Dejours), identifica a interação entre as duas categorias chaves de análise - desenvolvimento e trabalho. Faz leitura do desenvolvimento capitalista brasileiro e do papel do trabalho, nesse processo marcado pela dependência, a partir dos ensaios produzidos por Fernando Novais e Francisco de Oliveira. Analisa, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o comportamento dos principais indicadores sociais do trabalho e de outros nove indicadores não tradicionais, buscando captar a capacidade explicativa destes números sobre as transformações que se processaram no mundo do trabalho. Evidencia, por fim, que os indicadores ponderados se revelam necessários, mas insuficientes para evidenciar as repercussões das constantes mudanças do sistema de produção capitalista sobre o trabalho e, conseqüentemente, na vida das pessoas. Aponta para a oportunidade de criação de uma agenda de pesquisa com vistas à construção e proposição de novos indicadores que preencham a lacuna existente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Trabalho. Indicadores do trabalho. Brasil.

ABSTRACT

Inserting itself in the tradition of studies that try to reveal the transformations through which the world of labor passes, the present work has as central guiding question the identification of how and to what extent the labor that is performed and reproduces in Brazil at the beginning of the century XXI, considered from the analytical perspective of the indicators used, reflects its social development. Its purpose is to analyze the relationship between labor and the recent development of Brazilian society by reading the main indicators available about labor. Based on the thoughts of Trotsky and Marini on the processes of capitalist development in the peripheral economies of the system, and on the ideas on labor brought by philosophers (Aristotle, Hegel, Marx, Lukács and Arendt), economics and sociology (Smith, Marx, Durkheim, Weber, Offe, Harvey, Castel, Oliveira, Antunes Sennett), and even of psychology (Dejours), identifies the interaction between the two key categories of analysis - development and work. It reads the Brazilian capitalist development and the role of labor, in this process marked by dependence, from the essays produced by Fernando Novais and Francisco de Oliveira. Based on data from the National Household Sample Survey (PNAD) and the Institute of Applied Economic Research (IPEA), it analyzes the behavior of the main social indicators of labor and nine other non-traditional indicators, seeking to capture the explanatory capacity of these numbers on the changes that have taken place in the world of labor. Finally, he points out that weighted indicators are necessary but insufficient to show the repercussions of the constant changes of the capitalist system of production on labor and, consequently, on people's lives. It points to the opportunity to create a research agenda for the construction and proposition of new indicators that fill the existing gap.

Keywords: Development. Labor. Labor indicators. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação dos indivíduos conforme sua relação com o mercado de trabalho	75
Figura 2 – Faixas de leitura do Índice de Vulnerabilidade Social e seus subíndices	186

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução anual do salário mínimo real (1940-1964) – em R\$ de 2017 .	125
Gráfico 2 - Evolução da taxa de urbanização brasileira (1940-2010) - em %	128
Gráfico 3 - Evolução Decenal da Variação Média Anual do PIB do Brasil (1900 -2009)	129
Gráfico 4 – Saldo da Balança Comercial, Brasil, 1970 - 2000 (em US\$ 1,00 bilhão)	131
Gráfico 5 - Evolução anual da inflação (% a.a.) - IGP/DI, Brasil, 1980-2016.....	135
Gráfico 6 - Evolução da Balança Comercial Brasileira 1980 a 1999 (em US\$ milhões)	137
Gráfico 7 - Evolução do Saldo em Transações Correntes 1980 a 1999 (em US\$ milhões).....	137
Gráfico 8 - Evolução da Conta de Capital e Financeira 1980 a 1999 (em US\$ milhões)	138
Gráfico 9 - Evolução do Índice Médio Anualizado do Pessoal Ocupado na Indústria de São Paulo (média 1975 = 100) - (1975-2016)	139
Gráfico 10 - Variação do PIB per capita e do desemprego - Brasil - 1980 a 1999 (1980 = 100)	143
Gráfico 11 - Evolução decenal da distribuição da ocupação no Brasil - 1940-2000	145
Gráfico 12 – Variação percentual anual da população e da PIA no Brasil – 2001-2009 e 2011-2015	150
Gráfico 13 - Evolução da taxa de desocupação por sexo – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	155
Gráfico 14 - Evolução da taxa de desocupação por raça – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	156
Gráfico 15 - Evolução da taxa de desocupação por faixas etárias – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	157
Gráfico 16 - Evolução da taxa de desocupação por faixas de anos de estudo – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	158
Gráfico 17 – Evolução da distribuição relativa da ocupação por posição ocupada – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	160
Gráfico 18 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada empregado por (a) sexo, (b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	161
Gráfico 19 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada trabalhador doméstico por (a) sexo, (b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	163
Gráfico 20 - Evolução anual da taxa de desocupação e da participação da força de trabalho na posição na ocupação conta própria, Brasil, 2001-2015.....	165

Gráfico 21 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada conta própria por (a) sexo, (b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	167
Gráfico 22 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada empregador por (a) sexo, (b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	168
Gráfico 23 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada não remunerado por (a) sexo, (b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	170
Gráfico 24 - Evolução da distribuição relativa da ocupação por setor de atividade econômica(1) – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015.....	171
Gráfico 25 - Evolução anual do rendimento real médio mensal por sexo, Brasil – 2001 a 2015	176
Gráfico 26 - Evolução anual do rendimento real médio mensal por raça, Brasil - 2001 a 2015	177
Gráfico 27 - Evolução anual do rendimento real médio mensal por faixa etária, Brasil - 2001 a 2015	178
Gráfico 28 - Evolução anual do rendimento real médio mensal por faixas de anos de estudo, Brasil - 2001 a 2015.....	179
Gráfico 29 - Evolução do coeficiente de dependência, Brasil, 2001 – 2015.....	181
Gráfico 30 - Evolução da taxa de mobilização de recursos humanos (em %) e do coeficiente de empregabilidade, Brasil, 2001 – 2015.....	183
Gráfico 31 - Evolução das taxas de desperdício de recursos humanos e de desocupação, Brasil, 2001 – 2015 em % – razão entre o nº de pessoas desocupadas e a população total	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento populacional de quatro cidades industriais britânicas entre os anos de 1801 e 1841.....	52
Tabela 2 - Taxa de investimento, variação do PIB e inflação (IGP/DI) no Brasil 1980-1990	131
Tabela 3 - Algumas das mais importantes agências reguladoras criadas após privatizações brasileiras	141
Tabela 4 - Variações da PIA e da PEA – Brasil - 1992 a 1999.....	142
Tabela 5 - População ocupada e taxa de ocupação — Brasil — 1992, 1993, 1995-1999	143
Tabela 6 - Grau de informalidade no Brasil - (em %) - 1992, 1993, 1995-1999	144
Tabela 7 - Evolução geral do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 2000 ...	146
Tabela 8 - Evolução da distribuição relativa da PIA por sexo e por raça – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	151
Tabela 9 - Evolução da distribuição da PIA em relação ao mercado de trabalho – Brasil	152
Tabela 10 - Variação da PEA e evolução da taxa de participação por recortes sociais (sexo, raça, faixas etárias e faixas de anos de estudo) - Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	153
Tabela 11 - Evolução da distribuição da posição do trabalhador doméstico em relação à formalização da sua ocupação, Brasil, 2001-2015.....	164
Tabela 12 - Evolução da participação da ocupação flexibilizada no total da ocupação, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	172
Tabela 13 – Evolução da distribuição da ocupação flexibilizada por sexo, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	172
Tabela 14 - Evolução da distribuição da ocupação flexibilizada por raça, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	173
Tabela 15 - Evolução da distribuição da ocupação flexibilizada por faixas etárias, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015	173
Tabela 16 - Evolução da distribuição da ocupação flexibilizada por faixas de anos de estudo, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015.....	173
Tabela 17 - Evolução anual do rendimento real médio mensal, Brasil – 2001/2015	175
Tabela 18 - Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social - Brasil – 2000, 2010-2015	186
Tabela 19 - Evolução da proporção de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo - Brasil – 2000, 2010-2015	187
Tabela 20 - Evolução da taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade - Brasil – 2000, 2010-2015	188

Tabela 21 – Evolução do percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade sem ensino fundamental completo e em ocupação informal - Brasil – 2000, 2010-2015 188

Tabela 22 – Evolução do percentual de pessoas em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos - Brasil – 2000, 2010-2015 188

Tabela 23 – Evolução da taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade - Brasil – 2000, 2010-2015 188

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO INQUEBRÁVEL	25
2.1	DESENVOLVIMENTO: CONCEPÇÕES DIVERSAS E NECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO	26
2.1.1	A origem do debate sobre desenvolvimento	27
2.1.2	Outras concepções sobre o desenvolvimento	31
2.1.3	A teoria do desenvolvimento desigual combinado (TDDC) e sua influência	33
2.1.4	Breve leitura sobre a teoria da dependência	36
2.2	NOTAS SOBRE O SENTIDO DO TRABALHO	39
2.1.5	Subsídios sobre o trabalho na antiguidade e no pensamento de Aristóteles, Hegel, Lukács e Arendt	40
2.1.6	Alguns elementos da perspectiva clássica na economia e na sociologia	44
2.1.7	Transformações mentais: o trabalho na perspectiva psicológica	48
2.3	NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DE UM NOVO MUNDO – ERA TUDO INIMAGINÁVEL	50
2.4	O TRABALHO COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	61
3	CAPÍTULO II - NOTAS IMPORTANTES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS	64
3.1	AS ESTRATÉGIAS DOS OFERTANTES E DEMANDANTES DE TRABALHO	66
3.2	O CONTRATO DE TRABALHO FRENTE AOS CONTRATOS ORDINÁRIOS DE COMPRA E VENDA	71
3.3	A FORÇA DE TRABALHO E SUA DINÂMICA GERAL EM FUNÇÃO DAS RELAÇÕES COM O MERCADO DE TRABALHO	74
4	CAPÍTULO III - TRANSFORMAÇÕES CRÍTICAS DO MUNDO DO TRABALHO NOS SÉCULOS XX E XXI E SUAS IMPLICAÇÕES	79
4.1	O <i>MANAGEMENT</i> E A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE SALARIAL	80
4.2	A CONFORMAÇÃO DA SOCIEDADE DO TRABALHO FLEXÍVEL E A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL	91
5	CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O TRABALHO NO BRASIL	112
5.1	O PANORAMA DO TRABALHO DO PERÍODO COLONIAL AO FIM DO IMPÉRIO	113
5.2	INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO E OS REFLEXOS SOBRE O TRABALHO	121

5.3 SUCESSIVAS CONJUNTURAS MACROECONÔMICAS, DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DOS ANOS 1980 E O TRABALHO QUE SALTA AOS OLHOS NO BRASIL NO SÉCULO XXI.....	130
6 CAPÍTULO V - DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DOS INDICADORES DO MUNDO DO TRABALHO NACIONAL NO SÉCULO XXI.....	148
6.1 INDICADORES COMUMENTE UTILIZADOS.....	149
6.2 INDICADORES NÃO TRADICIONAIS.....	180
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
REFERÊNCIAS.....	198
Anexo A.....	208
Anexo B.....	209

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se inscreve na tradição dos estudos que tentam descortinar as transformações por que passa o mundo do trabalho. Esforça-se por se diferenciar dos demais tentando, de alguma sorte, chamar atenção para algumas lacunas que marcam o trabalho na pós-modernidade. A realização dessa tarefa é algo importante sobretudo em estruturas socioeconômicas que tiveram o desenvolvimento das forças capitalistas de forma dependente, gestando singulares situações no seu interior. Neste sentido, sua efetivação é tributária do empenho reflexivo dos pesquisadores que colocam o trabalho no centro das leituras.

Nas três décadas finais do século XX, as transformações basilares sofridas pelo mundo do trabalho haviam conduzido estudiosos da sociologia e da economia a desenvolver ideias que pressupunham a perda da relevância central da categoria trabalho como lastro de análise das pesquisas sobre a organização e a dinâmica socioeconômica. Dentre outros respeitáveis pesquisadores, pode ser destacado o sociólogo alemão Claus Offe.

Segundo Offe (1989), a relevância transformadora da sociedade decorrente do fator social trabalho, que permeou o pensamento dos pais da sociologia, tornara-se, naquela época em que escrevia, questionada. Tal questionamento, da validade do trabalho como categoria básica de explicação da estrutura social vigente, poderia ser percebido indiretamente por meio de três características das pesquisas sociológicas contemporâneas. A primeira, de que (1) o trabalho e os trabalhadores não seriam tratados como determinantes das estruturas sociais. Além disso, (2) a conformação entre capital e trabalho com vistas à produção econômica capitalista não era tomada como base e ponto de partida do desenvolvimento. Por fim, (3) os conflitos de interesses dos integrantes da estrutura social vigente também não mais eram observados como elemento que determina a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico (OFFE, 1989, p. 171).

Neste sentido, Offe chegou a resgatar elementos teóricos propostos por Habermas em que este, criticando a predominância epistemológica do trabalho entre os teóricos marxistas, propõe a análise da estrutura social moderna como uma resultante de um “choque entre os “subsistemas da ação racional intencional”, mediado, de um lado, pelo dinheiro e pelo poder e, por outro, por um “mundo vivido”, que “obstinadamente” resiste a esses sistemas.” (OFFE, 1989, p. 195). Ao abrir a

possibilidade de entendimento da organização da sociedade a partir de perspectivas distintas da utilizada pelos clássicos da sociologia, Offe identificou que as transformações das hipóteses básicas de explicação da estrutura social decorriam do surgimento de “novos tipos de conflitos sociais e políticos” que dominavam a realidade e determinavam nova(s) forma(s) de vida (OFFE, 1989, p. 196).

Após listar conflitos (dicotomias) que passaram a servir de perspectiva teórica para a sociologia (ex. materialistas versus pós-materialistas, modo de produção versus forma de vida, ação racional intencional versus ação comunicativa, produção industrial versus doméstica, e sociedade industrial versus sociedade pós-industrial), o autor destaca que, embora se verificasse plausibilidade na possibilidade de realização de tais leituras, elas apresentavam duas debilidades: (1) quando comparadas com a categoria trabalho dentro de um sistema de produção, tais dicotomias não apresentam clareza quanto ao conflito que delas decorrem; e (2) à exceção das proposições de Habermas e de Bell, elas eram compostas por categorias *ad hoc*, identificadas propositalmente para a compreensão de uma realidade social, sem estarem integradas à dinâmica das transformações pelas quais passa uma sociedade.

Destas provocações propostas por Offe (1989), pode-se concluir que, embora o trabalho, para aqueles autores, tenha deixado de ocupar a posição central de elemento chave para a compreensão dos fenômenos socioeconômicos, nenhuma outra categoria de análise veio a lhe ocupar o lugar de forma substancial, material. As tentativas realizadas trouxeram, indubitavelmente, novas perspectivas que enriqueceram as ciências sociais incrementando o poder de compreensão da dinâmica da vida social. Entretanto, o trabalho, na sua teleologia, bem como na praxe social, segue como fator absolutamente indispensável para um mais amplo entendimento da sociedade pós-moderna.

Em verdade, dadas profundas transformações pelas quais passaram a sociedade e a economia desde o início da Revolução Industrial, principalmente a partir dos anos 1970, a utilização do trabalho como ponto de partida de uma leitura do desenvolvimento da sociedade que resulta do modo de vida e produção capitalista demanda pelo entendimento do trabalho e da classe trabalhadora nos dias atuais.

Tomando por vetor de análise um direcionamento em sentido contrário, o Prof. Ricardo Antunes, pesquisador brasileiro da sociologia do trabalho, aponta que, embora os esforços teóricos dos referidos pesquisadores, a realidade objetiva,

material da sociedade contemporânea, em que fervilham temáticas sociais derivadas do trabalho – desemprego, questões de sexo, etnia, nacionalidade, corte geracional, meio ambiente, qualificação/desqualificação, demonstra permanecer a categoria trabalho no centro definidor da dinâmica da sociedade pós-moderna. Entretanto, de acordo com citado sociólogo, faz-se necessário compreender as transformações sofridas pelo mundo do trabalho que fizeram com que respeitáveis pesquisadores chegassem ao ponto de questionar a sua centralidade social.

Desta forma, a presente dissertação representa esforço embrionário com a característica fundamental de se constituir como elo de união a outros estudos que observam o trabalho como uma das categorias centrais para a dinâmica do desenvolvimento social e econômico.

O fenômeno do desenvolvimento ocupa, há séculos, a agenda de debates da academia e dos governos (SOUZA, 2016). E, ao que parece, as discussões sobre ele estão longe de terem fim (SPINOLA; SPINOLA, 2013). Inicialmente, visto primordialmente a partir da sua perspectiva econômica (ADELMAN, 1972; SINGER, 1995), ao longo do século XX, o reconhecimento da existência de outras dimensões que desse fenômeno fazem parte levou à cunhagem de diversas expressões (desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento como liberdade, desenvolvimento integrado, etc.) que tinha como centro conceitual o progresso, o avanço, a transformação para melhor. Este fato demonstra que a ideia que a humanidade tem do fato “desenvolvimento” está em processo de transformação e que a discussão a respeito dele, possivelmente, ainda durará por alguns anos.

Embora esta indefinição de natureza temporal, um possível consenso acerca dessa temática é o de que o desenvolvimento é essencialmente multidimensional. Assim considerado, seu estudo ganha complexidade, devendo, para se ter sucesso no seu intento, ser dividido em partes para uma melhor compreensão do todo. Uma pesquisa completa sobre ele parece ser uma tarefa, individualmente, por demais ambiciosa (SOUZA, 2016). Para uma análise menos imperfeita do seu processo de realização, uma alternativa interessante é a de escolha de uma das suas diversas facetas. Esta seleção metodológica oportunizará um aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno do desenvolvimento observado a partir do ponto de vista eleito pelo seu pesquisador.

Desta forma, para a presente proposta de investigação científica, escolhe-se a dimensão social do desenvolvimento como aspecto desse fenômeno para estudo. Esta opção é feita por se crer ser esta uma de suas mais abrangentes caracterizações.

Para tornar seu estudo mais objetivo, elege-se analisá-la a partir do trabalho humano. Busca-se, portanto, compreender o desenvolvimento sob a perspectiva do trabalho e da classe trabalhadora. Sendo esta última uma categoria sociológica nascida no bojo do sistema capitalista, o desenvolvimento que aqui será abordado não será outro que não o desenvolvimento capitalista. Assim sendo, o tema dessa pesquisa é a dimensão social do desenvolvimento capitalista sob a ótica do trabalho. Para melhor realizar a investigação acerca dessa temática, define-se como objeto de estudo o trabalho no desenvolvimento brasileiro, atribuindo-lhe o recorte temporal dos anos iniciais do presente século.

Baseado nos pensamentos de Hegel e Marx, pode-se considerar que o trabalho é força motriz do desenvolvimento do indivíduo e deste em sociedade (SEMERARO, 2013). O trabalho reveste-se do propósito de produzir condições para a existência humana e sua reprodução, pois que é sempre realizado conscientemente para estas finalidades. Guarda em si a intenção de que esta manutenção e reprodução possa se fazer em bases gradativamente melhores e, destarte, por ser uma “necessidade humana elementar e primordial: a necessidade de dar sentido à existência, ao movimento do mundo e até aos fatos da vida individual – estes em primeiro lugar” (LUKÁCS, 2011, p. 9); o trabalho dá forma à natureza e constrói a história. Assim considerado, as condições para que ele se mantenha produtivo e se reproduza devem ser uma preocupação humana. A melhoria dessas condições pode ser considerada como um dos aspectos relevantes a ser tratado nos debates sobre o tema desenvolvimento, especificamente na sua dimensão social.

Sendo a manutenção e reprodução do trabalho uma necessidade social básica, o acompanhamento das condições para que elas se realizem deve ser feito por meio de indicadores que permitam avaliar a qualidade de tais condições. Neste sentido, a realização desse projeto de investigação tem por questão central norteadora a identificação de como e em que medida o trabalho que se realiza e se reproduz em uma determinada sociedade, considerado a partir da perspectiva analítica dos indicadores utilizados, reflete o seu desenvolvimento social. Assim, o objetivo central deste estudo é analisar a relação entre o trabalho e o desenvolvimento recente da

sociedade brasileira a partir da leitura dos principais indicadores disponíveis acerca do trabalho.

Para isso, é importante definir objetivos específicos, parciais, que, à medida que forem alcançados, conduzam a pesquisa à consecução do seu objetivo maior. Desta forma, este trabalho percorrerá os seguintes marcos norteadores:

- a) identificar na literatura as relações estabelecidas entre as categorias de análise trabalho e desenvolvimento social, analisando como, ao longo da história recente, tal relação se comportou;
- b) descrever como, no Brasil, foi estabelecida a relação entre as categorias centrais do estudo;
- c) analisar o comportamento dos indicadores que comumente balizam a análise do mundo do trabalho brasileiro, bem como de outros que aqui chamaremos de indicadores não-tradicionais, verificando se suas leituras permitem uma visão completa das variáveis identificadas como relevantes para o acompanhamento do desenvolvimento social sob a ótica do trabalho;
- d) distinguir novos vetores de análise para a avaliação do desenvolvimento sob a perspectiva dos indivíduos trabalhadores.

Como hipótese básica a ser verificada pela presente pesquisa é a de que a observação feita pela ótica do trabalho, indica que o desenvolvimento social brasileiro se faz até os dias atuais sob a influência do estigma da desigualdade social herdada do sistema de trabalho colonial escravagista. Adicionalmente, espera-se verificar que os indicadores utilizados atualmente para a análise do mercado de trabalho revelam-se necessários, mas insuficientes para evidenciar as repercussões das constantes mudanças do sistema de produção sobre a vida das pessoas.

A pesquisa proposta, de natureza aplicada, caracterizou-se por dupla classificação com vistas a cumprir com os objetivos definidos. Exploratória, demandando por levantamento bibliográfico que permitisse clareza na definição da dimensão social do desenvolvimento a partir do trabalho e das condições de reprodução da força de trabalho; e explicativa, predispondo-se a analisar a natureza da relação entre a dimensão social do desenvolvimento e as condições de inserção da classe trabalhadora, por meio de indicadores socioeconômicos que apoiarão a identificação da forma de influência dos fatores que determinam esta relação. Esta, conseqüentemente, foi uma abordagem quali-quantitativa, sendo constituída nas suas

primeiras etapas por uma pesquisa histórico-bibliográfica e, posteriormente, por coleta, organização e análise de dados.

A investigação que aqui se apresenta visou delinear uma resposta ao problema apresentado, a partir da perspectiva do materialismo histórico, das ideias propostas por Trotsky na sua Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, por Ruy Mauro Marini na Teoria Marxista da Dependência e da análise da evolução do mercado de trabalho, considerando a integração da economia brasileira ao capitalismo global. Adotou-se, portanto, o trabalho humano como o elemento fundante para o indivíduo que vive em sociedade; o trabalho como processo intrínseco à própria existência humana, revestindo-se de naturalidade e essencialidade. Tendo em vista que é através do seu exercício que os seres humanos conseguem garantir a sobrevivência e reprodução da vida (FILGUEIRAS, 1996, p. 2), bem como construir a sua e a história das sociedades, temo-lo como base de análise do desenvolvimento na sua dimensão social.

Num segundo plano, questionar-se-á em que medida a evolução da estrutura econômica e social do Brasil, numa perspectiva histórica, permite que seu desenvolvimento nos anos iniciais do século XXI seja elucidado a partir das explicações elaboradas por teóricos brasileiros como os professores Francisco de Oliveira, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado, todos sob a influência, direta ou indireta, materialista histórica da teoria de Trotsky.

Sendo um dos propósitos específicos da pesquisa demonstrar como as condições de trabalho, de reprodução da força laboral e de inserção socioeconômica da classe trabalhadora determinam e são determinadas pelo processo de desenvolvimento na sua dimensão social, são apurados e analisados indicadores socioeconômicos que tratam numericamente esta realidade. Alguns destes, já identificados, a exemplo da taxa de desperdício de recursos humanos, a taxa de mobilização de recursos humanos, o coeficiente de empregabilidade, o coeficiente de dependência e o grau de formalidade da ocupação, permitem a avaliação de como se deu o comportamento da produtividade do trabalho e da participação da população trabalhadora na produção econômica no período delimitado.

Assim sendo, buscou-se responder ao problema delineado, a partir de uma metodologia de trabalho que deverá, forçosamente, ir além da análise dos indicadores

tradicionalmente mais utilizados, visando conferir ao presente estudo certo grau de originalidade.

A pesquisa foi realizada em três etapas de trabalho, quais sejam: (1) aprofundamento acerca das categorias centrais de análise: desenvolvimento, trabalho e mercado de trabalho; (2) investigação acerca do desenvolvimento histórico brasileiro, à luz dos conceitos aprofundados; e (3) análise quantitativa: dinâmicas do mercado de trabalho, demográfica e econômica, e a interação entre elas.

Na primeira etapa, propõe-se a análise das três categorias com base em referências bibliográficas. Para definir desenvolvimento, verificou-se parte do histórico debate sobre o tema e elegendo-se como referência central a ideia proposta por Trotsky (1977), derivada posteriormente por Marini (2005) e, no Brasil, por Oliveira (2013) e Filgueiras (2012). A categoria trabalho foi apreciada a partir das visões de pensadores clássicos da filosofia, como Aristóteles, Hegel e Karl Marx, bem como do pensamento de György Lukács. Para a definição da terceira categoria, mercado de trabalho, fez-se uso das ideias de Claus Offe e Karl Hinrichs.

Na segunda etapa, realizou-se um delineamento do histórico da evolução socioeconômica do Brasil, primordialmente no século XX, tendo por base o trabalho e a classe trabalhadora. Para este fim, julgou-se adequado o estudo de referências bibliográficas sobre as questões pertinentes a esta fase do trabalho.

Na terceira etapa, analisou-se as dinâmicas do mercado laboral, demográfica e econômica norteadas por indicadores que refletem a interação entre elas (ex. produtividade de trabalho, taxa de desperdício de recursos humanos, coeficiente de dependência, taxa de mobilização de recursos humanos, coeficiente de empregabilidade, etc.). Foi necessário para isso a coleta e organização de dados estatísticos que dizem respeito ao mercado de trabalho, à dinâmica populacional e à economia nacional junto a bases de dados de órgãos governamentais como o IBGE Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e IPEA (IPEADATA).

A concretização desta dissertação se estruturou em cinco capítulos além desta introdução e da sua conclusão. Considerando a inviabilidade de se analisar a realidade brasileira de forma desconectada do todo que representa o sistema capitalista como modo de produção e vida historicamente constituído em âmbito

global, dedicam-se os três primeiros capítulos à compreensão da relação entre trabalho e desenvolvimento e sua evolução, principalmente a partir do século XIX.

No primeiro capítulo, trata-se em bases históricas os conceitos das categorias centrais do estudo proposto: desenvolvimento e trabalho; indica-se como historicamente o trabalho foi profundamente modificado no modo de vida e, primordialmente, no de produção que se fortaleceu a partir da Revolução Industrial; e identifica-se a perspectiva a partir da qual a leitura sobre os trabalhadores e a forma de organização do trabalho no contexto do capitalismo servem de base para a análise do desenvolvimento.

O segundo capítulo é dedicado à compreensão da categoria mercado de trabalho, o diferencial de poder existente entre ofertantes e demandantes, bem como as peculiaridades que podem ser observadas nos contratos de trabalho, que se diferenciam dos contratos ordinários de compra e venda de mercadorias.

O terceiro capítulo visa trazer elementos que contribuam para o entendimento das transformações mais significativas no mundo do trabalho durante os séculos XX e XXI. Assim como feito no primeiro, lança-se mão do ferramental histórico como meio de compreensão das sucessivas transformações que nos conduziram à presente realidade geral do trabalho.

Após o esforço por minimamente situar as categorias centrais do estudo na história do capitalismo industrial, no quarto capítulo, traça-se resumido paralelo entre elas no desenvolvimento capitalista do Brasil, periférico, desigual e combinado. Divide-se a história brasileira numa perspectiva que considera as mais significativas transformações no mundo do trabalho neste espaço nacional.

No quinto capítulo, baseado nos dados coletados para o Brasil, analisa-se o desenvolvimento capitalista brasileiro na perspectiva dos indicadores do mundo do trabalho nacional do século XXI. Além daqueles tradicionalmente utilizados para a análise da dinâmica do mercado de trabalho, lança-se mão de indicadores ainda pouco presentes nos estudos acerca da temática.

Conclui-se, a partir da análise da formação histórica da sociedade brasileira sob a perspectiva do trabalho, bem como dos indicadores referentes à dinâmica do mercado laboral nacional entre 2000 e 2015, que o trabalho no Brasil segue sendo precário. Entretanto, tal precariedade, embora influenciada pelo escravagismo que camufladamente persiste, se intensificou e penetrou, desde os anos 1990 em

camadas da classe trabalhadora brasileira que inicialmente se constituiu sob a condição salarial, socialmente segura. Compartilha-se da ideia de que, diante da recente reforma das leis que regem as relações de trabalho no país, permanecerá em processo de enfraquecimento o já débil poder dos trabalhadores no âmbito do mercado de trabalho. Além disso, verifica-se que os indicadores avaliados, mesmo aqueles menos comuns, não conseguem capturar transformações de fatores decorrentes do trabalho, que afetam dimensões importantes da vida do trabalhador, como aspectos pertinentes à sua saúde física e psíquica, bem como às suas relações familiares e afetivas, sendo recomendada a realização de novos estudos que visem abranger tais fenômenos.

2 CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO INQUEBRÁVEL

[...] A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca [...] (HOBSBAWN, 1995, p. 13).

A história é, certamente, o meio mais adequado de se entender as razões materiais da vida humana no presente. De onde viemos? Por que estamos no atual estágio da humanidade? Para onde caminhamos? As respostas a estas perguntas básicas podem ser encontradas no estudo dessa ciência. Por isso, considerando ser o objetivo geral da presente pesquisa a proposta de leitura do desenvolvimento na sua dimensão social, a partir da perspectiva do trabalho, este capítulo se apoia largamente nos fatos históricos e no pensamento de personagens humanos que ajudaram na sua compreensão. Sua elaboração visa cumprir com três tarefas vistas como fundamentais para a estruturação e exposição dos resultados da investigação: (1) conceituar em bases históricas as categorias centrais do estudo proposto: desenvolvimento e trabalho; (2) indicar como historicamente o trabalho foi profundamente modificado no modo de vida e, primordialmente, no de produção que se fortaleceu a partir da Revolução Industrial; e (3) identificar a perspectiva a partir da qual a leitura sobre os trabalhadores e a forma de organização do trabalho no contexto do capitalismo servem de base para a análise do desenvolvimento.

Para cumprir com estes objetivos, sua estrutura está dividida em quatro partes. Na primeira, é apresentada a definição de desenvolvimento que será adotada para esta investigação científica, expondo-se um breve resumo da evolução dos debates sobre o tema e lançando-se mão das teorias marxistas do desenvolvimento desigual e combinado e da dependência a título de bases científicas à perspectiva conceitual escolhida. Na parcela, seguinte, o trabalho é definido na sua posição de categoria nuclear da análise aqui elaborada, tomando por base ideias evidenciadas nos campos da filosofia, da economia, da sociologia e da psicologia. No terceiro trecho, é analisada a constituição do chamado mundo do trabalho e suas transformações decorrentes do fenômeno histórico que foi a Revolução Industrial; trata-se das condições que possibilitaram a referida revolução, caracterizando-se seus agentes construtores nas

figuras coletivas das classes sociais, constatando-se suas consequências socioeconômicas. Por fim, a partir da interação observada entre as categorias desenvolvimento e trabalho no processo de consolidação do modo de produção e vida orientada pelo capital, é identificado o meio de análise do desenvolvimento sob a ótica do trabalho.

2.1 DESENVOLVIMENTO: CONCEPÇÕES DIVERSAS E NECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO

Ao analisar a evolução das discussões sobre o tema desenvolvimento, certamente, uma das leituras que se pode fazer é a de que, por ser ele um fenômeno ontologicamente multidimensional, os esforços de elaboração conceitual desta categoria de análise correm o risco de tornar as definições que deles resultam incompletas ou limitadas. Isto porque, seu conceito mostra-se longe de ser determinado, delimitado. Esta realidade, entretanto, não exime a presente pesquisa do imperativo de escolha de um referencial teórico que dê base ao conceito a ser aqui utilizado.

Objetivamente, a ideia de desenvolvimento que será aqui adotada tem por base o fato histórico de ser este um processo que se dá no âmbito do sistema capitalista. Seu conceito está totalmente imbricado com a evolução deste sistema. O fenômeno do desenvolvimento não é outro senão o do desenvolvimento capitalista. Filgueiras (2012, p. 7), avaliando o desenvolvimento brasileiro entre o final do século XX e início do XXI, parte do ponto de vista de que “o fenômeno do desenvolvimento capitalista abrange, necessariamente, mudanças estruturais nos planos econômico, social, político, cultural e ambiental”. Tal definição se apresenta despida de juízo de valor, podendo o desenvolvimento de uma sociedade articulada ao capitalismo, por consequência, resultar não apenas em benefícios, como também em indesejáveis reflexos para seus indivíduos. As metamorfoses de uma determinada realidade que constituem o seu desenvolvimento podem ou não ser aquelas vistas como boas. Planejadas ou impensadas, tais alterações estruturais de um contexto social, econômico, político, cultural e ambiental são o seu desenvolvimento.

Sua ocorrência em um sentido, por assim dizer, negativo pode ser rechaçada por pesquisadores que, analisando-lhe apenas sob uma perspectiva puritana, teórica e hipotética, somente admitam o desenvolvimento como um fenômeno gerador de

mudanças exclusivamente favoráveis e desejadas para uma realidade socioeconômica. Tais teóricos, como será visto nas linhas que se seguem, conceituam o fenômeno, não como ele factualmente se apresenta, mas a partir das ideias de como ele deveria acontecer, com base nos valores que norteiam suas teorias. Por isso, com vistas a evitar posicionamentos neste sentido e a conferir mais especificidade conceitual, são adotadas como elementos de complementação ao conceito de desenvolvimento eleito para este estudo a teoria do desenvolvimento desigual e combinado (TDDC) e a teoria marxista da dependência.

2.1.1 A origem do debate sobre desenvolvimento

A temática é, certamente, uma das mais discutidas em economia. Contudo, embora esteja presente nas primeiras proposições teóricas da ciência econômica - no século XVIII com Adam Smith, no XIX com Friedrich List e no início do XX com os teóricos marxistas Lenin, Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky - até as primeiras décadas do século XX, não havia sido vista como merecedora de grande atenção por parte dos economistas de forma geral. Autores diversos convergem quanto à opinião de que foi somente a partir do final da Segunda Guerra Mundial que as discussões sobre desenvolvimento se intensificaram. Esse é o caso de Irma Adelman e Paul Singer, que dedicaram parte das suas obras ao tema.

Segundo Adelman (1972),

A principal preocupação dos economistas durante os cinquenta anos anteriores à Segunda Guerra Mundial foi a análise estática, de curto prazo, do equilíbrio. [...] A partir dessa época (fim da guerra), os problemas de crescimento e desenvolvimento econômico têm sido confiados à geração atual de economistas por um mundo que aspira ao progresso econômico. As nações têm-se mostrado cada vez mais interessadas no desenvolvimento nas duas últimas décadas; atualmente o desenvolvimento econômico é um dos temas mais importantes na política internacional (ADELMAN, 1972, p. VII).

Concordando com essa leitura, Singer (1995, p. 158) afirma que “o desenvolvimento é um problema que assumiu uma certa importância no debate econômico [...] praticamente depois da Segunda Guerra Mundial”. De acordo com este autor, o motivo para que o tema desenvolvimento só viesse a ocupar a agenda de discussão dos economistas a partir de então é que

[...] O que se entende hoje por teoria do desenvolvimento surgiu como uma aplicação da macroeconomia (de inspiração keynesiana) aos países subdesenvolvidos. Desta macroeconomia, elaborada sob as tensões da

grande crise dos anos trinta, nasceu a contabilidade nacional e internacional e a própria categoria de subdesenvolvimento começou a ser definida mediante a aplicação de seus conceitos (principalmente o nível de renda *per capita*). (SINGER, 1977, p. 12).

Adelman (1972, p. 2) acrescenta que é exatamente a constatação da enorme diferença entre as rendas *per capita*s de países ricos e pobres que fez com que se tornasse urgente a questão do desenvolvimento. Entretanto, Singer chama atenção para o fato de que esta distinção já havia sido feita por estudiosos da escola marxista, originários de economias por ele denominadas de coloniais (SINGER, 1977, p. 12). É o caso de Lênin e Rosa Luxemburgo, que destacaram, nas suas teorias do imperialismo, as consequências da expansão capitalista sobre as economias pré-capitalistas, dentre elas a impossibilidade de industrialização por parte destas últimas, caso “não rompessem os vínculos que as prendiam, através do comércio internacional e do movimento internacional de capitais, à economia dos países capitalistas industrializados.” (SINGER, 1977, p. 12).

Essas concepções da escola marxista datam de antes da Primeira Guerra Mundial. Portanto, nasceram antes da priorização do assunto desenvolvimento nos debates de economia da época. Foi necessário, como salientou Singer, a comprovação dessa realidade através das informações geradas pelo sistema de contabilidade nacional e internacional, principalmente, do conceito de renda *per capita*, para que o tema ganhasse espaço nas agendas dos debates.

Do surgimento da macroeconomia e da contabilidade nacional até antes do início dos anos 1970, a discussão sobre desenvolvimento limitava-se, quase que estritamente, ao debate sobre seus aspectos econômicos. Apesar da inexistência de uma concepção universalmente aceita sobre o tema, não se tergiversava quanto à natureza do fenômeno, tratado quase que exclusivamente como consequência da realidade econômica. Um claro exemplo disso pode ser verificado em Furtado (1952). Embora reconhecendo que “a teoria do desenvolvimento econômico não cabe, nos seus termos gerais, dentro das categorias da Análise Econômica” e que esta ciência sozinha “não nos pode dizer por que uma sociedade se desenvolve e a que agentes sociais se deve esse processo”, o autor afirma que o processo de desenvolvimento “consiste fundamentalmente numa série de mudanças na forma e proporções como se combinam os fatores da produção” (FURTADO, 1952, p. 14) e circunscreve as observações tecidas neste seu artigo à dimensão econômica desse objeto. Tal fato

em nada desabona o pensamento de Celso Furtado, afinal de contas, àquela época, desenvolvimento era sinônimo de desenvolvimento econômico e comumente visto como simples decorrência do crescimento econômico.

Esta visão é defendida por Baldwin e Meier (1957 apud SINGER, 1977, p. 21), quando asseveram que, por mais sutis que fossem as diferenças entre os termos “desenvolvimento econômico, crescimento econômico, e transformação secular”, estes eram essencialmente sinônimos. Dentro da concepção desses autores, conforme sintetizada por Singer (1977, p. 21-22), a diferença fundamental entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é que os primeiros cresceram economicamente mais, enquanto que os segundos são caracterizados como economias que não apresentam crescimento, apesar de possuírem potencial para utilizar mais mão-de-obra, ou mais capital ou mais recursos naturais. Para eles, um “país subdesenvolvido seria aquele que não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe ou, num sentido dinâmico, sua economia cresce menos do que poderia crescer”, podendo-se listar seis características básicas de uma economia subdesenvolvida: 1) predomínio de produção primária, 2) existência de pressão populacional, 3) recursos naturais subdesenvolvidos, 4) atraso econômico da população, 5) deficiência de capitais e 6) produção orientada para o comércio exterior (BALDWIN; MEIER, 1957 apud SINGER, 1977, p. 22).

Nesta perspectiva que identifica o desenvolvimento econômico como crescimento econômico, argumenta-se ainda que, nos países subdesenvolvidos, a escassez de capital leva à má utilização dos recursos humanos e naturais disponíveis, o que, por sua vez, leva a uma baixa produtividade e uma baixa renda *per capita*, impossibilitando a formação de poupança e perpetuando a escassez de capital. Acrescentando-se a esse quadro o elevado crescimento demográfico e o alto padrão de consumo das classes dominantes, ter-se-ia “o mais importante círculo vicioso causador do subdesenvolvimento.” (SINGER, 1977, p. 24).

Como forma de suplantar o estágio de subdesenvolvimento, prescrevem, então, o estímulo à captação de aplicações estrangeiras e ao comércio externo como a maneira de superação da falta de capitais, possibilitando o natural desenvolvimento. Esquecem-se que, sendo uma das características da economia subdesenvolvida a orientação para o setor de comércio externo, sem maiores vínculos com o resto da economia, é natural que as aplicações estrangeiras se canalizem para este setor,

perpetuando baixa produtividade (exceto nos setores responsáveis pelas exportações) e baixa qualidade de vida da população. Essa economia poderá até crescer, embora permaneça com características de subdesenvolvimento. Vide o caso da Venezuela, onde houve plena compatibilidade entre subdesenvolvimento e crescimento econômico.

Várias são as críticas que podem ser feitas a essa caracterização de economia subdesenvolvida. Inicialmente, cabe salientar que esse tipo de interpretação feita por Baldwin e Meier está completamente desvinculado do todo econômico no qual a economia caracterizada como subdesenvolvida está inserida. A realidade que constitui essas economias aparece sem nenhuma vinculação histórica, como se não fosse historicamente determinada.

Ademais, ao seguir esse modo de entendimento sobre a problemática do subdesenvolvimento, os autores não dão importância para as correlações entre as peculiaridades listadas. Em verdade, dentro dessa linha de raciocínio, limitam-se a analisar os obstáculos que impedem os países subdesenvolvidos de repetirem o crescimento econômico dos considerados desenvolvidos.

Equivocadamente, por essa concepção do desenvolvimento, ele pode ser explicado da mesma forma para todo e qualquer país, já que a dinâmica econômica, nos seus fundamentos, é sempre a mesma. É como se o desenvolvimento, assim como toda a economia, fosse regido por uma lei natural, existente de forma independente do tempo e do espaço nos quais se processa. Se não ocorre desenvolvimento é em função de barreiras que, em sendo removidas, não mais impediriam o natural processo de desenvolvimento de um país. Tal visão, desconsidera os fatos históricos, políticos, socioeconômicos e culturais que determinam o desenvolvimento de uma nação. Acaba por derivar ideias descoladas por completo da realidade objetiva material.

Outra corrente de pensamento sobre o desenvolvimento era composta por autores da chamada corrente estruturalista. Eles distinguem desenvolvimento econômico de crescimento econômico, afirmando ser este último fenômeno de efeito apenas quantitativo, enquanto o primeiro decorreria de transformações qualitativas dos sistemas produtivos de economias subdesenvolvidas que as conduziriam ao estágio de desenvolvimento gozado pelas economias industriais. Para eles, crescimento econômico seria a expansão quantitativa, melhor observada em

economias industrializadas, tidas como desenvolvidas, enquanto que desenvolvimento econômico é mudança qualitativa de sistemas econômicos característicos de países subdesenvolvidos. O desenvolvimento se caracterizaria claramente pelo processo de passagem de um sistema produtivo ao outro; seria a transformação de um sistema econômico de um país subdesenvolvido para o sistema econômico de um país desenvolvido.

Observa-se aqui a diferenciação implícita entre os sistemas econômicos de países desenvolvidos e de países subdesenvolvidos, onde o sistema econômico, composto por estruturas a ele peculiares, é que nos permite diferenciar o desenvolvido do subdesenvolvido. Essa corrente analisa as economias de cada país de acordo com os sistemas econômicos vigentes e suas estruturas, historicamente determinadas. Para ela, não há universalidade das leis econômicas, estando estas condicionadas ao tempo e ao espaço nos quais vigoram e unicamente são válidas. Nesse sentido, conforme destaca Singer (1977, p. 26), “a economia política torna-se assim ciência histórica”.

2.1.2 Outras concepções sobre o desenvolvimento

A partir dos anos 1970, o debate sobre o tema abriu espaço a novos conceitos que têm influenciado a forma de análise do desenvolvimento. Aspectos como o meio ambiente, sustentabilidade, dimensão local e integração de fatores político-sociais vêm sendo incorporados às novas concepções do processo. Visões que não desconsideram a necessidade de desenvolver a economia, mas que não limitam o desenvolvimento a esta dimensão. Dentre as novas concepções, destacam-se o conceito de desenvolvimento sustentável e a teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen.

A ideia de desenvolvimento sustentável resulta de debates iniciados desde o final dos anos 1960 pelo chamado Clube de Roma, que resultaram na publicação do livro “Os Limites do Crescimento”, em 1972. As pesquisas realizadas à época indicavam a inviabilidade ambiental de manutenção do ritmo de crescimento do consumo mundial de então. A divulgação destas ideias em meio a um processo de declínio das taxas de crescimento das economias centrais do capitalismo fomentou críticas e novos estudos, inserindo definitivamente a dimensão ambiental nas discussões acerca do desenvolvimento. Em 1987, o relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização

das Nações Unidas (ONU), intitulado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), estipulou em bases teóricas o conceito, afirmando que

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança em que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais estão em harmonia e melhoram o potencial atual e futuro para atender às necessidades humanas. (ONU, 1987, p. 57)¹.

O Prof. Ignacy Sachs, corroborando a proposição da ONU e a necessidade de uma leitura multidimensional do desenvolvimento, elenca 26 critérios de sustentabilidade que se distribuem em 7 diferentes dimensões abarcadas pelo desenvolvimento: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política (nacional e internacional) (SACHS, 2000, p. 85-88)².

No fim do século XX, um novo conceito foi proposto pelo economista indiano Amartya Sen, que afirmou ser o processo de desenvolvimento uma resultante da eliminação dos elementos que privam a liberdade das pessoas, suas escolhas e limitam o acesso a oportunidades de agir (SEN, 2000, p. 10). O desenvolvimento, na visão desse autor, deveria ter como finalidade proporcionar às populações cinco tipos de liberdade observadas por ele como liberdades instrumentais, quais sejam: (1) liberdades políticas; (2) facilidades econômicas; (3) oportunidades sociais; (4) garantias de transparência; e (5) segurança protetora. Além de objetivo final, a promoção dessas liberdades permitiria uma interação entre elas que resultaria em mais desenvolvimento³.

Tais proposições conceituais da ONU e de Sen, caracterizando o desenvolvimento como um processo mais amplo, que transcende largamente os aspectos puramente econômicos, não contrariam ou ampliar a leitura que afirma ser um processo de desenvolvimento constituído por mudanças estruturais qualitativas e quantitativas. Entretanto, analisam o fenômeno não pela forma como este se apresenta no mundo objetivo, material. Tanto a ideia do desenvolvimento sustentável

¹ Traduzido do original: "In essence, sustainable development is a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development, and institutional change are all in harmony and enhance both current and future potential to meet human needs and aspirations".

² Para a dimensão social do desenvolvimento sustentável, o autor lista quatro critérios, sendo todos eles, direta ou indiretamente, influenciados pelo trabalho: (1) alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, (2) distribuição de renda justa, (3) emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e (4) igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

³ No bojo dessas liberdades instrumentais, Sen reiteradamente trata do trabalho como elemento de análise, destacando a liberdade no trabalho, na busca por novas oportunidades de emprego, no combate ao trabalho infantil e na igualdade de oportunidades para as mulheres como um dos elementos fundamentais (SEN, 2000, p. 43-45, p.117, p.136-141).

como a teoria do desenvolvimento como liberdade indicam diretrizes norteadoras de transformações desejadas, até mesmo sonhadas, verificando-se nesses conceitos, como consequência, uma visão estritamente positiva das transformações esperadas. Ao serem propostas, elas definem como deve ser realizado o processo desejado, mas não avaliam como se deu até o presente o desenvolvimento socioeconômico de diferentes países, marcados por contradições historicamente constituídas e nem mesmo como suas respectivas histórias definem o desenvolvimento de cada um deles em si. Alertam para os problemas estruturais e prescrevem linhas de ação promotoras de um “bom” desenvolvimento, desconsiderando as condições pretéritas que determinaram a realidade atual e influenciam fortemente a construção da futura. Desconsideram a forma como efetivamente interagem as distintas economias e os interesses existentes interna e externamente.

Deste fato decorre a necessidade de recorrer-se ao materialismo histórico como forma de conferir robustez ao conceito de desenvolvimento aqui adotado. Neste sentido, tratar-se-á a seguir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

2.1.3 A teoria do desenvolvimento desigual combinado (TDDC) e sua influência

A concepção completa da TDDC foi elaborada por Leon Trotsky e publicada em 1930, no primeiro capítulo da obra “História da Revolução Russa”. Nela, o autor descreve como, diferentemente da Revolução Gloriosa, na Inglaterra, e a Francesa, nas condições de atraso socioeconômico histórico da Rússia, o capitalismo industrial, que lá fora em busca de ambiente para sua reprodução, sem as bases burguesas daquelas duas outras nações europeias, não foi capaz de implementar ou, num sentido contrário, impedir, a revolução soviética, que realizou o que para o autor foi identificado como um salto histórico no processo de desenvolvimento. Como ele explica no início da sua obra, por meio da Revolução de outubro de 1917,

[...] A lei do desenvolvimento combinado se revela [se revelou] agora em sua expressão mais alta: começando por derrubar o edifício medieval apodrecido, a Revolução eleva ao poder, em poucos meses, o proletariado, encabeçado pelo Partido Comunista. (TROTSKY, 1977, p. 32).

Para Löwy (1995, p. 76), observando o desenvolvimento da Rússia no início do século XX, a partir da mundialização do capitalismo, verifica-se que “a história mundial

torna-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança qualitativa”. Para Trotsky (1977),

O capitalismo [...] preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada [...] autoriza um povo [...] o força a assimilar todo o realizado antes, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias [...] (TROTSKY, 1977, p. 24).

Nesse contexto, os países da periferia do sistema econômico são forçados “a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias” (LÖWY, 1995).

Nas palavras do próprio Trotsky (1977):

[...] Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. (TROTSKY, 1977, p. 24-25).

Entretanto, continua Trotsky (1977),

[...] A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta; realmente, está limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório [...] (TROTSKY, 1977, p. 25).

Segundo Löwy, essa perspectiva de análise do desenvolvimento que transcende as dimensões técnicas e econômica, abrangendo também a cultura e a política de uma determinada sociedade, permite uma leitura completamente diferente da perspectiva evolucionista em que o desenvolvimento de um grupo social passaria necessariamente por etapas pré-determinadas, conferindo-lhe a possibilidade de, dialeticamente, observar o seu desenvolvimento histórico marcado por “saltos súbitos e fusões contraditórias.” (LÖWY, 1995).

Nesse sentido, afirma Trotsky (1977),

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas mais arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a

história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (TROTSKY, 1977, p. 25).

Segundo Löwy (1995, p. 73), a TDDC, concebida nos escritos de Trotsky com vistas a compreender o desenvolvimento capitalista na Rússia, rompe com a concepção do progresso linear e com o eurocentrismo definidor dessa linearidade. Para este autor, muitos teóricos, a exemplo dos da CEPAL, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Francisco de Oliveira, que buscaram entender e explicar o desenvolvimento dos países periféricos do sistema econômico global capitalista, fizeram uso ou foram influenciados por Trotsky, mesmo que não o tenham citado ao expor suas ideias. Demier (2007) compartilha desta opinião de Löwy ao afirmar que essa teoria

[...] acabou por se constituir em uma matriz interpretativa para os estudos de renomados intelectuais acadêmicos brasileiros que, nas décadas de 1960 e 1970, opuseram-se às leituras “etapistas” e “dualistas” sobre as condições sócio-históricas do Brasil. (DEMIER, 2007, p. 1).

Isto porque, segundo Löwy (1995, p. 76), a TDDC, “[...] elaborada no contexto russo, [...] estava implicitamente carregada de uma significação muito mais abrangente, aplicável ao conjunto das formações sociais situadas na periferia do sistema capitalista [...]”. Tal fato indica a aplicabilidade dessa teoria como referencial para estudos acerca do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Efetivamente, a visão da desigualdade do ritmo dos processos históricos de desenvolvimento de cada sociedade, combinando estruturas avançadas com estruturas arcaicas e intensificando desigualdades no âmbito interno dos territórios das economias periféricas, guarda forte relação com as teorias acerca do desigual desenvolvimento regional brasileiro elaboradas por Celso Furtado (DINIZ, 2009) e com a leitura do desenvolvimento brasileiro feita por Oliveira (2013), no seu texto “O Ornitorrinco”. Ao analisar o processo histórico de desenvolvimento da sociedade brasileira, o autor faz analogia da nossa sociedade ao ornitorrinco: um estranho animal mamífero, aquático e com bico e patas traseiras de pato.

Vê-se, portanto, como a TDDC confere materialidade ao conceito de desenvolvimento aqui assumido, tornando obrigatório, para a compreensão desse fenômeno, o entendimento das condições históricas mediante as quais ele se realiza. Portanto, para fins da presente pesquisa, desenvolvimento é o conjunto de transformações qualitativas e quantitativas que se realizam em uma

estrutura social, determinadas pelas condições do espaço, do tempo, da cultura, da política e de vida de uma população, em especial, dentro do modo de produção e vida capitalista.

A partir desta definição e considerando que a proposta da investigação aqui apresentada é de análise da dimensão social do desenvolvimento no Brasil do século XXI sob a ótica do trabalho, é imperativa a apresentação do processo histórico de formação socioeconômica brasileira, articulado ao desenvolvimento global do capitalismo e, neste sentido, trazer para o corpo desta dissertação os elementos básicos que compõem a teoria marxista da dependência.

2.1.4 Breve leitura sobre a teoria da dependência⁴

Desenvolvida a partir dos debates tecidos acerca de “O Capital” no início dos anos 1960 na Universidade de Brasília, em um contexto de revisão do pensamento da esquerda no Brasil e, posteriormente, durante o exílio dos seus pensadores no Chile e no México (ROSSO; SEABRA, 2017, p. 1029-1034), a teoria marxista da dependência lança luz sobre o desenvolvimento na periferia do capitalismo, ajudando a compreender, ampla e especificamente, este sistema de produção e vida. Em razão da abordagem que faz sobre a formação histórica da América Latina, a referida linha teórica de pensamento, demonstra que o desenvolvimento capitalista se fez tanto de forma ampla, conjunta e sistêmica nas economias centrais e periféricas, bem como cada região e país do mundo (a América Latina, no caso, considerada pelos estudiosos em questão) apresenta de forma *sui generis* o seu desenvolvimento próprio, articulado ao capitalismo global. De acordo com Marini (2005), a devida compreensão do desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos somente é possível quando se analisa a interação das especificidades das transformações de cada nação integrada ao sistema internacional do capital. Nas palavras do próprio autor,

[...] frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras [...] como deformações. Não é acidental,

⁴ Esta parcela de texto foi elaborada sob forte influência das ideias contidas no livro *Dialética da Dependência*, escrito pelo pesquisador brasileiro Ruy Mauro Marini e publicado em 1973 durante seu período mexicano de exílio. Tal fato, além de opção teórica a que me permito, guarda o propósito de fazer coro com outros estudos e debates que buscam resgatar as ideias daquele que foi um dos que radicalmente contribuíram, no sentido puro do que é radical, para a construção da teoria marxista da dependência. Pela oportunidade de contato com o pensamento de Marini, agradeço ao Prof. Luiz Filgueiras que me alertou sobre a importância do uso da referida teoria como base para a compreensão no desenvolvimento capitalista brasileiro.

portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de "pré-capitalismo". O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2005, p.2).

Sob influência dos princípios trazidos pela TDDC, o autor expõe, dadas as características da formação da sociedade e da economia latino-americana, a impossibilidade de se realizar, neste continente, o capitalismo nos mesmos moldes verificados nos países capitalistas centrais. Tal argumento é fortalecido à medida que se expõe na linha do tempo a história de consolidação do sistema do capital mediante a chamada divisão internacional do trabalho. O reconhecimento deste processo permite a compreensão da forma articulada como se firma o capitalismo, costurando as relações de dependência entre os países da América Latina e da Europa, centro inicial do sistema.

Talhadas pelos interesses que desencadearam as expansões marítima e comercial, as então colônias ibéricas foram engrenagens fundamentais ao sistema em formação, por servirem à dinamização do fluxo de mercadorias e de fonte para o incremento significativo dos meios de pagamento que lastrearam o desenvolvimento dos capitais comercial e bancário, e, conseqüentemente, a partir do fim do século XVIII, o surgimento da grande indústria na Inglaterra. Por tal fato, pode-se afirmar que, em bases históricas, o sistema capitalista é também uma consequência direta do sistema colonial que permitiu a acumulação primitiva de capital, graças aos metais preciosos da América Latina e, principalmente, a produção oriunda do trabalho escravo (SANTOS, 2014). Esta é uma das razões que torna incorreto afirmar que os países latino-americanos ainda não alcançaram o estágio superior do capitalismo. Em verdade, tal degrau evolutivo, descrito como um patamar de desenvolvimento a ser alcançado por supostas economias pré-capitalistas, inexistente. O sistema como um todo se desenvolveu combinando as mais desiguais economias coloniais e nacionais. Todas estas compuseram e compõem o próprio sistema e, no caso da América Latina, como protagonista desde sua fase embrionária.

Não por acaso, a primeira fase da Revolução Industrial corresponde ao paralelo processo de independência política dos países latino-americanos. De uma forma

geral, todas estas economias passaram a orbitar em torno da Inglaterra como fornecedoras de matérias primas e consumidoras dos produtos industriais ingleses; uma troca de materiais brutos por mercadorias industrializadas que redundou em formação de dívidas a partir do momento em o valor do que era exportado não cobria o que se importava. É a partir deste processo que, segundo Marini (2005, p. 4), configura-se a chamada dependência, definida como sendo

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2005, p. 4).

Neste conceito, a efetivação da dependência se distingue necessariamente da situação colonial, em que não há independência formalizada. Isto porque o posicionamento dependente é essencialmente consentido pela estrutura social da nação que se faz subordinada. Durante o período colonial de uma nação, podem, sim, surgir de forma embrionária fatores que posteriormente contribuirão para a configuração e efetivação da dependência. Mas, por definição, a posição de colônia não permite o reconhecimento da dependência.

A partir desta visão, é importante destacar dois pontos que transcendem a questão puramente econômica. O primeiro refere-se ao fato de que a condição de dependência não se dá apenas com base em elementos externos, mas, predominantemente, por condições internas que se originam na formação social da nação subordinada; para o estabelecimento do desenvolvimento capitalista dependente do Brasil, por exemplo, foi fundamental a subordinação da burguesia deste país aos interesses externos. O segundo: é imprescindível que o estado de dependência se irradie e se fortaleça no plano político, pois, sem isso, ele não se sustenta.

Em um contexto de dependência, pela imbricação que se efetiva da estrutura produtiva do país subordinado para com as necessidades do país dominante, o desenvolvimento daquele sempre é determinado pelo desenvolvimento deste último. Desta forma, a teoria marxista da dependência constitui instrumental indispensável à compreensão do processo de desenvolvimento capitalista de uma economia periférica como a brasileira e sua sociedade.

Estes pontos poderão ser melhor observados no capítulo IV desta dissertação. A seguir, como a leitura sobre a realidade escolhida se dará na perspectiva do trabalho

humano, será de imediato apresentado o conceito de trabalho a partir do qual foi implementada a presente pesquisa.

2.2 NOTAS SOBRE O SENTIDO DO TRABALHO

Embora a física, como ciência natural que é, reconheça como trabalho qualquer deslocamento de um corpo físico resultante de aplicação de uma força, o trabalho, na filosofia e nas ciências sociais, possui denotações mais amplas. Tal fato foi há muito capturado através da observação das diferenças entre os seres humanos e os demais animais da natureza. Efetivamente, o uso da força física por meio de estruturas biológicas praticamente iguais às dos seres humanos não confere aos primatas a capacidade social de trabalhar, ou seja, de agir além do instinto, idealizando um produto que encerre em si valor de uso.

O número das articulações e dos músculos, sua disposição geral são mais ou menos os mesmos nos dois casos; mas a mão do selvagem mais atrasado pode realizar centenas de operações que nenhum macaco pode imitar. Nenhuma mão de macaco jamais produziu a mais rústica faca de pedra (ferramenta). (ENGELS, 1935 apud LUKÁCS, 2011, p. 6).

Analogamente, a organização de uma colmeia de abelhas, em que vigora a divisão de tarefas entre seus indivíduos, não permite que se espere dessa instintiva disciplina transformações estruturais de qualquer que seja a colmeia⁵. Assim sendo, o trabalho é peculiaridade essencialmente humana e é por meio dele que cada homem se torna único na consciência de si e dos seus semelhantes, bem como toda a práxis social se constitui.

De acordo com Lukács (2011), o trabalho,

pode servir de modelo para a compreensão das outras posições teleológicas sociais, já que [...] é a forma originária (Urform) dessas posições. [...] o trabalho é a realização de uma posição teleológica é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens. (LUKÁCS, 2011, p. 8).

Desta forma, a observação da realidade historicamente constituída da vida humana, desde seus primórdios, permite identificar uma visceral relação entre as categorias de análise trabalho e desenvolvimento. Tal relação, estabelecida inextricavelmente no esforço de criação de ferramentas e no uso de recursos rudimentares que tornassem menos penoso o viver, pode ser verificada no pensamento da filosofia clássica ou moderna, nas ideias registradas por teóricos

⁵ É amplamente conhecida a comparação feita por Marx (1996, p. 298) entre a abelha e o arquiteto.

clássicos da economia e da sociologia, bem como em estudos mais recentes da psicologia. Pesquisadores de cada um destes ramos do conhecimento, na perspectiva de análise que lhes distinguem, trataram (e ainda tratam) das transformações estruturais na dinâmica social, ou seja, do desenvolvimento, provocadas pelo trabalho; descreveram como os seres humanos, trabalhando, modificaram (e ainda modificam) a si mesmos, seu modo de vida e as sociedades em que viveram(em).

2.1.5 Subsídios sobre o trabalho na antiguidade e no pensamento de Aristóteles, Hegel, Lukács e Arendt

No campo da filosofia ocidental da Idade Antiga, Aristóteles (século IV a.C.) foi um dos mais importantes pensadores que fez do trabalho objeto de suas ponderações. Identificando que a capacidade de raciocinar era uma distinção presente nas atividades do homem na sociedade, classificou os mais diversos tipos de trabalho realizados na Grécia da sua época de acordo com o *quantum* de razão que cada um deles incorporava (THIRY-CHERQUES, 2003, p. 5). Vivendo em uma sociedade em que o escravagismo era prática comum, tipificou os esforços como *poiein*, trabalho “inferior”, braçal e manual realizado pelos escravos, e como *prattein*, trabalho do intelecto, intencional, “com uma finalidade social, política e duradoura” (SEMERARO, 2013, p. 91). Para Aristóteles, nesta forma de organização social do trabalho, havia uma troca (THIRY-CHERQUES, 2003, p. 9): os servos executores do *poiein*, com seus resultados concretos, davam suporte aos cidadãos gregos, responsáveis pelo *prattein*, que administrava a vida dos escravos e a organização da sociedade, permitindo as realizações, por exemplo, na política e na ciência, determinantes do desenvolvimento. De acordo com Lukács (2011, p. 14), a essência geral do trabalho no pensamento aristotélico consiste na materialização de um projeto previamente idealizado e para cuja execução foram obtidos e elaborados os meios necessários. Nesse esquema, o trabalho na prática integra duas categorias filosóficas que historicamente se contrapunham: teleologia e causalidade – o trabalho não apenas define os fins, planejando-o e elaborando os meios de alcançá-los, como também o realiza mediante a materialização do novo.

Analisando o pensamento da Antiguidade acerca do trabalho para a construção da sua reconhecida tríade de categorias composta pela diferenciação entre trabalho, obra e ação, Arendt (2017, p. 102) destaca que está veementemente equivocada a

opinião moderna de que as atividades laborais de trabalhar e fabricar eram desdenhadas na Grécia Antiga, baseada no fato destas apenas serem exercidas por escravos. Segundo esta filósofa moderna judia-alemã, paradoxalmente, os antigos justificavam a escravidão como meio para a conquista da liberdade. Nas palavras da autora,

[...] Os antigos raciocinavam de modo contrário: achavam necessário ter escravos em virtude na natureza servil de todas as ocupações que fornecem o necessário para a manutenção da vida. Era precisamente com base nisso que a instituição da escravidão era defendida e justificada. Trabalhar significava ser escravizado pela necessidade, e esta escravização era inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem dominados pelas necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade dominando outros que eles, à força, sujeitavam à necessidade. (ARENDT, 2017, p. 102-103).

Esta visão, segundo Arendt, foi compartilhada na modernidade por Karl Marx, quando este afirma, no terceiro volume de *O Capital*, no seu capítulo 48, que “o reino da liberdade começa somente quando o trabalho determinado pela carência” e pela urgência das “necessidades físicas” termina.” (MARX apud ARENDT, 2017, p.107).

Marx que, segundo a própria Arendt (2005, p. 178), é “certamente o maior dos filósofos do trabalho”, foi por sua vez profundamente influenciado por Hegel, dois milênios depois de Aristóteles. Filósofo moderno alemão, Georg W. F. Hegel observaria o trabalho a partir de uma perspectiva distinta do pensamento da Antiguidade, analisando-o como atividade típica humana, que conduz o indivíduo a uma vida que transcende a simples existência orientada pelos instintos animais, graças aos instrumentos, ferramentas e técnicas que com ele são criadas. Para ele, a ação laboral permite àquele que a realiza externalizar-se naquilo que é produzido, levando-lhe à autoidentificação, mediante a consequente diferenciação de si (sujeito criador), em relação com a sua criação (objeto criado). Tal atividade, direcionada ao atendimento de determinada necessidade, acaba por servir também como meio de interação com outros indivíduos que têm demanda similar. Assim, o trabalho, além de fator de definição do indivíduo, constitui simultaneamente elemento de agregação dos seres humanos. Nas palavras de Semeraro, inspiradas em Hegel, “o homem, ao trabalhar, forma sua consciência e ao atender a uma necessidade determinada acaba satisfazendo a demanda de outros, de modo que sua operosidade tem um reflexo social” (SEMERARO, 2013, p. 88). Este reflexo social representa implicitamente melhorias de condições de vida da coletividade na qual se integra o indivíduo

realizador do trabalho. Seu esforço resulta no desenvolvimento de si mesmo e da comunidade à qual pertence.

Aristóteles e Hegel, segundo György Lukács (2011, p. 8), compreenderam a teleologia do trabalho a ponto de suas colocações não carecerem de mais que ligeiros complementos que ponham o trabalho na ontologia do ser social como uma e não a única categoria fundamental. Na sua obra “Para Uma Ontologia do Ser Social”, o filósofo húngaro define o ser social como um estágio evolutivo superior à simples vida orgânica dos seres humanos e do qual é impossível retroceder. Nas suas palavras,

[...] é interdita, de antemão, qualquer experiência que nos possa fazer retornar aos momentos de passagem da prevalência da vida orgânica à socialidade. É exatamente a total irreversibilidade do caráter histórico do ser social que nos impede de reconstruir, por meio de experiências, o *hic et nunc* (aqui e agora) desse estágio de semelhante transição. (LUKÁCS, 2011, p. 3).

Tal transformação estrutural na vida humana é cientificamente posta, ainda hoje, como um salto evolutivo, marcado ontologicamente na sua fase superior de sociedade por quatro categorias: trabalho, linguagem, cooperação e divisão do trabalho. Embora reconheça ser inextrincável a relação entre estas quatro categorias e que a compreensão de qualquer uma delas somente se faz adequada a partir da observação da interação entre elas, Lukács (2011). defende a necessidade de iniciar sua análise pela primeira: o trabalho.

Esta escolha metodológica se dá por considerar o trabalho como fato intermediário, de ligação entre o ser puramente biológico e o ser social. O trabalho demarca a transição de um estágio ao outro realizada pelo humano que não mais apenas sobrevive, mas que também ainda não vive em sociedade: o ser que trabalha. Apoiando-se nos escritos de Marx, o autor arremata sua argumentação apresentando o trabalho como o fator mediador do metabolismo entre o ser humano e a natureza do qual resulta a criação de valores de uso fundamentais à existência do indivíduo. Portanto, o trabalho constitui o “fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 2011, p. 5). As demais categorias que caracterizam o ser social, de acordo com seu pensamento, surgiriam do próprio trabalho de forma não sucessiva, mas simultânea.

Esta abstração inicial acerca do trabalho passa a ser posta em segundo plano à medida que esse autor começa a tratá-lo sob sua perspectiva teleológica. A partir deste ponto vista, é possível identificar o “para quê” o ser social trabalha. Isto porque

[...] Só é lícito falar do ser social quando se compreende que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o processo de tornar-se algo autônomo, se baseiam no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas. (LUKÁCS, 2011, p.13).

Em obra publicada poucos anos antes de *Para Uma Ontologia do Ser Social* (1963), Hannah Arendt, n' *A Condição Humana* (1958), expôs muitas das suas reflexões acerca da categoria trabalho, tendo como ponto de partida a questão: “em que consiste uma vida ativa? *O que fazemos quando estamos ativos?*” (ARENDR, 2005, p. 175). A autora, que busca no pensamento filosófico da Antiguidade os elementos iniciais para o desenvolvimento da sua resposta, parte da admissão da existência de dois modos (ou estados) de vida: a *vita contemplativa* e a *vita activa*. O primeiro estado, de contemplação, é sempre dependente, direta ou indiretamente, das atividades que se realizam no segundo. A classificação dessas atividades que definem a vida ativa é o lastro teórico e o ponto inusitado trazido por Arendt à filosofia moderna do trabalho. Segundo ela,

[...] ninguém pode permanecer em estado contemplativo durante toda a sua vida. [...] a vida ativa é [...] aquela de que nenhum homem pode escapar completamente. Pois é próprio da condição humana que a contemplação permaneça dependente de todos os tipos de atividade – ela depende do *trabalho* para produzir tudo o que é necessário para manter vivo o organismo humano, depende da *fabricação* para criar tudo o que é preciso para abrigar o corpo humano e necessita da *ação* para organizar a vida em comum dos muitos seres humanos, de tal modo que a paz, a condição para a quietude da contemplação, esteja assegurada. (ARENDR, 2005, p. 176, grifos nossos).

Portanto, a resposta para a questão proposta pela autora poderá ser elaborada a partir da compreensão das categorias trabalho, obra (ou fabricação) e ação, bem como da interação existente entre elas. Esses três tipos de atividade humana, quando comparados com a contemplação, apresentam de forma mais clara, como elemento comum que lhes caracteriza, a inquietude. Esta característica é, certamente, segundo Arendt (2005, p. 176-179), uma das raízes da tendência à não distinção entre as atividades. “Consideradas do ponto de vista da contemplação, não importa o que perturba a necessária quietude já que ela é perturbada.” (ARENDR, 2005, p. 176).

A adoção da distinção entre trabalho (*labor*) e obra (*work*) é historicamente evidenciada pela existência de duas palavras independentes em todas as línguas da Europa antiga e moderna para designar o que, de forma mais efetiva, a partir da Revolução Industrial, veio a ser considerado como uma atividade única (ARENDR, 2017, p. 98). A autora acredita ser esta a origem do que ela diz ser uma falha na

construção teórica de Marx. Estimulado pelo momento histórico por ele vivido, seu pensamento acaba por seguir a tendência moderna de glorificação da obra (da fabricação), da visão do homem muito mais na sua posição de *homo faber*, em detrimento das posições de *animal laborans* e de homem que age.

A crítica por ela realizada a Marx não será elemento de discussão no âmbito da presente pesquisa. Indiscutivelmente, sua contribuição ratifica a relevância da categoria trabalho como fator fundamental de compreensão da realidade humana e suas transformações. Entretanto, para uma avaliação aprofundada das correções sugeridas por Arendt na teoria do trabalho de Marx, há de se destacar o alerta feito pela pensadora na abertura do terceiro capítulo de *A Condição Humana*, quando diz:

No capítulo seguinte, Karl Marx será criticado. Isso é lamentável em uma época em que tantos escritores que outrora ganharam a vida pela apropriação, tácita ou explícita, da grande riqueza das ideias e intuições marxianas, decidiram tornar-se antimarxistas profissionais; no decurso de tal processo, um deles até descobriu que o próprio Karl Marx era incapaz de se sustentar [*to make a living*], esquecendo-se por um instante das gerações de autores que ele “sustentou” [*supported*]. Ante tal dificuldade, posso evocar a declaração feita por Benjamin Constant, quando se sentiu compelido a atacar Rousseau: “*J'eviterai certes de me joindre aux detracteurs d'un grand homme. Quand le hasard fait qu'en apparence je me rencontre avec eux sur un seul point, je suis en defiance de moi-meme; et pour me consoler de paraître un instant de leur avis [...] j'ai besoin de desavouer et de fletrir, autant qu'il est en moi, ces pretendus auxiliaires*”. (“Certamente, evitarei a companhia dos detratores de um grande homem. Quando o acaso faz com que aparentemente eu esteja de acordo com eles sobre um único ponto, começo a suspeitar de mim próprio; e para consolar-me de parecer por um instante defender sua opinião [...] preciso repudiar e conservar distante de mim, tanto quanto eu puder, esses pretensos auxiliares). (ARENDR, 2017, p. 97).

2.1.6 Alguns elementos da perspectiva clássica na economia e na sociologia

Para a ciência econômica, o trabalho constituiu o elemento básico da proposição das suas primeiras teorias, elaboradas com vistas a explicar o desenvolvimento do sistema de produção capitalista. A relação entre trabalho e desenvolvimento é verificada na Riqueza das Nações, publicação daquele que é considerado o pai do liberalismo econômico. Nela, Smith expõe como um dos seus elementos introdutórios a teoria do valor trabalho e a análise do papel da divisão do trabalho no aumento do excedente sobre os salários. Esta “sobra” permitiria, por sua vez, o crescimento do estoque de capital, base para o desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade (SMITH, 1996a). Na sua análise, portanto, o trabalho e

a divisão do trabalho, juntamente com outros fatores de ordem econômica e política, a exemplo do livre comércio, constituem elementos geradores de riqueza para as diferentes nações. Embora fortes e coerentes críticas tenham sido feitas por Marx (1996) às teorias de Smith, estas, entretanto, também têm no trabalho humano a base fundamental do desenvolvimento econômico.

Como categoria de análise da sociologia, o labor humano perpassou o pensamento de Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber, que o tiveram como base de construção de suas teorias sociais (GIDDENS, 1994). Pode-se certamente afirmar que as metodologias de análise da sociedade por parte dos pais da sociologia clássica foram influenciadas por pelo menos dois fatores comuns. O primeiro diz respeito ao espaço-tempo vivenciado por cada um deles, marcado pelas consequências socioeconômicas da Revolução Industrial na Europa no século XIX, período do surgimento das cidades industriais inicialmente na Inglaterra e depois na França e na Alemanha. O segundo refere-se ao uso das relações sociais baseadas no trabalho como componente explicativo das suas teorias. Embora tenham tratado da categoria trabalho a partir de perspectivas diferentes, esta se fez presente como ponto coincidente para a estruturação de suas explicações sobre a organização social e seu desenvolvimento.

Um dos elementos centrais do método marxista é a premissa materialista da história. Para Marx, é o homem na sociedade que, com seu trabalho, seja com vistas à sobrevivência, seja para fins da organização social, modifica o mundo material e lhe imprime a história. O homem vive e faz história graças ao metabolismo que estabelece com a natureza através do trabalho, sendo este, portanto, uma “eterna necessidade natural da vida social” (OFFE, 1989, p. 168). Por isso, uma concepção de um mundo ideal somente é possível se feita com base na análise do mundo real, concreto e objetivo, constituído e construído pelos seres humanos por meio do trabalho. Nesse contínuo processo dialético, os seres humanos, ao tempo que (re)criam o mundo, também se desenvolvem.

Desse ponto de vista, Marx traça como um dos seus principais objetivos a construção de uma crítica à economia política e de uma teoria que explicasse o funcionamento do modo de produção social vigente na sua época. Para isso, ele enxergava que elementos e conceitos como capital, preço, bens e produtos existem em função da vida humana e, de forma mais significativa, da existência desta

intrinsecamente relacionada à vida em sociedade. Neste sentido, todos os fenômenos econômicos são, *a priori*, de natureza social.

Por isso, analisando as teorias econômicas clássicas de Smith e Ricardo, Marx critica a ideia da naturalização da propriedade privada e da busca por lucro. Estas duas criações humanas, estando na base da constituição do modo de produção capitalista, contribuem para a formação da classe proletária, de trabalhadores sem acesso aos meios de produção aos quais, para que sobrevivam e se reproduzam, resta a alternativa de vender força de trabalho, forma mais pura do trabalho. Marx (1996, p. 98) define o trabalhador como sendo aquele que vende sua força de trabalho, cedendo àquele que a compra o direito de dispor dessa força pela quantidade de tempo definida. Esta alienação do trabalho é realizada no espaço social subjetivo conhecido como mercado de trabalho.

A partir de uma perspectiva de análise distinta da marxista, Durkheim na sua obra “Da Divisão do Trabalho Social” também aborda o tema trabalho sob o prisma da divisão do trabalho como fato social. Os fatos sociais são formas de sentir, pensar e agir culturalmente estabelecida em uma determinada sociedade, exteriores e que precedem a existência do indivíduo, que o coagem a apresentar comportamentos similares aos dos demais integrantes do seu grupo social. Estes são por consequência objetos mediante os quais a ciência social deve ser estudada e desenvolvida.

Contrapondo-se aos teóricos clássicos da economia, Durkheim afirma que “o mais notável efeito da divisão do trabalho não é que aumenta o rendimento das funções divididas, mas que as torna solidárias.” (DURKHEIM, 1999, p. 27). A divisão do trabalho tem, portanto, o papel de “tornar possíveis sociedades que, sem ela, não existiriam” (DURKHEIM, 1999, p. 27). Assim, a divisão do trabalho não é um princípio econômico, mas antes um princípio existencial de uma sociedade, base para sua constituição e desenvolvimento.

Desta perspectiva de análise social, são concebidos os conceitos de solidariedade mecânica e orgânica. A primeira caracteriza as sociedades primitivas, onde seus integrantes compartilham de similares valores religiosos e interesses materiais para a sobrevivência individual e coletiva, assemelhando-se mais em comportamento e nas funções sociais que desempenham; são regidos por regras e instituições consuetudinárias. A segunda, orgânica, caracteriza a sociedade do sistema de produção capitalista, com os indivíduos que se orientam por uma consciência

individual mais aguda, diferenciando-se uns dos outros por diversos valores religiosos e interesses econômicos mais individualizados. Nesse ambiente social, há maior diversidade de funções, com tendências gradativamente mais intensas à especialização produtiva (divisão do trabalho social), que, por sua vez, demanda maior interdependência entre seus componentes humanos. Tal realidade requer um aparato legislativo formal de complexidade proporcional à diversidade de valores e interesses abrangidos por esta sociedade.

O ganho de complexidade da organização social humana que resulta da divisão do trabalho social representa, implicitamente, o desenvolvimento social, transformações estruturais da sociedade. Não se trata apenas do desenvolvimento das forças produtivas, mas da capacidade organizacional humana decorrente do trabalho também intelectual.

Embora necessariamente não fosse o objetivo de Weber contribuir com as leituras sociológicas de Marx e Durkheim acerca do trabalho, o clássico pensador observa o trabalho de perspectiva não conflitante com os autores anteriores e que lhes é complementar. Na sua obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber identifica como os valores religiosos do protestantismo se coadunaram com o que ele chamou de “espírito” do capitalismo, contribuindo para a forma como este último se desenvolveu no ocidente, em especial na Europa e nos Estados Unidos. Enquanto Marx observa o trabalho como meio humano de construção da história e sua exploração como base da acumulação do capital, e Durkheim, na divisão social do trabalho, como fator de coesão social, estabelecimento e desenvolvimento da solidariedade orgânica, Weber aponta a visão espiritual do trabalho do homem na Terra, na ética protestante, como fator chave para o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo ocidental.

Weber identificou que a difusão desses novos valores religiosos fez do trabalho, nas mentes dos trabalhadores, não mais algo penoso e torturante, a ser realizado apenas na quantidade suficiente que permita a manutenção e reprodução da vida; laborar passou a ser um princípio de caráter das pessoas que buscavam o divino por meio da abstenção aos prazeres mundanos, sendo por isso, desde a vida material, remuneradas com riqueza e prosperidade. Não importava a sua origem social, mas sim a necessidade de atender à vocação divina nos seres humanos para o trabalho.

Em afirmativa que dialoga com o conceito de exército industrial de reserva de Marx, Weber destaca que “a presença de um excesso de população que possa

modicamente ser contratada no mercado de trabalho é uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo.” (WEBER, 1999, p. 39). Entretanto, essa estaria longe de ser uma condição suficiente e, sozinha, poderia se tornar um entrave ao capital. Ele acrescenta que “[...] baixos salários não são de modo algum idênticos ao trabalho barato. De um ponto de vista puramente quantitativo, a eficiência do trabalho decresce com um salário que seja fisiologicamente insuficiente, que pode a longo prazo, equivaler a uma “sobrevivência da incompetência.” (WEBER, 1999, p. 39). Por isso, a acumulação capitalista no longo prazo demandou que o trabalho fosse “executado como um fim absoluto por si mesmo – como uma *vocação*.” (WEBER, 1999, p. 39). Marx, que foi anterior a Weber, possivelmente, identificaria nessa visão a “bênção divina” para a exploração do trabalho que historicamente se intensificou com o desenvolvimento da produção industrial.

Com base nas ideias de Smith, Marx, Durkheim e Weber, pode-se destacar três elementos que lastrearam o fenômeno da Revolução Industrial a partir da Inglaterra na segunda metade do século XVIII, constituindo um caminho sem volta para profundas transformações no mundo do trabalho e nas condições da vida cotidiana. O primeiro foi a formação de massivo contingente populacional ao qual fosse imperativo oferecer sua capacidade produtiva em troca de condições mínimas de sobrevivência. O segundo, o domínio mental de uma cultura religiosa em que tal oferta significasse simultaneamente a aceitação de condições miseráveis de vida como meio de salvação pós-morte. O terceiro, que se tornou possível graças a invenção da máquina a vapor aplicada à realização de subtarefas da produção manufatureira, a intensificação da divisão do trabalho.

Como a integração perfeita desses três elementos serviram (e ainda hoje servem) como fundamentos basilares do desenvolvimento industrial é o que será visto mais à frente.

2.1.7 Transformações mentais: o trabalho na perspectiva psicológica

No final do século XIX, a psicologia dava seus primeiros passos sistemáticos como ramo de conhecimento humano. Seus pesquisadores, encarregando-se pelo estudo do comportamento humano e das funções da mente, não puderam deixar

passar despercebida a relevância do trabalho como fator de intensa influência sobre seus referidos objetos de estudo.

Mendes (1995, p. 34) destaca que a racionalização do trabalho desenvolvida por Taylor e o *management* na passagem do século XIX para o XX gerou na modernidade a necessidade de aprofundamento da compreensão das relações entre a mente humana e o trabalho realizado. Freud, em escritos publicados pouco antes da Grande Crise de 1929, apresenta as primeiras ideias sobre psicopatologias relacionadas às atividades humanas no trabalho. Mas é no final do século XX, mais de cem anos depois dos alertas realizados por Marx sobre os males decorrentes do trabalho industrial na Inglaterra do século XIX, que o pesquisador francês Christophe Dejours define as bases do estudo da psicodinâmica do trabalho.

Sem desconhecer as áridas consequências políticas e sociais, bem como das resistências que adviriam das revelações que suas investigações científicas fariam, já na introdução de seu “A Loucura do Trabalho”, Dejours indicou como propósito deste ramo da psicologia expor o que há muito tempo fora negligenciado pelos estudos acerca do ser humano no trabalho e que colocava em risco a vida mental dos indivíduos. Entendendo ser a organização do trabalho a resultante da divisão do trabalho, do conteúdo das tarefas a serem realizadas, das modalidades de comando postas em prática, das relações de poder desenvolvidas e de questões relacionadas ao sentido de responsabilidade, como base para a realização das suas pesquisas iniciais, o autor propõe as hipóteses de que

A organização do trabalho exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme às suas necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos – isso é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada. (DEJOURS, 2015, p. 173).

Reconhecendo-se que a organização do trabalho como definida por este autor foi a base da Revolução Industrial, pode-se, por via de consequência, identificar nesse fato histórico o elemento desencadeador das mais profundas transformações da psique humana e da sociedade como um todo. Assim sendo, passa-se na parte seguinte deste capítulo a identificar, mais detidamente, de forma sucinta, a interação entre os fenômenos do desenvolvimento e do trabalho no capitalismo.

2.3 NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DE UM NOVO MUNDO – ERA TUDO INIMAGINÁVEL...

[...] E sem o seu trabalho, um homem não tem honra. E sem a sua honra, se morre, se mata (Luiz Gonzaga Jr.).

A história testemunha que o desenvolvimento da vida humana em sociedade é produto da divisão do trabalho social e que, o desempenho de cada atividade laboral, seja esta ligada à produção material ou à intelectual, é determinantemente influenciada por condições naturais, tecnológicas, econômicas, político-institucionais e sociais do tempo-espaço. Assim foi que a Europa Ocidental e os Estados Unidos, no período de aproximadamente duzentos anos, que partem do final do século XVIII até o início dos anos de 1970, abrangeram transformações estruturais fundamentais à compreensão, nos dias de hoje, da relação entre trabalho e desenvolvimento. A maior de todas e que abrange as demais foi indubitavelmente a Revolução Industrial.

Segundo Hobsbawm (2006), somente por meio da compreensão do seu significado histórico torna-se possível compreender a dinâmica social que se desencadeou nos anos que lhe sucederam. A Revolução Industrial representou um "terremoto social", que transformou, à sua época, e cujos desdobramentos que dela se derivaram ainda hoje transformam profundamente a vida humana na Terra. Seus maravilhosos avanços no campo produtivo e também da ciência trouxeram consigo mudanças sociais radicais. Intensificou a urbanização, segregou massas de pessoas que passaram a viver de forma indigna, entregues à miséria, fome, doença, promiscuidade, suicídio, infanticídio e violência urbana.

Lendo-se este importante processo histórico a partir da perspectiva do labor humano, pode-se verificar que o desenvolvimento dele resultante transformaria, de forma indelével, as relações sociais que se institucionalizam em decorrência do trabalho. Para a realização de tal leitura, fazem-se necessários o resgate dos fatos que levaram a humanidade a esta revolução e a compreensão do que ela representou para o mundo do trabalho.

Nos trezentos anos que antecederam a referida Revolução, a burguesia comercial europeia teve nos adventos das Grandes Navegações, da Reforma

Protestante e do Renascimento os propulsores do seu poder não apenas econômico, mas principalmente político. Com base neste poder, os agentes burgueses foram responsáveis pelo desencadear da lógica progressista, de ordem cultural, tecnocientífica, política e econômica, que colocava a “deusa” razão como elemento central, sintetizada no Iluminismo⁶. Na Inglaterra, somaram-se as condições políticas, econômicas e sociais que fizeram deste país o agente histórico em melhor posição para protagonizar, com seu poderio e a seu benefício, as transformações dela decorrentes nas demais nações.

Nesse país, “a política já estava engatada ao lucro. [...] (e) o dinheiro não só falava como governava.” (HOBSBAWN, 2006, p. 40). As excepcionais recompensas que as fábricas conferiam aos seus proprietários lhes davam condições para uma rápida expansão da capacidade produtiva e a firme atuação política e militar do governo garantia-lhes o monopólio da venda dos produtos industriais da época. Nesse período, a navegação inglesa evoluiu a ponto de conquistar hegemonia na guerra e nas atividades mercantis⁷; os tratados comerciais politicamente obtidos junto aos países ibéricos transferiram as riquezas das colônias americanas para a sua burguesia comercial; a prática dos cercamentos, juntamente com os avanços na produtividade agrícola geraram, simultaneamente: (1) capacidade de produzir alimentos para uma população maior que a inglesa; (2) integração entre a produção rural e a indústria nascente; e (3) excedente para o comércio. Assim sendo, nenhum outro país poderia realizar melhor a ruptura dos limites na capacidade de produção de mercadorias que foi a Revolução Industrial.

2.1.7.1 Avanços econômicos, crescimento demográfico e migração populacional

Em decorrência da transformação da estrutura econômica, nesses três séculos que precederam a Revolução Industrial, com avanços tanto na manufatura como na

⁶ Os ideais iluministas, que politicamente se traduziam nos ideais democráticos norteadores da Revolução Francesa, na Inglaterra, serviram de base para a conquista do poder político pela burguesia que culminou na Revolução Gloriosa e para avanços científicos e tecnológicos que viriam a oportunizar à burguesia inglesa a ampliar de forma até então inimaginável a produtividade do trabalho (DE MASI, 2001).

⁷ Desde este período preliminar à Revolução Industrial, o governo monárquico britânico, contrariando todo o receituário que mais tarde Smith prescreveria para as demais economias, havia adotado sistematicamente políticas de proteção e fomento à produção fabril e agrícola, de forma que a produção do campo, além de alimento, atendesse com matérias primas as manufaturas (LIST, 1986; HOBSBAWN, 2006).

agricultura, verificar-se-ia no território britânico uma modificação da estrutura sociodemográfica. Os cercamentos e outras políticas adotadas pelo governo inglês foram retirando da população eminentemente rural daquele país as condições de manutenção e reprodução vida humana baseada na produção de subsistência. O capital industrial, ávido por elevar suas margens de ganho, demandaria por redução dos salários e ampliação do mercado consumidor que foram facilitadas com a migração dessas pessoas totalmente desprovidas de meios de sobrevivência para o entorno das indústrias. Gerou-se fome, para se saciar a vontade de lucrar. A “expulsão” das pessoas para os centros manufatureiros ou de serviços daria origem a um grande contingente de mão de obra mais que necessário às fábricas ou ao comércio/serviços, bem como ampliaria a demanda pelas mercadorias produzidas. Tal conjunto de seres humanos comporia uma classe social dependente do salário: os trabalhadores ou classe proletária⁸.

A Tabela 1 apresenta a variação populacional de quatro cidades industriais britânicas ao longo das quatro primeiras décadas do século XIX.

Tabela 1 - Crescimento populacional de quatro cidades industriais britânicas entre os anos de 1801 e 1841

CIDADE	POPULAÇÃO URBANA		Δ%
	1801	1841	
Manchester	35.000	353.000	909%
Leeds	53.000	152.000	187%
Birmingham	23.000	181.000	687%
Sheffield	46.000	111.000	141%

Fonte: Th Rothstein (apud HUBERMAN, 1986, p. 166).

De forma análoga, guardando peculiaridades do espaço e do tempo, tal fenômeno demográfico se repetiria não apenas nas economias industriais centrais do capitalismo, como também nas periféricas. A urbanização da população se mostra como condição historicamente verificada para o desenvolvimento industrial capitalista de uma unidade territorial. Além dela, outras estruturas sociais também se apresentam de forma indispensável.

⁸ Usado inicialmente na Roma Antiga para designar a classe mais desprivilegiada da sociedade, o termo proletário, à época da Revolução Industrial, foi retomado pelos referidos autores. Em 1845, Engels (1969, p. 55) faz uso da expressão *the new proletariat* como sinônimo da classe trabalhadora inglesa.

2.1.7.2 Produzir riqueza e aumentar a miséria?!?! Um extraterrestre teria dificuldades para entender

Antes da Revolução Industrial, predominava na Europa feudal o trabalho servil, extrativo e artesão que serviam de base para a produção e troca e, nas estruturas socioeconômicas coloniais, o trabalho escravo. A partir da Revolução, iria se iniciar a disseminação global do trabalho assalariado. Nessa perspectiva, o processo de emigração rural (ou urbanização das populações), em busca de vagas de trabalho, de condições de sobrevivência, constituiu (e ainda constitui) um fator básico para a difusão desse tipo de trabalho, formando e ampliando o mercado de trabalho pelo lado da oferta.

Crescentemente amontoados nas periferias das fábricas, os desprovidos de meios de produção (terra, insumos, ferramentas, etc.) tinham como única alternativa para o atendimento dos seus imperativos fisiológicos e de suas famílias ofertarem sua força de trabalho por um período de tempo em troca de um punhado de moedas que lhes permitisse a auto sustentação. Por outro lado, por parte dos donos das fábricas, esta era a nova condição social desejada: dispor de mão de obra que, dadas as péssimas condições de vida, se sujeitasse a receber um valor que desonerasse, ao máximo, seus ganhos; valor que fosse apenas uma fração mínima do resultado gerado pela aplicação desse trabalho nas máquinas da sua empresa; exíguo, a ponto de fazer o trabalhador voltar sempre a ofertar mais tempo da sua força de trabalho, e suficiente, para a manutenção das suas mais básicas necessidades – sobrevivência e reprodução. Esse contexto representou para a nova classe trabalhadora uma angustiante insegurança econômica, que tornava imperativa a sua submissão social a desumanas condições de trabalho. Para os donos das fábricas, maiores lucros (DEJOURS, 2015, p. 15; HUNT, 2013, p. 228; OFFE; HINRICHS, 1989).

Identificando tal realidade, Alexis de Tocqueville (apud HOBBSAWN, 2006, p. 36) anota em seu diário de estudo, na cidade industrial de Manchester, em 1835, que: “Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade; aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem”⁹. O desespero e o desalento diante desta

⁹ Do original: “From this filthy sewer pure gold flows. Here humanity attains its most complete development and its most brutish; here civilization works its miracles, and civilized man is turned back almost into a savage” (TOCQUEVILLE, 1958).

desumana situação levaram as pessoas a buscarem formas de "auto-ajuda" que lhes pudessem distanciar da realidade de ser transformado em um trabalhador pobre e miserável, que lhes afastasse daquela realidade que a coletividade social lhes apontava como inexorável. Amplamente comuns passaram a ser o alcoolismo, o suicídio, o crime e a religiosidade como expressões individuais do sentimento social de impotência para a transformação da vida que se degradava. As atrozes condições de vida e a total falta de expectativa de mudança daquele quadro social, minava as disposições políticas dos trabalhadores das fábricas, ferrovias, lavradores e serviçais. Existia uma grande massa apática de trabalhadores¹⁰ (HOBSBAWN, 2006, p. 207).

Huberman faz uma provocação interessante sobre tal realidade. Segundo este historiador norteamericano,

Se um marciano tivesse caído naquela ocupada ilha da Inglaterra teria considerado loucos todos os habitantes da Terra. Pois teria visto de um lado a grande massa do povo trabalhando duramente, voltando à noite para os miseráveis e doentios buracos onde moravam, que não serviam nem para porcos; de outro lado, algumas pessoas que nunca sujaram as mãos com o trabalho, mas não obstante faziam as leis que governavam as massas, e viviam como reis, cada qual num palácio individual. (HUBERMAN, 1986, p. 162).

É fato que, na história das civilizações, sempre existiram os mais pobres e os mais ricos. Mas, os primeiros, antes da difusão das indústrias como fabricantes da enorme maioria dos produtos que se consome, na posição de camponeses agricultores ou artesãos, possuidores de meios de produção que permitiam suprir suas necessidades materiais básicas, viviam dignamente; até mesmo os escravos, na qualidade de força de trabalho, eram mantidos minimamente por seus senhores. A Revolução Industrial, inquestionavelmente, foi processo histórico que possibilitou a geração de muita riqueza material e maravilhosos avanços científicos. Com a mesma intensa certeza, pode-se afirmar que ela teve a miséria humana e a intensificação das desigualdades sociais como suas principais consequências (HUBERMAN, 1986; HOBSBAWN, 2006; ENGELS, 1969).

¹⁰ Guardadas as devidas diferenças do tempo e do espaço, tal sentimento gerava resultados semelhantes aos que se verifica hoje entre muitos brasileiros diante da crise econômica, política e, conseqüentemente, social vivenciada pelo seu país.

2.1.7.3 Quem trabalhava? Como? Onde?

Vivendo numa sociedade cuja jornada de trabalho legal é de oito horas diárias, com direito a período diário de descanso e alimentação, bem como folga semanal; em que o tempo trabalhado além deste estipulado por força de lei deve ser remunerado com acréscimo de 50% do valor de contrato e limitado a um determinado máximo de horas extras periódicas; na qual se paga valores adicionais aos trabalhadores expostos a locais insalubres ou que oferecem risco de vida; em que grande número de ambientes laborais é iluminado, ventilado ou refrigerado, estruturados com máquinas e mobílias que atendem a normas de ergonomia, e com oferta de água e até café, possivelmente constitua a um brasileiro uma boa oportunidade de reflexão sobre a evolução da humanidade estudar sobre o trabalho que era realizado nas indústrias inglesas do século XIX, há pouco mais de 150 anos, em período que antecedeu em mais de cinco décadas a abolição da escravatura no seu país.

Em uma fábrica moderna da primeira metade do século XIX, um ser humano trabalhava, quando pouco, por doze horas ininterruptas, ou, como era a praxe, por catorze a dezesseis horas diárias, frequentemente em pé. Os galpões eram mal iluminados, sem ventilação, com máquinas que, embora na época fossem da mais avançada tecnologia, não eram elaboradas pensando-se na saúde do trabalhador. Era possível até que este ser humano fosse proibido e mesmo punido por parar de trabalhar para se hidratar. Atender às necessidades fisiológicas da alimentação ou da excreção não era possível diante do imperativo de fazer as máquinas “se pagarem”. Afinal, era este o maior objetivo das novas maravilhas e não tornar mais leve o trabalho humano (HUBERMAN, 1986, p. 163-164).

Por isso, para que quanto antes fosse alcançado o *payback*, a pessoa que a operava recebia por seu tempo de trabalho um valor único, que quanto menor fosse mais contribuiria para os propósitos empresariais. Tal valor era pactuado diretamente entre ela, que nada tinha além da força física e do seu tempo de vida, e o seu empregador, dono da fábrica, de seus equipamentos, da matéria prima e de um necessário capital de giro. Nesse contexto, não é difícil identificar, observando-se as bastante distintas condições de vida de cada um desses dois indivíduos, quem dentre eles possuía maior poder nessa negociação.

Naturalmente, tais condições de trabalho, levaria a um improvável leitor, que nunca tenha estudado nada sobre a Revolução Industrial, a imaginar que os seres humanos que se submeteram a tais esforços fossem do sexo masculino, com razoável compleição física para suportar tão indesejáveis condições. Que eles fossem inclusive mais valorizados pelos empregadores. Caso assim venha a pensar, estará historicamente errado.

Isto porque, tão profunda era a miséria e tamanha a quantidade de pessoas em busca do “pão de cada dia”, que a grande maioria dos indivíduos pobres, independentes do sexo e da idade, se viam obrigados a ofertar a sua força de trabalho na esperança desta vir a ser aceita por algum “caridoso”¹¹ empresário. Assim que, muito natural foi no desenvolvimento industrial o emprego feminino e de crianças de apenas sete anos de idade. Até porque, ao “ajudar” essas mães e suas crianças, pagava-se a elas remunerações mais módicas, por não apresentarem os mesmos atributos dos fortes e experientes homens. Estes, frequentemente, “ficavam em casa” desocupados (HUBERMAN, 1986, p. 164).

2.1.7.4 A inevitável luta

Ainda nas últimas décadas do século XVIII, revoltas nascidas da dura realidade do trabalhador assalariado acabaram por ser direcionadas às novas máquinas que foram frequentemente destruídas, gerando reação por parte dos empregadores ingleses. Apoiados no Estado britânico, os proprietários das máquinas conseguiram criar a Lei da Associação, de 1799, e tornar a depredação de máquinas crime capital, em 1812 (HUNT, 2013, p. 229; HUBERMAN, 1986, p. 171). Eram as primeiras estratégias de combate na luta de classes que se configurava. A Lei de Associação, dissimulando uma necessidade de manutenção da ordem, acima de tudo, representou a primeira tentativa de conservar a debilidade dos trabalhadores. Diante da clara iminência de ganho de força da classe operária a partir da sua organização, os donos das fábricas agiam no sentido de impedir o fortalecimento dos seus empregados como classe que se reconhecia de forma cada vez mais nítida.

No seu clássico estudo História da Riqueza do Homem, o historiador Leo Huberman traz um interessante parecer da justiça britânica. Acusando de conspiração

¹¹ Na sessão seguinte, será mostrada que esta era a visão que a justiça britânica tinha dos capitalistas.

nove chapeleiros que se reuniam para discutir sobre os pontos de interesses comuns entre eles enquanto trabalhadores, os sentenciou a dois anos de prisão. Afirmou o juiz que

[...] Neste feliz país (Inglaterra dos anos 1810) onde a lei coloca o menor súdito em igualdade com a maior personagem do reino, todos são igualmente protegidos, e não pode haver necessidade de se associar. A gratidão nos devia ensinar a considerar um homem como o Sr. Jackson, que emprega de 100 a 130 pessoas, como um benfeitor da comunidade. (HAMMOND apud HUBERMAN, 1986, p. 176).

Estas determinações legais, criadas para tentar intimidar aqueles que já enxergavam ser a articulação coletiva o único meio de busca por melhores condições, não tiveram o sucesso almejado. Em verdade, serviram como sinais de que conquistas sociais por parte dos trabalhadores não seriam fáceis e precisariam vir por outros meios, melhorando e ampliando as formas de ação do proletariado com vistas a transformar aquela indesejada realidade.

Para compreender a evolução do movimento trabalhista que surgia, é importante destacar que na sua maior parte, a camada pobre das crescentes populações das cidades industriais era formada por: (1) trabalhadores das manufaturas que migraram do campo para as proximidades das fábricas; (2) pessoas nascidas já na cidade, mas cujos pais ou antepassados foram camponeses; 3) artesãos empobrecidos, cujas atividades não mais resistiam à competição com os novos padrões de produtividade; e (4) servos da aristocracia e da classe média burguesa crescente. Embora a pobreza fosse uma característica comum a todos eles, ela atingia e gerava reações em cada subgrupo de distintas maneiras (HOBBSAWN, 2006, cap. XI). Dentre estes, eram os artesãos os mais esclarecidos e que mais insatisfação e revolta apresentavam (HOBBSAWN, 2006, p. 210-216). Embora não se possa considerá-los como tendo sido pessoas ricas, haviam vivido de forma digna com os resultados que obtinham com seus trabalhos.

Assim, o movimento operário e os ideais socialistas nasceram sob a liderança não dos trabalhadores industriais, a quem não havia sido dada a oportunidade de maiores esclarecimentos formais e de desenvolvimento intelectual. Foram os então novos pobres, antigos artesãos, que, prejudicados pela adoção das máquinas para a produção que antes era por eles realizada, despertaram os trabalhadores para o conflito de interesses sociais que claramente vinha se consolidando naquele novo

modo de regulação em estruturação do capitalismo industrial¹². As infernais condições de vida dos extratos mais pobres da sociedade industrial que habitavam as cidades foram fator primordial para o surgimento desses novos processos sociais.

Intensificaram-se as revoltas e, já nas primeiras décadas do século XIX, a miséria que crescia do trabalho fez surgir os primeiros defensores do novo proletariado. Intelectuais, servos da aristocracia e da nova classe média liberal burguesa se engajavam nas ações contrárias à nova ordem estabelecida.

Deles tomavam parte outras tantas pessoas às quais a miséria crescente causava indignação. Eram muitos os que se identificavam com as novas ideias e propostas que nasciam. Com efeito, como ressalta Hobsbawm (2016),

Todos os que se sentiam perturbados pelo crescente sentimento geral e vivo de que há uma desarmonia interna no atual estado de coisas, e que tal situação não pode durar, se inclinavam para o socialismo como a única crítica alternativa intelectualmente válida. (HOBSEBAM, 2016, p. 333).

Tais ações não se caracterizavam simplesmente como uma luta entre pobres e ricos. Guardando no seu interior o novo elemento que era a consciência de classe dos trabalhadores, elas se caracterizavam por profunda solidariedade entre seus mobilizadores e traziam no seu bojo ambições não exclusivamente relacionadas às condições de trabalho. Inspirados pelas posturas sociais jacobinas da Revolução Francesa, eles se opunham aos capitalistas e aos patrões, alimentando simultaneamente desejos de participação política efetiva. Não eram suficientes conquistas pontuais de reivindicações desarticuladas, limitadas aos ambientes laborais e que não resistiriam à reprodução e ao avanço do capital. Era fundamental manter, a partir de então, um contínuo estado de agitação em defesa dos interesses da classe trabalhadora e influenciar decisivamente a política e as leis.

Com seus escritos e ações, figuras como as de Thomas Hodgskin e William Thompson defenderam o direito à organização dos trabalhadores (HUNT, 2013, capítulo 7) e serviram de apoio para o desenvolvimento das ideias de Marx e Engels, os maiores expoentes do pensamento econômico, político e social sobre o trabalho. Convocando os proletários de todos os países à união, o Manifesto do Partido Comunista, que condensa os “princípios da revolução proletária” (HOBSEBAM, 2007,

¹² Segundo Lipietz (1986 apud HARVEY, 2014, p. 117), modo de regulação é "uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. É um corpo de regras e processos sociais interiorizados [...].

p. 19), foi a faísca que faltava para acender a bomba da participação dos trabalhadores na política e nas determinações dos rumos das economias capitalistas, tanto centrais como periféricas, por meio dos partidos políticos e dos sindicatos a eles relacionados. Sua publicação, no ano de 1848, em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês, com tradução, no mesmo ano, para o polonês e o sueco, é uma razoável demonstração de organização e penetração da instituição responsável pela sua inicial difusão, a “Liga dos Justos”, que passaria a ser denominada de Liga Comunista, na maior parte das nações europeias do século XIX. O Manifesto orientou a organização dos partidos comunistas em todo o mundo, no ocidente e no oriente, para a luta estabelecida. Seus impactos ainda hoje se fazem sentir.

O desenvolvimento das instituições representativas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX e no início do século XX, na medida que fortaleceu a defesa dos interesses da classe proletária dentro da organização social da produção capitalista, intensificou a tensão que caracteriza a interação entre as forças da demanda e da oferta que compõem um mercado. Distinto de todos os demais, o mercado de trabalho se consolidou, a partir de então, num espaço peculiar de trocas, onde os interesses nele em jogo transbordam os significados das trocas de produtos comuns. Seu comportamento reflete sentidos diversos, muito mais significativos que os simples desejos de demandantes e ofertantes em relação a uma ordinária mercadoria.

2.1.7.5 Vide o mundo do trabalho

Para o mundo do trabalho na Inglaterra e, posteriormente, nas demais economias que se tornaram centrais no capitalismo, podem-se destacar quatro consequências fundamentais decorrentes da primeira etapa da Revolução Industrial. A primeira se refere à difusão do trabalho assalariado e a sua predominância sobre todos as demais formas de relação social baseadas no trabalho. Até meados do século XVIII, a remuneração em dinheiro a uma pessoa pela disponibilização de determinado tempo da sua força de trabalho representava uma menor parcela dentre as relações de trabalho praticadas. Além do trabalho para subsistência, também era comum o trabalho servil, escravo e artesão. Desde então, a difusão do salário se fez

de tamanha sorte que foi criado pelo sociólogo francês Robert Castel o conceito de sociedade salarial¹³.

A segunda importante consequência foi a consolidação dos trabalhadores como classe social. Em nenhuma sociedade antecedente ao modo de produção capitalista, havia uma classe social que abrangesse todo o conjunto de trabalhadores responsáveis pela produção que lhe sustentava materialmente. Corroborada pela imensa expansão do trabalho assalariado, além desta nova característica, as péssimas condições de trabalho e vida galvanizavam enorme massa populacional que crescentemente era identificada ou, graças à consciência de classe, se identificava como a classe social trabalhadora.

O terceiro resultado que se identifica no estudo da Revolução Industrial consiste no estabelecimento definitivo do conflito entre os interesses desta nova classe proletária e os dos detentores dos meios de produção que tem na instituição do mercado de trabalho uma de suas expressões mais significativas. A expansão da possibilidade de muito facilmente trocar um trabalhador por outro, inimaginável antes da Revolução Industrial, de uma vez por todas, gerou a mutação do trabalho. O fator de produção força humana de trabalho, fonte geradora de valor segundo os economistas clássicos, transformara-se em mercadoria, custo de produção que, dada a sua peculiar subjetividade, deveria, portanto, dentro da lógica de acumulação do capital, ter perseguida a maximização da sua produtividade e a consequente redução do seu preço tanto em termos relativos como absolutos; neste mesmo sentido, minimizar sua utilização através da incorporação de novas tecnologias também passaria ser uma contínua busca. Esta regra, a da máxima substituição do trabalho vivo por trabalho morto, orienta até hoje o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Quando inevitável é a necessidade de contratação de força humana de trabalho, sua utilização deveria ser meticulosamente controlada. Esta foi a necessidade do capital que desencadearia no início do século XX nos EUA as práticas fordistas e a teoria taylorista da organização científica do trabalho.

Como quarta consequência, pode-se afirmar que a Revolução Industrial, em conjunto com a Revolução Francesa, que defendia uma irrestrita participação popular

¹³ Segundo Castel (2015), a sociedade salarial resulta da relevância social e econômica do fator salário na identificação e participação do trabalhador na sociedade do capital. Afirma este sociólogo francês que, “[...] se todo mundo, ou quase, é assalariado [...] é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social.” (CASTEL, 2015, p. 417).

na política da nação, criou as condições para o despertar da força política proletária. A nova classe social, quando organizada, dada a sua relevância econômica, passou a conquistar poder de influência nos rumos das nações capitalistas, chegando no início do século XX, com a Revolução Russa, até o cume do poder político de um Estado que constituiria para o restante do mundo a primeira proposta de uma organização econômica, social e política posta em prática de forma alternativa ao modo de regulação que resulta do sistema capitalista de produção.

Entretanto, se no plano objetivo da vida em sociedade as transformações foram significativas, no campo mais subjetivo, da vida mental do ser social, as alterações foram de impactos de igual ou maior magnitude. A precariedade e os riscos enfrentados por um indivíduo trabalhador industrial inglês no século XIX eram tamanhos, que, segundo Dejours (2015, p. 15), seria impróprio fazer-lhe pensar em cuidados com sua saúde. Seu instinto de sobrevivência guiava-lhe nas mais ínfimas decisões diárias, impondo-lhe como único objetivo de vida não morrer. Diante de tantos avanços obtidos desde aquela época até os dias de hoje, difícil e surpreendente é que muitos seres humanos ainda vivam análoga realidade cotidianamente e que tantos outros ainda ignorem ou tornem banal tal fato.

2.4 O TRABALHO COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Ao se analisar o trabalho a partir da sua posição de componente ontológico do ser social, foi possível observar como o ato laborativo humano constituiu a base para a vida em sociedade. Inicialmente meio de transformação da natureza e extração dos elementos garantidores da sobrevivência individual, a realização do trabalho evoluiu para sua forma coletiva, oportunizando a constituição e a melhoria das formas de organização social. Com base neste fato, é possível inferir que toda e qualquer coletividade humana nasceu da interação dos trabalhos dos indivíduos que a compõem, podendo-se, portanto, sem margem de dúvida, firmar o trabalho como fator primário de todas as formas de desenvolvimento, ou seja, de transformação quantitativa e qualitativa da vida em sociedade.

Dentro do sistema de produção capitalista, que conferiu novos contornos à vida social a partir da Revolução industrial, o trabalho realizado pela classe trabalhadora foi fator imprescindível às transformações desse novo modo de reprodução da

sociedade. Entretanto, sendo o objetivo maior do capital a sua acumulação, o sistema social nele baseado relegou a último plano as condições de vida e reprodução da classe social trabalhadora que teve que partir para o embate na busca de conquistas que mitigassem o estado de pobreza dentro da riqueza que ela ajudara a criar. De acordo com as peculiaridades do espaço e do tempo, os conflitos nascidos da interação capital *versus* trabalho moldaram o desenvolvimento da maioria das nações desde então.

Se o trabalho e a nova classe trabalhadora foram essenciais para a consolidação do capitalismo, as transformações que este sistema de vida e produção provocaram (e ainda hoje provocam) sobre o ato de trabalhar, sobre a figura do trabalhador, sua realidade social, familiar e até mesmo sua subjetividade, foram radicais. Uma nova realidade de mundo, centrada no trabalho, emergira nas economias centrais do capitalismo. A vida da grande maioria das pessoas passaria a girar em torno do trabalho assalariado. Era um mundo novo, uma sociedade nova, transformada não apenas pelo trabalho, mas também pelo sistema que ele estruturara. O trabalho que impulsionou o desenvolvimento capitalista também foi por ele transformado nas suas estruturas mais básicas.

Sendo o labor humano a mola propulsora de toda a organização social, se esta mesma organização, à medida que se desenvolve, muda as formas como o trabalho é realizado e traz consequências sobre os indivíduos que trabalham, o estudo das transformações sobre o trabalho e os trabalhadores revela como esta sociedade se desenvolve na perspectiva do próprio trabalho.

No capítulo seguinte, ver-se-á, numa perspectiva mundial do capitalismo, o porquê e como o processo de acumulação de capital, a partir de meados do século XX, cede ganhos às demandas sociais no seio das economias centrais do sistema; como, a partir do momento que suas margens de ganho se reduzem, a organização da produção é revisada e modificada; e como as mudanças implementadas se refletiram sobre o mundo do trabalho, transformando, não apenas esse novo mundo, mas também a classe trabalhadora e o sujeito trabalhador. Será visto como a classe dos trabalhadores, embora metamorfoseada, ainda pode ser identificada, nos dias atuais, a partir da característica mais básica que lhe define: o imperativo da manutenção e reprodução de si mesma com uma renda advinda da venda da força de trabalho. Entretanto, em razão das mutações realizadas na organização do

trabalho e nas técnicas produtivas, faz-se necessário um olhar mais cuidadoso para lhe delinear sua abrangência.

3 CAPÍTULO II - NOTAS IMPORTANTES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS¹⁴

Uma das questões mais envolventes na discussão sobre trabalho, enquanto elemento intrínseco à natureza social do homem, é quando se identifica o momento histórico exato da sua transformação em uma mercadoria passível de ser ofertada e demandada no mercado. Como destacado no capítulo anterior, esse momento, na realidade, um período da história moderna, foi a Revolução Industrial, que acelerou o desenvolvimento do sistema capitalista, estabeleceu e fez crescer rapidamente o trabalho na sua forma *pura*, destacada da família, do lazer e da obtenção direta dos objetos propiciadores da subsistência humana, afastando a força de trabalho da propriedade dos meios de produção.

Como destaca Offe (1989, p. 169), “este processo de diferenciação e purificação tornou possível, pela primeira vez na história, ‘personificar’ o trabalho na categoria social do ‘trabalhador’”. Segundo Marx (1996, p. 98), o trabalhador é aquele que vende sua força de trabalho, cedendo àquele que a compra o direito de dispor dessa força pela quantidade de tempo definida. Essa figura, a do trabalhador, no sistema capitalista, guiada inexoravelmente para a obtenção da sua subsistência, é forçada a ofertar aquilo que de valor possui, de forma a obter em troca os meios de sua reprodução. A produção no sistema capitalista, por seu turno, é sempre dependente, de forma mais ou menos intensa, de *inputs* de força de trabalho, demandando continuamente essa “mercadoria”.

Neste ponto, é importante atentar para o alerta feito por Marx (1996, p. 98), quando afirma que se engana quem acreditar que o que é negociado no mercado de trabalho seja puramente o trabalho. O trabalhador negocia nesse mercado o direito de dispor da sua força de trabalho pela quantidade de tempo definida. Da derivação desta reflexão nasce a ideia de mais-valia, um dos conceitos básicos do pensamento marxista.

De acordo com Offe e Hinrichs (1989), estes afirmam que

[...] Nas sociedades capitalistas, o mercado de trabalho é a principal solução institucional para um duplo problema de alocação, que deve ser resolvido em todas as sociedades: de um lado, o sistema de produção deve ser alimentado com os *inputs* de trabalho por ele requeridos; por outro lado, a força de

¹⁴ Apesar de se ter consultado, para a elaboração do que segue, autores outros, a exposição que se verá na sequência é fortemente influenciada pelo estudo de Offe e Hinrichs (1989).

trabalho deve ser abastecida com meios de subsistência monetários (renda) e sociais (*status*.) (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 46).

Em outras palavras, a oferta de trabalho somente se realiza em função da demanda por força de trabalho, para que esta seja utilizada em processos produtivos baseados em outros dois elementos sociais fortalecidos pelo sistema capitalista, quais sejam: (1) a divisão do trabalho e (2) a propriedade privada dos meios de produção. O primeiro deles, inicialmente discutido por Smith (1996), advém da natural propensão das pessoas pela troca dos produtos do fazer humano. Nas próprias palavras desse pensador, a divisão do trabalho é

[...] a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. (SMITH, 1996a, p. 73).

Observando-se atentamente as reflexões de Marx e Offe, pode-se identificar uma possível discordância em relação ao pensamento clássico smithiano. Para eles, a divisão do trabalho é consequência do distanciamento da força de trabalho da propriedade dos meios de produção, que força o homem a ofertar esta força para aqueles que detêm poder sobre tais meios. Estes, por sua vez, interessados em maximizar produtividade durante o consumo de força de trabalho, sabem que esta lhes rende muito mais quando aplicada em um processo produtivo de uma determinada mercadoria dividido em diversas fases, cada uma das quais entregue a um trabalhador ou a um determinado grupo de trabalhadores. Ou seja, em outras palavras, para Marx (1996) e Offe (1989), a divisão do trabalho é o desenvolvimento técnico da produção resultante da separação entre força de trabalho e propriedade dos meios de produção. Sem que houvesse esse afastamento entre o trabalho e os fatores de produção, não haveria consequentemente a figura social do trabalhador, aquele cuja única possibilidade de sobrevivência depende da venda da sua força de trabalho.

Embora questionada a visão daquele que é visto como o pai da ciência econômica sobre a origem da divisão do trabalho, é irrefutável que o mercado de trabalho responde duplamente por dois movimentos essenciais na sociedade capitalista: a produção, com seus *inputs* de força de trabalho, e a distribuição, mesmo que mínima, da riqueza produzida. Além disso, como todos os demais mercados, ele

é estabelecido pelos vetores da oferta e da demanda, vendedores e compradores, que nele se opõem continuamente em busca de maiores satisfação e ganho.

É a partir dessa natural oposição mercadológica também encontrada no mercado laboral que Offe e Hinrichs (1989, p. 46-52) chamam a atenção para relevantes aspectos que fazem deste um mercado único. O primeiro deles é o diferencial de poder existente entre os ofertantes, que estruturalmente se encontram em desvantagem, e os demandantes, que fazem uso desse desequilíbrio de força para otimizar seus ganhos. O segundo refere-se aos contratos de trabalho que, com suas peculiaridades, se diferenciam dos contratos ordinários de compra e venda de mercadorias.

Como “pendem os pratos da balança” desse especial mercado, influenciados por esses dois específicos aspectos, é o que será tratado daqui em diante neste capítulo.

3.1 AS ESTRATÉGIAS DOS OFERTANTES E DEMANDANTES DE TRABALHO

Como destacado anteriormente, no mercado de trabalho, similar ao que ocorre em todos os demais mercados, há, de um lado, os ofertantes - trabalhadores - possuidores exclusivamente da sua força de trabalho, e, do outro, os demandantes - empregadores - proprietários dos meios de produção aos quais necessitam aplicar a força dos primeiros para que se realize a produção de bens. Esses vetores se encontram em natural oposição de interesses em função do salário que esperam pagar - os últimos -, e receber - os primeiros. Paralelamente à existência desse “cabo de força” para definir o preço da força de trabalho, dentro de cada um desses grupos, assim como ocorre nos demais mercados, os ofertantes e os demandantes tendem naturalmente à concorrência entre si, de forma a obterem êxito no intento de ter suas necessidades atendidas em detrimento ao suprimento das necessidades dos seus pares (OFFE; HINRICHS, 1989).

A existência dessa natural concorrência, assim como entre os agentes dos mercados de produtos, conduz os trabalhadores e os empregadores à adoção racional de estratégias específicas de oferta e demanda. A primeira delas é interna a cada um dos grupos. Por parte dos trabalhadores, estes buscam caracterizar sua força de trabalho de forma a atender o mais precisamente possível as necessidades da demanda, trazendo-lhe uma conseqüente valorização do seu preço junto aos

contratantes. Pelo outro lado, os empregadores perseguem a minimização dessas especificidades, de forma a poder atender às suas necessidades de força de trabalho com elementos os mais genéricos e baratos possíveis.

Uma segunda estratégia, adotada por demandantes e ofertantes, é a busca pela desconstrução da dependência existente em relação ao que o outro lado apresenta, sendo necessário para isso encontrar alternativas que venham a suprir a necessidade existente. Um exemplo desse esforço é a adoção de práticas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias produtivas que substituam a força de trabalho humana pela força da máquina. Por outro lado, muitos trabalhadores perseguem o propósito de “trabalharem para si mesmos”, tentando minimizar toda dependência existente entre o produto do seu esforço e os meios de produção de terceiros.

Duas outras estratégias de grande relevância para os dois vetores do mercado de trabalho têm por propósito maior fazer com que a concorrência entre os agentes do lado oposto se apresente de forma mais intensa que a existente no seu próprio lado. Esse intento pode ser obtido a partir de distintos “movimentos”. Um deles, por meio de coalisões que, entre os ofertantes organizados, fortalecem-lhes no sentido (1) de negociar coletivamente seus termos de contrato – limites máximos de tempo de força de trabalho ofertada por unidade temporal e mínimo de preço e salários – e (2) de rechaçar aqueles pares que discordem das condições de negociação pactuadas e que tentem burlar os acordos internos ao agrupamento. Entre os demandantes, estes se unem para reduzir a concorrência entre eles próprios e penalizar as empresas mais atraentes, expulsando-as de sociedades patronais (OFFE; HINRICHS, 1989).

Outra tática passível de implementação, no mesmo sentido de tornar a concorrência interna menor que a externa, é a elevação desta dentre seus “opositores”, mantendo em um mesmo patamar as disputas internas ou até reduzindo-as. Do lado dos demandantes, esse processo se realiza nas oportunidades em que se pode ampliar a quantidade de vendedores de força de trabalho, enfraquecendo-lhes o ensejo de formação e manutenção de organizações coletivas de trabalhadores.

A adoção de estratégias por parte dos agentes é comum a todos os mercados, sejam estes de insumos, produtos, bens de capital ou trabalho. O que os distingue fundamentalmente em relação ao uso dessas estratégias, seja pelo lado da oferta, seja pelo da demanda, é o poder que ofertantes e demandantes têm de colocá-las em

prática. Teoricamente, haveria uma simetria de forças se o que influenciasse a adoção das táticas fosse única e exclusivamente a pura racionalidade, tão apregoada pela economia neoclássica.

Na prática, aquele lado que possuir um mais amplo leque de possibilidades táticas de se comportar conforme seus interesses e necessidades exercerá poder sobre o outro, obtendo vantagens na forma de ganho de riqueza monetária. No caso do mercado de trabalho, segundo Offe e Hinrichs (1989, p. 48), quando observado criteriosamente, vê-se que suas particularidades permitem expor “um desnível na disponibilidade das diversas estratégias racionais de mercado [...] e, em consequência, de um diferencial de poder” que favorece o lado da demanda, em detrimento do lado dos trabalhadores, ofertantes. De acordo com a própria letra desse estudioso:

[...] A posição estratégica especialmente desvantajosa da “mercadoria” força de trabalho no mercado conduz a que o trabalhador sempre se veja em uma situação desfavorável ao fechar um contrato de trabalho em condição de livre competição. (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 48).

Para fortalecer tal argumento, ele cita algumas dessas desvantagens sofridas pelos trabalhadores. A primeira delas advém da origem natural da força de trabalho. Nos demais mercados, a quantidade de entrada das mercadorias é definida pelas expectativas de vendas dos seus ofertantes. O mesmo não sucede com a “mercadoria” força de trabalho, que tem a elevação da sua oferta definida por processos demográficos alheios à adoção de estratégias por parte dos trabalhadores. Portanto, em função da dinâmica demográfica, estes são consequentemente impedidos de controlar quantitativamente a oferta de força de trabalho. A segunda desvantagem decorre da necessidade natural de manutenção da força de trabalho. Isto porque é ofertando-a que seu possuidor pode mantê-la. Sem “vendê-la”, ele não teria condição de subsistir.

Além de ser quantitativamente inelástica pelas razões demográficas e de necessidade de sua própria manutenção, a oferta de trabalho é significativamente afetada pela evolução tecnológica que permite que máquinas (capital) lhe substituam, como no caso do trabalho bancário no final dos anos 1980 (FILGUEIRAS, 2002, p. 163). Em outros termos, a necessidade do trabalhador ofertar sua força de trabalho é sempre constante, diferentemente da necessidade do demandante, a quem é atribuída a possibilidade de aquisição de máquinas que substituem seres humanos,

mantendo e até aumentando a produtividade, elevando simultaneamente a oferta de trabalho humano.

Ao se evidenciar essa possibilidade de estratégia por parte da demanda de trabalho, tem-se mais uma clara diferença entre o mercado laboral e o de produtos: enquanto neste último a oferta cresce na proporção do aumento da demanda ou, caso contrário, há elevação dos preços, no mercado de trabalho, a oferta aumenta apesar (1) da diminuição da demanda por trabalho e (2) da tendência de queda do preço da força de trabalho refletido nos salários reais. Em outras palavras, enquanto os demandantes mitigam sua necessidade de força de trabalho, simultaneamente, os trabalhadores, à revelia de qualquer processo decisório, têm incrementada a oferta de trabalho e são impelidos a aceitar uma provável redução dos salários. Essa realidade torna inquestionável a existência de assimetria de poder, desde quando os compradores desse peculiar mercado diminuem mais facilmente sua necessidade de demanda do que os vendedores a sua necessidade de oferta, que é natural e imperiosamente inelástica.

Essas três primeiras desvantagens dizem respeito à quantidade de “mercadoria” força de trabalho que é ofertada e demandada. Além delas, outra desvantagem, esta de cunho qualitativo, desequilibra ainda mais o estado “natural” das curvas do mercado de trabalho, qual seja a maior liquidez qualitativa do capital em relação ao trabalho. Isto porque todo capital passa sempre pelo estado monetário em que é dinheiro. Sendo assim, aquele que o detém tem o poder de decidir no quê, quando e como deseja aplicá-lo.

Com efeito, o dinheiro não necessita falar mais de um idioma, não possui vínculos familiares, não recebe formação específica para atuar em uma área exclusiva da produção. A limitação espacial existente para a atuação do capital à época em que Offe (1989) materializou suas reflexões acerca da natureza do mercado de trabalho foi significativamente superada com a globalização econômica e financeira, principalmente graças ao avanço tecnológico nas comunicações e nos transportes. Cada vez mais a liquidez que caracteriza o capital se torna desproporcionalmente maior que a liquidez do lado da oferta da força de trabalho. A aplicabilidade desta é rigidamente definida por fatores como qualificação técnica, força física e, em tempos de significativo avanço das técnicas de vendas, por outras antes impensáveis características como sexo, idade, etnia, opção sexual, forma física, etc. Em outras

palavras, a possibilidade de variação da qualidade da força de trabalho e sua aplicação (liquidez) é infinitamente menor que aquela apresentada pelo capital na sua forma financeira.

O que se vê claramente no mercado de trabalho é que a assimetria de forças existente entre ofertantes e demandantes lhe é uma característica estrutural, inerente à sua conformação de espaço de interação entre estes em situações intrínsecas e historicamente díspares no que diz respeito às condições de se posicionar frente ao seu opositor. Ainda como consequência maior da rigidez da capacidade de adoção de estratégias de defesa por parte da oferta de trabalho, nas mais diversas dimensões – quantitativa, qualitativa, temporal e espacial – tem-se, acima de tudo, as reduções relativas dos salários.

Não detendo o mesmo poder adaptativo do capital, a oferta de trabalho se acanha compensando tais desvantagens por meio da redução do preço da “mercadoria” força de trabalho. Não havendo algo que poderia ser chamado de externalidade pelos neoclássicos, existirá uma tendência natural à exploração da força de trabalho, arrojando-se cada vez mais a parcela da renda dos trabalhadores. Neste sentido, faz-se crucial para o reequilíbrio dos diferenciais de poder entre oferta e demanda de trabalho, mesmo que parcial, a criação e manutenção de políticas e garantias públicas em defesa dos trabalhadores. Esta ação política teria como um dos seus principais objetivos, além da diminuição da diferença estrutural de poder, a redução da tensão que adviria da exploração da oferta pela demanda, que muito provavelmente conduziria ao conflito entre trabalhadores e empregadores.

No entanto, embora o diferencial de poder resultante da assimetria da condição de uso de estratégias de mercado por parte da oferta e da demanda de trabalho descrito aqui sinalize a forte tendência ao conflito de classe entre capital e trabalho, segundo Offe e Hinrichs (1989), seria precipitada a conclusão de que, em função desta característica estrutural desse específico mercado, o embate tivesse sua existência garantida. Estes autores apontam que

[...] frequentemente defende-se na sociologia a tese de que esse diferencial de poder conduz necessariamente a um permanente *conflito* social e político, ao conflito industrial ou ao conflito de classes, entre capital e trabalho. Essa tese, no entanto, não pode ser consistentemente defendida à luz dos famosos argumentos até agora levantados. Isso porque essa relação desigual de poder pode ser vista como política ou moralmente injusta, sendo entretanto perfeitamente imaginável tratar-se de uma relação de poder estável, auto-sustentada, continuamente reproduzida, com cuja estabilidade e imutabilidade aqueles por ela afetados poderiam, com o tempo, por assim

dizer acostumar-se. Portanto, seria necessário avançar mais um passo na fundamentação desse “conflito industrial de classes” virulento, estruturalmente fundamentado nas sociedades com mercado de trabalho. (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 53).

Para fortalecer o argumento da existência de um estrutural conflito de classe no mercado de trabalho, fruto do diferencial de poder entre oferta e demanda, apresentar-se-á à baila outro fator que corrobora a assimetria em questão, qual seja, o da distinção entre os contratos comuns de compra e venda de mercadorias e os contratos de trabalho. Ver-se-á como a diferença entre uma e outra forma contratual ratifica o fato social e econômico do embate entre trabalho e capital.

3.2 O CONTRATO DE TRABALHO FRENTE AOS CONTRATOS ORDINÁRIOS DE COMPRA E VENDA

Ao buscar analisar as diferenças que porventura existam entre os contratos de trabalho e os contratos ordinários de compra e venda de mercadorias, objetiva-se, além de fortalecer a ideia de intrínseco conflito entre oferta e demanda, apoiar com mais clareza o argumento da especificidade do mercado de trabalho como *locus* socioeconômico que não deve ser tratado, nas reflexões que sobre ele se façam, de forma similar às avaliações e aos estudos feitos sobre os demais mercados de produtos, por se tratar a força de trabalho de uma incomum “mercadoria”.

Dito isso, faz-se mister ressaltar que nos contratos ordinários de compra e venda de qualquer produto, são especificadas naturalmente todas as obrigações das partes contratantes. Quantidade, qualidade, valores e forma são definidos e após a assinatura do acordo, seguindo-se as regras devidamente estipuladas, a propriedade do vendedor passará a ser do comprador que, por sua vez, remunerará por certo preço àquele. Nesse processo de transferência de uma dada propriedade existe uma clara separação social, sendo possível facilmente se definir a quem pertence a mercadoria objeto do contrato em cada momento no tempo.

Esse fato não se verifica da mesma forma quando se trata da “mercadoria” força de trabalho. Isto porque, quando o empregador contrata o trabalhador, a propriedade do elemento adquirido permanece inteiramente sob o poder do seu vendedor. A “mercadoria” continua sob a completa propriedade do vendedor e, mais que isso, seu uso depende diretamente da mobilização da sua vontade e das suas ações.

Mesmo o contrato definindo a disponibilidade daquela força de trabalho por um determinado período de tempo a serviço do contratante, este não tem nenhuma garantia de que seu uso atenderá às expectativas que tinha no momento da assinatura do documento. Não há nem mesmo como comparar com o aluguel de um meio físico de produção. Assinado o contrato de trabalho, nele não estão especificadas a quantidade e a qualidade da produção oriunda da força de trabalho comprada.

Caso haja qualquer mal resultado ou sua produção não saia da forma desejada, custos já terão sido incorridos e, diferentemente do caso da compra de um produto com defeitos, sua troca não garantirá correção no processo produtivo e nem haverá uma obrigação por parte do fornecedor com a necessidade de "consertos". No dizer de Offe e Hinrichs,

[...] Objeto do contrato de trabalho não são as dimensões concretas, quantitativas e qualitativas, das atividades de trabalho, mas apenas as condições formais e os objetivos nos quais a força de trabalho pode ser usada pela empresa, condições e objetivos que não estão nem poderiam ser fixos de antemão. [...] A indeterminação contratual das atividades concretas de trabalho, às quais o empregado se obriga, é uma característica inevitável dos contratos de trabalho, já porque ainda estão indefinidos os dados concretos da empresa (como o nível de encomenda e outros pormenores dos processos futuros de trabalho). [...] O valor de uso que uma empresa extrai da força de trabalho está quantitativa e qualitativamente vinculado à subjetividade do trabalhador, à sua vontade e disposição de trabalho, etc.; por isso o tipo e o volume do desempenho a ser despendido pelo empregado, enquanto parte do contrato de trabalho, não pode ser juridicamente normatizado do mesmo modo que, por exemplo, as especificações da capacidade de desempenho de uma máquina tornam-se objeto de contratos de compra e venda. (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 54-55).

A partir dessa clara subjetividade que caracteriza a força de trabalho, pode-se concluir que a manutenção do seu uso por parte do capitalista ocorre muito provavelmente em função da impossibilidade de substituição completa do trabalho humano, também chamado de trabalho "vivo", pelo trabalho de máquinas ou computadores, analogamente tratado de trabalho "morto". Havendo oportunidade de utilização de equipamentos que mitiguem essa incerteza por parte do empregador e lhe garantam os mesmos ou até maiores níveis de produção, certamente ele investirá na troca da força de trabalho "viva" pelo trabalho de máquinas. Até mesmo porque, como trazido anteriormente, esta estratégia traria outro efeito adicional que lhe é desejado: aumentaria a oferta de trabalho e lhe reduziria a demanda, causando uma tendência de queda no preço da "mercadoria" força de trabalho. Portanto, se ele não o faz, é por impossibilidade.

Offe e Hinrichs (1989) ainda avançam nessa questão, trazendo argumento adicional, ao afirmar que, na verdade, seria mesmo contraproducente por parte do empregador buscar exercer controle completo sobre o destino que é dado pelos trabalhadores à força de trabalho por ele comprada através do respectivo contrato. Haverá por parte dos ofertantes sempre uma natural tendência a preservar minimamente sua força de trabalho e suas qualificações, o que, de certa forma, também é de interesse do capitalista, embora não na mesma proporção do seu propósito de maximização do retorno econômico e financeiro pelo uso da força de trabalho.

Essa natural propensão à autopreservação dos trabalhadores é, conseqüentemente, uma fonte de conflito estrutural entre o capital e o trabalho. Por parte dos demandantes, eles buscarão exercer controle da produção mediante implantação de controles, fiscalizações, instruções, supervisões e prestações de contas. Os ofertantes, por outro lado, agirão no sentido de evitar a sobre exploração da sua inalienável força de trabalho de forma a mantê-la em condições de uso em outras ocasiões e contratos.

Para ilustrar bem esse conflito estruturalmente estabelecido no mercado de trabalho entre ofertantes e demandantes, Offe e Hinrichs lançam mão de uma comparação entre o contrato de trabalho e um contrato de compra e venda de mercadorias, sugerindo que se imagine que, no mercado de trabalho:

[...] o comprador, tendo comprado uma entrada, obtivesse acesso a um depósito, por um determinado tempo e respeitando determinadas condições gerais, do qual ele teria o direito de retirar a quantidade e o tipo de mercadoria que pudesse. Ao proprietário dessas mercadorias caberia o papel de evitar a dizimação “exagerada” do seu estoque, garantindo que sobrasse algo para os futuros compradores, usando a força física, apelos à consciência social da clientela e outras medidas preventivas apropriadas. Se a troca de mercadorias por dinheiro ocorresse dessa forma, e apenas então, deixaria de existir a diferença essencial entre os tipos de relações sociais fundamentadas respectivamente no contrato de trabalho e no contrato de compra e venda. (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 56).

Mais à frente eles continuam afirmando e definindo que:

[...] O mercado de trabalho é uma relação de *poder*, por compelir estruturalmente a força de trabalho, em si mesma sem qualquer “valor”, a uma contenda, onde a capacidade estruturalmente limitada de adaptação da “mercadoria” força de trabalho favorece o lado da sua demanda, que realiza tal vantagem através da organização e dominação empresarial, no bojo de contratos de trabalho em princípio “incompletos” (grifos dos autores). (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 61).

Considerados esses argumentos, fica nítida, portanto, a distinção entre o mercado de trabalho e os mercados de produtos, fato determinado pela natureza social e subjetiva da “mercadoria” força de trabalho, e pela tendência estrutural existente para o conflito entre empregados ofertantes e empregadores demandantes. Conseqüentemente, os estudos e análises sobre tal objeto hão de tratá-lo de forma proporcionalmente diferente, devendo levar em consideração as especificidades que lhe são peculiares.

3.3 A FORÇA DE TRABALHO E SUA DINÂMICA GERAL EM FUNÇÃO DAS RELAÇÕES COM O MERCADO DE TRABALHO

Quando observada a massa total de força de trabalho existente dentro de um determinado universo populacional, pode-se verificar que nem todos os indivíduos se encontram no mercado de trabalho ou mesmo mantêm relações contratuais trabalhistas (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 57-58). Existem pessoas que, dado seu estágio social de vida, não ofertam trabalho, como no caso de crianças, muitos adolescentes e muitos idosos, e que, conseqüentemente, não geram pressão sobre o lado da oferta. Entende-se, portanto, que há grupos nos quais se dividem os integrantes de uma população de acordo com seu posicionamento em relação ao mercado de trabalho.

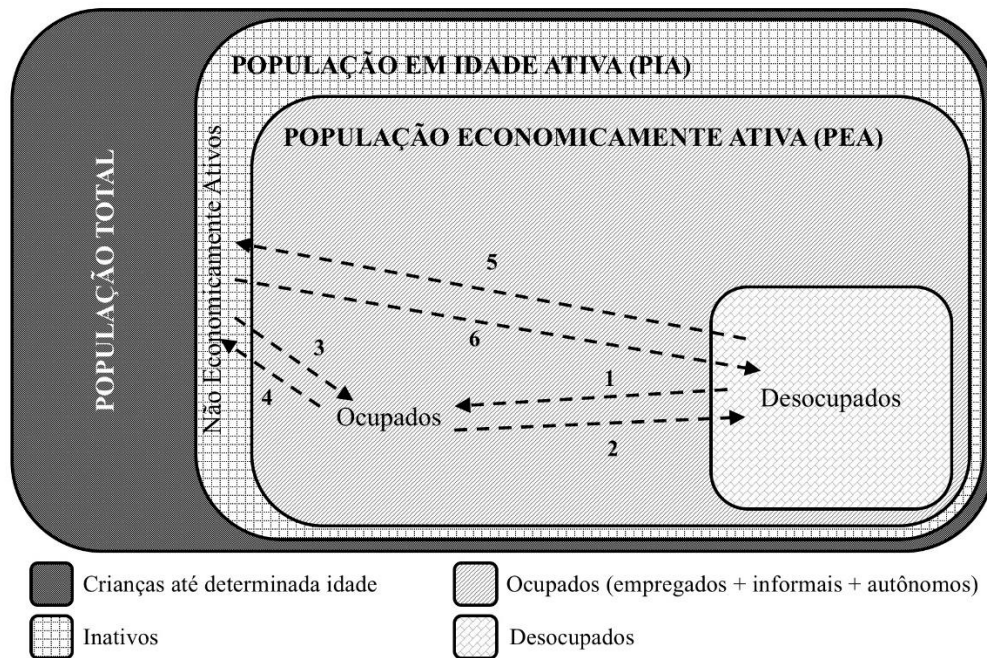
Para compreensão geral da conformação desses grupos nesta parte deste estudo, utilizam-se abaixo as nomenclaturas da classificação adotada pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) (IBGE, 2015), levantamento estatístico de periodicidade anual, realizado até o ano de 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1.100 municípios do país.

O primeiro conjunto corresponde ao da população total de residentes, no qual todos os demais grupos classificados de acordo com a relação dos indivíduos com o mercado de trabalho estão inseridos. O segundo conjunto corresponde à parcela das pessoas com idade igual ou acima de determinada quantidade de anos, com corte inicial comumente no intervalo de idade entre 10 e 15 anos (JANUZZI, 2004, p. 89), e é denominado de População em Idade Ativa - PIA¹⁵ (Figura 1). Os indivíduos desse

¹⁵ Existem novas nomenclaturas definidas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho durante a 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, realizada em 2013 e que já foram adotadas pela PNAD Contínua, nova versão, mais ampla e com maior periodicidade que a PNAD. Entretanto, como o período de análise da presente investigação abrange anos para os quais inexistem dados da PNAD Contínua, decidiu-se por se lançar mão dos dados e, forçosamente, das categorias da PNAD.

grupo são considerados como detentores de força de trabalho que pode ou não ser ofertada no mercado laboral.

Figura 1 - Classificação dos indivíduos conforme sua relação com o mercado de trabalho



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2018).

Atualmente, seguindo determinação da OIT, a PNAD Contínua adotou o corte dos 14 anos ou mais de idade. Entretanto, para efeito do presente estudo, a PIA considerará as pessoas com 10 anos ou mais de idade, dado que a base de dados a ser utilizada para atender ao recorte temporal definido (2001 a 2015) será a PNAD. Nesta pesquisa, era estabelecida, para efeitos estatísticos, este corte etário, de forma a respeitar as características do mercado de trabalho do Brasil, resultantes de processo histórico específico, onde (1) o regime escravocrata imperou nos primeiros quatro séculos de formação capitalista brasileira (NOVAIS, 1989; HOLANDA, 1995) e (2) a pobreza impele um maior número de membros de uma mesma família a ofertar trabalho em troca de meios de subsistência (SOUZA, 2007, p. 72 e 73). Essa faixa etária pode, portanto, variar entre distintas sociedades.

Dentro desse último grupo socioeconômico, embora as pessoas sejam detentoras de força de trabalho, nem todas elas a ofertam. Aquelas que o fazem compõem a chamada População Economicamente Ativa (PEA), por se encontrarem “ativamente” trabalhando ou em busca por oportunidades de trabalho. Os limites da PEA correspondem às fronteiras do mercado laboral. Dentro desses limites, os

indivíduos que trabalham, ou seja, cuja força de trabalho é consumida e por este consumo são remunerados, são classificados como Ocupados. Aqueles outros que embora desejassem ter sua força de trabalho regularmente consumida e por ela serem remunerados são denominados de Desocupados. Fora da PEA, mas dentro da PIA, será encontrado outro importante grupo chamado de População Não Economicamente Ativa (PNEA), cujos integrantes, embora em idade ativa e em condições de trabalhar regularmente, não se encontram dispostos a trabalhar e não exercem pressão sobre a oferta de trabalho, aumentando-a (Figura 1).

Os indivíduos de cada um desses grupos, dadas as mais diversas conjunturas econômicas e sociais, podem migrar de um para outro conjunto, estando essa dinâmica representada pelas setas numeradas de 1 a 6 na Figura 1. Um desses movimentos em especial caracteriza o que Offe (1989) denomina de desemprego disfarçado. Este “desemprego” abrange uma parte da população inativa na qual se encontram detentores de força de trabalho, portanto ofertantes potenciais desta, aos quais bastará o surgimento de uma oportunidade para que rapidamente migrem do conjunto dos inativos para o dos ocupados – movimento representado pela seta 3 (Figura 1). São pessoas cuja sobrevivência não depende da sua participação direta no mercado de trabalho, seja por receberem suporte governamental (benefícios, aposentadorias, etc.), seja pelo familiar, ao qual acaba por ser conferida a possibilidade de escolha entre aceitar ou não a demanda por sua força de trabalho.

Esses inativos não compõem o grupo dos desempregados por não procurarem ostensivamente oportunidade de trabalho. A eles são atribuídos papéis sociais fora desse mercado. São os estudantes adolescentes e jovens, donas de casa, aposentados, deficientes físicos e imigrantes que, se demandada sua força de trabalho de forma atrativa, deixam a inatividade, migrando para a PEA. Inicial e aparentemente menos importante, esse grupo de potenciais ofertantes cumpre papel estratégico para a existência e o estável (des)equilíbrio do mercado de trabalho, funcionando como fator mantenedor da assimetria de possibilidades de adoção de estratégias de mercado pelos vetores da oferta e da demanda por trabalho e demandando políticas públicas de emprego e renda de natureza específica.

Ainda em sintonia com as proposições lançadas por Offe e Hinrichs (1989), pode-se afirmar que a existência do mercado de trabalho depende diretamente da coexistência paralela de uma massa de força de trabalho inativa. Não podendo

absorver toda a força de trabalho de uma sociedade, o que lhes traria o inconveniente da diminuição de poder por parte da demanda, e por ser ela elemento indispensável para a produção de riqueza, mesmo que esta necessidade tenha sido minimizada em alguns processos produtivos, os empregadores também não teriam seus interesses atendidos se a todos os ofertantes fosse dada a opção de sobrevivência sem ter que vender força de trabalho. Além deste fato, a manutenção de parte da força de trabalho com a oportunidade de optar pelo ingresso ou não no mercado atende perfeitamente ao interesse da demanda por trabalho de estratificar esta necessidade em trabalhos mais especializados, que exigem menor rotatividade de trabalhadores e labores menos qualificados, para cuja execução não há exigência de conhecimentos, técnicas e treinamentos muito específicos que lhes seriam custosos. A partir da perspectiva dos empregadores, segundo Offe e Hinrichs (1989),

[...] jovens, iniciantes na profissão, mulheres, estrangeiros e trabalhadores de mais idade serão em princípio tratados como “candidatos” aos postos de trabalho, onde a força de trabalho não precise passar por dispendiosos processos de treinamento e qualificação, nem absorver continuamente novos conhecimentos e novas experiências, nem dispor-se a uma longa permanência na empresa, nem ainda almejar um projeto do tipo “carreira profissional”. [...] aos grupos de trabalhadores acima citados são preferencialmente atribuídos postos de trabalho cujas qualificações possam ser rapidamente obtidas, que signifiquem custos de recrutamento abaixo da média, e nos quais a pressão substitutiva seja alta, o salário baixo, as chances de promoção reduzidas, as condições de trabalho restritivas ou caracterizadas por um alto grau de controle direto – isto é, trabalho simples, ‘para qualquer um’. (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 70).

Quanto maior for a parcela de força de trabalho demandada e atendida por trabalhadores que tenham a opção de se manterem fora do mercado (força de trabalho marginal), maior a possibilidade da empresa substituir seus empregados por outros trabalhadores marginais, a baixos custos e menores riscos. Esta configuração se mostra especialmente interessante para a empresa, pois lhe confere a flexibilidade de empregar conforme a variação da dinâmica dos seus negócios.

Havendo queda da atividade econômica e sendo necessário reduzir sua produção, lhe será possível demitir sua força de trabalho marginal e continuar operando com a força de trabalho regular, mais especializada. Adicionalmente, os trabalhadores marginais, dada a possibilidade de optarem por sair do mercado de trabalho e a sua fácil substituição por outros trabalhadores marginais, estão menos propensos à participação em sindicatos e a reivindicar melhorias das suas condições laborais. Sobre eles, por consequência, recaem as demandas por fazeres mais

precários, sendo mais facilmente explorados quando for de conveniência dos empregadores. Este fato define a tendência a que o desemprego recaia mais facilmente sobre esses trabalhadores marginais, que podem mais facilmente compor o conjunto dos inativos. Portanto, “o fato de que determinados grupos de pessoas são licenciados para uma existência fora do mercado de trabalho, [...] tem um papel importante para as estratégias pelo lado da demanda no mercado de trabalho” (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 69).

Pode-se observar que ao se tratar da população caracterizada como inativa em relação ao mercado de trabalho, sua composição é definida por grupos cujas características lhe foram atribuídas independentemente da relação aqui descrita com esse mercado. Estudantes, donas de casa, idosos, portadores de necessidades especiais e imigrantes são classificações sociais dadas a grupos populacionais que, em boa parte, são objeto de políticas públicas (educacionais, sociais e até de relações exteriores) definidas no âmbito político, legal. Dada a importância social desses grupos enquanto conjuntos da sociedade e principalmente em relação ao próprio mercado de trabalho, eles não raras vezes são foco de políticas que regulam, incentivando ou desestimulando, sua oferta de força laboral.

Tem-se então que, embora a limitação do mercado ao conjunto de indivíduos que objetiva e diretamente ofertam e demandam força de trabalho, a influência deste reverbera para além da sua fronteira. Toda a população, mesmo que indiretamente, sofre as consequências da sua dinâmica, o que indica a relevância desse mercado para a compreensão da vida em sociedade. Para Offe e Hinrichs (1989, p. 61), embora nem todo indivíduo esteja sempre exposto diretamente à dinâmica do mercado de trabalho, este representa “uma relação de poder que afeta, penetra e atrai todas as formas e esferas da vida” na sociedade do capital. Este fato por si justifica que especial atenção lhe seja continuamente dedicada. Tal atenção deve sempre levar em consideração sua natureza multidimensional, simultaneamente econômica, política e social.

A partir dessa compreensão mínima sobre a natureza e o papel do mercado de trabalho como instância de ampla interação e influência social, ver-se-ão, no próximo capítulo, quais foram os principais fenômenos que se processaram no seio do sistema capitalista durante os séculos XX e XXI e a forma como eles impactaram o funcionamento dos mercados de trabalho de uma forma geral.

4 CAPÍTULO III - TRANSFORMAÇÕES CRÍTICAS DO MUNDO DO TRABALHO NOS SÉCULOS XX E XXI E SUAS IMPLICAÇÕES

Nas duas últimas décadas do século XX e no início do presente milênio, ou seja, por volta de cem anos depois da realidade historicamente consolidada pela sociedade do trabalho no contexto do capitalismo industrial, foram publicados diversos escritos de sociólogos e economistas que, a partir de distintas perspectivas, num sentido contrário ao que haviam constatado os clássicos dessas ciências, avaliavam não ser mais o trabalho uma categoria central para a leitura socioeconômica da vida pós-moderna (GORZ, 1980; OFFE, 1989; RIFKIN, 1996). Outros tantos, com os quais a presente pesquisa se alinha, descreveram uma profunda e geral sensação de mal-estar, sentida tanto nos países centrais e periféricos do sistema do capital, como também entre as nações que vivenciaram o sistema do chamado “socialismo real”, sensação essa que tinha origem nas transformações que se efetivaram no mundo do trabalho, portanto, na forma como esta esfera social se desenvolveu, e que se difundiram nas demais dimensões da vida (FILGUEIRAS, 1997; SENNETT, 2009; DEJOURS, 2007, 2015).

Em um dos seus artigos desse período, Filgueiras (1997, p. 9) o inicia afirmando que no quadrante final do século XX, “de rápidas e profundas transformações econômicas, sociais e políticas”, vivenciava-se “um complexo processo de deterioração das relações sociais”, que estaria “colocando em questão as formas de organização da sociedade contemporânea”. Como visto no capítulo anterior, certamente, tais considerações poderiam também ser atribuídas à realidade observada durante as duas primeiras etapas da Revolução Industrial. Entretanto, agora nos anos 2000, observou-se que a população planetária havia quadruplicado, crescendo de um total estimado de 1,6 bilhões em 1900 para mais de 6,4 bilhões em 2005 (ONU, 2007, p. 4); viu-se que, por volta de 2013, 1% dos indivíduos deste planeta detinha parcela igual de riqueza que mais da metade da população mundial (ONU, 2014); ainda também se pode empiricamente observar que enorme maioria da população compõe aquela que é denominada por Antunes (2005, p. 27) como sendo a *classe-que-vive-do-trabalho*. Ou seja, embora também pudessem as metamorfoses a que Filgueiras (1997) se refere guardar cores também observadas no primeiro século de Revolução Industrial, nos dias atuais, estas transformações se apresentam com matizes mais intensas, configurando novas formas de desenvolvimento,

conquanto ainda norteadas pela mesma lógica: a necessidade ansiosa de acumulação por parte do capital.

Partindo desta ideia, o presente capítulo, discordando dos estudiosos do trabalho propositores das teses de perda de centralidade dessa categoria de análise como fator de explicação socioeconômica da vida cotidiana, visa trazer elementos que contribuam para o entendimento das transformações mais significativas no instigante mundo do trabalho nos séculos XX e XXI. Assim como feito no primeiro, lança-se mão do ferramental histórico como meio de compreensão das sucessivas transformações que nos conduziram à presente realidade geral do trabalho.

Para a consecução desse objetivo, esta parcela do texto está dividida em duas partes. Na primeira, busca-se dar conta dos processos históricos que desembocaram no que a Sociologia do Trabalho denominou de Sociedade Salarial; delinea-se suas características centrais, bem como é apresentado um esboço dos perfis da figura do seu trabalhador típico e da classe trabalhadora nessa nova fase do trabalho no capitalismo. Na segunda parte, descreve-se a evolução dos fatos gerais que romperam com a lógica da Sociedade Salarial, dando início a uma etapa já largamente reconhecida como a fase de acumulação flexível do capital, verificando-se, a partir de então, profundas transformações na morfologia do trabalho.

4.1 O *MANAGEMENT* E A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE SALARIAL

Na passagem do século XIX para o XX, com o contínuo avanço tecnológico sobre as máquinas produzidas na Inglaterra e nos EUA, eram muito comuns os periódicos especializados em Engenharia Mecânica. Por meio deles, acalorados fóruns de discussão se estabeleceram, tendo entre os temas principais de debate o poder de elevação da produtividade decorrente das inovações tecnológicas, a aplicação adequada do trabalho humano sobre as novas invenções, as reduções dos custos de produção das mercadorias e o aumento dos resultados por parte dos industriais (VIZEU, 2010). As novas possibilidades de ganho faziam fervilhar as mentes de engenheiros e investidores.

São dessa época a revista *American Machinist* (Nova York), o jornal britânico semanal *Engineering* e, um dos mais importantes dentre todos, o *Transactions*, o periódico da *American Society of Mechanical Engineers* (ASME), que tinha como colaboradores pesquisadores como Henry Gantt, Frank Gilbreth, Harrington Emerson

e Frederick Wislow Taylor, participantes destacados do *management*, reduzida expressão em inglês que sintetiza as ideias do movimento que inicialmente fora chamado de *works management* (administração do trabalho) e, posteriormente, a partir da coordenação das pesquisas por parte de Frederick Taylor, recebeu a alcunha de *scientific management* (VIZEU, 2010, p. 787-789). O sucesso do trabalho de Taylor, na perspectiva de Vizeu (2010), “nada mais era do que uma poderosa síntese dos principais pontos debatidos no movimento do *works management*, pontos estes que já haviam sido assimilados por uma audiência interessada”, e que viria a ser atestado a partir da publicação, em 1911, do livro *The Principles of Scientific Management*, obra seminal da administração.

De fato, verifica-se que Taylor, ao destacar os quatro princípios fundamentais da Administração Científica, relaciona todos ao ato de trabalhar ou ao indivíduo trabalhador, seja este o operário, seja seu “diretor”. Com suas próprias palavras, ele afirma:

Desenvolvi aqui, deste modo, o método de Gilbreth, a fim de esclarecer perfeitamente que o aumento de produção e esta harmonia não podem ser obtidos na administração por iniciativa e incentivo. Estes têm sido a filosofia do passado que consistia em abandonar a solução do problema ao operário e deixar que ele resolvesse por si mesmo. Este sucesso tem decorrido do uso dos *quatro elementos constituem a essência da administração científica*. *Primeiro* – O desenvolvimento (pela direção e não pelo operário) da ciência de assentar tijolos, com normas rígidas para o movimento de cada homem, aperfeiçoamento e padronização de todas as ferramentas e condições de trabalho. *Segundo* – A seleção cuidadosa e subsequente treinamento dos pedreiros entre os trabalhadores de primeira ordem, com a eliminação de todos os homens que se recusam a adotar os novos métodos, ou são incapazes de segui-los. *Terceiro* – Adaptação dos pedreiros de primeira ordem à ciência de assentar tijolos, pela constante ajuda e vigilância da direção, que pagará, a cada homem, bonificações diárias pelo trabalho de fazer depressa e de acordo com as instruções. *Quarto* – Divisão equitativa do trabalho e responsabilidades entre o operário e a direção. No curso do dia, a direção trabalha lado a lado com os operários, a fim de ajudá-los, encorajá-los e ampliar-lhes o caminho, enquanto no passado, ao contrário, a direção permanecia de lado, proporcionava-lhes pouco auxílio e sobrecarregava-os de quase toda a responsabilidade quanto aos métodos, uso dos instrumentos, velocidade e cooperação. (TAYLOR, 1990, p. 67).

Com efeito, na mesma época em que o movimento da administração do trabalho ganhava corpo, o engenheiro mecânico Henry Ford, estimulado por Thomas Edison, avançava com suas pesquisas e experimentos sobre os automóveis. Seus estudos e inovações o conduziram a, em 1903, compor a sociedade de capital que fundou a empresa que viria a ser a matriz de mais que uma revolução na organização do trabalho industrial; o fordismo constituir-se-ia a cultura e o modo de regulação do

capitalismo no pós-guerra, moldando um novo ser social e, conseqüentemente, uma nova sociedade¹⁶. Era mais que a simples aplicação dos princípios tayloristas, que há muito tempo antes da sua publicação já haviam sido difundidos. Mais que sua invenção da linha de montagem de automóveis, ao reconhecer as relações entre produção em massa e necessidade de consumo de mesma proporção, Ford sinalizava indiretamente a necessidade de revisão da Lei de Say em um futuro que não demoraria a se fazer presente. Harvey (2014) narra episódios que indicam este fato. No dia 5 de janeiro de 1914, a Ford Motor Company elevou a remuneração diária dos seus operários de dois dólares e trinta e quatro centavos para cinco dólares, e introduziu a jornada diária de trabalho de oito horas (HARVEY, 2014, p. 121). Tal decisão era fundamentada na sua intuição de que, numa economia de indústria de massa, para que esta se equilibrasse, precisaria de pessoas com tempo e dinheiro para o consumo. Por isso mesmo que, em plena Grande Depressão, a Ford decidiu aumentar os salários dos seus funcionários, fato que se configurou numa política microeconômica ineficaz dentro da recessiva conjuntura macroeconômica (HARVEY, 2014, p. 122).

A visão fordista do trabalhador consumidor, realizador da demanda que justifica a oferta foi capturada em perspectiva diferente por Keynes ao buscar alternativas de saída da Grande Crise de 1929. Ao estabelecer o princípio da demanda efetiva como norte para a manutenção da dinâmica capitalista, Keynes abriu as portas políticas para o estabelecimento de um novo modo de regulação do sistema do capital com a difusão do fordismo e o desenvolvimento da Sociedade Salarial.

Em termos objetivos, segundo Castel (2015, p. 386), a chamada Sociedade Salarial é aquela em que a identidade social de um indivíduo que a integra “se baseia no trabalho assalariado mais do que na propriedade”; sucede do ganho de relevância socioeconômica do fator salário na identificação e participação do ser social trabalhador na sociedade capitalista, na qual “[...] se todo mundo, ou quase, é assalariado [...] é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social.” (CASTEL, 2015, p. 417). Seu advento no século XX pode ser observado como resultado das metamorfoses do trabalho provocadas pelo desenvolvimento capitalista da produção (*management*), que, como visto no capítulo anterior, se dá de forma desigual, mas articulada entre os diversos espaços nacionais.

¹⁶ Esta é uma visão gramischiiana que é compartilhada por Harvey (2014).

Por isso, é importante destacar o tempo-espaço em que a Sociedade Salarial surgiu, permitindo-se ser conceituada na forma apresentada por Castel (2015).

Neste sentido, pode-se afirmar que a Sociedade Salarial foi construída nas economias centrais do capitalismo a partir do início dos anos 1930 e consolidada no pós-guerra, até o início dos anos 1970. Esta sua materialização nessa época decorre fortemente da confluência geopolítica e econômica de três fatos históricos, quais sejam: (1) a Guerra dos Trinta e Um Anos¹⁷; (2) a Revolução Russa de 1917; e (3) a Grande Crise de 1929 (HOBSBAWN, 1995). A interação das consequências desses três processos, em suma, serviu de ponto de partida nos anos que lhes sucederam, a uma inegável necessidade de maior segurança social para os trabalhadores (CASTEL, 2015; HOBSBAWN, 1995; HARVEY, 2014, p. 121-125). O atendimento a tal demanda se fez em termos políticos distintos em meio ao embate socialismo *versus* capitalismo de Estado.

Concretamente, o socialismo de Estado se apresentou ao mundo sob a liderança de uma Rússia transformada em União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS). A Revolução de Outubro de 1917, liderada por Lênin, fez surgir nos quatro cantos do mundo iniciativas que questionavam o capitalismo gerador de desigualdades crescentes, apresentando-lhe uma alternativa que, na sua raiz, mostrou serem factíveis (1) uma ampla participação das massas nas decisões políticas nacionais, (2) uma economia planejada com minimização da propriedade privada e (3) a geração, a custo de muito sacrifício, de riqueza compartilhada de forma socialmente equitativa (HUBERMAN, 1986, p. 248-266). Uma potência mundial socialista projetou por todo o globo, durante grande parte do século XX, valores que conflitavam diretamente com os apregoados pelas potências capitalistas. Segundo Hobsbawn (1995),

[...] Uma das ironias deste estranho século [o Século XX] é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo - o medo - para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma. (HOBSBAWN, 1995, p. 17).

¹⁷ Período de 1914 a 1945 que abrange a 1ª e a 2ª Guerra Mundial. Por enxergar a 2ª Guerra Mundial como uma consequência da 1ª Grande Guerra, Hobsbawn (1995) faz uso dessa expressão para destacar esta sua leitura.

Nas décadas de 1920 e 1930, em paralelo ao estabelecimento da URSS e ao surgimento de movimentos socialistas mundo afora, no bojo dos esforços de recuperação da Grande Crise, assistiu-se a um abandono da orientação liberal do Estado mínimo e de uma economia não planejada, relegada às forças de mercado. Mais que nunca, o Estado foi fundamental no salvamento das economias capitalistas que não encontravam nos postulados liberais a saída para o desalento econômico que se instalara (HARVEY, 2014, p. 124-126). Era forte o interesse dos EUA e dos principais países da Europa pela retomada da dinâmica econômica que permitisse suprir as carências vivenciadas por suas sociedades. Essa atuação estatal, de forma clara e explícita, transcendeu o campo da economia, tendo abrangido os âmbitos social e político das nações mais desenvolvidas e, também, de forma adaptada, dos países periféricos do capitalismo. Em todas essas dimensões, a ação do Estado acabava por fortalecer relativamente a classe trabalhadora, mitigando o conflito social que vem da raiz do sistema, permitindo o que Filgueiras (1997, p. 16) chamou de “pacto social entre capital e trabalho”, quando, pelo lado dos capitalistas, os sindicatos passaram a ter sua legitimidade reconhecida como representantes da classe trabalhadora, assim como a greve econômica passou a ser permitida como ação de barganha na negociações coletivas; pelo lado da classe trabalhadora, a manutenção da ordem do capital, reconhecendo a legitimidade dos capitalistas como proprietários dos meios de produção e definidores da forma como esta se daria.

As intervenções estatais foram realizadas por meio do conjunto de medidas batizadas de *New Deal* (Novo Trato ou Novo Acordo) nos EUA e, na Europa, de *Welfare State* (Estado de Bem-Estar). Em termos econômicos, essas políticas foram inspiradas nas ideias trazidas por Keynes, que identificou no princípio da demanda efetiva o caminho de saída para as cíclicas crises de excesso de oferta e de retração dos investimentos que marcaram as economias capitalistas durante todo do século XIX e as primeiras décadas do XX. Sinteticamente, Keynes demonstrou que políticas que objetivassem o alcance e manutenção do pleno emprego conduziram à formação de demanda efetiva e poupança, mas que estas iniciativas e sua conservação não poderiam ficar a cargo exclusivamente dos empresários. Neste sentido, os gastos governamentais, orientados para o desenvolvimento de uma economia e seu pleno emprego, deveriam funcionar como fator de sustentação da demanda efetiva.

Entretanto, mais que apenas empregos, os trinta e um anos com guerras e crise econômica de proporções mundiais revelaram a carência generalizada por seguridade social. Além de lidar com as angústias humanas das possibilidades de doenças, catástrofes naturais e a certeza do envelhecimento, no mundo da produção industrial, em que os ganhos se fizeram astronômicos e tornaram imperativa a obtenção de lucros ainda maiores, fortaleceu-se no seio da grande massa populacional que dependia do trabalho para sobreviver o receio de recorrente convivência com o desemprego e com a guerra. Tal estado de incerteza despertava nesses indivíduos uma necessidade de tomada das rédeas da vida que se mostrava absolutamente injusta. Este era o campo social perfeito para a difusão dos ideais socialistas, que encontravam na Revolução Russa a sua expressão materializada do “poder fazer”, do “poder mudar”. Por outro lado, esta mudança estava longe de ser a desejada pela camada da sociedade não ofertante de trabalho, que investia a riqueza acumulada em propriedades e novas formas de acúmulo de capital.

Assim que, nessa época, também sob a tutela do Estado, difundem-se, principalmente nos países da Europa ocidental, modelos de seguridade social, mitigadores dos riscos sociais vivenciados pelos trabalhadores e seus dependentes. As temeridades sociais, ampliadas no capitalismo industrial, passaram a ser cobertas por fundos públicos de previdência que tinham como fonte de origem, crescimento e perpetuidade contribuições dos trabalhadores assalariados e das instituições para as quais eles trabalhavam (CASTEL, 2015, p. 385-387). Ser assalariado tornar-se-ia sinônimo de socialmente protegido e, conseqüentemente, proprietário de parte da produção social para a qual contribuiu. Esse *status* social transformava e ainda transforma o trabalhador de apenas vendedor de sua força de trabalho a dono, mesmo que mínimo, de parte da riqueza social e econômica por ele gerada.

Nesse contexto, o papel do Estado se ampliou, englobando, além dos gastos com vistas ao desenvolvimento e ao pleno emprego, a função de gestor de um fundo de previdência pública, que se configurava como propriedade de natureza distinta da privada, pertencendo coletivamente a toda a sociedade que abrigava seus contribuintes. Numa visão política ligeiramente mais abrangente, o Estado, cuja atuação era veementemente criticada pelo pensamento liberal, assume funções cruciais na manutenção da lógica econômica e da coesão social no capitalismo. Com seus gastos, criava e mantinha a demanda efetiva, assegurando a não paralização do

capital decorrente de crises de excesso de oferta. Criando e gerindo uma propriedade social materializada nos fundos públicos de previdência, buscava minimizar a precariedade das condições de vida que fortalecia a luta entre trabalho e capital. O desempenho estatal de tais papéis, após a Grande Depressão e no contexto de bipolarização do poder político e econômico entre EUA e URSS no pós-guerra, conferiu fôlego para a reestruturação do modo de reprodução e vida capitalista.

Neste início de século XXI, a observação deste fato histórico levou Dedecca (2010) a afirmar que

[...] O desenvolvimento do capitalismo depende de um conjunto de instituições que garanta o funcionamento dos mercados, mas, ao mesmo tempo, impeça os excessos que estes produzem, quando ganham elevada autonomia. (DEDECCA, 2010, p. 32).

Em verdade, considerando-se sua doutrina ideológica original – o liberalismo econômico smithiano tão propagado pela atuação geopolítica inglesa desde o século XVIII, o capitalismo havia de se reformado a tal ponto que, em 1957, Anthony Crosland, célebre político socialista britânico, diante de seguidos anos de conjuntura de pleno emprego, significativas taxas de crescimento econômico e perspectivas de um futuro próximo muito positivo, dizia não mais o reconhecer (HOBBSAWN, 1995, p. 263).

Nessa era de ouro do capitalismo, os governos das economias capitalistas centrais criaram instituições que, além de manter a dinâmica do mercado, adotaram políticas mitigadoras dos efeitos deletérios da liberdade do capital sobre a classe trabalhadora, que redundaram em três transformações sociais atinentes ao mundo do trabalho, que compuseram a Sociedade Salarial. A primeira delas é a regulação pública básica dos contratos e das relações de trabalho. São dessa época conquistas de direitos do trabalho que se instituíram de forma ampla nas economias de mercado: o salário mínimo, a jornada semanal de trabalho, a folga semanal, os intervalos durante a jornada diária, a restrição à demissão, as condições ambientais e materiais de realização da produção, o impedimento ao trabalho infantil, a licença maternidade e outros direitos. Nas sociedades em que tais medidas foram adotadas, elas lhes trouxeram imediatas melhorias nas condições de manutenção e exploração da força de trabalho.

Para Castel e Haroche (2001), a regulação pública das relações de trabalho foi o ponto de partida para que a classe trabalhadora deixasse de ser a dos

[...] infelizes dedicados ao trabalho árduo, produzindo os desejos dos outros e quase não recebendo o suficiente para sustentar seus corpos sofredores e cheios de necessidades ... uma imensa multidão de instrumentos bípedes, sem liberdade, sem moral, possuindo apenas mãos produtivas e uma alma absorvida.¹⁸ (CASTEL; HAROCHE, 2001, p. 43-44).

A segunda mudança estabeleceu a securitização social e do trabalho, acompanhada de mais amplo acesso à educação e à saúde também providas pelo Estado, bem como serviços de água, saneamento, transporte e programas habitacionais. Além de tudo, os trabalhadores passaram a ter direito a seguro desemprego e a qualificação profissional, de forma a, em caso de demissão, manterem sua subsistência no curto prazo e se capacitarem para outra, e até uma nova ocupação.

Por fim, os ofertantes de força de trabalho também foram fortalecidos por leis que lhe conferiram o direito de representação e organização democráticas, por meio da instituição de sindicatos e partidos políticos. Todos esses elementos conjuntamente resultaram em uma ampla securitização da sociedade, que fortalecia e impulsionava os trabalhadores (DEDECCA, 2010).

A manutenção dessas políticas por parte dos governos gerou condições para que fossem registradas significativas e contínuas taxas de crescimento econômico. A verificação dessa realidade serviu de base para a ampliação geral do emprego, distribuição maior da renda e elevação do bem-estar. Tal melhoria de vida era empiricamente percebida pelos indivíduos. Nas palavras de Hobsbawn,

[...] Durante os anos 50, sobretudo nos países "desenvolvidos" cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. (HOBSBAWN, 1995, p. 253).

Castel acrescenta que, entre os anos 1950 e 1960,

[...] A sociedade salarial parece arrebatada por um irresistível movimento de promoção: acumulação de bens e riquezas, criação de novas posições e de oportunidade inéditas, ampliação dos direitos e das garantias, multiplicação das seguridades e das proteções. (CASTEL, 2015, p. 417).

De fato, o processo regulatório que caracteriza o *Welfare State*, com seguridade social e permissão à organização social e política dos trabalhadores, resultou no estabelecimento de um ciclo virtuoso marcado por encadeados aumento

¹⁸ Traduzido com o apoio da ferramenta Google Translator.

do emprego, incremento da distribuição social do excedente produtivo, elevação do consumo, ampliação dos investimentos e crescimento econômico que perduraram até o início dos anos 1970. Segundo Dedecca (2010),

[...] quando tal regime foi construído e consolidado, observou-se uma tendência de queda da desigualdade e de crescente segurança de emprego para as populações dos países desenvolvidos [...]. O resultado mais evidente desse processo pode ser evidenciado pela distribuição entre salários e lucros no final da década de 1970. As Contas Nacionais dos países desenvolvidos indicavam uma participação dos salários superior à dos lucros na renda nacional. Também apontavam uma participação importante do Estado, que se traduzia na realização de políticas sociais robustas e, por consequência, em distribuição indireta de renda. A menor desigualdade de renda estava associada a maior segurança da situação de emprego e condição favorável ao acesso de bens e serviços públicos para a maioria da população. (DEDECCA, 2010, p. 34).

Nesse contexto, deve-se reiterar que as “permissões” concedidas ao mundo do trabalho pelos governos das economias centrais não tiveram por motivação primordial o estabelecimento do Estado de Bem-Estar e a consequente promoção da classe trabalhadora. Antes, buscavam acomodar a natural tendência ao conflito entre capital e trabalho (OFFE; HINRICHS, 1989; BALANCO; PINTO, 2007), que se materializava geopoliticamente na conjuntura bipolar na qual se encontravam divididas as nações mais poderosas de então. Essa contraposição entre liberalismo e socialismo teve sua expressão ampliada para além do campo das ideias, redundando em um acelerado processo armamentista que caracterizou a chamada Guerra Fria. Apesar dos poderios bélicos norte-americanos e soviéticos construídos e alardeados aos quatro cantos do mundo, era no campo político e ideológico o ambiente em que as “batalhas” eram evidentes. Paralelamente, havia um forte receio por parte dos americanos de que uma nova crise, similar à de 1929, se instalasse mundialmente, colocando em risco os valores liberais.

No final dos anos 1960, o Estado de Bem-Estar havia possibilitado uma mobilidade social sem precedentes, graças principalmente à divisão dos ganhos de produtividade e ao acesso à educação por parte dos estratos da sociedade com menor rendimento (DEDECCA, 2010). Não mais as incertezas do final do século anterior ou das três primeiras do século XX. Podia o trabalhador, nessa nova era do trabalho, planejar-se, pensar a longo prazo e (re)construir em bases materiais e imateriais a sua e a vida da sua família.

Modificara-se bastante o perfil social dos indivíduos da classe trabalhadora (a classe-que-vive-do-trabalho) das economias centrais do capitalismo. Sennett (2009)

capta muito bem esta nova realidade ao caracterizar de forma peculiar a figura de um trabalhador norte-americano dessa época, de nome Enrico. Este laborioso servente teve uma vida linear, com início, meio e fim que foram gradualmente delineados e vivenciados. Possíveis imprevistos na sua vida somente poderiam advir de catástrofes naturais ou sérias crises econômicas. Graças ao trabalho a que se dedicou por anos a fio, com rotinas claras e horários disciplinadamente cumpridos, realizou ascensão social lenta e planejada no longo prazo com base numa única carreira profissional, que norteou o seu e o futuro da sua família. Socialmente, mantinha laços de amizade de longas datas, fortalecidos cotidianamente de forma presencial. Tal fato, permitia facilmente a todas as pessoas que lhe compartilhavam a convivência - esposa, filhos e amigos, descrever seu caráter¹⁹. Embora este perfil tenha sido estabelecido com base na figura de um empregado de serviços de limpeza, em verdade, era similar ou até mesmo melhor o contexto dos trabalhadores industriais seus compatriotas ou da Europa Ocidental. De forma geral, tais trabalhadores integravam o que sociologicamente é reconhecido como a organização fordista de produção.

Meticulosamente controlado, com métricas de tempo de até um décimo de hora, com vistas à maximização da produtividade do trabalho e dos lucros, o trabalho fordista definiu mais que um modo de organização da produção dentro de uma fábrica; compôs a cultura e o modo de regulação do capitalismo no pós-guerra, moldou o ser social na sociedade salarial. Segundo Harvey (2014, p. 121-122), o fordismo deu “aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores”. Além disso, conferiu aos trabalhadores, graças às métricas de tempo utilizadas inicialmente por Taylor e difundida na cultura fordista de produção, um poder de negociação coletiva e um sentido de previsibilidade que lhes permitia planejar a longo prazo e ter uma vida comunitária mais ativa (SENNETT, 2009, p.48-49).

Sem sombra de dúvida, o fato de cada trabalhador ter tempo para se dedicar às questões sindicais e políticas da sua sociedade foi primordial para que, coletivamente, a classe trabalhadora se fortalecesse e conquistasse o reconhecimento da legitimidade de direitos que desde o fim do século XVIII e início do XIX eram perseguidos. Limitação

¹⁹ Segundo Sennett (2009, p. 10), “caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem. [...] concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro”.

da jornada de trabalho, melhores salários, direito a férias e outras vitórias sociais do trabalho somente foram possíveis pelos subsídios que os dados sobre a produtividade do trabalho, portanto, sobre o “mais valor” por ele produzido revelaram. Com a administração científica do trabalho, Taylor, embora não fosse este seu objetivo, permitiu uma métrica mais precisa e clara da teoria da mais-valia de Marx e, assim, “o tempo rotinizado se tornara uma arena onde os trabalhadores podiam afirmar suas próprias exigências, uma arena que dava poder.” (SENNETT, 2009, p. 48).

Nessa perspectiva, pode-se, certamente, afirmar que desta interação entre fordismo e keynesianismo conformou-se a Sociedade Salarial: uma nova sociedade, um novo trabalhador e, portanto, uma renovada classe trabalhadora no interior do capitalismo. Estes trabalhadores embora não fossem detentores de significativas propriedades privadas, por meio do trabalho, não mais apenas sobreviviam, como também se encontravam socialmente protegidos e ascendiam no seio da sociedade, ampliando suas possibilidades de acesso às riquezas produzidas.

Em termos subjetivos, durante os Anos Gloriosos do capitalismo, a mentalidade do ser trabalhador se transformou distintamente entre os indivíduos das diferentes gerações. Não mais premidos pela urgência de obtenção do mínimo necessário à sobrevivência, com mais amplas possibilidades de satisfação das suas demandas fisiológicas e sociais, os mais velhos, que haviam convivido com a luta dos seus pais pela vida e testemunhado o terror das Grandes Guerras e da Grande Depressão, embora os problemas de saúde gerados pelos trabalhos repetitivos e pelos ambientes laborais ainda insalubres, apresentavam o sentimento de autorrealização e contentamento por viverem de forma significativamente melhor que seus progenitores. Socialmente, não mais eram escória, mas, trabalhadores assalariados ou aposentados.

Esta oportunidade de autopromoção social por meio do trabalho e da ação sindical alimentou nos seus filhos, a juventude dos anos 1960, o anseio por ocupações que demandavam melhores qualificações e proporcionavam maior renda. Tais posições, apelidadas de *white collar jobs* (trabalho de colarinho branco), lhes possibilitariam permanecer longe do barulho e da sujeira do chão de fábrica, onde seus pais, os *blue collars* (colarinhos azuis), haviam “perdido” a juventude (DEDECCA, 2010, p. 35). A vencida luta pela redução das extenuantes jornadas de trabalho do início daquele século cedeu lugar à busca por condições de trabalho que

não prejudicassem à saúde física (DEJOURS, 2015, p. 25), que remunerassem mais e permitissem maior controle sobre a própria vida. Havia o claro desejo de participar diretamente dos processos decisórios sobre a gestão das tarefas que realizavam²⁰.

4.2 A CONFORMAÇÃO DA SOCIEDADE DO TRABALHO FLEXÍVEL E A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Após quase três décadas de efetivas melhorias nas vidas das populações que se abrigaram sob o *New Deal* e o *Welfare State*, os anos que sucederam ao de 1973 apresentariam profundas transformações no mundo do trabalho. Estas, porém, apenas no início dos anos 1990, puderam ser mais claramente identificadas, quando os pesquisadores deixaram de enxergar como pequenas turbulências os problemas econômicos enfrentados tanto pelos países centrais como pelos periféricos do capitalismo e identificou que havia uma crise sistêmica (HOBSBAWN, 1995, p. 393-394).

Em verdade, o início dos 1970 já apresentava irrefutáveis sinais de que o Ciclo de Ouro do capitalismo se esgotava. Antunes (2009, p. 31-32) lista seis ocorrências indicativas desse processo. A primeira diz respeito a uma queda das taxas de lucro, cuja razão residiria no gradativo incremento do preço da força de trabalho, que intensificou a tendência reconhecidamente negativa do referido indicador. A segunda decorreu do aumento do desemprego estrutural que levou à retração geral do consumo e, em seguida, da produção, demonstrando, em escala ampliada, o definhamento do padrão de acumulação baseado no taylorismo/fordismo. O terceiro fato advindo deste contexto foi a crise do Estado de Bem-Estar como consequência de sérias dificuldades fiscais dos países que por ele se caracterizavam, fato que conduziu a uma forte retração dos gastos públicos.

Nesta conjuntura recessiva geral da economia, o capital movimentou-se na busca por alternativas de manutenção do seu “natural” processo acumulativo, podendo-se identificar, nos três demais fatos listados por Antunes, como se deu a defesa capitalista. Assim, como quarta e quinta circunstâncias, destacam-se a forte tendência à concentração do capital em empresas oligopolistas e monopolistas, bem como a migração para sua forma mais líquida, a financeira, buscando, mediante

²⁰ Maio de 1968 em Paris foi, certamente, um momento de culminância desse movimento, com grande interação entre trabalhadores franceses e jovens estudantes universitários (THIOLLENT, 1998). A reivindicação por melhorias de trabalho resultou em uma série de greves – novos conflitos capital-trabalho.

processos especulativos, lucros mais expressivos que aqueles então possibilitados pela esfera produtiva. Por fim, fechando o elenco de transformações apresentadas pelo autor, está aquela para a qual o capital necessitou buscar no Estado sua legitimidade, qual seja, a desregulamentação e flexibilização das dimensões sociais da produção, do mercado de trabalho e das finanças, bem como o alargamento das oportunidades de ganho por parte do capital privado mediante a privatização de serviços públicos.

Para além dessas ocorrências levantadas por Antunes, na economia dos EUA, a maior do planeta, financiadora de boa parte do crescimento econômico do pós-guerra e responsável por incontáveis efeitos multiplicadores sobre as demais economias nacionais, as finanças públicas estavam corroídas pelos excessivos gastos do seu governo, principalmente com a Guerra do Vietnam. À crise fiscal americana, juntaram-se as crises do petróleo de 1973 e 1979, com os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) reagindo à posição americana no conflito do Oriente Médio por meio da elevação do preço dessa estratégica e principal fonte de energia para as economias centrais àquela época. Os impactos foram imediatamente sentidos nos anos que sucederam a cada uma delas e puderam ser verificadas pela queda das taxas de crescimento ou até da retração do PIB das seis maiores economias de então (Anexo A).

Estes foram os sinais de que o sistema de produção e vida do capital necessitava se reconfigurar, com vistas a manter o processo de acumulação que lhe distingue. Tal conjuntura serviu de perfeita oportunidade para que os ideais neoliberais, que há muito não conseguiam reverberar seu discurso de livre mercado e Estado Mínimo, elevassem o tom de suas críticas contra a manutenção da adoção de políticas keynesianas por parte dos governos dos países que haviam estabelecido as práticas socioeconômicas características do Estado de Bem-Estar.

Por outro lado, no âmbito da organização da produção, o acirramento da concorrência industrial com o advento do modelo japonês de produção (toyotismo), bem como o avanço da microeletrônica, dos transportes e das comunicações indicavam que profundas reformulações necessitavam ser implementadas, tanto no espaço interno das fábricas, como também em relação à distribuição espacial dos processos produtivos. Para Filgueiras (2000, p. 41), a simbiose desenvolvida entre as políticas neoliberais, a reestruturação produtiva e a globalização respondem de forma

sintética pelas “rápidas e profundas transformações econômicas, sociais e políticas” vivenciadas no final do século XX e que colocaram em questão a organização da sociedade salarial, baseada, como visto, no Estado de Bem-Estar.

Assim sendo, o padrão de produção fordista passou paulatinamente a ganhar características da organização do trabalho de origem japonesa, comumente conhecida como *toyotismo*, que visa conferir máxima flexibilidade aos processos produtivos. Como forma de reduzir custos e ainda de pressionar a oferta de trabalho, intensificou-se o discurso da desregulamentação, sob o argumento de que a regulação era a vilã que os elevava os gastos e gerava desemprego.

Nesse esquema, neoliberalismo e reestruturação produtiva complementaram-se perfeitamente, iniciando a desestruturação do Estado de Bem-Estar, intensificada com o reforço do processo da globalização. Esses três processos, segundo Filgueiras:

[...] se entrelaçam e se complementam enquanto elementos determinantes desse novo momento do capitalismo em escala planetária. Embora distintos quanto aos seus significados e processos históricos que lhes deram origem, estão profundamente articulados no processo de transformações pelo qual vem passando esse sistema de produção e organização social [...] (FILGUEIRAS, 2000, p. 41).

Para uma apreensão mais adequada de como cada um desses fenômenos contribuiu para por “em cheque” a sociedade salarial, fazem-se necessárias a caracterização e a análise de cada um deles, buscando-lhes captar suas sinergias e implicações sobre o mundo do trabalho.

Desenvolvido a partir do final da Segunda Guerra Mundial como reação teórica aos princípios keynesianos do Estado intervencionista sobre a economia, o neoliberalismo buscou resgatar o *laissez faire, laissez aller, laissez passer* (deixai fazer, deixai ir, deixai passar), que politicamente significa total liberdade econômica e nenhuma intervenção do Estado, a não ser para assegurar a própria liberdade: do fluxo de produção, dos produtos, do capital e dos contratos. Retomava também do antigo liberalismo, a valorização do indivíduo que, agindo de forma absolutamente livre e egoísta, acionaria o motor “natural” da economia - a concorrência de mercado, num ambiente em que a mão invisível se encarregaria de harmonizar todos os interesses coletivos.

Sua diferença em relação ao liberalismo, corrente teórica que remonta à consolidação do próprio sistema capitalista por meio da Revolução Industrial, pode ser melhor delineada a partir da observação do contexto histórico em que cada um

desses fenômenos políticos e ideológicos se expressaram (FILGUEIRAS, 2000, p. 48). Enquanto os liberais se insurgiram contra o Estado Absolutista, constituindo-se, assim, numa ideologia progressista, de superação de uma ordem econômica, social e política estabelecida, os neoliberais se contrapuseram à ação reguladora do Estado Keynesiano na economia, nas relações sociais e, especificamente no mundo do trabalho, sobre a regulação das relações trabalhistas – contratos e direitos sociais ligados à classe trabalhadora. O neoliberalismo representa, portanto, uma oposição ao Estado de Bem-Estar e uma retomada das práticas de livre mercado anteriores à Grande Depressão. Tal fato, portanto, permite afirmar serem seus ideais retrógrados e anacrônicos por prescrevem a adoção de políticas cujos efeitos já se haviam demonstrados indesejados tanto em termos econômicos (crises recorrentes), como sociais (insegurança e falta de perspectiva futura para grandes parcelas populacionais).

Em função disso, seus ideais permaneceram no ostracismo desde sua origem, na segunda metade dos anos 1940, até o final da década de 1960, momento em que o sistema capitalista inicia um período de revés em função da crise financeira americana, da quebra do padrão dólar-ouro pactuado em Breton Woods, da crise do modelo fordista de produção e da primeira crise do petróleo. A partir de então, com ideias veementemente contrárias ao keynesianismo, tendo por epicentros a Inglaterra, com o governo da “Dama de Ferro”, e os EUA, liderados por Ronald Reagan, os “liberais renovados” lutariam e conquistariam a predominância nos campos da política e da economia. Como nova ideologia hegemônica, o neoliberalismo passou a influenciar e a ditar receituários de reequilíbrio macroeconômico por meio de controles fiscais e monetários dos seus orçamentos em detrimento do estímulo ao crescimento²¹.

Para avanço global das orientações neoliberais, eram indispensáveis a abertura dos mercados nacionais, a desregulamentação das leis trabalhistas, o fim das barreiras aos fluxos de capital e dos sistemas de proteção social, bem como a privatização de empresas públicas. A atuação estatal deveria se dar de forma a mitigar todo o qualquer tipo de restrição às forças do mercado. Segundo suas ideias, a participação do Estado estimulando a economia por meio de políticas fiscais e

²¹ É interessante notar que, desde então, o PIB norte-americano e o britânico têm apresentado comportamento similar ao que no Brasil ficou reconhecido como efeito “voo de galinha” – muito esforço para taxas de crescimento do PIB frequentemente pífiás, que periodicamente se transformam em recessão econômica (Anexo B).

monetárias redundaria sempre em inflação e mais desemprego. Mais que isso, no caso das economias endividadas latino-americanas, em função das elevadas taxas de juros praticadas a partir da segunda metade dos anos 1970, a diretriz sugerida era única: geração de superávit fiscal primário para pagamento dos juros e das dívidas como base para a retomada do equilíbrio macroeconômico.

Em termos sociais, políticas ativas, minimizadoras dos efeitos das desigualdades existentes, também deveriam ser abandonadas, já que estas trariam o efeito de acomodar os “agentes econômicos” e reduziriam a competição, fator essencial para a dinamização da vida social e fortalecimento da liberdade individual.

Gradativamente, durante a década de 1980, governos nacionais, especialmente da América Latina, deixavam-se convencer pelas orientações neoliberais. Os EUA e a Inglaterra lançaram mão de significativos esforços diplomáticos, usando, de acordo com Batista,

muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta, embora esta constituísse todo o tempo o pano de fundo do competentíssimo trabalho de convencimento. Certamente, uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door* nas quais se apelava, sem maiores constrangimentos, à força das canhoneiras para “abrir os portos de países amigos”. Por serem menos ostensivas, as pressões atuais são mais difíceis de combater. (BATISTA, 1995, p. 26).

Um momento culminante do programa dos “liberais renovados” foi certamente a realização, em novembro de 1989, pouco após o início da “derrubada” do Muro de Berlim, de encontro em Washington, capital dos EUA, de funcionários do governo daquele país com técnicos economistas das instituições multilaterais Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o propósito de avaliar, até aquele momento, a quantas andava o avanço das reformas econômicas “sugeridas” aos países da América Latina. Tal reunião, intitulada de “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, resultou em uma publicação que viria a ser mundialmente reconhecida sob a alcunha de Consenso de Washington (BATISTA, 1995, p. 5).

Em termos políticos, não houve momento mais propício para a propagação sistemática do ideário neoliberal (FILGUEIRAS, 2000, p. 66-67). A queda do Muro de Berlim, o colapso do comunismo na Europa Central e a desestruturação da URSS eram marcos inequívoco do fim da Guerra Fria e da maniqueísta leitura das possibilidades de regimes de governo. De forma precipitada, anunciou-se o fim da

história, a instauração da *pax americana*, bem como a vitória definitiva da economia de mercado e da democracia representativa. Iniciar-se-ia, desde então, uma verdadeira cruzada ideológica, cujo objetivo único era, segundo Batista (1995), desmoralizar as orientações cepalinas que tinham por norte o desenvolvimento das nações latino-americanas lastreado em investimentos de capitais privados nacionais e internacionais, sob a regulação estatal. Os governos latino-americanos estavam entregues. Na opinião de Batista, a América Latina fora transformada

em um laboratório onde a burocracia internacional baseada em Washington - integrada por economistas descompromissados com a realidade política, econômica e social da região – busca(ou) pôr em prática, em nome de uma pretensa modernidade, teorias e doutrinas temerárias para as quais não há eco nos próprios países desenvolvidos onde alegadamente procura inspiração. (BATISTA, 1995, p. 27).

Ainda segundo o autor, naquele fim dos anos 1980 e início dos 1990,

Os latino-americanos parecem comportar-se como países derrotados. Reagem defensivamente, com complexo de culpa, como se estivessem saindo de uma longa noite de totalitarismo político e econômico, como se houvessem sido eles, juntamente com os países da Europa oriental, vencidos também na guerra fria. Resignados e acomodados, sem nenhuma vontade perceptível de se afirmar como verdadeiras nações. (BATISTA, 1995, p. 8).

De fato, nas duas últimas décadas do século XX, a ideologia neoliberal alcançou tamanha influência sobre os governos e a sociedade como um todo que, conforme afirma Filgueiras (2000),

[...] seus princípios passaram a ser aceitos, consciente ou inconscientemente, pela maior parte da população, evidenciando-se, assim, a constituição de uma hegemonia na forma de pensar a vida em sociedade, com influência crucial nas ações cotidianas dos indivíduos. Em suma, o neoliberalismo assumiu a condição de hegemonia cultural, no sentido mais abrangente que este conceito possa ter. (FILGUEIRAS, 2000, p. 43).

Em relação ao mundo do trabalho, os impactos das políticas e ideias neoliberais foram catastróficos. Isto porque a classe trabalhadora teve fortemente questionados e enfraquecidos muitos dos direitos e conquistas obtidos durante o desenvolvimento da Sociedade Salarial. O hegemônico paradigma neoliberal da valorização da individualidade e da diferença entre as pessoas, o crescente desemprego e a flexibilização da legislação trabalhista conduziram a um intenso processo de precarização das relações de trabalho, entendida como sendo o enfraquecimento dos contratos, a incerteza quanto à manutenção do trabalhador no seu posto laboral, de

ocupação sempre instável, gerando nos trabalhadores a angústia da dúvida sobre a manutenção da própria subsistência.

Obviamente, em face deste contexto, o que se observou desde então foi a clara redução das possibilidades de adoção de estratégias de posicionamento por parte dos ofertantes de força de trabalho. Diante dessa crescente intranquilidade sobre o futuro, grande parte dos trabalhadores foi deixando de lado sua filiação sindical, sua atuação nessas organizações de classe e os processos de negociação coletiva. A luta por melhores condições de trabalho foi cada vez mais relegada a segundo plano. Tornou-se mais intensa a concorrência entre os próprios trabalhadores, e o salário, preço do trabalho, caiu gradativamente. Por outro lado, o crescente desemprego foi abrindo portas para reforçar o argumento neoliberal sobre a necessidade de maior flexibilização das leis trabalhistas, fortalecendo formas contratuais que estabelecem relações mais precárias de trabalho – terceirizado, temporal, com banco de horas, etc.: um novo e amplo leque de possibilidades de formas contratuais entre capital e trabalho.

Gradativamente, segundo Druck (2011),

[...] não é mais o padrão da sociedade do pleno emprego, mas o de uma sociedade de desempregados e de formas precárias de trabalho, de emprego e de vida que passa a predominar também onde se tinha atingido um alto grau de desenvolvimento econômico e social, a exemplo dos países que tiveram as experiências dos Estados de Bem-Estar Social. (DRUCK, 2011, p. 43).

Esta nova realidade social do trabalho, que, de farto e seguro durante o Estado de Bem-Estar, passa a ser precário e incerto, é melhor observada quando analisada a contribuição dada pelo fenômeno da reestruturação produtiva para o maior desequilíbrio de forças entre a demanda (capital) e a oferta (trabalho) no mercado laboral.

A crise econômica que despontou nos anos 1970 exigiu do sistema capitalista uma reorientação, sem, contudo, deixar de lado sua intrínseca característica de apropriação de parte do valor gerado pelo trabalho. Esgotava-se o modelo fordista de acumulação de capital e de produção homogeneizada em massa que caracterizou a economia, podendo tal fato ser observado, no âmbito microeconômico, pela queda de produtividade e pela insatisfação dos trabalhadores em relação às suas atividades laborais. Foi grande o número de greves no final dos anos 1960 e no início dos 1970 nas economias em que vigorava o *Welfare State*.

O fenômeno da reestruturação produtiva representou a resposta do capitalismo a esta conjuntura do sistema vivida nas suas economias centrais. Sua nova palavra de ordem era flexibilidade: das máquinas, nos processos de gestão do trabalho, dos trabalhadores e dos contratos de trabalho. Jornada, função a desempenhar e salários: tudo deveria ser revisado de forma a conferir máxima mobilidade e condição de readaptação da empresa às novas circunstâncias que surgissem num ambiente de intensa concorrência. Numa perspectiva sistêmica da economia e da sociedade, era o início do que Harvey (2014) denominou de acumulação flexível. Segundo este autor, o novo padrão mundial do capitalismo caracteriza-se

por um confronto direto com a rigidez do fordismo. [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (HARVEY, 2014, p. 140).

Apoiando-se nessa interpretação, pode-se, portanto, afirmar que o padrão flexível de acumulação do capital, significou para a organização do trabalho e da produção uma evolução em relação ao fordismo e teve por base organizacional a reestruturação produtiva.

Observa-se que este fenômeno, embora de relevância para o conjunto das economias, foi melhor percebido no âmbito das indústrias, onde foram intensos os processos de flexibilização que lhes caracterizam. Em se tratando do capital físico, as antigas máquinas fordistas, não programáveis e que realizavam a automação de forma rígida, foram substituídas por máquinas que seguiam as novas tecnologias da microeletrônica e da telemática, podendo ter programados seus trabalhos tanto em termos de qualidade, quanto em quantidade (FILGUEIRAS, 2000, p. 54). Isso permitia que o ritmo de produção e as especificações dos produtos pudessem ser redefinidos de acordo com as variações da demanda. Os investimentos nesses novos equipamentos permitiram larga substituição do trabalho vivo por trabalho morto (dos robôs e computadores), inicialmente, nos setores industriais e, posteriormente, de forma gradativa, nos de serviço.

Assim como no pós-guerra, a cultura de uma indústria automobilística serviu de base para a redefinição de padrões de organização do trabalho, da produção e da vida. Nesse novo momento, outra empresa de automóveis traria para o mundo seu jeito de fazer: a japonesa Toyota. O toyotismo, tomando por base a demanda imediata (*just in time*), busca controlar a quantidade exata de tempo, insumos e trabalhos necessários à produção, de forma a cortar custos e a não compor estoques. Para que não haja, por consequência, nenhum desperdício de fatores de produção, esse modelo persegue continuamente a eficiência produtiva, pondo a empresa e os trabalhadores em constante tensão à procura de pontos de melhoria dos processos.

Assim como o fordismo esteve para o estabelecimento do Estado de Bem-Estar e da Sociedade Salarial, o toyotismo se encontra para o modo flexível da acumulação do capital e a sociedade do trabalho flexível, *just in time*. Segundo Alves (2011), os valores e dispositivos organizacionais do Sistema Toyota de Produção foram tão bem-sucedidos no seu propósito de transformar a forma de gerir o trabalho e a produção humana que se tornaram senso comum do *management* e foram inclusive incorporados por empresas prestadoras de serviço e da administração pública. Sendo “o ponto de partida de um complexo ideológico-moral” (ALVES, 2011), o toyotismo reverbera muito além da dimensão produtiva e do trabalho. Ele influencia as relações sociais, estabelecendo nova lógica de sociometabolismo, e a constituição de cada indivíduo em si mesmo²².

Vale frisar que, embora provoque mudanças impactantes sobre a organização da produção e do trabalho, segundo Alves (2007, p. 161), “o toyotismo não se constitui como “modelo puro” de organização da produção capitalista”. Isto porque, conforme o entendimento do autor,

em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo), momentos não-predominantes do novo regime de acumulação flexível. (ALVES, 2007, p. 161).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, sendo a produção material em grande parte realizada por máquinas (trabalho morto), um dos primeiros efeitos desse processo é a geração de desemprego estrutural para os trabalhadores que são

²² Tal fato, em verdade, remete às ideias de Hegel e Lukács: sendo o trabalho elemento ontológico do ser social, as transformações nele realizadas rebatem diretamente sobre os indivíduos e sobre as sociedades por eles formadas. Isto, por si, seria suficiente para demonstrar que o trabalho segue sendo categoria central na determinação dos estudos da sociologia e da economia.

substituídos e impelidos cada vez mais para o setor dos serviços e para a produção imaterial. Em relação aos trabalhadores que permanecem no trabalho industrial, ao buscar a máxima flexibilidade produtiva, esta reestruturação exige conseqüentemente que eles sejam polivalentes e facilmente adaptáveis a mudanças nas formas de produção.

Portanto, o trabalhador ideal para o capital passa a ser aquele com iniciativa, mais capacitado que o trabalhador fordista, que lida facilmente com trabalhos em equipes em constantes mudanças e que aceita o “desafio” de abraçar múltiplas tarefas, se possível, substituindo um grande número de trabalhadores avaliados como de menor capacidade produtiva. Para que isto ocorra, busca-se construir uma total identificação entre os propósitos das empresas e os objetivos de vida do trabalhador (FILGUEIRAS, 2000, p. 55).

Além de polivalente/“multi-uso”, o ser social trabalhador toyotista é impregnado de comprometimento pessoal, subjetivo com a empresa para a qual trabalha e com a equipe que integra dentro dela. Daí expressões como “vestir a camisa da empresa”, “nosso negócio é o seu negócio”, “saber trabalhar em equipe”, etc. Ele passa a enxergar sua realização pessoal a partir da materialização dos interesses daquele que consome sua força de trabalho. Verifica-se, dessa forma, a captura da subjetividade do trabalho vivo, que se integra às mercadorias e aos serviços não apenas pela força de trabalho aplicada, mas principalmente pela total mobilização da mente do trabalhador aos seus processos de trabalho. O indivíduo que trabalha é um trabalhador não apenas de corpo, mas também, de forma consentida e motivada, de alma (ALVES, 2011).

Na instância legal do mercado laboral, a flexibilidade nos contratos passa a ser requerida contundentemente por meio de propostas de reformas dos regimentos trabalhistas. O objetivo é desregulamentar, reduzir a intervenção estatal nas relações de trabalho, “flexibilizar a jornada de trabalho, os salários e os direitos sociais existentes” (FILGUEIRAS, 2000, p. 55), que devem ser objeto de negociação direta entre sindicato e empregador (trabalho versus capital), atendendo às novas demandas desse capital. Prova evidente desse quadro pode ser avistada em documento relativamente recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no qual é sugerido que o produto de tais negociações, “mesmo que de forma diferente ao que estabelece a legislação”, deverá ter “a mesma força da tutela legal” (CNI, 2012, p. 21).

Em relação ao trabalhador, em que pese o discurso de que ao flexibilizar a legislação trabalhista são ampliadas suas oportunidades de trabalho, o resultado claro é o enfraquecimento da relação contratual, tornando explícitas e legais a instabilidade e incerteza da sua continuidade no papel ocupacional que lhe permite a reprodução da sua e da vida da sua família. Assim, certamente, este novo trabalhador passa a aceitar docilmente novas condições laborais, vantajosas ao capital.

Dentre as formas flexíveis de contratação de força de trabalho, uma, em específico, se destaca como meio de redução dos custos e enxugamento máximo do quadro de empregados. Também componente fundamental do modelo capitalista japonês, a terceirização consiste na subcontratação de empresas de mão de obra para a realização das tarefas da operação direta e indireta das empresas (DRUCK, 1999, p. 123). Mantendo apenas um reduzido quadro de funcionários próprios, uma empresa, ao terceirizar o máximo das suas atividades produtivas, repassa para a contratada o dever de qualificar continuamente o trabalhador, de arcar com despesas com sua saúde e suas contribuições previdenciárias. Tal prática representa um meio de transferência de responsabilidades e riscos legais de uma empresa para outra e, sob a ótica da oferta laboral, é uma das formas mais comuns de precarização das relações de trabalho (DRUCK, 1999, p. 135-136).

Sobre este ponto, há que se atentar para a forma de difusão positiva da ideia da terceirização na sociedade. O que aqueles que a defendem argumentam é que a prática da subcontratação de mão de obra resulta numa ampliação do emprego, da demanda por trabalho que aumentaria com a redução dos custos contratuais para os empregadores. Além disso, sua adoção legal abre, segundo estes defensores, espaço para a criação de inúmeras médias, pequenas e até empresas individuais; ou seja, estimula o empreendedorismo. Para Alves (2007, p. 170), “a verdade da ideologia é mascarar as contradições”. Ao estimular o trabalhador a se transformar em empresário individual, único e exclusivo responsável por si, o discurso do empreendedorismo individual maximiza a possibilidade da terceirização e enfraquece definitivamente a conquista da negociação coletiva que passa a ser vendida como ultrapassada, carente de modernização. Afinal, quem não quer ser “empresário de si mesmo”, independente e “dono do seu próprio nariz”?

Além do efeito direto sobre o indivíduo trabalhador, a reestruturação produtiva provocou transformações significativas sobre a organização coletiva dos

trabalhadores. Antes combativos na busca pela conquista de direitos, observou-se a partir dos anos 1970 e 1980 uma tendência não mais à luta por novas vitórias trabalhistas, mas à defesa do já obtido. De acordo com Santos (2006, p. 448), este processo pode ser mais claramente detectado pela observação de alguns fatos que caracterizam a crise do sindicalismo contemporâneo, quais sejam: a gradativa diminuição das taxas de sindicalização, refluxo das greves e jornadas dedicadas a mobilização da classe trabalhadora, crescente dificuldade de obtenção de ganhos salariais e outros benefícios sociais significativos, redução do poder de manutenção de conquistas sociais históricas e retração da capacidade de mobilização dos trabalhadores.

Dadas esta e as demais transformações aqui apontadas, tem-se que o processo de reestruturação produtiva figura entre aqueles que mais diretamente afetaram a vida do indivíduo, o ser social trabalhador e da classe-que-vive-do-trabalho. Tal metamorfose estrutural da produção se realiza em interação sinérgica nos âmbitos político e institucional com os ideais neoliberais e ao que se convencionou chamar de globalização.

Embora haja defensores de que a globalização seja um processo iniciado desde o advento das grandes navegações, é irrefutável que, mesmo que assim seja considerado, seus efeitos passaram a ser efetiva e intensamente sentidos com avanço dos ideais neoliberais de total liberdade para o capital. Principalmente a partir dos anos 1980, sob a liderança da Inglaterra e dos EUA, pôde-se assistir à “internacionalização das relações capitalistas de produção e distribuição, impulsionada pelo processo de reestruturação produtiva”, em um processo tridimensional (econômico, social e político) de quebra das fronteiras e enfraquecimento dos espaços nacionais (FILGUEIRAS, 2000, p. 59).

Ao se tratar da internacionalização do modo capitalista de produção e das novas relações consequentemente estabelecidas, observa-se que os processos produtivos e, por extensão, as relações entre capital-trabalho foram ganhando com a globalização novas feições. Atuando livremente, o capital passou a aproveitar as vantagens que os diversos mercados lhe ofereciam de acordo com as peculiaridades das forças de trabalho e de disponibilidade de fatores primários de produção de cada país, em consonância com as características de cada produto, bem como com as premissas da minimização de custos e da maximização de ganhos logísticos.

Neste primeiro quintil do século XXI, mantida a velocidade das transformações originárias dos avanços da informática e da telemática, diversificam-se de forma variadíssima os tipos de serviços que são prestados, todos eles tendo por lastro a infraestrutura das redes de computadores acessíveis nos mais diversos tamanhos e potências. Nascem, neste contexto tecnológico, social, político e econômico do sistema do capital, novos modos de compra e venda (ou aluguel) da força de trabalho (e de outros fatores de produção, a exemplo de imóveis) que dão suporte ao que tem se chamado (in)convenientemente de economia do compartilhamento. Tendo como epicentro a área reconhecida mundialmente como Vale do Silício, na região de San Francisco, nos EUA, e propagando sua operação principalmente com base na rede mundial de computadores (Internet), desenvolve-se, no interior da sua dinâmica articulada ao sistema maior, determinado tipo de relação social que, na sua fase embrionária, parecia contrariar a lógica de mercado e que, em verdade, revela-se como uma nova fronteira de precarização do trabalho que a flexibilidade acumulativa do capital vem ultrapassando.

Pessoas que demandavam pequenos serviços ou bens e não os podiam facilmente ter, recebê-los-iam de outras, dispostas a compartilhar de suas propriedades ou competências, numa relação quase idílica, lastreada, aparentemente, na mais pura generosidade humana, com o apoio de revolucionárias e simples plataformas digitais que se encarregavam de realizar o encontro daquele que necessitava com o seu benfeitor. Não fosse o caráter comercial que se incorporou a essas relações, motivos reais existiriam que justificassem a esperança no crescimento nas prestações de serviços à margem do mercado. Mas não é o que acontece na inconvenientemente hoje reconhecida como Economia do Compartilhamento.

O ato de uma pessoa compartilhar algo que lhe pertence é, possivelmente, uma das mais nobres atitudes identificadas nas relações humanas. Abrir mão de algo, que está submisso à sua vontade, a benefício de um semelhante é por de lado posturas egoístas e concorrenciais, que são premissas da doutrina econômica liberal, e dar vazão ao agir com altruísmo, aproximando-se aquele que assim age daquele que se beneficia da sua ação, ao invés de buscar vencê-lo e eliminá-lo. Portanto, de forma geral, o termo compartilhar (ou *share* em inglês), visto socialmente de forma muito positiva, está longe do que se pratica nas trocas intermediadas pelas empresas

plataformas que têm na empresa Uber, hoje, seu maior ícone, com mais de US\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de dólares) capitalizados desde a sua fundação em 2009 (SLEE, 2017, p. 89, 99 e 101).

Juntamente com a Uber, outras empresas que operam seus chamados modelos de negócio com base em plataformas digitais, despontaram nessa segunda década do século XXI como as mais atrativas para grandes investidores de risco. Sem demandar significativa mobilização de bens de capital, operam no espaço cibernético gerando resultados econômicos com base na exploração do trabalho e dos bens de terceiros.

As consequências do avanço desse novo mecanismo de acumulação flexível capitalista, abrigado ainda sob o guarda chuva da Economia do Compartilhamento, assim como quase todas as demais que decorrem do modo de produção e vida do capital, transcendem o âmbito delimitado pela categoria trabalho, impactando de forma radical as mais diversas dimensões da vida social. Entretanto, focando-se o objetivo da presente pesquisa, tais resultados serão aqui analisados na perspectiva do trabalho no contexto capitalista, tomando por base a forma de operação da Uber, atualmente, uma das mais emblemáticas instituições do “compartilhamento”, que se relaciona e impacta o trabalho e o desenvolvimento social no capitalismo²³.

Atuando clara e especificamente no ramo de transporte urbano e a partir dele auferindo seus ganhos, esta empresa se auto define como sendo apenas uma simples plataforma de comunicação que coloca motoristas em contato com passageiros, não devendo, assim, segundo seus criadores, ser analisada como uma empresa de táxi ou de transportes. Desse seu posicionamento, assumido convenientemente sempre nas recorrentes situações em que sua atuação é questionada, nasce uma necessidade de definição basilar que inquieta a todos aqueles que param para refletir sobre o assunto: um motorista cadastrado na plataforma uberista é ou não funcionário dessa empresa? Para a construção de uma resposta objetiva à questão apresentada, pode-se analisar algumas condicionantes que serviram de base para o assustador crescimento da referida empresa em escala mundial verificado nos últimos anos.

A primeira condição está na tendência a zero dos custos variáveis e dos riscos na operação da empresa que decorre da quase inexistente regulamentação sobre a

²³ As ideias e reflexões aqui expostas a respeito da Uber tiveram como base os capítulos I, II e IV da obra de Tom Slee, recentemente publicada no Brasil (out./2017), pela Editora Elefante, sob o título “Uberização: a nova onda do trabalho precarizado”.

operação da Uber nas regiões em que se insere. Seus desembolsos de capital se deram no processo de criação da plataforma e ocorrem pontualmente a cada ação de expansão dos negócios para novos mercados. Após enraizamento dos seus serviços numa região, o crescimento destes, não acarretando gastos adicionais aos de manutenção para a Uber (custo fixo), redundam em redução contínua do custo unitário da prestação do serviço. Em verdade, o custo variável recai completamente sobre aquele que mobiliza seu capital (carro) e seu tempo de força de trabalho para a oferta do serviço de transporte. O mesmo se aplica, conseqüentemente, aos riscos econômicos que a esta são inerentes – danos materiais e segurança pública, por exemplo. Além disso, na quase totalidade dos mercados em que atua, não há incidência de impostos sobre o serviço que a empresa diz prestar; a parcela que lhe cabe da receita gerada por cada viagem de carro realizada não é tributada. Há de se atentar ainda para o fato de que, se até mesmo os custos operacionais do serviço prestado são de responsabilidade daquele que se associa à Uber, o mesmo vale para toda e qualquer destinação de recursos que configurem tentativa de construção de uma mínima previdência.

A falta de compromisso dessa plataforma de intermediação de serviços de transporte com as comunidades em que atua vai além da falta de pagamento de tributos. Seu mercado de atuação, não regulado, é absolutamente o mesmo dos taxistas que, obrigados a cumprir com leis criadas com o propósito de conferir segurança ao processo de prestação de serviço de transporte urbano em carros de passeio (vistorias periódicas, adaptações visuais e físicas nos carros, etc.), passam a sofrer uma intensa e desleal concorrência. É comum nos grandes centros urbanos que um proprietário de taxi, além das frequentes inspeções veiculares, também pague taxa de seguro coletivo para os passageiros que são transportados e até, como no famoso caso de Londres, tenham que estudar profundamente sobre a cidade em que atuam para obterem seu licenciamento. A nada disso estão submetidos aqueles que buscam na Uber a oportunidade de gerarem renda para si.

Ao se comparar a atuação da Uber com as realidades dos serviços urbanos de taxi, verifica-se, de forma diferente, o agravamento de um problema encontrado em muitas cidades, chamado de sequestro regulatório. Este se caracteriza pela concentração de várias licenças de taxi nas mãos de indivíduos que passam a alugar para um terceiro a oportunidade de dirigir o seu taxi, explorando assim a força de

trabalho do arrendatário. No caso da Uber, sua fonte central de ganho não é uma assinatura do aplicativo que ela oferece; é uma renda variável, proporcional, de 20% até 30% da receita auferida por aqueles que ela chama de motorista “parceiro” em função do serviço de intermediação que realizou por meio digital. Enquanto os arrendatários de táxi sofrem com o impositivo do pagamento de diárias para os proprietários de licenças, os uberistas padecem com descontos e reduções impostas pela Uber para atrair maior número de passageiros, estabelecendo indiretamente que eles, caso queiram manter um padrão de renda por meio do uso da plataforma, devem dedicar mais tempo de força de trabalho para o serviço (SLEE, 2017, p. 116, p. 119).

Para atrair novos “parceiros” para seu universo, a plataforma lança mão de fortes estratégias de *marketing*, afeitas à lógica da acumulação flexível do capital por meio da exploração da força de trabalho. Textos simples e convidativos que exaltam a independência no trabalho, horários flexíveis, comportamentos empreendedores e a realização de sonhos pessoais são a tônica central. “Dirija quando quiser. Ganhe o dinheiro que você precisa. Dirigir com a Uber é uma oportunidade flexível que ajuda os motoristas parceiros a alcançarem seus objetivos pessoais”, anuncia no seu site para o Brasil²⁴, em que também publica alguns depoimentos de motoristas cadastrados nos Estados Unidos.

Segundo Slee (2017, p. 114-115, p.130), com vistas a expandir seu mercado pelo lado da oferta, a Uber anuncia uma oportunidade de grande aumento na renda pessoal, concede subsídios para o avanço dos serviços em novas cidades e flexibiliza os requisitos de aprovação dos veículos com cadastro novo. Após atrair “parceiros”, gradativamente, reduz os benefícios concedidos, aumentando seu percentual de participação na receita que auferem e inserindo taxas de uso do aplicativo.

Em termos territoriais, esta ampliação de mercado se faz prioritariamente nos maiores centros urbanos, onde não apenas a demanda por transporte é maior, como também, no atual contexto histórico de flexibilidade acumulativa do capital que precariza as relações sociais do trabalho, elevadas taxas de desemprego são uma realidade comum. Nestes ambientes, o aguilhão das necessidades de reprodução da força de trabalho corrobora para a busca angustiada de oportunidades de geração de renda. Grassa, neles, grande parcela de indivíduos, muitos tecnicamente qualificados, proprietários de veículos que, não tendo alternativas de renda, se sujeitam ao cadastro

²⁴ Vide em <https://www.uber.com/pt-BR/>, acesso em 25/01/2018.

na Uber e às regras que dele derivam. Quanto mais elevado o desemprego numa determinada cidade, mais atrativa esta se torna para a empresa. Juntamente com a facilidade de ingresso na plataforma e a desinformação de boa parte da população em relação à composição dos custos de operação que recaem totalmente sobre o motorista (combustível, manutenção veicular, seguro, plano de internet móvel, etc.), uma fragilizada oferta de trabalho, com poder de barganha baixíssimo ou até inexistente, compõe o ambiente perfeito para a expansão da Uber.

Após inscrito na plataforma e iniciada a sua prestação de serviços no transporte de passageiro, o uberista se vê às voltas com algumas práticas de efeitos análogos aos vivenciados por empregados de empresas. Dentre elas, podem ser citadas a obrigatoriedade de aceitação mínima de 90% do número de viagens que lhe são ofertadas (SLEE, 2017, p. 125, p. 131) e a fiscalização dos serviços com banimento em caso de manutenção de padrão de avaliação abaixo da média calculada pela própria Uber e que, segundo o código de conduta definido pela própria empresa²⁵, varia, por questões culturais, de cidade para cidade, ou em caso de contato direto com passageiros por meios distintos do aplicativo.

Outro fato que denota claramente o uso da força de trabalho como fonte geradora de ganhos para a empresa e que seu interesse está longe de ser simplesmente contribuir para que as pessoas se ajudem mutuamente compartilhando seus veículos é que, diante dos questionamentos levantados sobre a óbvia exploração que vinha realizando dos seus motoristas, a Uber já iniciou, desde 2016, investimento de vultuosos valores para o desenvolvimento de veículos que dispensam humanos na direção²⁶. Mais de um bilhão de dólares em carros autônomos²⁷ e mais investimento na construção de uma cidade exclusiva para testes da nova tecnologia²⁸. Isto significa, em outras palavras, a incorporação de novas tecnologias (trabalho morto) em substituição da força de trabalho nos mercados em que a nova tecnologia for legalizada.

Portanto, sob a ótica do trabalho, a uberização representa, hoje, a fronteira da flexibilização das relações sociais de trabalho e de exploração da força de trabalho na

²⁵ Disponível em: <https://www.uber.com/legal/community-guidelines/br-pt/>. Acesso em: 28/01/2018.

²⁶ Portal G1, 14/09/2016, Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/09/uber-lanca-servico-de-carros-sem-motorista-nos-estados-unidos.html>. Acesso em: 28/01/2018.

²⁷ Folha de São Paulo, 20/11/2017, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1936747-uber-planeja-comprar-24-mil-carros-autonomos-da-volvo.shtml>. Acesso em: 28/01/2018.

²⁸ Site da revista Exame, 26/10/2017, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1936747-uber-planeja-comprar-24-mil-carros-autonomos-da-volvo.shtml>. Acesso em: 28/01/2018.

dinâmica cada vez mais metamorfoseada de acumulação do capital. Como um verdadeiro camaleão que mediante o processo de mimetização se camufla para se fingir ausente, a plataforma Uber faz de conta que não exerce demanda por trabalho e que apenas, de forma quase caritativa, oportuniza àqueles que, efetivamente premidos pelo imperativo da subsistência, desejam “realizar sonhos” e “alcançar grandes objetivos”, o meio de fazê-los.

Quando, hoje, os sonhos e os maiores objetivos de um indivíduo se restringem à manutenção da própria sobrevivência, sua condição social, em termos essenciais, quase nada se distingue da vivenciada pela massa proletária criada na primeira fase da Revolução Industrial. Em termos efetivos, reduz-se ao máximo a capacidade de adoção de estratégias por parte da oferta de força de trabalho, que a partir de então pode ser manejada livremente de acordo com a necessidade do capital de se acumular e se valorizar.

Como resultado, tem-se em escala global o neoliberalismo, apoiado pelo ferramental da reestruturação produtiva e da globalização, reconstituindo o que Marx e Engels denominaram de “exército industrial de reserva”, com o propósito de, segundo Druck (2011, p. 43), “[...] criar uma profunda concorrência e divisão entre os próprios trabalhadores e, com isso, garantir uma quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência para os trabalhadores”.

Ao analisar o século XX e este início do XXI sob a ótica do trabalho, pode-se observar, portanto, duas etapas distintas, caracterizadas por: (1) uma fase de amplas conquistas por parte da classe trabalhadora frente ao capital, apoiada pelo Estado e participando de forma crescente na apropriação da riqueza gerada social e economicamente; e (2) outra de obstinada busca bem sucedida por parte do capital pela desestruturação dos avanços sociais e trabalhistas, visando recuperar as antigas taxas de lucro, anteriormente reduzidas em função da distribuição da renda provocada pelo Estado de Bem-Estar.

Quando observadas estas duas etapas, na perspectiva da distribuição da força de trabalho pelos setores de atividade econômica, podem-se verificar, na maioria dos principais países em que se processou o desenvolvimento capitalista industrial, dois movimentos transformadores. O primeiro, que se identifica com o período de constituição da sociedade salarial, é o de crescimento simultâneo do trabalho nos

setores da indústria e dos serviços com queda no setor agrícola. O segundo, vinculado ao processo de flexibilização das formas de trabalho e de reestruturação produtiva, é o de manutenção e até aceleração do crescimento do trabalho no setor de serviço em paralelo a uma queda na parcela do trabalho industrial. Desta forma, nas economias centrais do sistema, o setor de serviços tem abrigado absoluta maioria das pessoas ocupadas.

Como consequências destas várias metamorfoses, Antunes (2009, p. 180, p. 261) afirma que, “sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social”. Tal desestruturação é demonstrada pelo pesquisador francês Christophe Dejours a partir dos seus estudos na área da Psicodinâmica do Trabalho.

O psiquiatra e psicólogo do trabalho observou que as repetitivas situações de crise econômica conjugada à elevação do desemprego vêm para muitos se tornando, como pretendido por aqueles que enxergam no capitalismo a expressão natural de uma organização socioeconômica, uma fatalidade, um fenômeno inevitável. Os sofrimentos por que passam aqueles que ficam recorrentemente desempregados ou nem mesmo conseguem se empregar são convenientemente vistos por muitos como motivo de simples resignação, não de indignação. Percebe-se no comportamento destes que é aceitável, tolerável que pessoas vivenciem não mais apenas fome e miséria por falta de meios de subsistência, mas também fiquem doentes psíquica e até fisicamente em função do desempenho das suas atividades de trabalho, como num processo social de seleção natural. Baseado neste fato, na verificação de epidêmico adoecimento mental dos trabalhadores e no conceito arendtiano da banalização do mal, Dejours (2007) propõe a identificação e o combate ao que ele denominou como banalização da injustiça social.

Entretanto, ciente de ser esta uma luta de longo prazo, ele alerta para a necessidade de que esta se inicie pelo reconhecimento do fenômeno da banalização do mal. Nas suas próprias palavras, afirma que

não há solução a curto prazo para a adversidade social gerada pelo liberalismo econômico na atual fase de nosso desenvolvimento histórico. Não que a ação seja impossível, mas para iniciá-la seria necessário criar condições de mobilização que não parecem viáveis sem um período prévio de difusão e debate das análises sobre a banalização do mal. (DEJOURS, 2007, p. 22).

Seguindo essa orientação, faz-se necessário, *a priori*, para compreensão do processo social de banalização do mal, entender o conceito de banalidade do mal, cunhado por Hannah Arendt. De forma sucinta, a filósofa alemã esclarece-o, afirmando que

[...] em relato sobre o julgamento de Eichmann²⁹ em Jerusalém, mencionei a “banalidade do mal”. Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade. (ARENDR, 1993 apud ANDRADE, 2010, p. 111).

Tendo por base a ideia de ato mal, de enormes proporções, que não se originam de uma personalidade má ou de uma doença ou mesmo por ideologia, Dejourn (2007, p. 110, grifo do autor) define a banalização do mal como sendo o “*processo graças ao qual um comportamento excepcional, habitualmente reprimido pela ação e o comportamento da maioria, pode erigir-se em norma de conduta ou mesmo em valor*”.

O massivo mal a que se refere Dejourn (2007) nos seus estudos é o da falta de mobilização social diante do sofrimento pelo qual passa a classe trabalhadora que, como indicado nos seus estudos, de forma cada vez mais intensa, adocece mentalmente como resultado das elevadas taxas de desemprego e da mentalidade de trabalho flexível difundida desde as últimas décadas do século passado até os dias atuais. Como exemplo de tal realidade, o psiquiatra relata, em seus escritos do fim do século XX, a transformação vivenciada pela sociedade francesa ao longo das décadas de 1980 e 1990:

Em 1980, ante a crise crescente do emprego, os analistas políticos franceses previam que não se poderia ter mais de 4% de desempregados na população ativa sem que surgisse uma grande crise política, a qual se manifestaria por distúrbios sociais e movimentos de caráter insurrecional, capazes de desestabilizar o Estado e toda a sociedade. [...] sabemos que na França somos agora capazes de tolerar até 13% de desempregados e talvez mais. (DEJOURS, 2007, p. 23).

Tal realidade permitiu ao autor afirmar que a sociedade francesa havia, portanto, se transformado qualitativamente a ponto de não mais ter “reações de

²⁹ Adolf Eichmann fora oficial nazista e responsável pelo assassinato de milhares de judeus durante a 2ª Guerra Mundial. No seu julgamento, no ano de 1961, em Jerusalém, sua defesa baseou-se na tese de que não podia ser responsabilizado por estar simplesmente cumprindo ordens, como um simples funcionário, esposo e pai de família digno, que buscava, no exercício dos seus deveres, ascender profissionalmente (ARENDR, 1999, 32-37).

indignação, de cólera e de mobilização coletiva para a ação em prol da solidariedade e da justiça” e, diferentemente do que pensavam os analistas no início dos anos 1980, assumir postura social “de reserva, de hesitação e de perplexidade, inclusive de franca indiferença, bem como de tolerância coletiva à inação e de resignação à injustiça e ao sofrimento alheio.” (DEJOURS, 2007, p. 23). Logo, o pesquisador credita a ausência de ação social contra este mal à inexistência de uma percepção geral de serem os sofrimentos pelos quais passam os trabalhadores oriundos de uma injustiça social historicamente constituída. Nos fatos em que a psicodinâmica do trabalho detecta adoecimento mental e que o autor denuncia como socialmente censuráveis, a cultura flexível do trabalho enxerga, cada vez mais, como simples motivos de resignação diante de uma realidade que, apenas aparentemente, é imutável.

Por isso o psicólogo do trabalho francês chama a atenção para o que aponta ser uma rica fonte de alimentação da elevação do desemprego e das patologias mentais no trabalho: o desenvolvimento da tolerância social às injustiças, que ele define como sendo o processo de banalização da injustiça social, minando o poder de reação coletiva (DEJOURS, 2007, p. 24).

Essas transformações de ordem global, como não poderia deixar de ser, se apresentaram com tonalidades peculiares no contexto socioeconômico brasileiro e especialmente na configuração do seu mercado de trabalho, cuja consolidação, em bases oficialmente democráticas, se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, batizada de Constituição Cidadã. Esse mercado de trabalho, regulado democraticamente, no âmbito de uma economia periférica em crise, será tratado no próximo capítulo, a partir do qual imerge-se no recorte de espaço-tempo proposto nesta pesquisa.

5 CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O TRABALHO NO BRASIL

[...] quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo, ou ainda que não conseguem acompanhá-lo, quer pela ausência de bases sólidas, [...], quer porque não conseguem acompanhar a intensidade do ritmo tecnológico hoje vivenciado [...]. [...] acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 35).

Para que seja traçado um paralelo entre as categorias centrais deste estudo e o desenvolvimento capitalista brasileiro, periférico, desigual e combinado, adotar-se-á, neste quarto capítulo, o corte temporal, na história do Brasil, a partir do qual se verificam as mais significativas transformações no mundo do trabalho neste espaço nacional. Portanto, obrigatoriamente, levar-se-á em conta o fato histórico da sociedade e da economia brasileiras terem sido forjadas no âmbito do Sistema Colonial Mercantilista, sob a perspectiva mais ampla da divisão internacional do trabalho, em bases coloniais agroexportadoras e, primordialmente, o fato de o trabalho, no período colonial e imperial do país, ter se caracterizado predominantemente pela escravidão negra. Neste sentido, verifica-se na formação econômica e sociocultural brasileira uma clara tendência que marca, ainda nos dias atuais, a forma como o trabalho humano é tratado na nossa sociedade. No Brasil, a exploração exaustiva da força de trabalho de indivíduos postos histórica e intencionalmente em condição de vulnerabilidade social ainda se constitui uma prática sobre a qual se debate e se tenta retomar³⁰. Para melhor compreender tal fato, lançar-se-á mão do conceito de superexploração do trabalho, cunhado por Marini (2005).

A partir da compreensão da lógica desse processo e sua aplicação na realidade brasileira, poder-se-á constatar como a primeira expressiva metamorfose no trabalho

³⁰ Não por acaso, em pleno século XXI, o governo do Presidente Michel Temer chegou a publicar portaria do Ministério do Trabalho com vista a revisar o conceito de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo (BRASIL, 2017). Apoiada por ruralistas (GLOBO RURAL, 2017), industriais (CNI..., 2017) e construtoras (CONSTRUÇÃO MERCADO, 2017), a portaria nº 1.129, de 13.10.2017 do Ministério do Trabalho tentou tornar ambígua a caracterização do trabalho escravo e transferir dos agentes técnicos do referido órgão (responsáveis de carreira pela fiscalização sobre práticas de exploração do trabalho) para o Ministro do Trabalho (cargo de confiança que exerce função temporária e, no Brasil, carregado de fisiologia político partidária), a condição de inserir empresas infratoras na “lista suja do trabalho escravo - a lista de companhias condenadas por utilizarem trabalho escravo. Seu propósito implícito era o de enfraquecer a fiscalização sobre este crime contra os trabalhadores. Em função da mobilização nacional (Ministério Público Federal, 2017) e internacional (ONU, 2017) contra a iniciativa, a portaria, muito a contragosto do governo, foi revogada (G1, 2017).

é verificada no país a partir da abolição da escravatura, que liberou grande contingente de força de trabalho “livre”. Legalizando o fim do instituto da escravatura no país, a Lei Áurea de 1888 sacramentou a aceleração da composição do imenso exército industrial de reserva brasileiro, bem como a criação do mercado consumidor sem o qual o desenvolvimento do capitalismo industrial encontra sérias barreiras.

Uma segunda grande transformação sobre o mundo do trabalho no Brasil viria a se processar a partir dos anos 1930, quando a estrutura produtiva nacional vive, segundo Oliveira (2013, p. 48), uma inflexão que a direciona para o estabelecimento de novas bases produtivas e forma de integração e acumulação capitalista, orientada para a indústria.

Por fim, nos anos 1990, verificam-se no Brasil as modificações decorrentes da integração da economia do país ao processo de globalização da produção e financeira, do avanço dos ideais neoliberais sobre a política nacional e das práticas empresariais flexíveis de reestruturação produtiva.

Desta forma, o presente capítulo está estruturado em três partes que refletem aquelas que aqui foram consideradas as mais importantes transformações no mundo do trabalho brasileiro. A primeira abrange o período colonial e do império no Brasil, marcada pelo trabalho escravo africano. A segunda, inaugurada com a abolição do instituto da escravidão e que se consolida a partir da intensificação da industrialização do país e do seu processo de urbanização, corresponde à formação do mercado de trabalho brasileiro com base nos conhecidos princípios que regem este tipo de mercado no seio de uma economia capitalista. A última abrange o período de deterioração das bases econômicas nacionais que levou à persecução do controle inflacionário, acompanhado pela adoção, nos anos 1990, do receituário neoliberal, em interação com a reestruturação produtiva das empresas brasileiras e a integração da política e da economia do país à globalização financeira e produtiva.

5.1 O PANORAMA DO TRABALHO DO PERÍODO COLONIAL AO FIM DO IMPÉRIO

Como destacado no Capítulo I, ao final do trecho em que foram tratados elementos da Teoria Marxista da Dependência, para a compreensão das bases do desenvolvimento capitalista no Brasil na perspectiva do trabalho, é fundamental que seja realizada uma leitura histórica que recomponha os fatos que conformaram seu

atual posicionamento na divisão internacional do trabalho como economia capitalista periférica dependente. Tal conformação se inicia na fase colonial da história brasileira e lança raízes após a independência política do país, na sua fase imperial.

Sendo nos seus primórdios politicamente submissa por completo às determinações da Coroa Portuguesa, a economia brasileira se formou como região de exploração de atividades contributivas para a dinamização do comércio internacional da sua metrópole e, em última instância, para a acumulação de capital na Europa. Desta forma, caracterizou-se por se voltar quase que exclusivamente para exportação de produtos do extrativismo (madeira e ouro) e da agricultura de grandes lavouras (açúcar, algodão e café). Ocupou nos seus primeiros quatro séculos de atividade (de 1532 até 1930), portanto, nas fases políticas de colônia (até 1822), de império (até 1889) e nas primeiras quatro décadas republicanas, a função de produtora de bens primários, de baixo valor agregado na divisão internacional do trabalho.

Entretanto, de acordo com Marini (2005, p. 4), sendo a dependência caracterizada pela subordinação de um país politicamente independente a outro, mediante o atrelamento de mudanças ou de criações de estruturas e relações de produção no país subordinado que visem a manutenção e ampliação o estado de dependência, “a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência”, embora nela existam elementos que historicamente contribuem para tal imbricação. No caso do Brasil, o elemento embrionário, nascido no seu período colonial e que contribuiu para a consolidação da dependência após 1822, foi a manutenção da sua estrutura produtiva voltada para o atendimento das demandas de mercado externo, herança do Sistema Colonial, no qual a exclusividade comercial com a metrópole foi uma imposição. Após a conquista da independência política, o fomento ao mercado interno não se constituiu uma prioridade política, mantendo-se agroexportadora a economia imperial e, posteriormente, republicana.

A origem, o desenrolar e o desembocar desse processo de desenvolvimento dependente, analisados sob a ótica do trabalho, permite compreender as razões que fizeram da implantação e manutenção do regime escravagista de trabalho a única alternativa para a estruturação do Sistema Colonial com seu objetivo imanente de acelerar o processo de acumulação primitiva do capital na Europa (NOVAIS, 1989, p. 102). Também sua continuidade e ampliação, no contexto de articulação da economia

brasileira ao sistema de mercado capitalista industrial durante a segunda metade do século XIX, explica o imperativo da abolição da escravatura no fim desse período, de forma quase concomitante com a implantação do regime republicano no Brasil. Necessário, portanto, analisar o que levou a adoção do trabalho escravo e não do livre para o desenvolvimento capitalista do Brasil? Por que, no desenvolvimento capitalista periférico, o escravizado foi o africano e não o índio que aqui já habitava? E, por fim, como tal desenvolvimento que se fez dependente levou à abolição da escravatura?

Inicialmente, é importante recordar que as tramas da história do desenvolvimento capitalista partem da necessidade da expansão dos mercados como regra para a acumulação do capital. O advento das Grandes Navegações reflete este ímpeto em busca da sua primitiva acumulação, realizada com base na exploração das novas rotas comerciais, bem como dos produtos e matérias primas tropicais. Para cumprir com este objetivo maior, a relação que se desenvolve entre as metrópoles europeias e as colônias da América se expressa no Sistema Colonial Mercantilista, que exigia que estas últimas fossem configuradas como espaços de exploração a ser realizada por meio da espoliação de metais preciosos ou de atividades extensivas de produção primária para o comércio interno europeu e de matérias primas para as manufaturas nascentes. Dentro deste sistema, era vedada a qualquer outro agente comercial não metropolitano a possibilidade de estabelecer relações comerciais com a colônia. O comércio colonial era exclusividade da metrópole que retinha para si os ganhos deles decorrentes.

Segundo Novais (1989), além dessa exclusividade, a maximização dos resultados da exploração de um ambiente em que as relações sociais com base na propriedade privada eram inexistentes impunha um regime compulsório de trabalho. Isto porque seria impossível trazer mão de obra livre para o Brasil e fazê-la trabalhar para um senhor. Seriam inúmeras as oportunidades de produzir para sua própria subsistência e de ainda com algum excedente que lhe conferisse liberdade de troca com outros produtores, ao invés da submissão a um determinado agente. Desta forma, o trabalho livre, que começava a dar passos mais firmes na Europa, se transplantado para as colônias inviabilizaria o Sistema Colonial e a desejada acumulação de capital. Esta somente seria possível mediante a exploração do trabalho compulsório na qual se baseou o sistema. Nas palavras do autor, “o escravismo colonial, longe de ter sido uma opção (salariato, escravismo), foi uma

imposição das condições histórico-econômicas” da colonização latino-americana. Nelas,

[...] a implantação de formas compulsórias de trabalho decorria fundamentalmente da necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial, tendente a promover a primitiva acumulação capitalista na economia européia; do contrário, dada a abundância de um fator de produção (a terra), o resultado seria a constituição no Ultramar de núcleos europeus de povoamento, desenvolvendo uma economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação econômica efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos. [...] Tratava-se, porém, naquele momento da história do Ocidente, de colonizar para o capitalismo, isto é, segundo os mecanismos do sistema colonial, e isto impunha o trabalho compulsório. (NOVAIS, 1989, p. 102).

Mais que compulsório, era fundamental que aqueles que viessem para cá trazidos a trabalhar não fossem apenas explorados, no sentido marxista deste termo, ou seja, simplesmente utilizados. Era necessário aquilo que Marini (2005, p. 13) denominou de superexploração do trabalho, que se caracteriza pela negação de condições ao ser humano que trabalha de repor o desgaste da sua força de trabalho. O autor destaca três mecanismos mediante os quais efetiva-se a superexploração: intensificação do ritmo de trabalho, prolongamento da jornada diária de trabalho e expropriação da parte do trabalho necessário ao trabalhador à recomposição da sua força de trabalho.

De acordo com este conceito, o processo de superexploração inevitavelmente resulta no esgotamento da força de trabalho e na necessidade substituição daquele que a possuía e que, a partir de então, deve ser descartado. No regime escravagista e no contexto da necessidade de acumulação do capital comercial por meio do Sistema Colonial, o interesse do senhor de escravos, havendo abundante oferta destes, é o de fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de vida do escravo. A condicionante para isso, como dito, foi a manutenção da oferta de escravos em níveis economicamente viáveis, que permitisse a rápida substituição de um indivíduo por outro. Tal fato representou oportunidade de negócio que viria a contribuir significativamente para a acumulação primitiva de capital na Inglaterra por meio do tráfico dos africanos. Por isso, Novais (1989, p. 105) afirma que “paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário”.

A não utilização dos índios ao invés dos negros em nada tem a ver com o argumento da inexistente propensão indígena ao escravagismo. A escravidão fere a

fisiologia humana, não sendo, portanto, absolutamente ninguém apto a ela. Não há pendor humano à escravidão. Esta é uma tendência ínsita aos processos superexploratórios do trabalho que marcam o passado e o presente do sistema capitalista. Esta superexploração marcou todas as atividades produtivas da colônia portuguesa e, posteriormente, do Brasil Império – produção de cana-de-açúcar, extração do ouro, cultivos de algodão e, no início do ciclo do café, que foram lastreadas pelo trabalho escravo.

Por isso se afirma que os impulsos históricos que levaram à Revolução Industrial na Inglaterra e que tiveram por base a acumulação primitiva de capital, estão intimamente relacionados ao Sistema Colonial Mercantilista e, numa perspectiva mais radical, à superexploração do trabalho que lhe caracterizou.

Havia, em proporção minimíssima, no Brasil, trabalho agrícola livre, realizado por indivíduos que subsistiam graças ao acesso a meios de produção, fazendo uso da terra de latifúndios. Viviam num arranjo social em que, em troca da oportunidade da subsistência, mantinham total fidelidade ao proprietário de terra. A este era concedido o usufruto da força de trabalho para os fins que melhor lhe aprouvesse (FURTADO, 1991, p. 120-121). Além destes, outros indivíduos compunham uma estreita classe de burocratas, clérigos, militares e funcionários; estrato social secundário, insignificante mesmo diante da relevância que consistia no binômio senhor/escravo para a sociedade colonial.

Em relação às condições de vida dos escravos, um fato trazido por Furtado (1991, p. 117, p.119) ilustra bem quais eram estas. No início do século XIX, a população de escravos negros no Brasil era maior que um milhão de indivíduos. Finda a primeira metade do século XIX, a taxa de mortalidade entre eles se apresentou superior à de natalidade e, embora no mesmo período quase meio milhão de novos escravos tenham sido trazidos ao Brasil, em 1872, esta população alcançou aproximadamente 1,5 milhão. Ou seja, tais condições se apresentavam aquém daquelas necessárias à chamada reprodução da força de trabalho.

É importante retomar o fato de que, enquanto vigia o instituto da escravidão negra no Brasil, os escravos não compunham o que a partir da Revolução Industrial chamamos de mercado de trabalho. Esta instância social, embora marcada por significativa assimetria de poder, se caracteriza por uma mínima liberdade de negociação entre o ofertante da força de trabalho e o seu demandante. No sistema

escravagista, não existe o aluguel por um determinado tempo de uso da força de trabalho de um indivíduo. Compra-se todo ele. A distinção, portanto, está na mercadoria que é demandada/ofertada.

No mercado de escravos, a condição humana pouca distinção guardava em relação às ferramentas e aos implementos de trabalho. Os negros eram, assim como uma simples chave de fenda, usados. As negras comumente eram tratadas como bonecas infláveis de sexo, que deveriam estar à disposição dos seus proprietários para seus mais diversos usos. Ao mínimo sinal de expressão da reprimida subjetividade, os escravos estavam passíveis de sofrer punições castradoras. O atendimento às necessidades básicas da fisiologia humana era realizado de forma absolutamente precária. O abrigo às intempéries da natureza era feito de forma similar ao realizado com utensílios de trabalho. As senzalas funcionavam como depósitos humanos, com quase nenhuma infraestrutura de saneamento. A alimentação era paupérrima. Com tal conjunção de fatores, de total mal-estar físico e emocional, não causa surpresa a informação trazido por Furtado (1991, p. 115-119) de que, ao longo dos primeiros três quartos do século XIX, tenha ocorrido decréscimo vegetativo da população escrava no país.

Assim, há de se destacar o fato do instituto da escravidão no Brasil caracterizar-se pela desumanização do trabalho. Diferentemente do que fora observado na antiguidade grega ou romana, aqui a demanda era por simples força física obediente, pouco mais do que podem fazer os animais ditos irracionais (PRADO JR., 1996, p. 272). Daí a expressão ainda escutada hoje, depois que o trabalho assalariado se tornou comum: “você é pago para fazer o que lhe é mandado, não para pensar”. O regime de trabalho escravista é, sem sombra de dúvida, a mais significativa marca do trabalho brasileiro. Prado Jr. é taxativo ao afirmar que

[...] o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX, é a escravidão. [...] Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas. (PRADO JR., 1996, p. 269).

Desta forma, sendo o trabalho fator ontológico na constituição do ser social e na organização de toda e qualquer sociedade, pode-se afirmar que o trabalho escravo representa a raiz do ser social e da sociedade brasileiras. Tal fato é extraído da leitura de autores clássicos brasileiros da sociologia e da economia (FREYRE, 2003;

HOLANDA, 1995; PRADO JÚNIOR, 1996; FURTADO, 1991) e demonstra que, diferentemente do que fora observado nos meandros históricos da consolidação do trabalho assalariado no centro do capitalismo, em que vigia a ética protestante do trabalho como vocação divina, na origem da sociedade brasileira, o ato de trabalhar foi sinônimo de inferioridade social e indignidade.

A abolição da escravidão no Brasil em 1888, em verdade, resultava da insustentabilidade do regime escravista herdado do período colonial já na nova era industrial do processo de acumulação capitalista. Nesta nova etapa do sistema, em que a produtividade do trabalho na Inglaterra havia sido exponencialmente elevada graças à incorporação de novas máquinas à produção, era fundamental para sua sustentação que fossem ampliados os mercados consumidores. Mas, contraditoriamente, o sucesso do Sistema Colonial Mercantilista Escravista, mecanismo que, como visto, objetivava realizar a acumulação primitiva, mantendo não remunerado o enorme contingente daqueles que efetivamente geravam a renda colonial, limitava o consumo a estreitíssimas classes da sociedade imperial. De acordo com Novais (1989, p. 114), a dinâmica do sistema colonial, “ao funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação”.

Era imprescindível, portanto, para ampliar o mercado consumidor brasileiro, acabar com o regime escravista.

A abolição da escravatura em 1888 por meio da Lei Áurea, além de atender à necessidade da acumulação externa de capital, viria permitir a adequação do regime de trabalho vigente na economia brasileira à nova etapa do sistema capitalista. A necessidade de tal adequação já havia sido sinalizada desde a promulgação da lei britânica chamada de *Bill Aberdeen*³¹, de 1845, que tinha o objetivo de suspender o tráfico de escravos para o Brasil. Com ela, conferiu-se poder à marinha daquele país de apreender navios negreiros brasileiros no Oceano Atlântico. A iniciativa, que pôs em cheque a oferta de escravos no Brasil, inviabilizava manutenção do processo de superexploração do trabalho por meio do regime escravista, já que, a substituição da força de trabalho se esgotava passava a não mais ser facilmente possível.

Liberar os negros do grilhão da escravidão institucional era uma questão de tempo e demandava por providências que conservassem seguros os senhores proprietários. Assim que, cinco anos após a *Bill Aberdeen*, foi promulgada no Brasil a

³¹ Lei britânica.

chamada Lei de Terras, que regulamentava a estrutura fundiária no império, fortalecia a institucionalização da propriedade privada e dificultaria o acesso à terra por parte daqueles que futuramente seriam “livres” para compulsoriamente ofertar força de trabalho.

Foi desta forma que a abolição da escravidão, ao dar os primeiros impulsos para a formação do mercado de trabalho brasileiro, abriria espaço para a manutenção da superexploração do trabalho não mais apenas pela intensificação do ritmo de trabalho e da ampliação da jornada, mas também, pela difusão do trabalho assalariado, permitindo a expropriação da parte do trabalho necessária ao trabalhador “livre” para repor sua força de trabalho. A quebra dos laços entre escravos e senhores foi realizada sem que houvesse qualquer tipo, mínimo que fosse, amparo social no sentido de nortear ou orientar a vida dos libertos. Cada um dos milhares de negros, a partir do dia 13 de maio de 1888, passara a ser senhor de si mesmo, único e exclusivo responsável pela sua e a sobrevivência dos seus. Nem senhores, nem império: ninguém para lhes dar suporte social, material ou moral. De forma “natural” dentro de um sistema regido preponderantemente pela lógica econômica em defesa dos que mais possuem, os senhores de escravos, sim, foram amparados por indenizações com vistas a contornar a crise nos seus negócios. A preocupação destes foi exclusivamente a de encontrar meio de substituição da mão de obra das lavouras por meio da recepção de imigrantes (FERNANDES, 2008, p. 29-30). Foi o início efetivo da formação do mercado de trabalho brasileiro.

Ao final do terceiro quarto do século XIX, com as atividades econômicas relacionadas ao café já consolidadas como locomotiva da economia brasileira, reintegrando-a ao circuito do comércio internacional (FURTADO, 1991, p. 113-116), e com a constatação da inviabilidade da manutenção do regime escravagista de produção e o prenúncio da abolição – Lei Eusébio de Queirós e Lei de Terras (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885) –, a questão da mão de obra já havia sido identificada como um problema a ser enfrentado (FURTADO, 1991, p. 117-141). Investimentos em infraestrutura se faziam necessários ao negócio cafeeiro e a alternativa da imigração foi amplamente adotada. Assim que, segundo Hobsbawm (2017, p. 61), nos anos 1880, o Brasil recebeu uma média anual de aproximadamente duzentos mil imigrantes que vieram recompor a força de trabalho no país em substituição à dos escravos.

O exército de reserva de mão de obra brasileiro se estabelecia abundantemente e os imigrantes, já habituados ao regime de produção capitalista, apresentavam no seu comportamento vantagens que lhes facilitavam a inserção no trabalho nas cidades brasileiras, principalmente, São Paulo, que despontava como o burgo nacional do café. Assim, extinta a escravidão, os ex-escravos, antes peças fundamentais na engrenagem da economia colônia, ignorantes quanto à dinâmica socioeconômica competitiva do capital, ao invés de gozarem do benefício da liberdade, passaram amplamente a sofrer com o processo de marginalização (FERNANDES, 2008, 31-32). Sem ter onde morar nas cidades e obedecendo ao imperativo fisiológico de abrigar-se, deram os primeiros passos para a constituição das favelas. No campo, quando obtinham permissão de um proprietário de terras para explorar um pedaço de chão, cediam-lhe em troca força de trabalho.

Assim se compôs a oferta do mercado de trabalho do Brasil que serviria no século XX de mão de obra para o processo de industrialização do país. Segundo Oliveira (2015),

[...] constituição de uma oferta abundante de mão de obra no Brasil, mormente em suas áreas mais dinâmicas, não foi, como nos países desenvolvidos (pelo menos não na extensão vivenciada por eles), construída por intermédio do avanço capitalista sobre as atividades de camponeses e artesãos, proletarizando-os, mas sim decorrência de amplos fluxos migratórios [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 80).

5.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO E OS REFLEXOS SOBRE TRABALHO

Até 1930, a configuração socioprodutiva do país não havia sofrido modificações das mais significativas. Continuou o Brasil, como no período colonial, uma região integrada ao sistema capitalista global como agrícola e extrativista voltada para a exportação. Desta forma, o trabalho realizado no país permaneceu sendo de natureza similar ao do Brasil Colônia. Havia uma distinção capturada por Furtado (1991, p. 115-116) que, em termos laborais diretos, pouco impacto teve, mas que, politicamente, teve relevância. Trata-se do fato de que a oligarquia cafeeira guardava consigo características políticas e econômicas mais complexas que os grandes produtores do ciclo do açúcar ou da mineração. Além de agregar os primeiros benefícios ao produto, ela também era responsável comercializá-lo. Tal fato demandou por desenvolvimento de infraestrutura apenas possível de ser implementada graças à participação protagonista dos cafeicultores na vida política nacional. Neste sentido, o período

republicano, no crepúsculo do século XIX, com vistas a conferir maior estabilidade ao novo regime, caracterizou-se pela conhecida política café com leite – alternância na Presidência da República entre as oligarquias dos cafeicultores paulistas e dos produtores de leite mineiros. Apenas em 1930, com a primeira eleição de Vargas, é que o domínio político dos grandes produtores rurais do Brasil sofre um primeiro abalo.

Economicamente, a partir dos anos 1930, a crise cambial vivenciada nesse período, com redução das divisas internacionais, e o advento da Segunda Grande Guerra, que cortou o acesso aos produtos industrializados europeus e norte-americanos, impeliram os escassos capitais nacionais a se movimentarem na direção da produção industrial de forma a suprir a demanda existente. A inexistência conjuntural de concorrência foi fundamental para que as indústrias no Brasil, embora produzindo bens de consumo final de qualidade inferior, tivessem sucesso no seu enraizamento³². No pós-guerra, com o reestabelecimento do comércio internacional e a chegada de produtos concorrentes, é que surge a necessidade de proteção desses empreendimentos industriais mediante conhecida política de substituição das importações (OLIVEIRA, 2013, p. 48).

O Prof. Francisco de Oliveira, analisando os esforços da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para explicação da realidade socioeconômica latino americana, verifica que estes, por não observarem o propósito do sistema do capital internacional de perpetuar seu processo de acumulação mediante a manutenção das condições sociais, políticas e de (re)produção periféricas, conduziam suas leituras à construção de um estranho mundo dual: desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento. Diante desta constatação, o referido sociólogo brasileiro toma para si o desafio de repensar, numa perspectiva crítica, as transformações estruturais vivenciadas pela sociedade brasileira no período a partir do qual se enraíza o industrialismo no seio da sua dinâmica socioeconômica. Tal leitura gera consigo a oportunidade de análise da interação entre o desenvolvimento capitalista brasileiro e a (trans)formação do mundo do trabalho nacional.

Segundo Oliveira (2013, p. 32), a oposição do conceito de subdesenvolvimento ao de moderno (ou desenvolvido) constitui uma formalidade que nubla a realidade da

³² A experiência de iniciação industrial brasileira poderia, certamente, compor a parte inicial da obra de Friedrich List. Escrevendo nos anos de 1840 com vistas a nortear o desenvolvimento industrial alemão, na sua obra Sistema Nacional de Economia Política, o autor antevê processos de industrialização de economias agrícolas em decorrência de problemas de médio e longo prazo no comércio internacional. Exatamente o que ocorreu com o Brasil quase um século depois de publicado seu mais importante escrito.

simbiose orgânica da unidade de contrários: o subdesenvolvimento, para ele, estava longe de ser um estágio que compõe uma escalada de desenvolvimento; é, em verdade, um estado de organização social, política e econômica, produzido e mantido pela expansão do capital, que serve à perpetuação das suas mutantes formas de acumulação. Assim, o subdesenvolvimento de forma alguma é um elo de uma cadeia de desenvolvimento; é, em verdade,

[...] uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho e articulação dos interesses internos. [...] havia uma abertura a partir da luta interna de classes, articulada com uma mudança na divisão internacional do trabalho capitalista. Algo que, no Brasil, ganhou contornos desde a Revolução de 1930 e adquiriu consistência com chamada industrialização por substituição de importações. (OLIVEIRA, 2013, p. 127).

Ao mencionar a TDDC de Trotsky, fica explícita a harmonia do seu posicionamento teórico com a teoria proposta pelo revolucionário russo. E é a partir deste ponto de vista que, segundo o autor, é possível novamente posicionar o desenvolvimento de uma nação como uma questão “que diz respeito à oposição entre classes sociais internas.” (OLIVEIRA, 2013, p. 33).

No caso brasileiro, em específico, o desenvolvimento a partir dos anos 1930 é construído em bases produtivas industriais monopolistas, formação de um enorme exército industrial de reserva e de um estratificado e poderoso mercado consumidor interno (OLIVEIRA, 2013, p. 49; FARIA, 1991). Sobre a demanda nacional da época, o processo de industrialização, de distribuição da renda por ele gerada e a conformação das classes sociais brasileiras, Oliveira destaca que, sim,

[...] as formas de consumo impostas de fora para dentro parecem não ter nada a ver com as estruturas de classe, com a forma de distribuição da renda, e são impostas em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria novas classes, é que conforma o padrão de distribuição da renda, é que ‘perverte’ a orientação do processo produtivo, levando no seu paroxismo à recriação do ‘atrasado’ e do ‘moderno.’ (OLIVEIRA, 2013, p. 49-50).

Entretanto, a ordem como este (sub)desenvolvimento é constituído se deve em primeira instância à necessidade de acumulação do capital, não predominando o interesse em suprir a demanda existente. Esta última é uma condição necessária ao (sub)desenvolvimento industrial, mas não suficiente (OLIVEIRA, 2013, p. 51). Um contexto em que a rentabilidade do capital e as taxas de lucro são auferidas não apenas por meio da extração da mais-valia, seja na sua forma absoluta (baixíssimo salário mínimo), seja na relativa (elevação da produtividade do trabalho); a acumulação no capitalismo brasileiro também se fez mediante elevação dos preços

dos bens de consumo final nacionais, distanciando a classe burguesa nacional da massa proletária que viria a se urbanizar crescentemente a partir de então (FARIA, 1991).

Na teoria da dependência, sendo esta “a forma em que os interesses internos se articulam com o resto do sistema capitalista” (OLIVEIRA, 2013, p. 33), o termo “dependência” equivale ao “combinado” da TDDC. A dependência “combinou” historicamente os interesses de classes e grupos sociais do Brasil com os do restrito grupo de transnacionais que governam o sistema flexível de acumulação. A hegemonia resulta da linha comum de interesses derivada a partir da divisão internacional do trabalho no contexto do sistema acumulativo global (OLIVEIRA, 2013, p. 33). O chamado, pelos cepalinos, subdesenvolvimento é um subsistema capaz de produzir excedentes suficientes para destinação de parte destes para agentes externos e outra parcela seletivamente distribuída entre grupos internos de forma inviabilizadora da igualdade social no país.

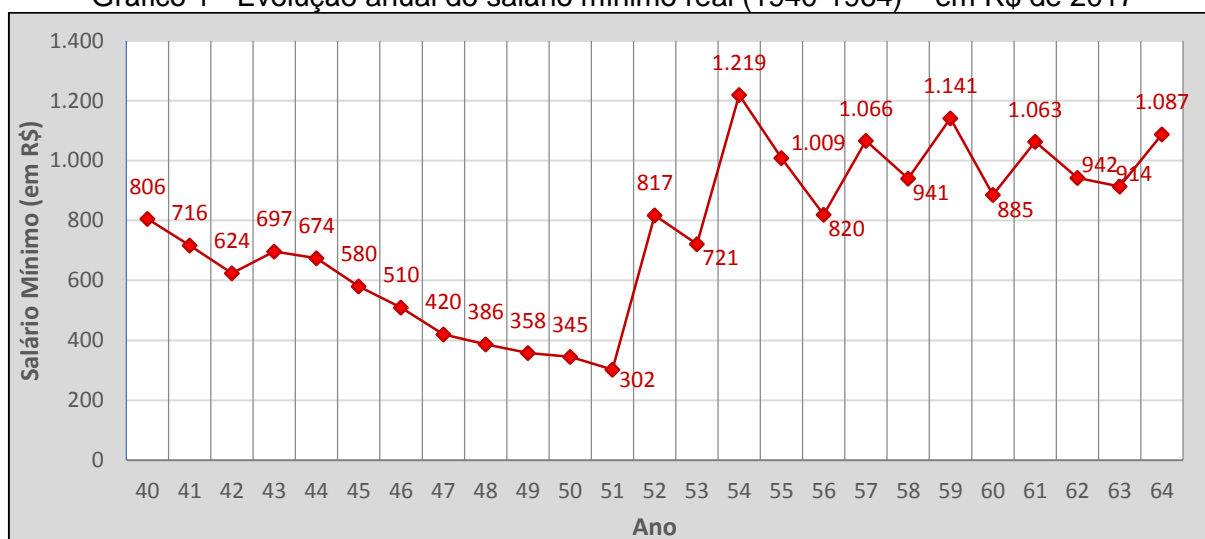
Por lançar as bases institucionais e legais de um novo modo de regulação no país, a Revolução de 1930 também representa um marco para o (sub)desenvolvimento capitalista industrial no Brasil, por estabelecer uma nova correlação de forças sociais que privilegiam o capital industrial em detrimento do agrário exportador. Um primeiro fator importante para o estabelecimento do novo modo de acumulação brasileiro diz respeito à regulação das relações entre trabalho e capital. Não por acaso, surgem neste período diversas leis com o propósito de normatizar as relações trabalhistas. Em verdade, desde o fim dos anos 1910, a aristocracia brasileira já identificava a necessidade de mitigar riscos de revoltas sociais mediante a implantação de políticas de melhores garantias sociais. Afinal de contas, o fato dos ideais comunistas já haverem se estabelecido na URSS como alternativa ao liberalismo econômico era um demonstrativo de que, organizada, a classe proletária tinha condições de assumir a liderança política de uma nação (CEZAR, 2008, p. 14), algo absolutamente inconcebível para uma classe habituada historicamente a ter nos indivíduos daquela “subclasse” seus serviçais.

O acúmulo disperso de normas e leis que davam conta de como deveriam ser estabelecidas as relações trabalhistas gerou a necessidade da organização destes dispositivos legais. Tal fato culminou, em 1943, com o Decreto Lei 5452, que aprovava a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Segundo Cezar (2008, p. 19),

embora sua aprovação mediante assinatura de decreto-lei no dia 1º de maio de 1943, a oposição política ao cumprimento de novas regras, que avançavam em relação a uma simples compilação das leis anteriores, fez com que a publicação da CLT viesse a ser realizada somente em agosto de 1943 e sua vigência se iniciasse apenas em novembro daquele ano. Resistências típicas de um processo histórico de luta de classes.

Dentre as normas trabalhistas que foram adotadas no período marcado pela regulamentação do trabalho no Brasil está a política do salário mínimo. Oliveira (2013, p. 36-39) destaca que sua adoção trouxe duas contribuições fundamentais ao desenvolvimento industrial brasileiro e, conseqüentemente, à consolidação do mundo do trabalho no país. A primeira reside no fato do estabelecimento do salário mínimo ter conferido maior previsibilidade dos custos com mão de obra. Neste sentido, cabe ressaltar que, nos primeiros doze anos de sua vigência legal, o salário mínimo sofreu apenas três reajustes - o primeiro, trinta meses após o início prático da lei; o segundo, um ano mais tarde, e o terceiro, somente oito anos depois (Gráfico 1)³³.

Gráfico 1 - Evolução anual do salário mínimo real (1940-1964) – em R\$ de 2017



Fonte: IPEA Data.

Notas: Série em reais (R\$) constantes do último mês, elaborada pelo IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE a partir de março de 1979. Para períodos anteriores, os deflatores utilizados foram o IGPC-MTB (jan/1948-mar/1979), o IPC-RJ/FGV (jan/1944-jan/1948) e o IPC-SP/Fipe (jul/1940-jan/1944). Elaboração própria (2018).

A segunda diz respeito ao fato do salário mínimo ter igualado “por baixo” os salários de trabalhadores das mais distintas classes. Trabalhadores industriais, mais especializados, provavelmente, num processo de livre concorrência, aufeririam maiores

³³ Vale destacar ter sido o reajuste do salário mínimo em 100% sugerido, entre o fim de 1953 e início de 1954, por João Goulart, então Ministro do Trabalho, e validado pelo presidente Getúlio Vargas um dos fatos que mais fortemente alimentou a oposição liberal de Carlos Lacerda àquele governo de viés nacionalista.

salários. Desta forma, numa visão mais abrangente do processo, o efeito principal da política do salário mínimo à época foi o de “propiciar a formação de um enorme “exército de reserva” propício à acumulação” (OLIVEIRA, 2013, p. 39), estimulando, inclusive a migração da população rural, que ganhava míseras rendas no campo.

Outro componente fundamental no processo de transformação capitalista brasileiro para sua vertente industrial foi a forte intervenção estatal. O governo de Vargas atuou principalmente na regulamentação dos mercados dos demais fatores de produção, no sentido de potencializar a reprodução dos negócios industriais e até mesmo inibir o avanço da cultura cafeeira. Além da regulação do fator trabalho, o Estado investiu em infraestrutura para indústria e impôs confisco cambial ao café, redirecionando ganhos de capital da agricultura para as novas atividades produtivas. Oliveira (2013, p. 41-42) afirma que “em quaisquer circunstâncias, boas ou más, isolava-se o produtor de café da oferta e procura de fatores, a fim de reorientar a alocação de recursos em outros setores de atividade econômica”.

Um terceiro elemento a ser destacado foi o papel desempenhado pela agricultura, principalmente a de subsistência, para o desenvolvimento capitalista industrial no Brasil. Era necessário mantê-la viva e a serviço da indústria que crescia, sem rivalizar-lhe ou atrapalhar seu avanço. Assim, ela cumpriu com duas funções essenciais. Primeiramente, como fonte de recursos para a realização da importação de bens de capital. Para isso, o governo atuou com políticas que dificultaram a destinação da renda agrícola para a importação de bens de consumo e, numa outra direção, fosse canalizada à importação de máquinas e equipamentos. De forma complementar, como manancial de suprimento da necessidade alimentar das crescentes populações dos centros urbanos industriais, com baixos custos para reprodução da força de trabalho. Para isso, as novas rodovias ligando os polos industriais às principais regiões produtoras agrícolas serviram não apenas às indústrias automobilísticas, como também ao escoamento da produção agropecuária e ao trânsito dos insumos agrícolas.

Por isso, é possível afirmar que a exploração do trabalhador agrícola, que produzia boa parte do seu alimento e que, portanto, se mantinham com ínfimas rendas, serviu de base para a exploração do novo trabalhador urbano brasileiro, migrante, que se alimentava na cidade a reduzidíssimo custo, demandante de serviços urbanos de baixíssima especialização e de hábitos de consumo que atendiam de forma rudimentar

o seu ritmo de vida. Esta dupla exploração do trabalho, no campo e na cidade, serviu de lastro para as décadas de acumulação capitalista industrial brasileira no período reconhecido como o de substituição das importações. E, segundo Oliveira (2013, p. 47), é nesta conjunção de fatores diretamente relacionados à geração de mais valor pelos trabalhadores rurais e urbanos brasileiros que “está a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira” capitalista (sub)desenvolvida.

Portanto, não se encontrou, no descrito contexto, qualquer tipo de oposição entre a modernização produtiva trazida pela indústria e o atraso da agricultura. Pelo contrário, a desigualdade entre elas se combinou em perfeita simbiose consolidadora da desigualdade social no Brasil. “Por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética.” (OLIVEIRA, 2013, p. 47, p. 128-129).

Outro fenômeno a ser observado como transformador do perfil do trabalho numa economia capitalista é o da urbanização. Verificada como consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, a urbanização é fenômeno socioeconômico que acompanhou o incremento da produção das indústrias nas mais diversas economias. Em verdade, a industrialização e a urbanização são historicamente fenômenos indissociáveis. De acordo com Oliveira (2013),

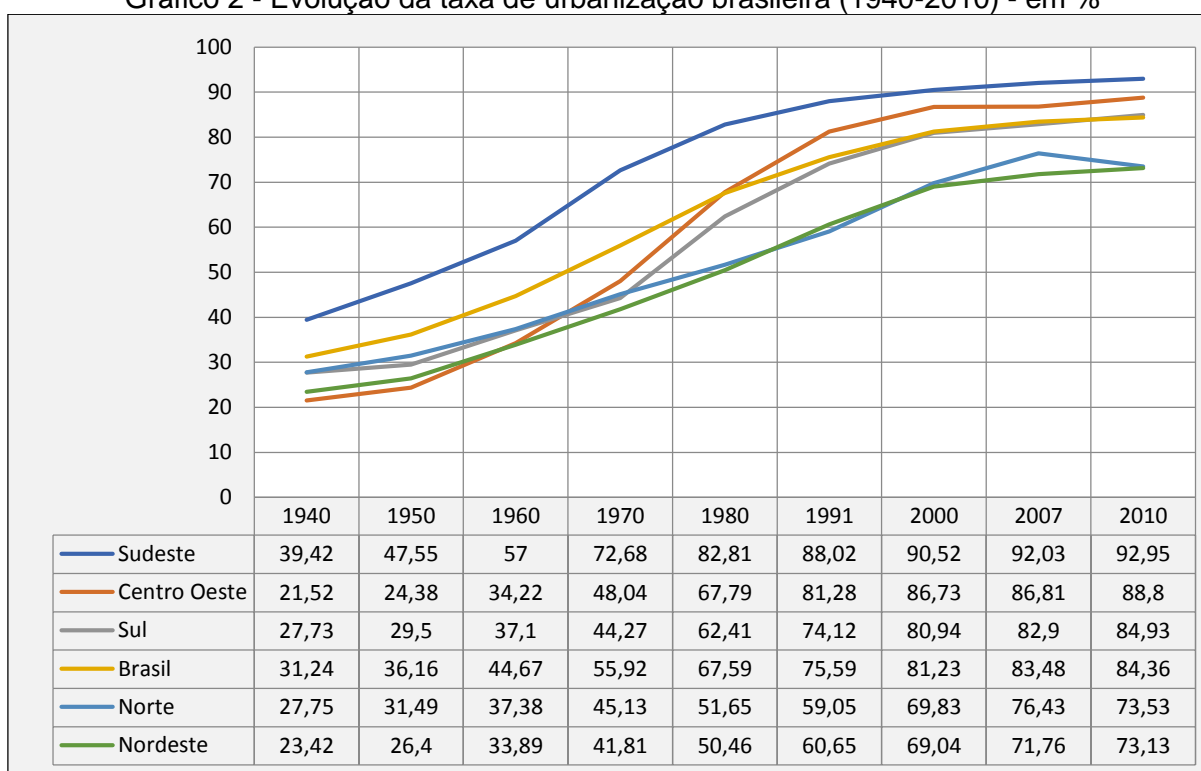
As cidades são, por definição, a sede da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização do produto, e, nesse sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas no produto, tanto maior a taxa de urbanização (OLIVEIRA, 2013, p. 58).

No Brasil, embora também decorrente do crescimento da participação da indústria na produção econômica, a urbanização ganha matizes diferenciados, pois que, assim como a industrialização da economia brasileira, ela se processa com base em características de espaço e tempo bastante distintas. Sua intensificação se inicia pelo Sudeste nos anos 1940 e ganha todo o território nacional nos anos 1970, quando, no início da década, o país já possuía uma taxa geral de urbanização de 55% (Gráfico 2).

Em termos demográficos, há nesse processo, segundo Faria (1991), uma dupla característica. A primeira é a concentração populacional em metrópoles. A segunda crescimento da população das cidades como um todo. No período de três décadas, entre 1950 e 1980, a população urbana brasileira de cerca de 18 milhões de habitantes, com uma taxa de urbanização de 36%, cresce para 80 milhões de pessoas (68% da população do país) (Gráfico 2). Três quartos desses habitantes viviam em

mais de 380 cidades com mais de 20 mil pessoas. Metade (40 milhões), em centros urbanos com mais de 250 mil indivíduos (FARIA, 1991, p. 103). Nestes médios e grandes centros urbanos, mas principalmente nas metrópoles regionais e nacionais, viu-se surgirem e crescerem grandes favelas (FARIA, 1991, p. 105) que, segundo Oliveira (2013, p. 59), mais que abrigos para seus moradores, serviam (e ainda servem) para a manutenção dos custos de reprodução da força de trabalho.

Gráfico 2 - Evolução da taxa de urbanização brasileira (1940-2010) - em %



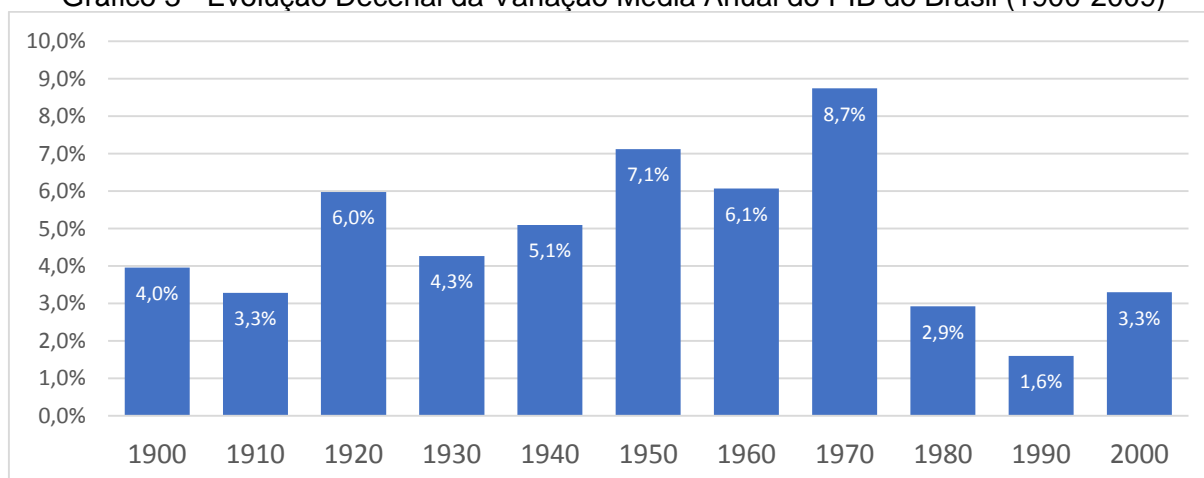
Fonte: IBGE – Séries históricas e estatísticas.

Nota: Elaboração: Ulisses Ribeiro

Em termos econômicos, as taxas médias anuais de crescimento do PIB entre os anos de 1940 a 1980 foram acima de 5% a.a., com destaque para o período entre 1968 a 1980, em que, embora as crises do petróleo, a produção do Brasil se elevou a uma taxa média anual de quase 9% a.a. (Gráfico 3). Este incremento do produto, entretanto, não se reverteu em participação mais significativa na renda por parte das camadas mais pobres brasileiras. Entre 1976 e 1979, a participação dos 50% mais pobres da população na renda variou em apenas 1,2 p.p., saindo de 11,6% para 12,8% do total da renda nacional. Esta parcela foi menor que obtida pela centésima parte mais rica dos habitantes no país que detinha 13,6% da renda nacional (IPEA DATA, 2017).

No mercado de trabalho, a urbanização acarretou fenômeno também de natureza similar ao verificado nas economias centrais, com fortes crescimento e diversificação dos serviços, sejam estes em apoio às indústrias e às demais empresas, sejam para atendimento às demandas pessoais. Entretanto, no Brasil, dadas as características socioeconômicas da população – paupérrima tanto em termos econômicos quanto educacionais – e a necessidade de manutenção de um baixíssimo custo de reprodução da sua força de trabalho, é principalmente nesses serviços pessoais, em que grassa a informalidade e a precariedade do trabalho, que grande parte do enorme exército industrial de reserva vai em busca de renda para sobreviver.

Gráfico 3 - Evolução Decenal da Variação Média Anual do PIB do Brasil (1900-2009)



Fonte: IPEA DATA (ipeadata.gov.br)

Nota: Elaboração própria.

Assim que, no início dos anos 1980, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil havia fortalecido o trabalho nas cidades (primordialmente as do sudeste), onde, além de ter criado número considerável de novos tipos de trabalho na indústria e nos serviços formais, bem estruturados - bancário, público, nos transportes, nas telecomunicações, no setor energético, na construção civil e no comércio -, gerava, graças ao enorme contingente populacional, inúmeras oportunidades precárias de trabalho e renda nos empregos domésticos, nos pequenos comércios, nos comércios de rua conhecidos como camelôs e em outras atividades de menor porte, intensivas em trabalho e de baixa densidade de capital (construção civil e pequenas indústrias). Segundo Faria (1991),

Expandiu-se no mundo urbano brasileiro o contingente de subempregados, expostos às incertezas de um mercado de trabalho dinâmico e instável, cujo

funcionamento alimentou e se alimentou da existência desse "exército ativo de reserva. (FARIA, 1991, p. 105).

Tudo isso, sem poder abrir mão da exploração do trabalho agrícola, fator fundamental na manutenção da exploração a baixíssimos custos do trabalho urbano.

5.3 SUCESSIVAS CONJUNTURAS MACROECONÔMICAS, DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DOS ANOS 1980 E O TRABALHO QUE SALTA AOS OLHOS NO BRASIL NO SÉCULO XXI

Após se tornar a oitava economia mundial, graças às elevadas taxas de crescimento alcançadas pelo seu PIB nas oito primeiras décadas do século XX, durante os anos 1980, o Brasil vivenciou dificuldades que se refletiram, notadamente, na produção interna (Gráfico 3, p. 135). Altamente endividada, depois de se manter crescendo com base no financiamento externo na década de 1970 em condições muito desfavoráveis à tomada de empréstimos externos (SOUZA, 2007, p. 75), a economia, nos anos 1980, foi submetida a políticas que tinham como foco principal garantir aos agentes financiadores privados estrangeiros o pagamento da dívida (FILGUEIRAS, 2000, p. 74-75). Agindo neste sentido, adotaram-se políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que fizeram o sistema produtivo nacional se voltar em boa parte para o mercado externo e que reduziram significativamente as importações brasileiras e a demanda interna do país, por meio do decréscimo dos investimentos, com vistas a reduzir o histórico déficit na balança de serviços. O propósito final era único: atender ao interesse dos agentes do sistema financeiro internacional, garantindo o pagamento da dívida. Seguindo as diretrizes do FMI, os países endividados deveriam

[...] passar da condição de importadores de capitais para a de exportadores de capitais, garantindo, assim, uma travessia da crise mais tranquila para o sistema financeiro internacional – sobrecarregado com créditos duvidosos das dívidas dos países do terceiro mundo. (FILGUEIRAS, 2000, p. 75).

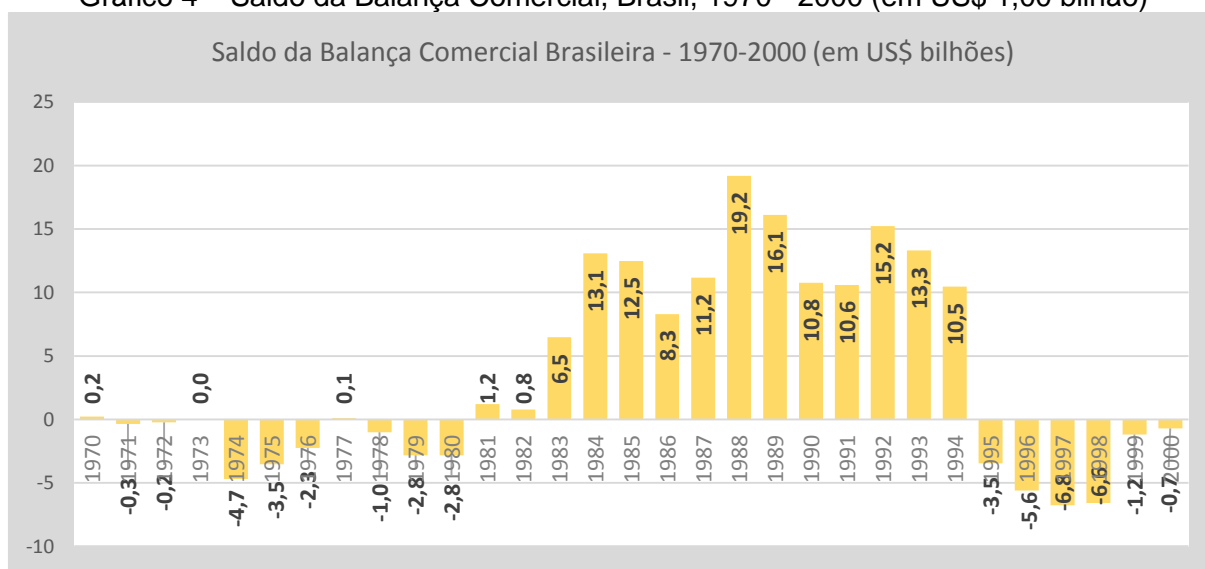
Obediente às orientações externas, efetivamente, a balança comercial brasileira tornou-se significativamente positiva ao longo da penúltima década do século XX (Gráfico 4), deixando de ser deficitária em 1980, para atingir saldos próximos e até maiores que as suas importações nos últimos anos do período.

Por outro lado, os investimentos se estabilizaram ou até caíram, como no período de 1981 a 1985 (Tabela 2), e o PIB teve na década variações que,

acumuladas nos anos 1980, representaram um crescimento bem aquém dos observados nos anos anteriores (Gráfico 3). O país, no entanto, honraria com o pagamento dos serviços da sua dívida, mesmo com o custo de dramáticas e sucessivas elevações das taxas de inflação, que, durante a segunda metade da década de 1980, tornaram-se foco das políticas econômicas nacionais. Batista ratifica esse processo, afirmando que

Golpeado pela crise da dívida externa e pela forma como esta foi tratada, o Brasil, graças a sua base industrial e ao esforço feito pela Petrobras para aumentar substancialmente a produção nacional de petróleo, conseguiria acumular substanciais saldos de balanço comercial, criando condições para honrar o serviço daquela dívida. Em consequência, só lograria fazê-lo à custa do equilíbrio das contas públicas. [...] Para dominar a inflação resultante desse descontrole, gerado em sua maior parte pelo serviço da dívida externa e interna, sucessivos planos, heterodoxos e ortodoxos, foram tentados sem êxito, produzindo um sentimento generalizado de frustração que abalaria a confiança na ação do Estado. (BATISTA, 1995, p. 36).

Gráfico 4 – Saldo da Balança Comercial, Brasil, 1970 - 2000 (em US\$ 1,00 bilhão)



Fonte: IPEA DATA (ipeadata.gov.br)

Nota: Elaboração própria.

Tabela 2 - Taxa de investimento, variação do PIB e inflação (IGP/DI) no Brasil 1980-1990

Ano	Taxa de Investimento Interno Bruto	Variação Real do PIB (em %)	Inflação
1980	22,9	9,3	110%
1981	24,3	-4,3	95%
1982	23,0	0,8	100%
1983	19,9	-2,9	211%
1984	18,9	5,4	224%
1985	18,0	7,8	235%
1986	20,0	7,5	65%
1987	23,2	3,5	416%
1988	24,3	0,1	1038%
1989	26,9	3,2	1783%

Fonte: Revista Conjuntura Econômica - FGV (abril/1999)

Portanto, na década 1980, as políticas econômicas brasileiras, negligenciando seus efeitos socioeconômicos, foram focadas no esforço de pagamento da dívida externa, que resultou em hiperinflação e no combate a esta última.

Adicionalmente, outros efeitos foram observados no contexto nacional, como a queda dos investimentos, atraso tecnológico na indústria nacional, diminuição da ocupação e da renda. Embora a ocorrência de todas estas demais consequências, foi a monstruosa inflação o fator maior de preocupação dos responsáveis pela determinação da política econômica nacional a partir de meados dos anos 1980. A ela era atribuída a imagem de grande responsável pelo empobrecimento da população brasileira. E era este empobrecimento econômico o elemento que faltava para a definitiva instauração da grave crise social que se instalou no país, que, desde aquela época, já sofria de mais aguda pobreza no campo social, com baixíssima escolaridade e péssimos sistemas de saúde e segurança. Nas palavras de Souza (2007), era evidente

[...] o clamor da sociedade brasileira, durante o transcorrer da década de 1980, por um conjunto de demandas, sobretudo as relativas aos direitos humanos e sociais, que para serem satisfeitas necessitariam a adoção de algumas políticas, bem como de um posicionamento do Estado [...] (SOUZA, 2007, p. 94-95).

Essa clara necessidade de atuação do Estado também serviu de barreira à penetração das políticas neoliberais no meio político e econômico brasileiro durante os anos 1980 e adicionalmente foi fator que contribuiu para que essa década, embora

economicamente perdida, tenha sido um período político e socialmente fecundo para o país. A redemocratização resultante do movimento das Diretas Já e a ascensão política dos movimentos sindicais e sociais foram outros fatores que corroboraram o avanço alcançado pela sociedade brasileira naquele período.

Em 1989, quando da realização das primeiras eleições presidenciais com voto direto após a redemocratização, a conjuntura em que se encontrava o Brasil era de grave crise social e econômica, acompanhada da liberdade política, que recentemente houvera sido conquistada. Esses elementos compuseram o cenário do crescimento da figura política de Fernando Collor de Melo, que se tornou o primeiro presidente eleito pelo povo no período da Nova República.

Collor assumiu a presidência, em março de 1990, como o mais jovem presidente da história brasileira, após defender durante sua campanha os brasileiros “descalços e descamisados”, criando uma imagem de ímpoluto inimigo da corrupção e de descompromisso com partidos políticos, associações sindicais e interesses corporativos ou de grupos sociais (FILGUEIRAS, 2000, p. 85). Seu governo, que não chegaria ao fim do mandato, representou a porta que o neoliberalismo há muito esperava para penetrar definitivamente no Brasil. Segundo Filgueiras (2000),

Com o Governo Collor e o seu plano econômico, assistiu-se a uma ruptura econômico-política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimento do Brasil na década de 1990. Pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais. (FILGUEIRAS, 2000, p. 84).

O sentido de mudança de trajetória trazido na citação acima é compartilhado por muitos autores, dentre eles Batista (1995) e Chahad (2006). Percebe-se haver entre eles outra convergência de opinião: a de que não se pode afirmar que a atuação do presidente Collor e dos seus comandados, responsáveis pela política econômica nacional, tenha sido suficiente para o avanço do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da globalização no Brasil. Eles defendem que aquele período de governo deve ser visto como a porta da entrada definitiva desses processos no território nacional.

Com o Governo Collor, deflagram-se a abertura comercial, a redução da atuação do Estado e a privatização das empresas estatais. Entretanto, o aprofundamento dessas mudanças se efetiva a partir da execução do Plano Real, que

se inicia no final do governo de Itamar Franco, já sob a coordenação do à época futuro presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). No decorrer daquela década, com os mandatos de FHC, realizar-se-ia de forma acelerada uma maior integração política e econômica do Brasil com o receituário sugerido pelo Consenso de Washington. Desenvolvendo a analogia, após entrar na “sala de estar” do Brasil no Governo Collor, por meio do Plano Real, as políticas neoliberais tiveram amplo acesso à vida dos brasileiros, alcançando os “mais íntimos cômodos da casa”.

Essa leitura foi detalhadamente realizada por Filgueiras (2000). Logo na introdução deste seu trabalho, ao descrever o seu objeto de estudo, o autor alerta que o Plano Real se constituiu

[...] antes de tudo, num produto econômico, político e ideológico da confluência, em escala mundial, de três fenômenos que marcaram o desenvolvimento do capitalismo nas duas últimas décadas desse século (XX), quais sejam: a hegemonia da doutrina e políticas liberais, a difusão do processo de reestruturação produtiva a partir dos países capitalistas centrais e a reafirmação do capitalismo com uma nova configuração, isto é, enquanto um sistema de produção mundializado ou globalizado. [...] Esse plano não é, meramente, um programa de estabilização solitário. Na essência, vai muito mais longe, pois se articula a um projeto maior, de redefinição da economia brasileira e de sua inserção na nova (des)ordem internacional, conforme o ideário do Consenso de Washington. Portanto, a política de estabilização daí decorrente tem impactado, entre outras coisas, no redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação na economia e na formatação de suas políticas públicas e sociais; na reestruturação, concentração e desnacionalização de diversos setores econômicos; nas relações internacionais, comerciais e financeiras do país e, cada vez mais, na redefinição das relações trabalhistas e no perfil do mercado de trabalho. (FILGUEIRAS, 2000, p. 30 e 31).

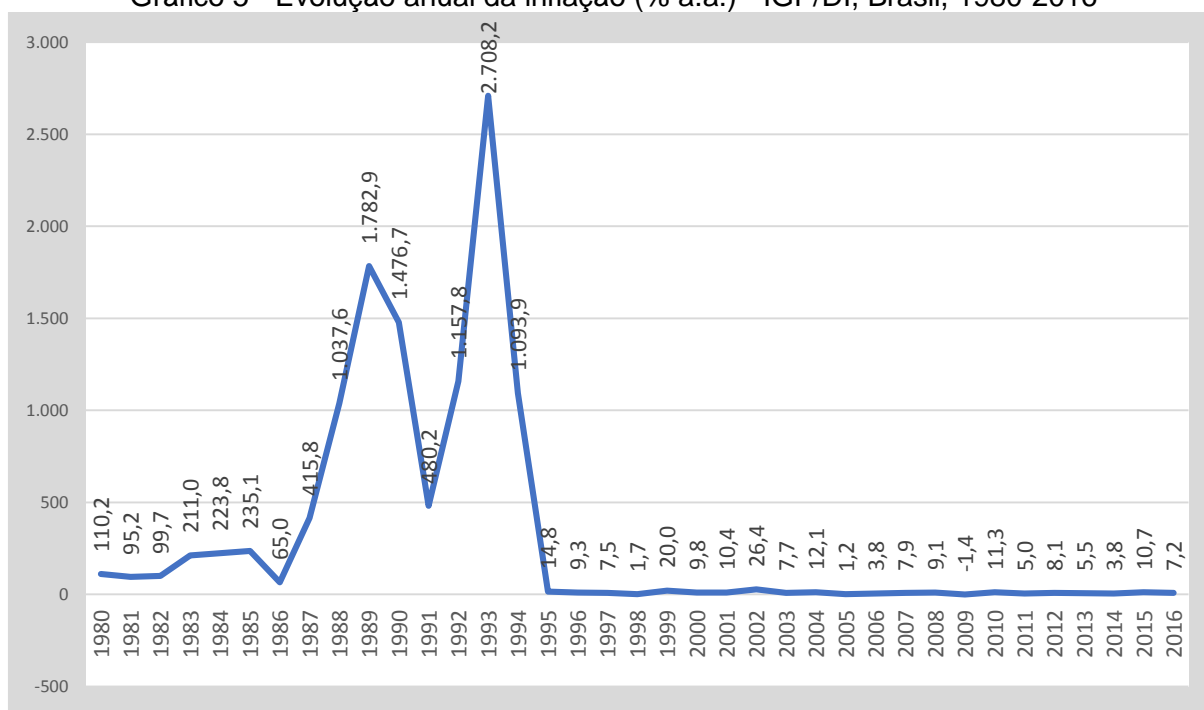
Nesse mesmo sentido, Chahad (2006), seis anos depois, reafirma ter sido a década de 1990 para a economia brasileira um período de transição e de transformações na sua estrutura que reverberam até os dias atuais. Ao analisar o que ele chama de transições, pode-se perceber que as transformações se deveram em grande parte à adoção do receituário neoliberal no âmbito da macroeconomia, à reestruturação produtiva por parte das empresas e à globalização. Cada um desses fenômenos influenciou individual e sinergicamente para esse redesenho da economia brasileira.

Para caracterizar essa transformação estrutural da economia nacional, Chahad (2006) descreve seis movimentos de transição, quais sejam: (1) o de uma economia com altas taxas de inflação e indexada para outra com maior estabilidade de preços e sem indexação; (2) o de mudança de uma economia fechada para uma aberta; (3)

o de adoção de inovações tecnológicas e de gestão da produção, consequentes da busca por incremento da competitividade e da produtividade; (4) o de mudança no papel desempenhado pelo Estado, que deixa de ser um fomentador da produção pública e privada para ser um regulador e fiscalizador da economia; (5) o de busca pela redução da fiscalização e da regulação do Estado sobre o mercado de trabalho, substituindo-a pela negociação direta entre trabalhadores e empregadores; e (6) o de manutenção da pressão de crescimento da PEA, apesar da queda da taxa de crescimento econômico. Analisando-se esses seis processos, ver-se-á de que forma a tríade de fenômenos que se fortaleceu desde a década de 1970 modificou a economia brasileira e influenciou o mercado de trabalho nacional.

A década de 1990 se inicia com a economia brasileira apresentando um quadro de elevadíssima e persistente inflação. Com a adoção das medidas do Plano Collor, o processo inflacionário temporariamente se arrefeceu para logo em seguida ganhar novo fôlego. Com as estratégias de política econômica adotadas no Plano Real, essa fortíssima tendência inflacionária veio finalmente a ser interrompida (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Evolução anual da inflação (% a.a.) - IGP/DI, Brasil, 1980-2016



Fonte: Conjuntura Econômica – FGV.

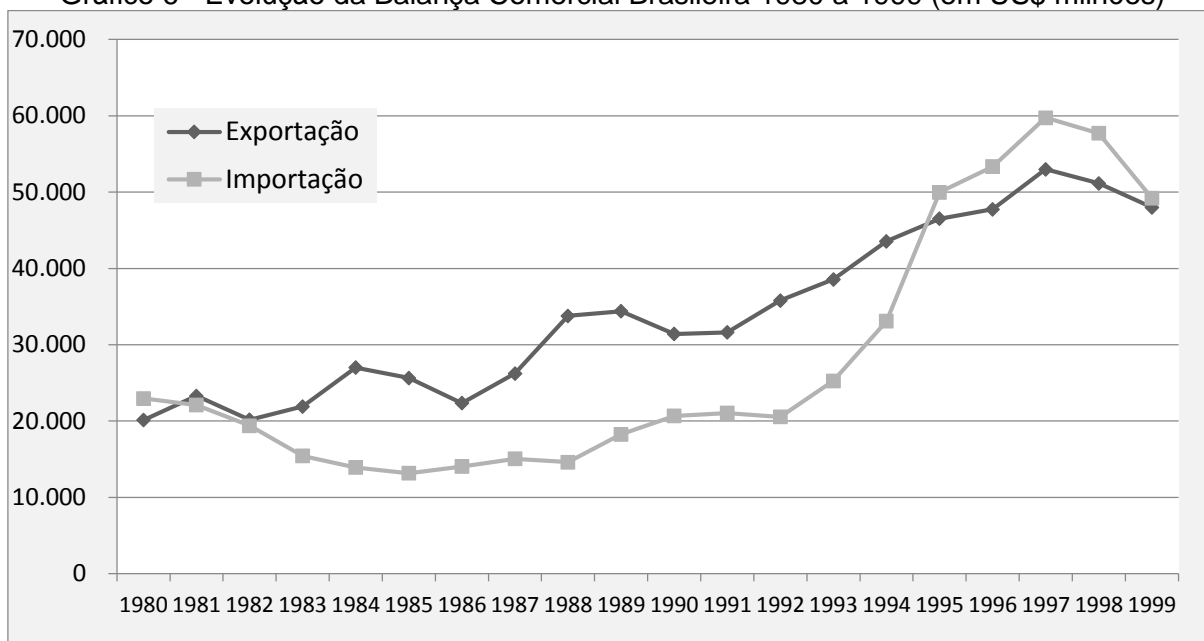
Em se tratando de mercado de trabalho e sua relação com o fenômeno econômico da inflação, é amplamente reconhecida a correlação inversa existente entre ocupação e vetor inflacionário. Neste sentido, o Gráfico 5 demonstra claramente

que uma das principais opções feitas na economia brasileira desde a implementação do Plano Real é a de manter sob controle a hoje não mais tão monstruosa inflação, que ainda traz consigo traumáticas lembranças, “sobretudo para aquela parcela (dos menos abastados) que não conseguia se proteger do fenômeno inflacionário, por meio, por exemplo, das aplicações financeiras.” (SOUZA, 2007, p. 98). Analisando-se o Gráfico 5, podem-se considerar mais de duas décadas de relativa estabilização da moeda nacional, que representa um dos componentes básicos do receituário neoliberal, expresso contundentemente no relatório conhecido como Consenso de Washington (BATISTA, 1995).

No bojo do Plano Real, foi fator primordial para o controle da inflação a intensificação da abertura comercial. A partir de 1999, com a “inevitável” adoção da política de livre flutuação do câmbio, o controle inflacionário perdeu nesse instrumento de política econômica uma das suas grandes forças. Para manter, a partir de então, a inflação sob controle, o governo passou a adotar a política de metas inflacionárias, que tem por base a manutenção de uma rígida política monetária, norteadas exclusivamente pelo controle da taxa de juros Selic. Desde então, embora nos primeiros anos após a adoção das metas inflacionárias (1999 a 2003) a inflação anual tenha alcançado patamares acima do limite máximo estabelecido, de 2004 a 2014, a inflação foi controlada, com essa política, dentro das metas estabelecidas. Em 2015, com os aumentos dos preços da energia elétrica e dos combustíveis, a inflação voltou a superar o teto.

Sobre o comércio internacional brasileiro, na primeira parte deste capítulo, pôde-se verificar que os superávits na balança comercial nos anos 1980 foi uma das táticas utilizadas para a geração de saldos que buscavam tentar reequilibrar a dívida externa brasileira. Com a abertura comercial realizada no Governo Collor nos anos 1990, observou-se na conta do balanço de pagamentos brasileiro uma inversão de tendência que redundou em saldos negativos já no primeiro ano de implantação do Plano Real, 1994/1995 (Gráfico 6).

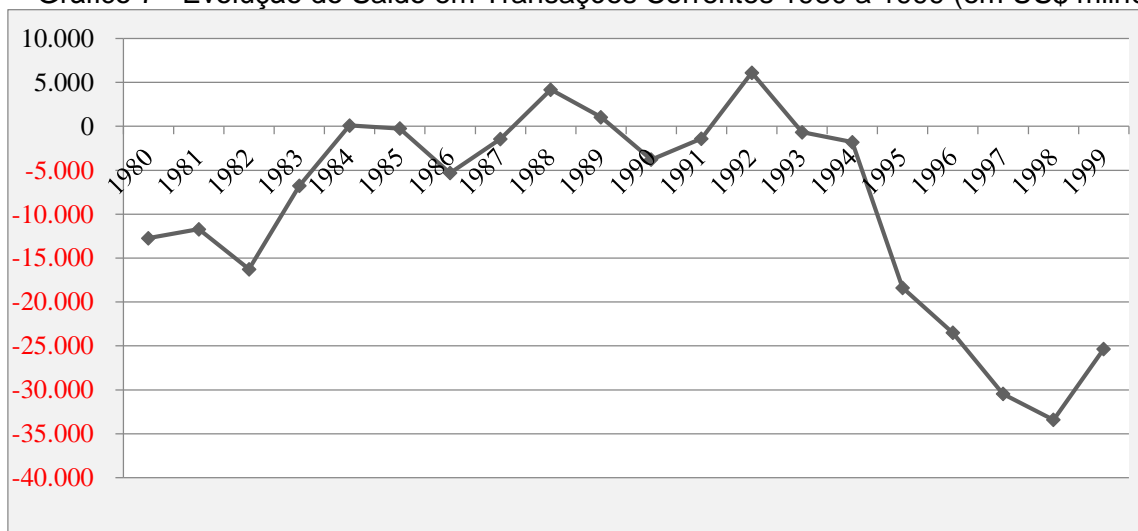
Gráfico 6 - Evolução da Balança Comercial Brasileira 1980 a 1999 (em US\$ milhões)



Fonte: BACEN.

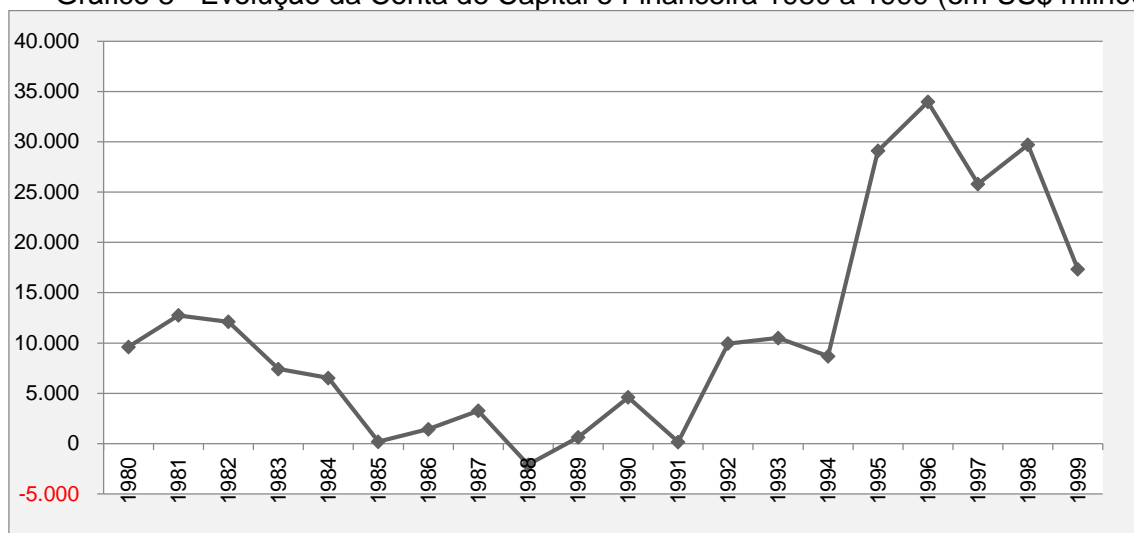
Dado o histórico saldo negativo observado na conta da balança de serviços, o saldo em transações correntes, razoavelmente equilibrado durante os anos oitenta para geração de caixa e pagamento da dívida, tornou-se negativo (Gráfico 7), “forçando” o governo a adotar a elevação dos juros para atração de capital especulativo internacional como medida de equilíbrio do balanço de pagamentos pelo lado das contas de capital (Gráfico 8). Como consequência, elevou-se a dívida pública brasileira para um patamar acima de 50% do PIB à época.

Gráfico 7 - Evolução do Saldo em Transações Correntes 1980 a 1999 (em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Gráfico 8 - Evolução da Conta de Capital e Financeira 1980 a 1999 (em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil.

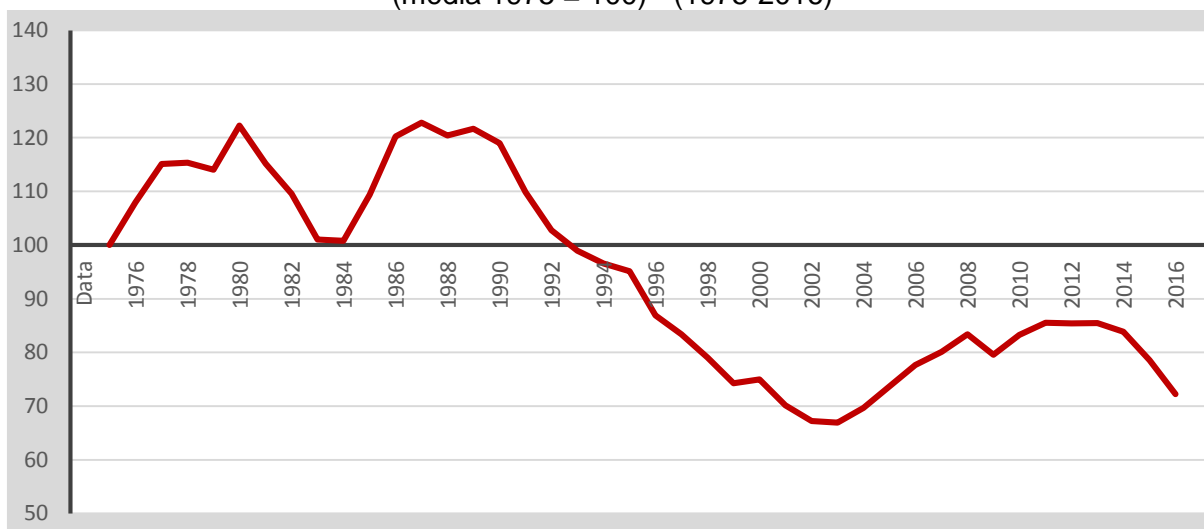
De 1998 em diante, principalmente a partir da declaração de moratória por parte da economia russa, a política cambial brasileira, alicerçada na prática de câmbio semiflutuante, regulado por bandas cambiais que determinavam os limites mínimo e máximo do valor do Real em relação ao dólar americano, passou a sofrer forte pressão que lhe foi imprimida pela fuga de capitais especulativos do país e por uma grande queda das reservas cambiais brasileiras, causada pela tentativa sem sucesso de manutenção da valorização da moeda nacional. Em janeiro de 1999, a referida política cambial teve que ceder de uma vez por todas ao câmbio flutuante, abrindo espaço para a desvalorização cambial.

A cotação do dólar, “presa” em R\$ 1,21/US\$ nos primeiros dias do ano, após ter suas rédeas soltas, chegou a R\$ 2,16/US\$ no dia 03/03/1999. Para controlar novamente o câmbio, seguindo metas definidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo chegou a estabelecer taxas de juros que chegaram ao incrível patamar de 45% a.a., com vistas a manter a atração do capital financeiro internacional para os títulos públicos brasileiros (FILGUEIRAS, 2000, p. 192).

Se o câmbio havia sido controlado novamente, por outro lado, a elevada taxa de juros praticada corroborou de forma significativa para o controle da inflação pelo lado da demanda, gerando um efeito de contenção sobre esta última que, com a abertura comercial e o controle dos preços dava sinais de crescimento no início do Real. Além do controle sobre o consumo, a alta dos juros desestimulou os investimentos produtivos potencializando os efeitos recessivos de tal política.

Como se pôde observar, essas medidas mantiveram-se eficientes no combate à inflação, já que a produção nacional se viu obrigada a manter seus preços baixos diante da concorrência externa. Além disso, engessadas perante os elevados juros, aquelas indústrias que não apresentaram condições de adaptação à nova realidade do mercado nacional globalizado, fecharam suas portas, gerando desemprego. Outras, ainda em condição de investir em capital produtivo e reestruturar seu maquinário de produção aproveitando a abertura de mercado, modernizaram suas fábricas, criando condições de troca de trabalho vivo por trabalho morto. Os efeitos sobre o trabalho nacional decorrentes desta realidade conjuntural, bem do processo de reestruturação produtiva na indústria brasileira e da integração da sua economia à concorrência global podem ser observados pela intensa queda verificada na ocupação de pessoal na indústria de São Paulo, unidade da federação historicamente com maior participação na produção industrial do país, a partir dos anos 1990 (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Evolução do Índice Médio Anualizado do Pessoal Ocupado na Indústria de São Paulo
(média 1975 = 100) - (1975-2016)



Fonte: IPEADATA
Nota: Elaboração própria.

Por fim, de uma forma geral, todas as indústrias que conseguiram permanecer no mercado se viram na obrigação de reduzir seus custos para elevar sua competitividade. Uma das maneiras que elas procuraram para atingir tal intento foi atacando o fator de produção trabalho por meio de reivindicações junto ao governo federal para que fosse flexibilizada a legislação trabalhista de forma a mitigar seus gastos com tal “insumo”. Este pleito empresarial resultou, quase duas décadas depois,

da parte do Estado brasileiro, no enfraquecimento da sua ação mitigadora das assimetrias das forças atuantes no mercado de trabalho com a recentemente aprovada reforma da legislação trabalhista.

Como informa a literatura econômica (HUNT, 2004), uma das mais fortes faces dos ideais neoliberais é o seu argumento por uma atuação do Estado exclusivamente mantenedora da liberdade de ação dos indivíduos, garantindo-lhes o direito de propriedade, livre comércio, livre contratação e livre produção. No esquema que propõem os neoliberais, o poder estatal não deve atuar diretamente sobre os processos pertinentes à economia. Essa diretriz do pensamento liberal nunca recebeu muita atenção no Brasil republicano. O processo de industrialização da economia nacional e o conseqüente crescimento econômico registrado no século XX foram realizados com base em um Estado atuante na criação de infraestrutura e no provimento de serviços básicos como energia e telecomunicação (SERRA, 1982).

Contrariando a histórica postura desenvolvimentista nacional, a década de 1990 foi também o período que marcou a mudança na forma de atuação do Estado brasileiro, que deixou de ser o realizador ou fomentador da produção e organizador de alguns serviços para, gradativamente, passar a atuar como regulador. Para a concretização dessas transformações, o governo de Fernando Henrique Cardoso implementou algumas reformas nas áreas administrativa, previdenciária e, principalmente, econômica, por meio da extinção do monopólio estatal em áreas antes consideradas estratégicas para segurança nacional como as de telecomunicações, de geração e distribuição de energia, e de prospecção, exploração e refino de petróleo e gás. Juntamente com essas reformas, avançou-se com o processo de privatização, iniciado no Governo Collor, chegando-se ao final da referida década com mais de 60 empresas estatais vendidas sob o argumento inicial da necessidade de focar a atuação do Estado na área social e, posteriormente, de gerar divisas para manutenção da âncora cambial, um dos lastros iniciais para o processo de estabilização da moeda. Em verdade, uma das intenções do governo era a de que os recursos oriundos das privatizações contribuíssem para a geração de superávits, para o equilíbrio do balanço de pagamentos e o pagamento da dívida pública.

Paralelamente, o processo de privatização não implicou num afastamento completo e irrestrito do Estado da atividade econômica. Este, como não poderia deixar de ser, passou a assumir a condição de regulador (Tabela 3). É de se destacar que a

regulação de cada setor foi implantada somente depois de realizadas as privatizações das empresas que nele atuavam.

Tabela 3 - Algumas das mais importantes agências reguladoras criadas após privatizações brasileiras

SIGLA	NOME	DATA DE CRIAÇÃO	LEI
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica	26/12/1996	Lei nº 9.427
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações	16/07/1997	Lei nº 9.472
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	14/01/1998	Lei nº 9.478
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	26/01/1999	Lei nº 9.782
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar	20/01/2000	Lei nº 9.961
ANA	Agência Nacional de Águas	17/07/2000	Lei nº 9.984
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres	05/06/2001	Lei nº 10.233

Fontes: ANA, Anatel, ANEEL, ANP, ANS, ANTT e Anvisa.

Além dessa redução do Estado na economia brasileira, outra reivindicação (neo)liberal que foi gradativamente sendo atendida pelo governo do Brasil diz respeito à crescente flexibilização da legislação trabalhista. Argumentando que, diante dos avanços tecnológicos e da crescente competitividade, a saída para a manutenção dos empregos seria a redução das proteções legais ao trabalhador e dos custos advindos das contratações, o *lobby* da flexibilização foi pouco a pouco ganhando espaço na agenda nacional. Segundo Souza (2002), neste sentido

[...] lançaram-se as cartadas neoliberais por toda parte: desindexação salarial, remuneração variável (PLR), recuo da fiscalização pública, denúncia da Convenção 158 da OIT, restrições à atuação sindical no setor público, limitações ao período de vigência de acordos coletivos, criação das cooperativas profissionais, contrato coletivo de safra, contrato por prazo determinado, jornada em tempo parcial, compensação das horas extras, suspensão provisória da demissão [...] (SOUZA, 2002, p. 24).

Entre as principais formas de flexibilização que se procurou implementar, podem ser citados: (1) a imposição dos trabalhos aos domingos e feriados para os comerciários, (2) o afrouxamento da fiscalização trabalhista, substituindo-se a atuação às empresas descumpridoras da legislação por simples advertências, (3) a instituição da possibilidade do contrato de trabalho por prazo determinado com reduções dos encargos trabalhistas e (4) a flexibilização da jornada de trabalho com a implantação dos bancos de horas (SOUZA, 2002, p. 38-39).

Além de não ser poupado no que diz respeito à sua legislação, o mercado de trabalho brasileiro, segundo Chahad (2006), tinha prevista para o período de 1990 a 2010 uma forte pressão demográfica que exerceu relevante influência na determinação da oferta de trabalho. Fazendo-se uma leitura dos indicadores

demográficos, observamos que, nos anos 1990, a População em Idade Ativa (PIA) brasileira cresceu 17,6%, entre 1992 e 1999, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu no mesmo período 16,4%, uma variação 1,2 pontos percentuais menor que a PIA (Tabela 4).

O crescimento anual da PIA e da PEA entre 1992 e 1999, 2,3% a.a. e 2,2% a.a. respectivamente, foram maiores que o crescimento real médio anual do PIB de 1,6% nos anos 1990 (Gráfico 3, p. 135). Tal situação, por si, possivelmente constituiu uma maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por parte da população em geral, que será verificada no aprofundamento da análise dos indicadores do mercado de trabalho que será realizado ainda neste capítulo para o período em questão, onde, além dos efeitos advindos das variações demográficas, poder-se-á observar no contexto geral do referido mercado os impactos desse processo de transição na economia brasileira.

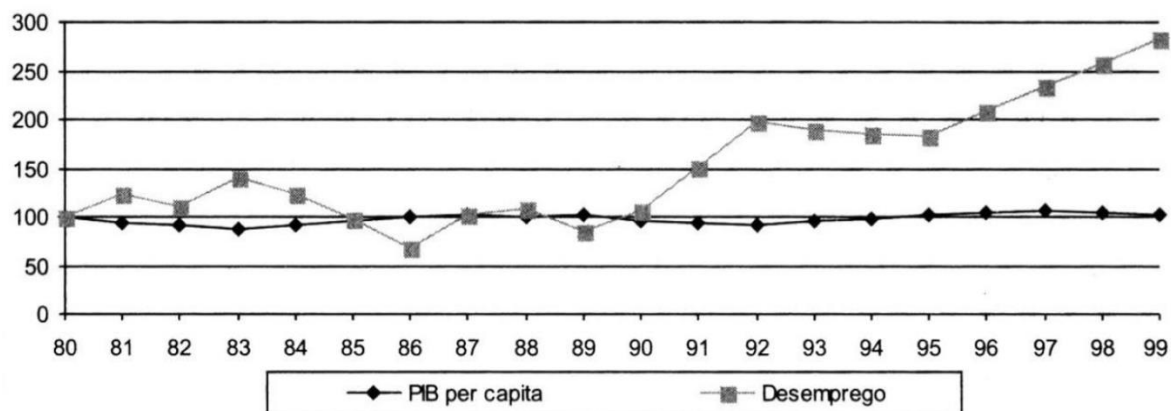
Tabela 4 - Variações da PIA e da PEA – Brasil - 1992 a 1999

DISCRIMINAÇÃO	Brasil
Varição % da PEA entre 1992 e 1999	16,4%
Varição média % da PEA entre 1992 e 1999	2,2%
Varição % da PIA entre 1992 e 1999	17,6%
Varição média % da PIA entre 1992 e 1999	2,3%
PEA - PIA (em p.p.)	-1,1%
Δ PEA/ Δ PIA (em %)	-6,4%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) – IBGE.

As décadas de 1980 e 1990 foram as de mais baixa dinâmica na economia brasileira no século XX. A variação do PIB em uma média de 2,6% a.a. nos anos 80 e de 1,6% a.a. nos 90 se deu em um ritmo muito similar à variação da população brasileira, o que fez com que o PIB *per capita* praticamente não variasse nesses vinte anos (Gráfico 10). Por outro lado, a PEA cresceu a taxas anuais médias maiores que o PIB nos anos 1990. Neste sentido, observa-se que a curva do desemprego tem clara mudança de comportamento justamente a partir dos anos 1990, período que coincide com a adoção das políticas neoliberais no Brasil.

Gráfico 10 - Variação do PIB *per capita* e do desemprego - Brasil - 1980 a 1999 (1980 = 100)



Fontes: BACEN e FIBGE, extraído de POCHMANN (2002).

Esse crescimento do desemprego pode também ser observado por outro ponto de vista. Observando-se o mercado de trabalho brasileiro pelo prisma da taxa de ocupação, em diversos níveis de recortes geográficos, embora tenha se verificado, segundo os dados do IBGE/PNAD, um incremento absoluto na população ocupada, em termos relativos, observou-se nesse período, invariável tendência à redução. No Brasil, verificou-se uma queda de 3,1p.p., com a taxa de ocupação caindo de 93,5 em 1992 para 90,4 em 1999 (Tabela 5). A situação do mercado de trabalho nacional chegou a tal ponto que, em 1999, quase uma a cada dez pessoas da PEA se encontrava desocupada.

Tabela 5 - População ocupada e taxa de ocupação — Brasil — 1992, 1993, 1995-1999

Ano	Brasil	Taxa	Nordeste	Taxa	Bahia	Taxa	RMS	Taxa
1992	65.152.614	93,5	18.463.604	93,8	5.118.035	92,5	980.164	88,2
1993	66.304.454	93,8	18.769.437	93,8	5.339.059	93,1	999.412	84,9
1995	69.438.576	93,9	19.686.104	94,7	5.537.649	93,3	1.147.824	90,4
1996	67.920.787	93,0	18.894.804	94,0	5.148.996	92,3	1.060.875	85,2
1997	69.331.507	92,2	19.761.924	93,3	5.567.750	92,3	1.095.577	83,8
1998	69.963.113	91,0	20.013.258	92,9	5.651.688	91,9	1.128.663	82,8
1999	73.345.531	90,4	21.012.177	92,0	5.809.219	90,7	1.236.759	80,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nota: Em 1994, a PNAD não foi realizada em decorrência do atraso na apuração da pesquisa para os anos de 1992 e 1993. Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010.

Em regiões como a metrópole baiana (RMS), de já históricas menores taxas de ocupação entre as metrópoles do país, o referido indicador caiu de 88,2 em 1992 para 80,8 em 1999. Em conjunturas como esta, a aflição da falta de trabalho certamente não afeta apenas à pessoa desocupada, mas também àquelas que se encontram trabalhando, que percebem que precisam defender com “unhas e dentes” suas oportunidades de trabalho, já que, facilmente, podem ser substituídas por um membro do elevado contingente desocupado. Para isso, acabam, em muitas situações, submetendo-se a menores salários e precárias condições laborais. Neste sentido, não é de surpreender que haja um crescimento da informalidade do trabalho, como demonstram os dados abaixo. Entre 1992 e 1999, o trabalho informal no Brasil, que já abarcava no início do referido período mais da metade da população ocupada, ainda cresceu 5,1%, saltando de 53,5% da ocupação nacional para 56,2% (Tabela 6).

Tabela 6 - Grau de informalidade no Brasil
- (em %) - 1992, 1993, 1995-1999

Ano	Brasil	Varição
1992	53,5	-
1993	54,4	1,6%
1995	54,6	0,5%
1996	54,9	0,4%
1997	54,8	-0,1%
1998	55,5	1,3%
1999	56,2	1,3%

Fonte: IPEADATA e PNAD/IBGE.

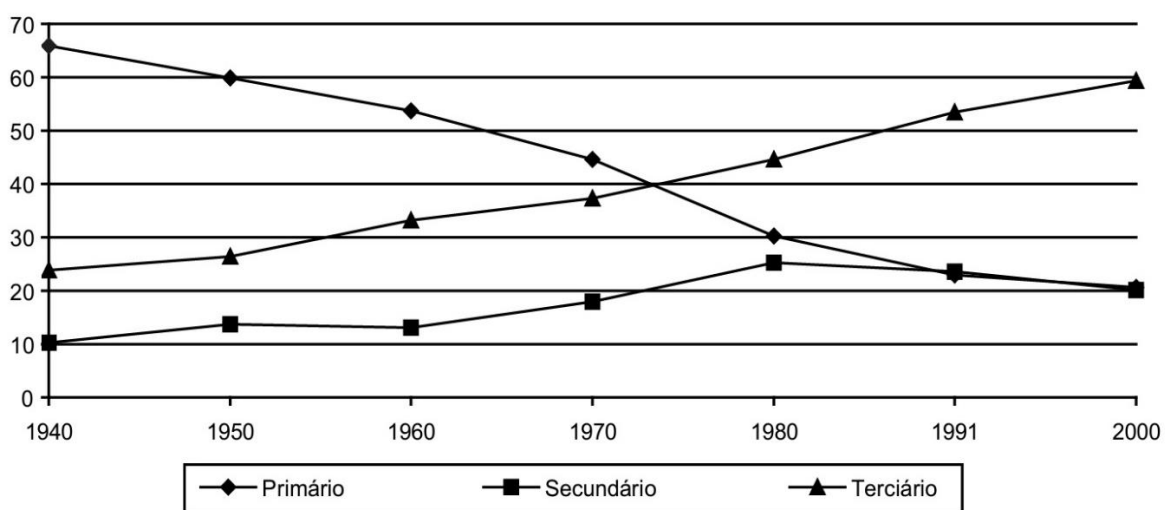
Nota: Uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no Ipeadata com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).

No que diz respeito à distribuição da ocupação pelos setores de atividade econômica, Pochmann (2008, p. 66) destaca que se assistiu, a partir de então, a um retrocesso do que vinha sendo desenvolvido desde os anos 1930. Dos anos 1980 a 2000, observou-se (1) a uma desaceleração da queda da participação do trabalho agrícola que tendia a uma queda mais intensa; (2) uma queda na parcela relativa ao trabalho industrial que antes crescia desde a Revolução de 1930; e (3) uma manutenção do crescimento do trabalho terciário, precário, de mais baixas remunerações (Gráfico 11). A ocupação na indústria que se esperava fosse superior à da agricultura em 1990, apenas se igualou a esta e com ela juntamente caiu para o

patamar de 20% da PEA ocupada. Por outro lado, o trabalho nos serviços cresceu em cerca de 33%, saindo do patamar de aproximados 45% de sua parcela em 1980 para quase 60% em 2000.

Tal fato demonstra que o mundo do trabalho brasileiro, desde os anos 1980, após o período de sua expansão no milagre econômico nacional, apresentou os primeiros sinais de desestruturação (POCHMANN, 2008, p. 47) e foi intensamente transformado nos anos 1990. Mais que o vertiginoso crescimento do desemprego que cresceu 435,7%, saltando de 2,8% para 15%, verificou-se aumento de 53,7% na participação dos trabalhadores sem carteira assinada entre os assalariados (Tabela 7).

Gráfico 11 - Evolução decenal da distribuição da ocupação no Brasil - 1940-2000



Fonte: FIBGE, censos demográficos. Elaboração: Pochmann (2008).

Tabela 7 - Evolução geral do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 2000

Itens	1980	2000	Varição absoluta anual**	Varição relativa anual
População total	119.002,3	169.799,2	2.539,8	1,8%
PEA	43.235,7 (100,0%)	76.158,5 (100,0%)	1.646,1	2,9%
PEA ocupada	97,2%	85,0%	1.135,4	2,2%
Empregador	3,1%	2,4%	24,4	1,6%
Conta própria	22,1%	19,1%	249,6	2,1%
Sem remuneração	9,2%	6,3%	41,0	0,9%
Assalariado	62,8%	57,2%	820,5	2,4%
- Com registro	49,2%	36,3%	318,7	1,3%
- Sem registro	13,6%	20,9%	501,8	5,1%
Desempregado	2,8%	15,0%	510,7	11,9%
Taxa de precarização*	34,1%	40,4%	801,3	3,7%

Fonte: FIBGE, censos demográficos. Elaboração: Pochmann (2008).

Nota: * Soma de conta própria, sem remuneração e desempregado

** Em mil.

Em termos sociais mais amplos, nesse decênio, desencadeou-se por definitivo uma desestruturação daquilo que, com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de Cidadã, aparentava dar seus primeiros passos no sentido consolidar uma sociedade menos desigual. O Estado se recolheu e, num sentido diametralmente oposto ao que socialmente se fazia necessário, abandonou-se categoricamente a trajetória de priorização de políticas nacionais e de planejamento de médio e longo prazo que marcou os anos 1950/60/70, adotando-se políticas pontuais com vistas à solução da hiperinflação, do endividamento e dos desajustes das contas públicas. Simultaneamente, abriu-se as portas aos capitais estrangeiros que, em poucos anos, se apoderou de grande parte das estruturas produtivas e financeiras nacionais (FILGUEIRAS, 2000, p. 161-166) e protegeu-se os investimentos financeiros em detrimento aos produtivos. Enquanto ajustou-se as contas do governo para que este cumprisse os seus compromissos com o capital por meio dos pagamentos de juros da dívida pública (FILGUEIRAS, 2000, p. 179-180), o mundo brasileiro do trabalho se desajustava com crescentes taxa de desemprego e redução do assalariamento da mão de obra que se informalizava (POCHMANN, 2008, p. 55 e 56). Por isso, “de cada 100 pessoas que ingressaram no mercado de trabalho entre 1980 e 2000, 31 ficaram desempregadas.” (POCHMANN, 2008, p. 66). Por tendência a ser verificada no próximo capítulo desta dissertação, daqueles 69

trabalhadores e trabalhadoras que se ocuparam, boa parte, certamente, submeteu-se a precárias condições de trabalho, com jornadas mais amplas, rendimentos mais modestos e com o mínimo de registro legal. Gestou-se, portanto, nesse período, ao que se pode chamar de novo e precário mundo brasileiro do trabalho.

Sem dúvida que, como afirma Alves (2007),

As categorias de precariedade e de precarização do trabalho são intrinsecamente histórico-concretas, além de serem, multidimensionais (precariedade e precarização não são apenas do trabalho, mas dos modos de vida e da reprodução social). (ALVES, 2007, p. 272).

A precariedade é “condição ontológica da força de trabalho como mercadoria” (ALVES, 2007, p. 272), uma característica básica do modo de vida e produção capitalista, em que o acesso aos meios de produção e a apropriação da riqueza socialmente produzida se deu de forma crescentemente desigual. Assim que, as condições históricas a partir das quais se constituiu e, posteriormente, se desenvolveu o mundo do trabalho no Brasil guardam peculiaridades que o tornam único. O trabalho escravista colonial de uma economia capitalista subalterna deu origem a um mercado de trabalho cujo exército de reserva foi composto majoritariamente pelos ex-escravos que, para sobreviverem submeteram-se (e ainda se submetem), objetiva e concretamente, às piores condições laborais, desprovidas de mínimos direitos, e, subjetivamente, a uma (in)consciência de classe também subalterna.

Entretanto, o que se assiste nesse início de milênio no país é a uma consolidação do processo de precarização intensificado nos anos 1990 irradiando-se para estratos do trabalho nacional que passam a ter desestruturada a sua condição salarial configuradora de uma maior segurança social. Embora as estatísticas socioeconômicas do trabalho apresentem de forma mais clara tal processo no seio do setor informal do trabalho, alguns fatos, a exemplo da flexibilização dos salários, das jornadas e dos vínculos contratuais, demonstram a disseminação de condições precárias de trabalho para o conjunto de trabalhadores brasileiros que haviam conquistado o assalariamento socialmente protegido (ALVES, 2007, p. 258).

Buscando captar este processo de desenvolvimento, ou seja, de transformação da sociedade nacional, no capítulo seguinte, serão analisados os indicadores relacionados ao mundo do trabalho brasileiro.

6 CAPÍTULO V - DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DOS INDICADORES DO MUNDO DO TRABALHO NACIONAL NO SÉCULO XXI

Após os quatro capítulos anteriores, nos quais se realizou um sobrevoo histórico de observação da realidade do trabalho como fator fundamental no processo de desenvolvimento capitalista global e, mais especificamente, brasileiro, o presente capítulo será o condutor para a consecução dos dois últimos objetivos específicos da pesquisa proposta: (1) analisar o comportamento de indicadores relacionados ao mundo do trabalho, verificando se suas leituras permitem uma visão completa das variáveis identificadas como relevantes para o acompanhamento do desenvolvimento social sob a ótica do trabalho; e (2) distinguir possíveis novos vetores de análise para a avaliação do desenvolvimento sob a perspectiva dos indivíduos trabalhadores.

Para que estes sejam cumprido, far-se-á uma análise dos indicadores mais comumente utilizados, bem como de outros menos tradicionais, que passaram a ser apurados, para esta realidade social, a partir desse início do século XXI, mais específica para o período de 2001 a 2015. A apuração destes foi realizada a partir de coleta e organização de dados estatísticos que dizem respeito ao mercado de trabalho, à dinâmica populacional e à economia nacional junto a bases de dados de órgãos governamentais como o IBGE (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio e Censos Demográficos (PNAD)) e o IPEA (IPEADATA).

Destarte, esta parcela do estudo será dividida em duas partes. Na primeira, dar-se-á conta dos indicadores relacionados aos subconjuntos populacionais em relação ao mercado de trabalho, à ocupação, ao desemprego, à renda e à jornada de trabalho, observando-lhes as variações nos recortes sociais de sexo, raça, faixas etárias e faixas de anos de estudo. Na segunda, serão trabalhados nove indicadores ainda pouco comuns nos estudos acerca do trabalho e que vêm sendo utilizados por Medeiros Junior (2014, 2017a e 2017b) com vistas a analisar o desenvolvimento na sua dimensão social. Três deles foram elaborados a partir do trabalho de Casagrande, Fernandes e Bonotto (2004), quais sejam: taxa de desperdício de recursos humanos, taxa de mobilização de recursos humanos e o coeficiente de empregabilidade. O quarto é o coeficiente de dependência (MEDEIROS JUNIOR, 2014, p. 219) e os cinco demais compõem o cálculo do subíndice Renda e Trabalho do IVS - Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA, 2015, p. 16-17).

6.1 INDICADORES COMUMENTE UTILIZADOS

Para realizar a análise dos indicadores mais tradicionais do mundo do trabalho no Brasil para período de 2001 a 2015, foi adotada como principal fonte de dados a base da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Realizada anualmente pelo IBGE até o ano de 2015, a PNAD foi substituída, a partir de 2016, pela PNAD Contínua. Compreensível, portanto, que o procedimento realizado no presente estudo seja questionado, desde quando a versão contínua da pesquisa coleta dados numa abrangência territorial muito maior – 3.500 municípios brasileiros contra 1.100 na antiga pesquisa – e periodicidade muito menor – até mensal para muitos indicadores do mercado de trabalho (IBGE, 2015, p. 2).

Entretanto, o fato da PNAD Contínua apenas ter sido iniciada em 2012, não possuindo dados referentes aos onze primeiros anos do século XXI, inviabilizaria a adoção do recorte temporal proposto. Optou-se, em verdade, pela base oficial de maior amplitude temporal no século XXI, assumindo-se as consequências das diferenças metodológicas entre as duas pesquisas e acreditando-se com isso não haver comprometimento em relação aos resultados objetivados nesse estudo. Por fim, há de se recordar que a PNAD não era realizada nos anos censitários, não constando, nas análises a seguir, dados referentes ao ano de 2010.

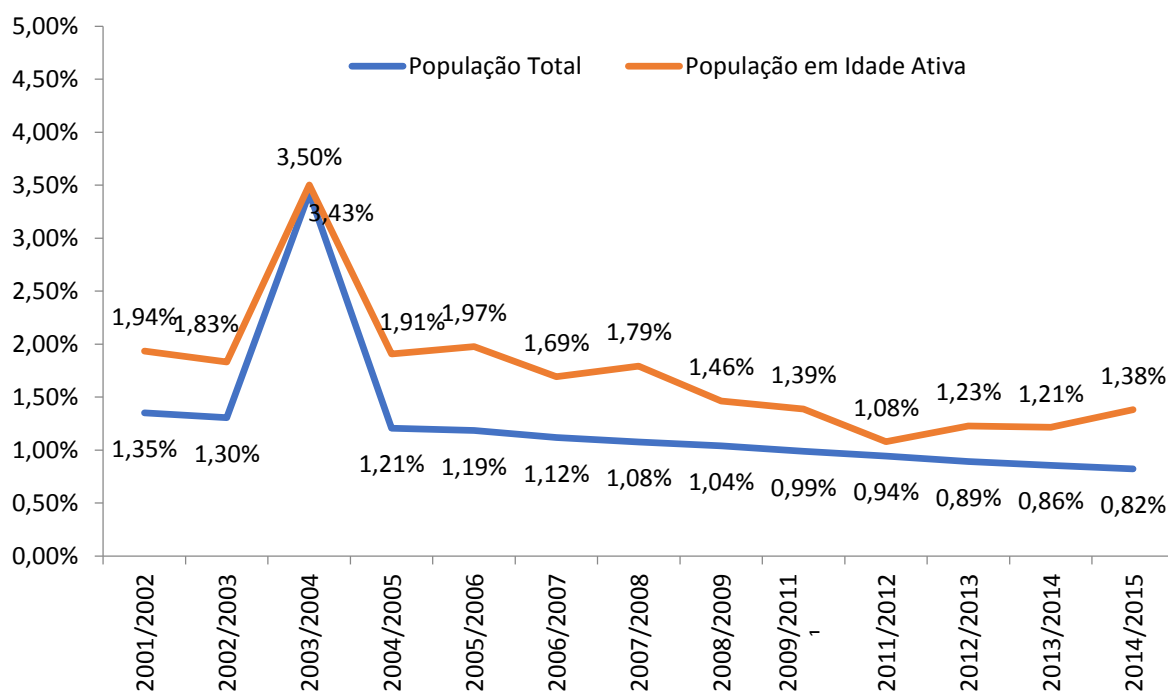
Como apresentado no capítulo II da presente dissertação, a População em Idade Ativa (PIA) é o maior subconjunto populacional relacionado ao mercado de trabalho. Dele derivam todos os demais subconjuntos de que aqui trataremos.

No caso da PNAD, o corte etário para o Brasil era o de 10 anos de idade. Este critério, em verdade, buscava refletir uma realidade histórica e social de uma sociedade desigual, cujo desenvolvimento socioeconômico sob a ótica do trabalho se baseou originariamente na escravidão africana como elemento constituinte do Sistema Colonial e, que se consolidou no século XX, como uma massa de populacional de baixíssima renda, dentro da qual as famílias são forçadas a ofertar o máximo possível de força de trabalho para sobreviver.

Sua evolução quantitativa tende a seguir as variações de mesma natureza que se processam no conjunto global da população, ou seja, decorrem das taxas de natalidade e mortalidade e do saldo migratório. Assim, entre os anos de 2001 a 2015, quando analisadas as variações percentuais da PIA e da população total brasileiras, observa-se que a primeira segue as tendências da segunda (Gráfico 12). Ao longo do

período em questão, as taxas de crescimento da PIA são maiores que as da população total. Tal fato pode ser explicado em função da tendência de queda da taxa de natalidade, fenômeno que afeta a variação o conjunto geral dos habitantes, e se reflete na PIA, no caso da PNAD, apenas uma década depois. Para o período total dos 15 anos, enquanto a população total cresceu 18,6%, a PIA cresceu 26,5%.

Gráfico 12 - Variação percentual anual da população e da PIA no Brasil – 2001-2009 e 2011-2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001-2009 e 2011-2015.

Nota: (1): variação média de 2009 a 2011.

Quando analisada a evolução da distribuição relativa da PIA por sexo, verifica-se uma levíssima variação: a participação feminina, que já era 3,5 p.p. maior que a masculina, cresceu mais 0,13 p.p. (Tabela 8). Numa leitura da PIA na perspectiva da raça, verifica-se uma queda de 8,75 p.p. na parcela dos indivíduos branco e um correspondente crescimento de 8,53 p.p. na dos negros, distribuídos em 5,07 p.p. para os pardos e 3,46 p.p. para os pretos (Tabela 8). Este crescimento da PIA negra, de 12,8% e 58,6% entre pardos e pretos respectivamente, tem como uma de suas principais razões o aumento do número daqueles que se autorreconhecem como tal, que embora até possam ter a pele mais clara, por serem filhos de uma pessoa preta ou parda com outra branca, autodesignam-se pardas. E os pesquisadores do IBGE são orientados a respeitar a raça autodeclarada pela pessoa.

Tabela 8 - Evolução da distribuição relativa da PIA por sexo e por raça – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

Raça ou Cor / Sexo	Ano			
	2001	2005	2009	2015
Sexo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Masculino	48,25%	48,33%	48,24%	48,12%
Feminino	51,75%	51,67%	51,76%	51,88%
Raça ou Cor	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Amarela	0,51%	0,51%	0,50%	0,50%
Branca	53,93%	50,29%	48,59%	45,18%
Indígena	0,13%	0,20%	0,23%	0,37%
Parda	39,51%	42,36%	43,40%	44,57%
Preta	5,91%	6,64%	7,25%	9,37%
Sem declaração	0,01%	0,00%	0,03%	0,00%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

Dentro da PIA, a População Economicamente Ativa (PEA), apresentou um crescimento de 24,3% entre 2001 e 2015 (Tabela 9). Por ser tal aumento menor que o verificado no subconjunto que a abriga, a taxa de participação, que corresponde à oferta de força de trabalho, para o referido período, caiu 1,1 p.p., saindo de 60,5% para 59,4%. Entretanto, avaliando-se o espaço de tempo em fragmentos de 5 (ou 6 anos, entre 2009 e 2015), observa-se significativo crescimento entre 2001 e 2005 (2,4% p.p.), leve redução de 2005 a 2009 (0,8 p.p.) e, a partir de 2009 uma queda mais acelerada, que até 2015 é de 2,7 p.p., contrariada em 2014 quando o indicador cresceu 1,3 p.p. (Tabela 9).

O período de maior crescimento da taxa de participação, entre 2001 e 2005, corresponde ao mesmo em que a taxa de desocupação se manteve em patamares mais elevados, taxa mínima de 8,9% em 2004 e máxima de 9,7% no ano anterior. Apenas à medida que a desocupação apresentou quedas sucessivas a partir de 2006, é que se verificou quedas na taxa de participação (Tabela 9).

Tabela 9 - Evolução da distribuição da PIA em relação ao mercado de trabalho – Brasil

Ano	Populações						TX. Part.	Tx. Desocup.
	Total	PIA	PNEA	PEA	Ocupados	Desocupados		
2001	172.742.385	140.404.412	55.518.148	84.886.264	76.936.438	7.949.826	60,5%	9,4%
2002	175.076.603	143.121.597	55.371.774	87.749.823	79.708.522	8.041.301	61,3%	9,2%
2003	177.360.349	145.742.796	56.258.084	89.484.712	80.775.414	8.709.298	61,4%	9,7%
2004	183.439.253	150.845.950	57.282.163	93.563.787	85.245.933	8.317.854	62,0%	8,9%
2005	185.651.425	153.722.254	57.040.208	96.682.046	87.695.271	8.986.775	62,9%	9,3%
2006	187.851.823	156.758.044	58.898.251	97.859.793	89.636.973	8.222.820	62,4%	8,4%
2007	189.953.924	159.411.395	60.512.220	98.899.175	90.854.655	8.044.520	62,0%	8,1%
2008	191.999.849	162.266.233	61.679.940	100.586.293	93.420.362	7.165.931	62,0%	7,1%
2009	193.995.123	164.640.165	62.359.292	102.280.873	93.783.537	8.497.336	62,1%	8,3%
2011	197.825.297	169.211.451	67.625.798	101.585.653	94.763.220	6.822.433	60,0%	6,7%
2012	199.688.907	171.035.897	68.572.836	102.463.061	96.100.290	6.362.771	59,9%	6,2%
2013	201.467.084	173.132.594	69.731.130	103.401.464	96.659.379	6.742.085	59,7%	6,5%
2014	203.190.852	175.234.405	68.409.995	106.824.410	99.447.612	7.376.798	61,0%	6,9%
2015	204.860.101	177.656.822	72.137.391	105.519.431	95.380.483	10.138.948	59,4%	9,6%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001-2009 e 2011-2015.

Analisando-se o comportamento da PEA e da correspondente taxa de participação sob a ótica dos recortes sociais de sexo, raça, faixas etárias e faixas de anos de estudo, pode-se verificar entre as variáveis de cada uma das perspectivas diferentes intensidades de movimento e até mesmo tendências opostas.

Para o período total analisado, enquanto a taxa de participação feminina cresceu 1,1 p.p., a masculina caiu em 3,3 p.p. (Tabela 10). Tal efeito se deu preponderantemente entre 2001 e 2005, quando a oferta de força de trabalho de mulheres saiu de 48,9% para 52,9% da PIA feminina (+4,0 p.p.) crescendo, relativamente, quase oito vezes mais que a de homens, que saltou de 72,8% para 73,6% (+0,8 p.p.). Nesta primeira fase, em que a taxa de desocupação se manteve em níveis elevados, em termos relativos, a mulheres aumentaram a pressão sobre o mercado de trabalho de forma mais intensa que os homens. A partir de então, para ambos os sexos, verificam-se quedas na taxa de participação, mas que, para as mulheres, não superam o movimento verificado entre 2001 e 2005 (Tabela 10). Em termos de distribuição da PEA entre os sexos, a parcela feminina cresceu de 41,9% para 43,7%, absorvendo ao longo do período total estudado 1,8 p.p. da parcela masculina, fazendo com que esta reduzisse de 58,1% para 56,3%.

Tabela 10 - Variação da PEA e evolução da taxa de participação por recortes sociais (sexo, raça, faixas etárias e faixas de anos de estudo) - Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

Variável / Categoria	2001		2005		2009		2015	
	Dist. PEA	Tx. Part.	Dist. PEA	Tx. Part.	Dist. PEA	Tx. Part.	Dist. PEA	Tx. Part.
Sexo	100,0%	60,5%	100,0%	62,9%	100,0%	62,1%	100,0%	59,4%
Masculino	58,1%	72,8%	56,6%	73,6%	56,1%	72,3%	56,3%	69,5%
Feminino	41,9%	48,9%	43,4%	52,9%	43,9%	52,7%	43,7%	50,0%
Raça ou Cor	100,0%	60,5%	100,0%	62,9%	100,0%	62,1%	100,0%	59,4%
Amarela	0,5%	58,2%	0,5%	64,7%	0,5%	57,2%	0,5%	59,4%
Branca	53,8%	60,4%	50,0%	62,6%	48,6%	62,1%	45,2%	59,4%
Indígena	0,1%	64,9%	0,2%	64,9%	0,3%	68,7%	0,4%	61,0%
Parda	39,4%	60,3%	42,3%	62,8%	43,0%	61,6%	44,0%	58,6%
Preta	6,1%	62,8%	6,9%	65,7%	7,6%	65,4%	9,9%	63,0%
Sem declaração	0,0%	63,7%	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%	-
Faixa Etária	100,0%	60,5%	100,0%	62,9%	100,0%	62,1%	100,0%	59,4%
De 10 a 19 anos	13,0%	31,7%	11,8%	32,3%	9,4%	27,6%	7,3%	23,2%
De 20 a 35 anos	42,3%	78,6%	42,1%	81,9%	41,4%	82,3%	38,5%	80,2%
De 36 a 50 anos	30,1%	78,8%	30,3%	81,4%	31,5%	82,2%	33,3%	81,1%
De 51 a 65 anos	12,0%	57,6%	13,2%	60,0%	14,9%	60,2%	17,9%	59,1%
65 ou mais anos	2,6%	22,7%	2,6%	22,0%	2,9%	21,0%	3,0%	17,1%
Anos de Estudo	100,0%	60,5%	100,0%	62,9%	100,0%	62,1%	100,0%	59,4%
Sem Instrução	11,1%	52,9%	9,1%	52,6%	7,5%	48,0%	5,7%	39,8%
De 1 a 3 anos	13,5%	49,4%	11,2%	50,0%	8,9%	43,7%	6,4%	37,3%
De 4 a 7 anos	29,5%	53,9%	26,8%	54,0%	23,1%	51,2%	19,1%	45,8%
De 8 a 10 anos	16,9%	65,2%	17,4%	66,8%	17,2%	64,9%	17,3%	59,7%
De 11 a 14 anos	21,9%	78,1%	27,6%	80,5%	33,0%	80,1%	37,7%	76,3%
15 ou mais anos	6,7%	85,3%	7,6%	85,6%	10,1%	85,1%	13,8%	82,0%
Não determinado	0,4%	70,3%	0,3%	73,1%	0,2%	70,4%	0,1%	62,2%
Não informado	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	0,0%	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

Ao se proceder análise da taxa de participação sob a perspectiva social da raça similar à de sexo, considerando os subgrupos populacionais amplamente majoritários, quais sejam, pardos, brancos e pretos, verifica-se movimento análogo. Considerando o período entre 2001 a 2015, enquanto as ofertas de força de trabalho de brancos e pardos reduziram em termos relativos 1,0 p.p. e 1,6 p.p. respectivamente, cresceu em 0,2 p.p. a taxa de participação dos indivíduos pretos (Tabela 10). Tal efeito positivo neste indicador para a população preta se deu, assim como sobre a força de trabalho feminina, na fase em que a desocupação se manteve aguda (2001 a 2005). Por outro lado, nos dois outros sub-recortes temporais (2005-2009 e 2009-2015), as quedas das ofertas de força de trabalho de brancos e pardos fizeram-se mais intensas que entre a população preta. A participação da oferta de força de trabalho indígena sobre sua PIA caiu -3,9 p.p. enquanto a de amarelos, em sentido contrário, de forma relativamente ainda mais intensa que a da população preta, cresceu 1,2%. Em relação

à distribuição da PEA entre as cinco raças identificadas, seguindo a lógica do crescimento da parcela negra (pardos + pretos) na população total e na PIA em razão do aumento por autodeclaração, na PEA, a fatia de pardos cresceu 11,7%, saltando de 39,4% para 44,0%, e a de pretos cresceu relativamente ainda mais: 61,9%, saindo de 6,1% do geral para 9,9%.

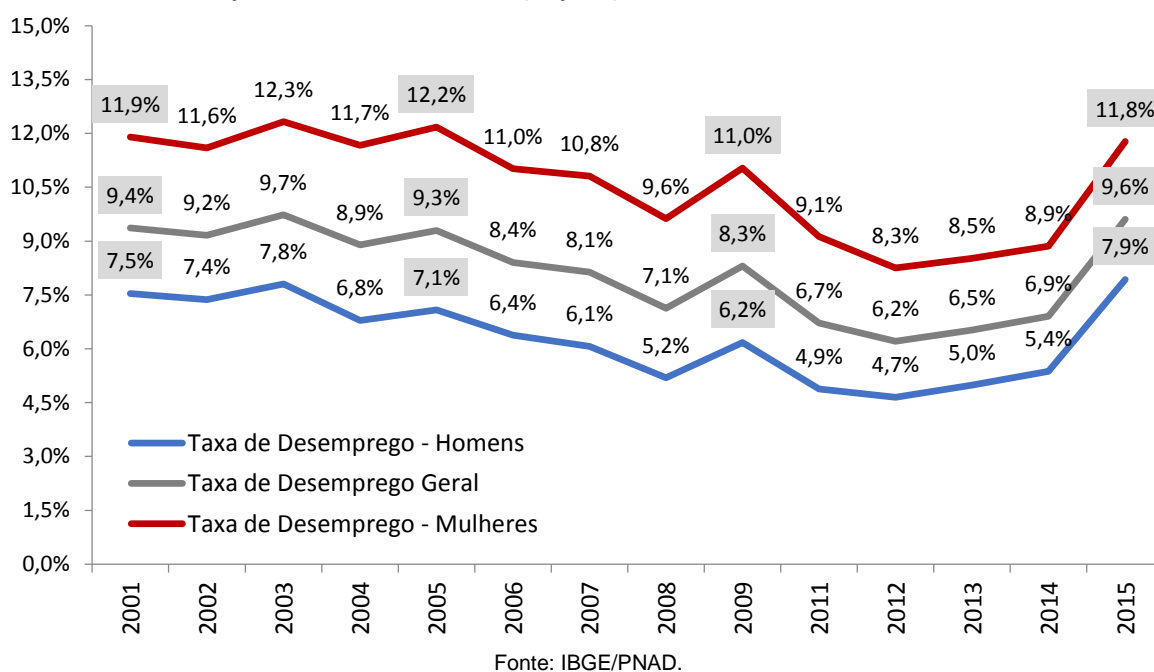
Em outra perspectiva de recorte social, na de faixa etária, observa-se também no mercado de trabalho o fenômeno do envelhecimento populacional. As três classes compostas por pessoas de idades mais avançadas, que em 2001 perfaziam uma parcela de 44,7%, em 2015 já abarcavam mais da metade da PEA, com um crescimento da sua participação relativa em 9,5 p.p., compondo uma fatia de 54,2% da oferta de força de trabalho (Tabela 10). A partir de outro ponto de vista, salta aos olhos o fato da taxa de participação entre as classes extremas, a de 10 a 19 anos e a de 65 ou mais anos apresentarem baixíssimas taxas de participação quando comparadas com as demais. Essas duas faixas, foram as únicas que apresentaram queda na taxa de participação para o período em análise. A faixa dos mais jovens é a que apresenta mais drástica redução, com sua, já em 2001, baixa taxa de participação caindo de 31,7% para 23,2% em 2015 e uma PEA de 13,0% para 7,3%. As classes que vão dos 20 aos 35 anos e dos 36 aos 50 anos apresentaram taxas muito maiores que a média geral em cada ano, enquanto a dos indivíduos que tinham de 51 a 65 anos de idade foram gradativamente se aproximando da taxa de participação geral.

Por fim, no recorte de faixas de anos de estudo, evidencia-se uma intensa busca por qualificação por parte da força de trabalho. Em 2001, as três classes com menor tempo de estudo, ou seja, a população de indivíduos que estudaram no máximo por sete anos perfazia mais da metade da PEA, enquanto as duas últimas, a dos indivíduos com onze anos ou mais de estudo compunham 28,6% da PEA. Em 2015, as posições haviam se invertido. O primeiro grupo correspondeu a 31,2% da PEA e o com maior carga de estudo crescera para mais da metade da força de trabalho com 51,5% desta (Tabela 10). Internamente também, no âmbito dos indivíduos com menor tempo de estudo, eles, paulatinamente, entre 2001 e 2015, passaram a ingressar em quantidade relativamente menor no mercado de trabalho. Tal fato pode ser observado na queda de 24,9% na taxa de participação no mercado de trabalho da PIA sem instrução, que reduziu de 52,9% para 39,8%, e na baixa de 24,5% do ingresso da PIA com tempo de estudo de 1 a 3 anos na PEA, que decresceu de 49,4% para 37,3%.

Em relação à força de trabalho brasileira, portanto, pode-se afirmar que, entre 2001 e 2015, esta se tornou mais feminina, mais autodeclarada como negra, com idade mais avançada e com mais anos de estudo.

Observando o comportamento da desocupação, no período de quinze anos em análise, este que é, dentre os indicadores sociais, considerado um dos mais relevantes sobre o trabalho na sociedade capitalista, apresentou comportamento peculiar: nos primeiros cinco anos se apresentou de forma estável, num patamar elevado. Nos seis anos seguintes, mostrou um viés de baixa que foi pontualmente contrariado em 2009, mas logo retomou a tendência de queda que perdurou até 2012. Daquele ano em diante, foi paulatinamente crescendo, saltando de volta em 2015 para patamar similar ao do início do recorte temporal estudado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Evolução da taxa de desocupação por sexo – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

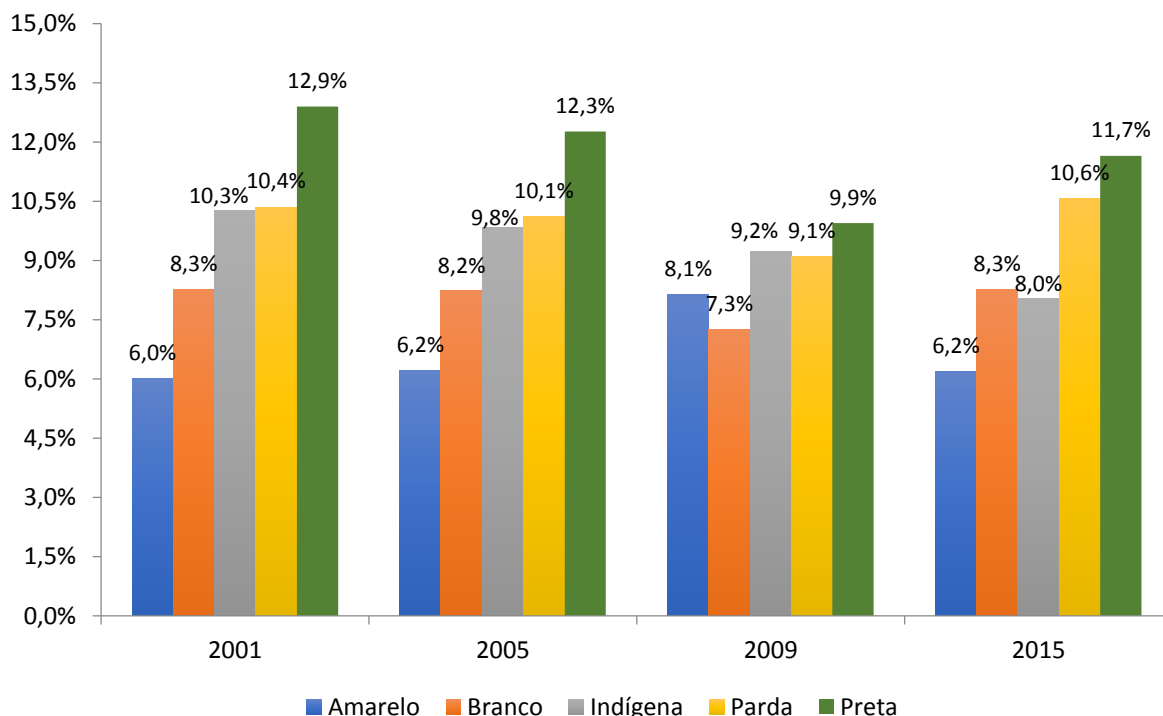


Entretanto, analisando o fenômeno da desocupação no Brasil sob a ótica do sexo, ratifica-se uma histórica tendência deste indicador se apresentar mais intenso sobre a força de trabalho feminina (Gráfico 13). Entre as mulheres da PEA, a desocupação entre 2001 e 2015 permaneceu, em média, 4,3 p.p. maior que a taxa verificada entre os homens.

A leitura da taxa de desocupação na perspectiva da raça também demonstra que a população negra, principalmente a preta, vivencia o indesejado fenômeno de forma

mais penosa. Este indicador para os pretos, entre 2001 e 2015 foi, em média relativa, 46,5% maior que a taxa verificada para a PEA branca (Gráfico 14). Durante todo o período analisado, o indicador de desocupação da PEA parda e preta permaneceu acima da taxa geral. Por outro lado, a desocupação da força de trabalho branca foi continuamente menor que o indicador geral; em média, 12,6% mais baixa que este.

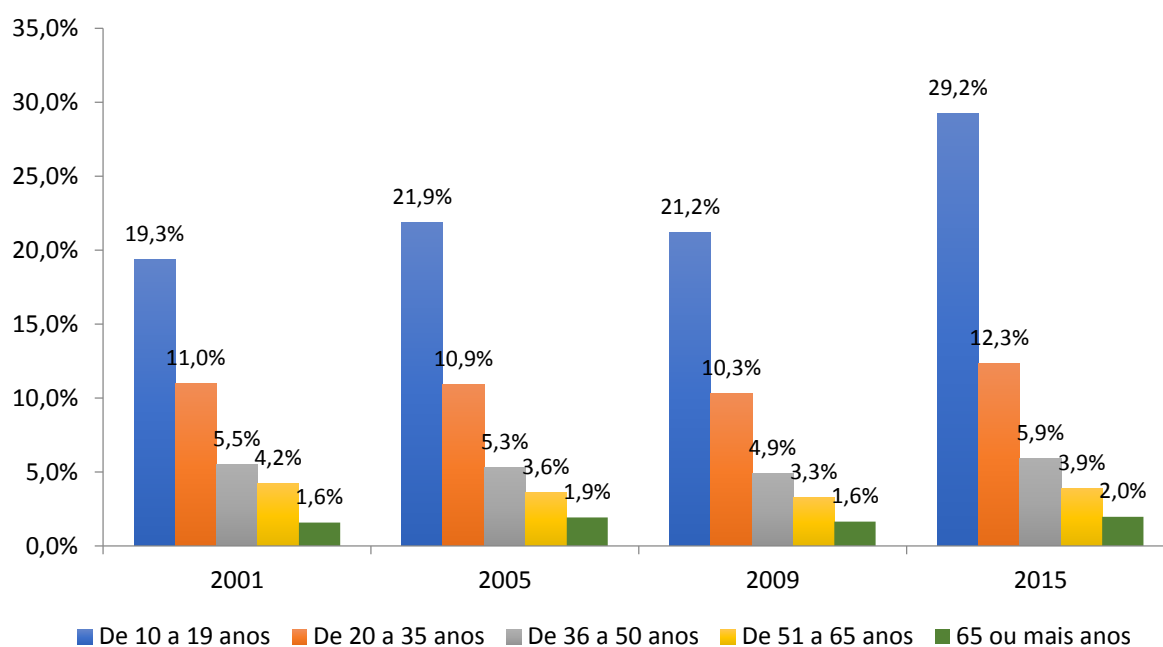
Gráfico 14 - Evolução da taxa de desocupação por raça – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD.

Analisando o mesmo fenômeno a partir do ponto de vista da idade dos indivíduos que trabalham, verifica-se que, também sob esta outra perspectiva, a desocupação não atinge com a mesma intensidade as distintas faixas etárias. Ela inquieta mais aqueles que se encontram nas duas primeiras classes (Gráfico 15). Entre os trabalhadores de 10 a 19 anos de idade, a taxa de desocupação se mostrou, no mínimo, duas vezes mais intensa que a calculada para o total da PEA. Em 2015, chegou a ser 204,2% maior que esta. Mas não apenas entre os mais jovens, da menor fatia da PEA e com menor taxa de participação, ela se fez maior que a média geral. Também entre aqueles da classe imediatamente mais velha, a dos indivíduos entre 20 e 35 anos de idade, faixa etária que compôs a maior parcela da PEA no período analisado e com elevadíssima taxa de participação, a desocupação foi maior que a taxa geral, em média, 21,9%.

Gráfico 15 - Evolução da taxa de desocupação por faixas etárias – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

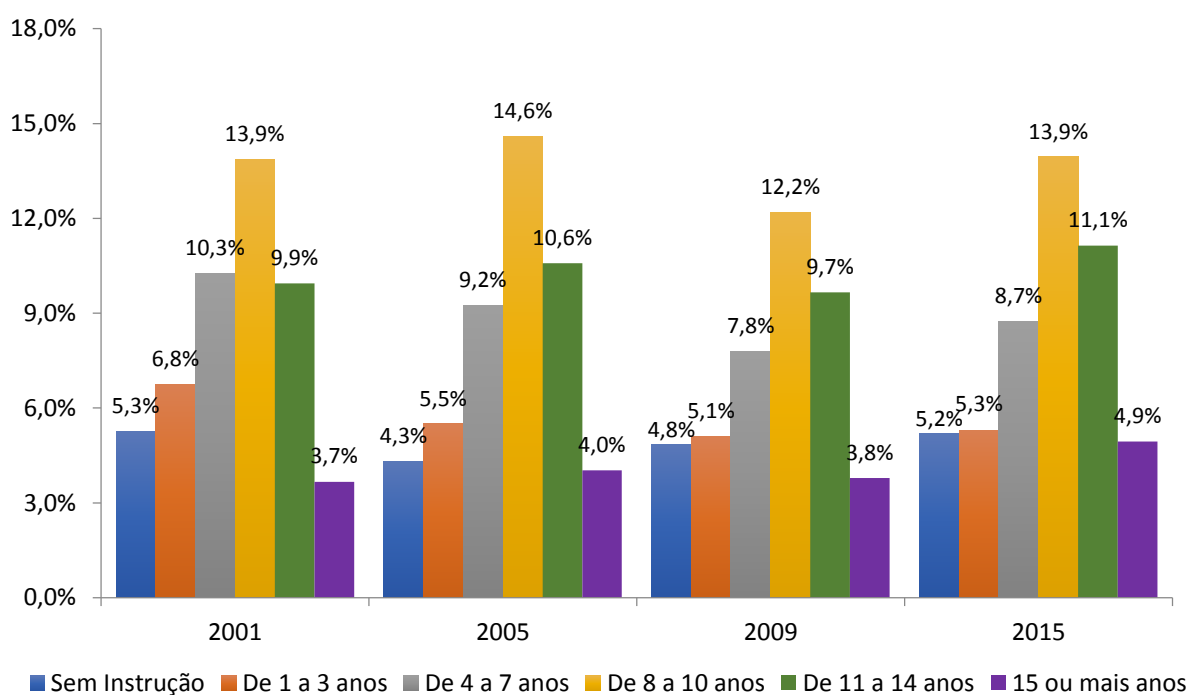


Fonte: IBGE/PNAD.

Sob o aspecto do tempo de estudo, o senso comum afirma que quanto mais um indivíduo se dedica aos estudos, maiores e melhores são suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Tal afirmativa, testada com base nos dados da taxa de desocupação brasileira no período de 2001 a 2015, se mostra apenas parcialmente verdadeira, já que, dentre as três faixas com maior tempo de estudo, apenas no conjunto da força de trabalho de indivíduos com quinze anos ou mais de formação a taxa de desemprego se fez menor que a taxa geral de desocupação (Gráfico 16). Considerando que, atualmente, o sistema de educação formal define o tempo mínimo do ensino fundamental em nove anos e o do ensino médio, mais três, para entrar neste estrato da PEA, em que a desocupação se faz menor, um indivíduo precisa fazer um curso de nível superior. Entre aqueles que venceram de 8 a 10 anos de estudo, tendo no máximo finalizado o ensino fundamental, a taxa se apresentou nos seus mais elevados patamares, em média 49,7% maior que as taxas gerais de desocupação registradas. Em magnitude menor, mas, ainda assim, acima da média geral, a desocupação afligiu as pessoas do estrato de pessoas com tempo de estudo entre 11 e 14 anos, com taxas de 0,6 a 1,5 p.p. maiores. Além desses fatos, é importante que sejam consideradas as possíveis posições em que se inserem os

trabalhadores no universo da ocupação. Isto porque um maior número de anos de estudo tempo não representa garantia de inserção em uma posição desejada. Cada uma dessas cinco posições, quando consideradas sob a perspectiva dos recortes de sexo, de raça, de faixa etária e de faixas de anos de estudo, podem melhor revelar tal realidade.

Gráfico 16 - Evolução da taxa de desocupação por faixas de anos de estudo – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD.

Antes, porém, de se aprofundar na análise da distribuição da ocupação por posição na ocupação, será importante reconhecer para cada uma das cinco categorias que aqui serão tratadas sua respectiva definição, possibilitando além de uma melhor compreensão, maiores possibilidades de avaliação dos dados. São definidos, segundo a PNAD, oito categorias para classificar uma posição na ocupação (Quadro 1).

Quadro 1 - Definições das categorias de posição na ocupação segundo a PNAD/IBGE

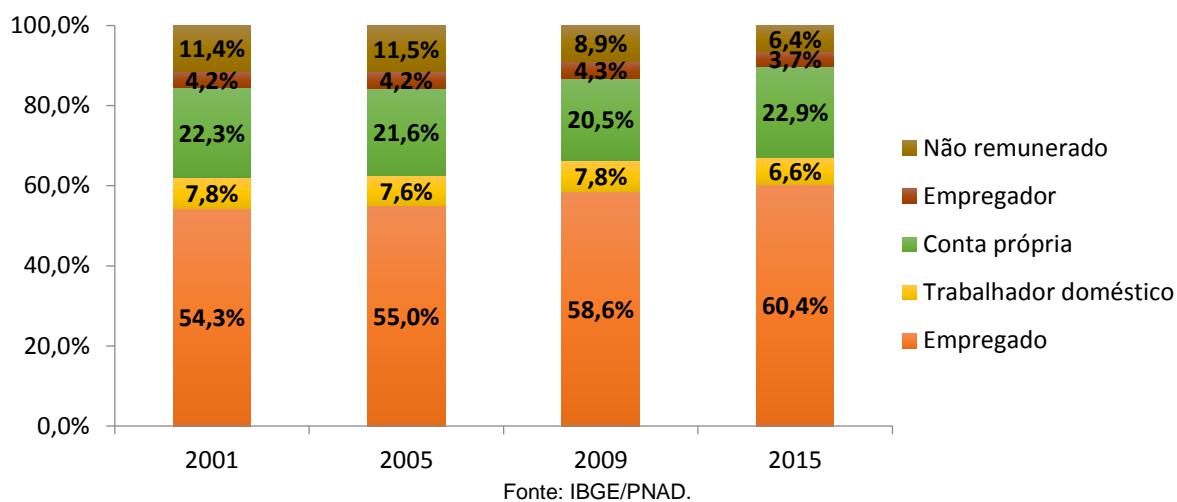
CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Empregado	Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos
Trabalhador doméstico	Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares
Conta própria	Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado
Empregador	Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador
Outro trabalhador não remunerado	Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo
Trabalhador na produção para o próprio consumo	Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar
Trabalhador na construção para o próprio uso	Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar

Fonte: IBGE (2015, p. 50-51).

Nota: "para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar e outro trabalhador não remunerado foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de não remunerado" (IBGE, 2015, p. 51).

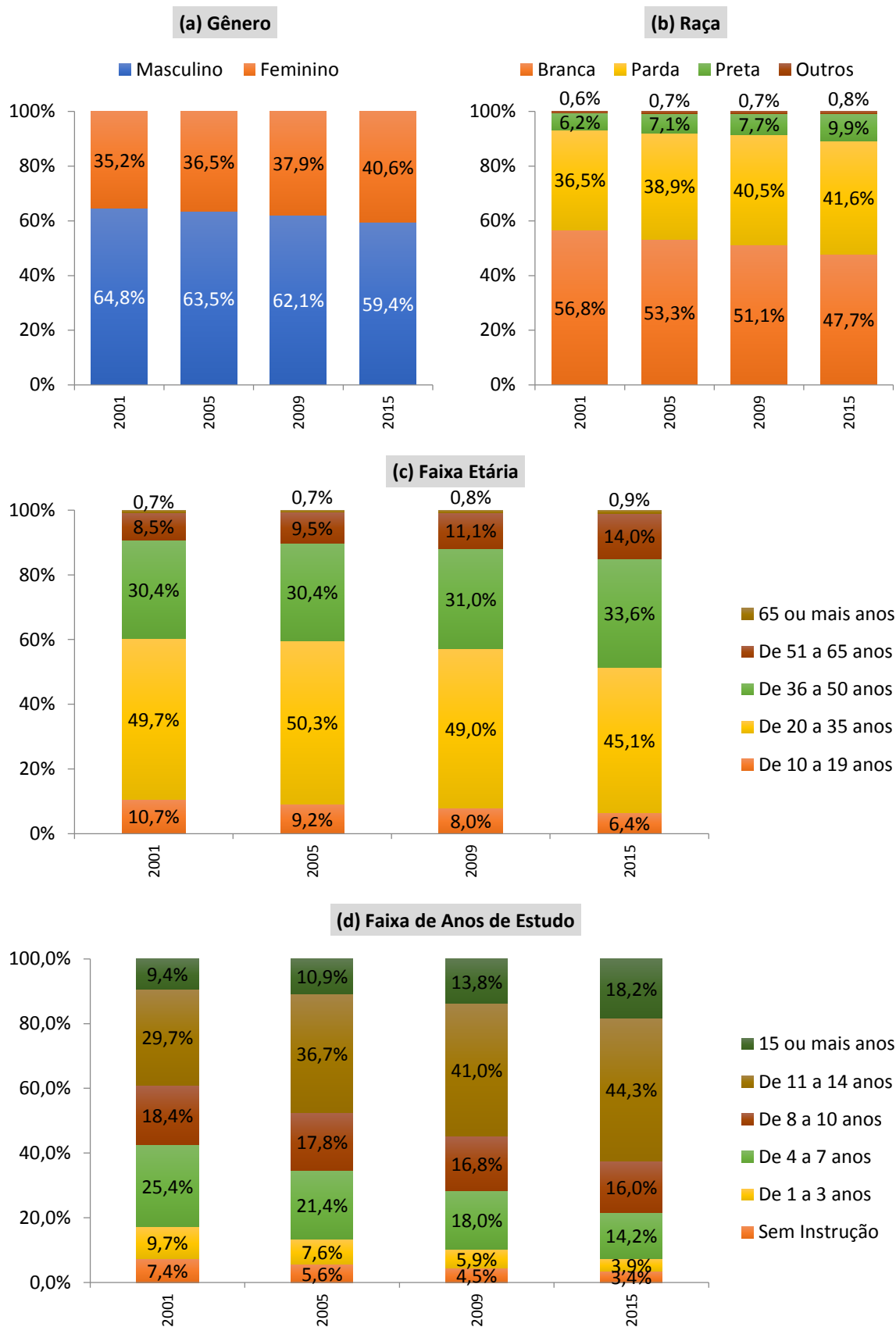
Ao se analisar a evolução da distribuição relativa da ocupação por posição no interior do seu conjunto, verifica-se que, dentre suas cinco mais significativas categorias, entre os anos de 2001 a 2015, apenas duas delas, quais sejam, empregado e conta própria, tiveram variações positivas (Gráfico 17). O conjunto dos empregados cresceu 11,2% (6,1 p.p.); já o dos conta própria, 2,7% (0,6 p.p.). Os das demais três posições sofreram redução relativa; a mais significativa, no universo dos não remunerados, que caiu 43,9% (5,0 p.p.); o dos trabalhadores domésticos, 15,4% (1,2 p.p.), e o dos empregadores, 11,9% (0,5 p.p.).

Gráfico 17 - Evolução da distribuição relativa da ocupação por posição ocupada – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Ao focar o olhar sobre a composição do subconjunto dos empregados (Gráfico 18), pode-se aferir que, no Brasil, entre 2001 e 2015, do ponto de vista da questão de sexo, cresceu a participação das mulheres 15,3%, saltando de 35,2% para 40,6%, todavia, os homens ainda são maioria nessa posição. Sob a ótica da raça, cresceu também a participação negra, que saltou de 42,7% para 51,5%, constituindo, a partir de 2015, maioria absoluta entre os posicionados como empregados na ocupação. Na perspectiva etária, caiu de 60,4% para 51,5% a parcela de empregados com até 35 anos, crescendo nesses mesmos 8,9 p.p. o subconjunto de empregados com idade acima dos 35 anos, com destaque para a faixa etária acima dos 50 anos de idade que cresceu 5,5 p.p. (crescimento de 64,7%). Sob o aspecto das faixas de anos de estudo, observou-se significativas alterações - reduções nas faixas com até 7 anos de estudo e efeito inverso nos dois subconjuntos com maior carga de tempo de estudo; a parcela com até 10 anos de estudo que compunha 60,9% dos empregados em 2001, passou a abranger 37,5%, enquanto a dos indivíduos com 11 ou mais anos de estudo saltou de 39,1% para 62,5%, com crescimento de 93,6% da parcela com 15 ou mais anos de estudo e 49,0% da de empregados com tempo de estudo de 11 a 14 anos.

Gráfico 18 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada empregado por (a) sexo, (b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD.

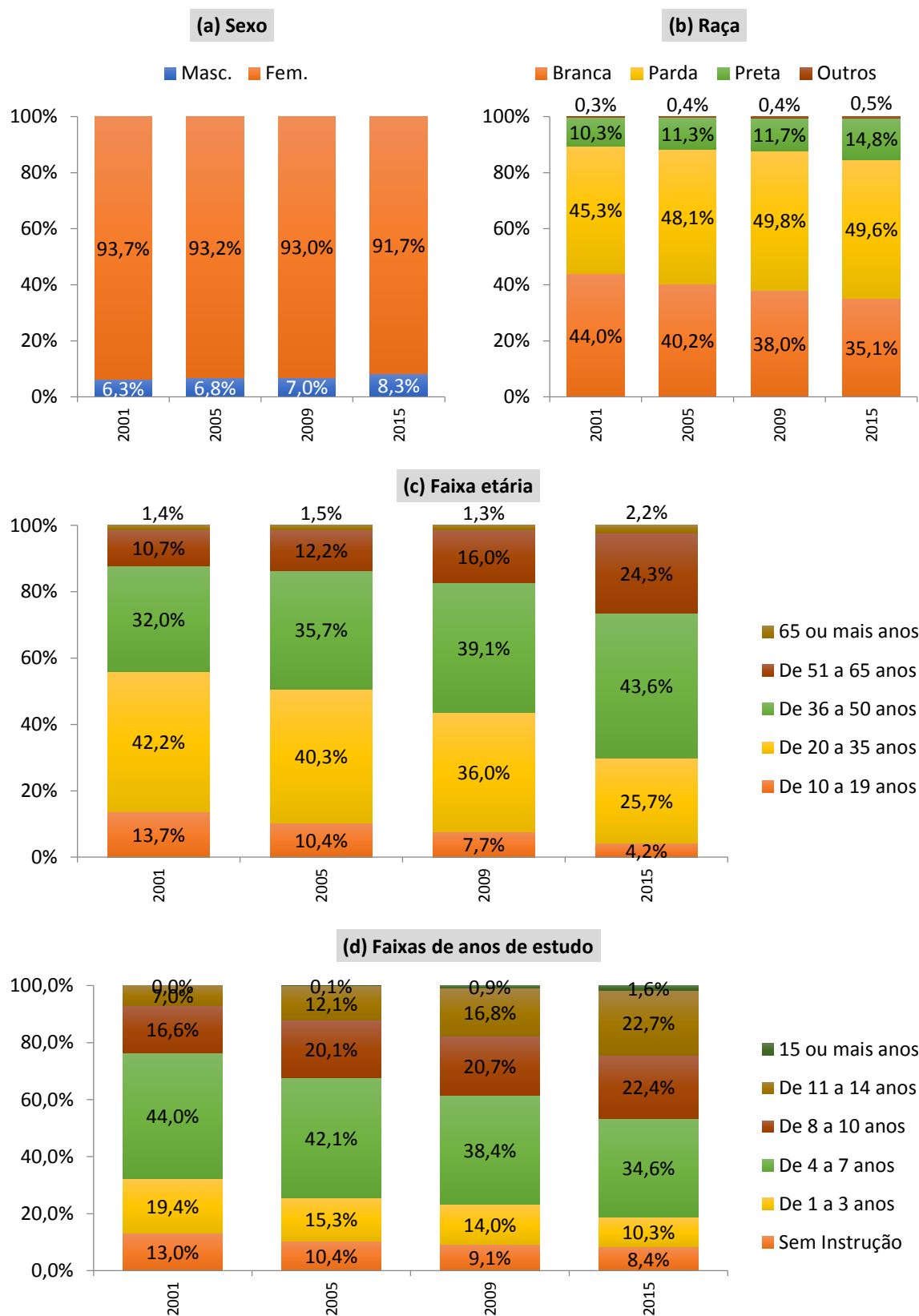
Sobre esta categoria, é importante destacar que inexistente na sua definição qualquer referência à formalidade do trabalho; empregado não é sinônimo de trabalhador socialmente protegido.

Voltando-se o olhar sobre a posição de trabalhador doméstico, que em 2015 correspondia a 6,6% da ocupação (Gráfico 17), verificou-se, na perspectiva de sexo, ampla predominância feminina, embora a redução de 2,0 p.p. da sua parcela, saindo de 93,7% para 91,7% ao longo do período de quinze anos analisado (Gráfico 19). Tal posicionamento na ocupação é, na sua grande maioria, realizado por negros (64,4%; 49,6% de pardos somados a 14,8% de pretos) e aquele onde a população preta apresenta sua maior participação (Gráfico 19). Tais informações indicam como a herança escravagista se apresenta na sociedade brasileira nesse início do século XXI. Tal fato pode ser verificado não apenas por meio dos indicadores, como também pela observação da evolução histórica dos aspectos da legislação trabalhista que tratam do trabalho doméstico.

Apenas em 2013, foram dados às trabalhadoras desta posição os mesmos direitos dos trabalhadores formais, que possuem registrados seu histórico contratual na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Não obstante, o efeito prático de tal legislação, sobre os dados da PNAD que refletem a formalização da força de trabalho que ocupa a posição doméstica, ainda não podia ser percebido até 2015 (Tabela 11). Embora entre 2001 e 2015 tenha havido uma queda de 5,9 p.p. na informalidade do trabalho doméstico, nos três últimos anos do período analisado, voltou a crescer a parcela relativa de trabalhadores domésticos sem carteira assinada. Em 2013 chegou ao patamar mínimo do período (67,3%) e registrou, em 2015, participação de 68,0% da força de trabalho nessa posição do universo de ocupados. Esta é uma das razões que colocam o trabalho doméstico, no Brasil, entre aqueles em que a precarização do trabalho, fenômeno transversal a todas as subcategorias do trabalho no sistema do capital, se faz mais penosa.

Em termos de idade, em 2015, 70,1% dos trabalhadores domésticos tinham 36 ou mais anos de idade (Gráfico 19), tendo havido uma queda de 46,5%, entre 2001 e 2015, na participação da força de trabalho com até 35 anos de idade nessa posição. Para o recorte etário com 51 anos ou mais de idade o trabalho doméstico foi a posição na ocupação em que ele, em termos relativos mais cresceu (118,2% ou 14,4 p.p.).

Gráfico 19 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada trabalhador doméstico por
(a) sexo,
(b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD

Tabela 11 - Evolução da distribuição da posição do trabalhador doméstico em relação à formalização da sua ocupação, Brasil, 2001-2015

Ano	Com carteira	Sem carteira	Sem declaração	Total
2001	26,1%	73,9%	0,1%	100%
2002	25,8%	74,2%	0,0%	100%
2003	27,0%	72,9%	0,0%	100%
2004	25,8%	74,2%	0,0%	100%
2005	26,2%	73,8%	0,0%	100%
2006	27,1%	72,9%	0,0%	100%
2007	27,2%	72,8%	0,0%	100%
2008	26,8%	73,2%	0,0%	100%
2009	27,7%	72,3%	0,0%	100%
2011	30,7%	69,3%	0,0%	100%
2012	29,6%	70,4%	0,0%	100%
2013	32,8%	67,2%	0,0%	100%
2014	31,7%	68,3%	0,0%	100%
2015	32,0%	68,0%	0,0%	100%

Fonte: IBGE/PNAD

Os dados da PNAD efetivamente apontam que dentre as cinco posições na ocupação, esta é a que, em termos relativos, mais envelheceu. Em relação à escolaridade, esta deu claros sinais de elevação, já que, em 2001, apenas 7,0% possuía 11 ou mais anos de estudos e 23,6% apresentava-se com 8 anos ou mais; em 2015, as faixas com 11 ou mais anos haviam mais que triplicado, perfazendo 24,3% dessa posição na ocupação, e, somando-se a esta os trabalhadores domésticos com 8 anos ou mais de estudo, a parcela praticamente dobrou de tamanho, chegando ao patamar de 46,7% da força de trabalho doméstica (Gráfico 19).

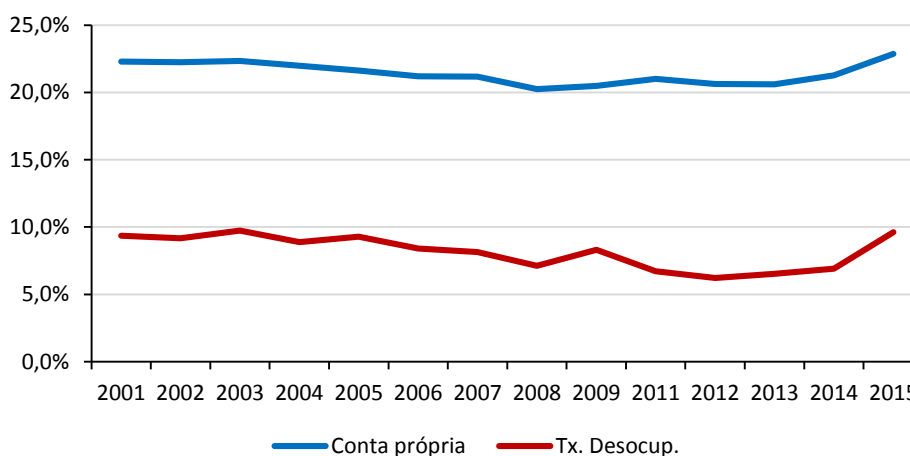
Embora percentualmente ainda baixo, é importante destacar o surgimento estatístico do trabalhador doméstico com 15 ou mais anos de estudo. Tal classe, que inexistia em 2001, apresentou-se em 2015, abrangendo 1,6% do subconjunto em questão (Gráfico 19).

Além do trabalhador doméstico, outra posição em que a precariedade do trabalho se faz presente em diversos dos seus aspectos é a do trabalhador por conta própria. Em geral, os trabalhadores conta própria trabalham em jornadas mais extensas, apresentam proventos inferiores àqueles que são empregados, não estão cobertos por boa parte dos institutos da seguridade social, não se encontram

associados ou sindicalizados e suas condições de trabalho são altamente instáveis (PAMPLONA, 2001, p. 119). Entre suas atividades econômicas, uma das que, atualmente, melhor pode servir de exemplo desta realidade é a dos motoristas associados à Uber, com jornada de trabalho e remuneração flexíveis, inexistência de contribuição para previdência social e total incerteza quanto à possibilidade de permanência na realização daquele serviço.

Entre 2001 e 2015, embora a queda de todas as demais posições, à exceção da de empregado, o subconjunto dos conta própria, que apresentou uma tendência à queda até 2013, cresceu. O comportamento das variações da sua participação no global das ocupações, mesmo não apresentando alterações quantitativamente similares, seguiu a cada ano, quase sempre, a mesma direção. (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Evolução anual da taxa de desocupação e da participação da força de trabalho na posição na ocupação conta própria, Brasil, 2001-2015



Fonte: Elaboração própria.

Em verdade, procedendo-se o teste de correlação entre os dados desses dois indicadores para o período estudado, verificou-se forte relação (0,817), positiva, entre a variação da desocupação e a participação da posição conta própria na ocupação, permitindo-se afirmar que a ocupação por conta própria tende a crescer com elevações na taxa de desocupação, não sendo necessariamente o inverso verdadeiro, já que, o crescimento da força de trabalho na posição de conta própria reduz a desocupação. Esta é, em verdade, uma das faces do processo de precarização do trabalho: camuflar o fenômeno tradicionalmente conhecido nas sociedades capitalistas como desemprego.

Sobre o subconjunto dos conta própria, os dados que o refletem sob a perspectiva de sexo apontaram um crescimento da participação feminina da ordem de 8,8% (2,6 p.p.) (Gráfico 21). Cresceu também nesse universo, a participação dos negros (18,9% ou 8,8 p.p.) (Gráfico 21).

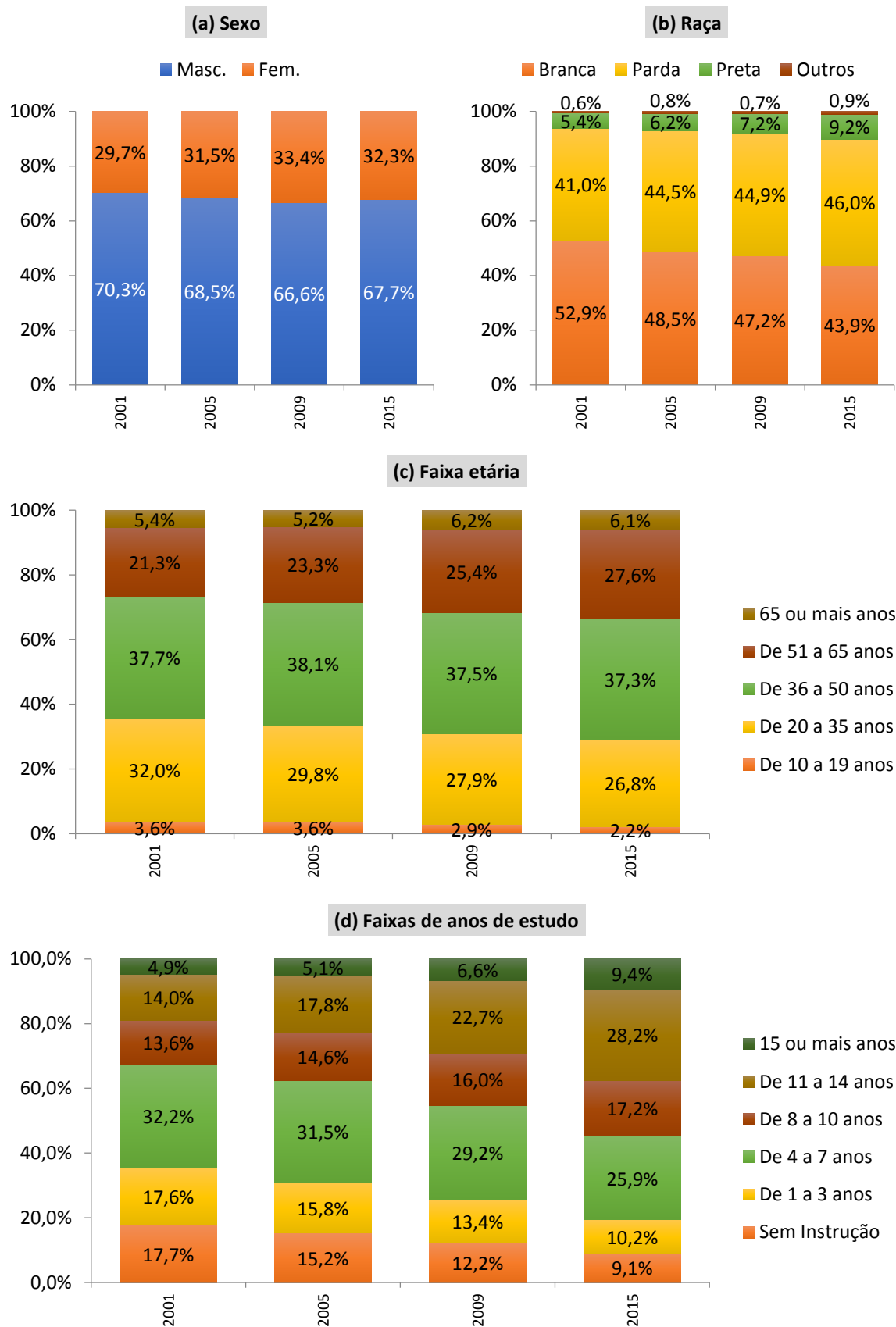
Em relação à idade dos seus trabalhadores, verificou-se que, em 2015, mais de um terço deles possuía 51 anos ou mais de idade (Gráfico 21). Por outro lado, diferentemente do verificado para o conjunto global do mercado de trabalho, os mais jovens, da faixa etária de 10 até 19 anos de idade, que vivenciaram, no período estudado, taxas de desocupação significativamente maiores que a média geral, apresentaram queda de 38,9% da sua participação entre os trabalhadores conta própria. Num mesmo sentido, mas em intensidade menor, os indivíduos desta parcela da ocupação com idade entre 20 e 35 anos representaram menos 5,2 p.p. do subconjunto (queda de 16,2%) (Gráfico 21).

Analisando-se a composição da força de trabalho ocupada na posição conta própria a partir do ponto de vista das faixas de anos de estudo, pode-se observar que, entre 2001 e 2015, cresceu 91,8% a parcela daqueles com maior tempo de vida dedicada aos estudos (Gráfico 21). A dos que tinham de 11 a 14 anos de estudo mais que dobrou, aumentando sua participação para 101,4%.

Direcionando a leitura para a avaliação da evolução da categoria de posição na ocupação com menor participação relativa, a de empregador, observa-se na sua distribuição em relação a sexo uma leve queda de 5,1% na predominância masculina. Os homens, em 2001, correspondiam a 76,6% dos empregadores e, em 2015, passaram a compor 72,7% desse tipo de ocupação.

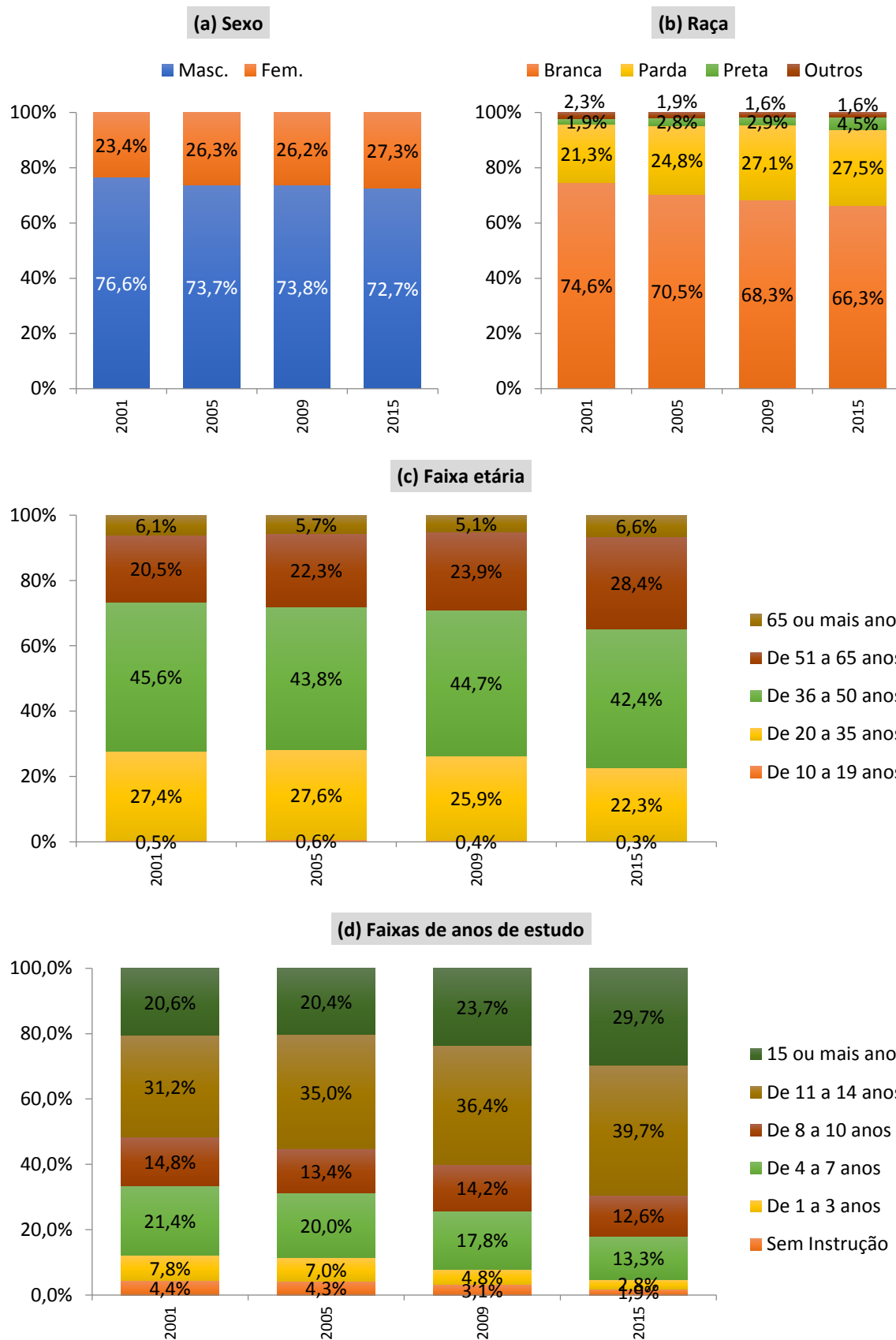
Analisando-se o subconjunto empregador pelo ponto de vista da raça, também se observa queda na participação da sua parcela majoritária, a das pessoas brancas (Gráfico 22). Em 2001, a força de trabalho branca perfazia um total de 74,6% dos empregadores brasileiros e, em 2015, embora se mantivesse amplamente como maioria, sofreu uma redução de 8,3 p.p.. Essa diminuição correspondeu quase ao total do crescimento da soma das parcelas dos pardos e dos pretos entre os empregadores. No período em questão, a parcela dos negros nessa posição cresceu 8,8 p.p. (Gráfico 22).

Gráfico 21 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada conta própria por (a) sexo, (b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 22 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada empregador por (a) sexo, (b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD.

No que concerne à evolução da distribuição etária da ocupação na categoria empregador, observou-se, de forma análoga à constatada nas demais, o crescimento da parcela da força de trabalho com idade de 51 anos ou mais. Os empregadores foram os únicos dentre os quais houve redução relativa também da faixa etária de 36 a 50 anos. Em todas as demais categorias, a participação dessa classe cresceu ou manteve sua participação relativa.

Sob a ótica do tempo de estudo por parte da força de trabalho empregadora, esta classe no âmbito da ocupação, durante todo o período estudado, foi a que possuiu maior participação relativa das pessoas com mais anos escolares. Mais da metade dos empregadores tinha no mínimo 11 anos de estudo em 2001 (51,8%). Em 2015, esta participação havia aumentado para mais de dois terços dos deles (69,4%), sendo 29,7 p.p. desse contingente, de pessoas com 15 ou mais anos estudantis.

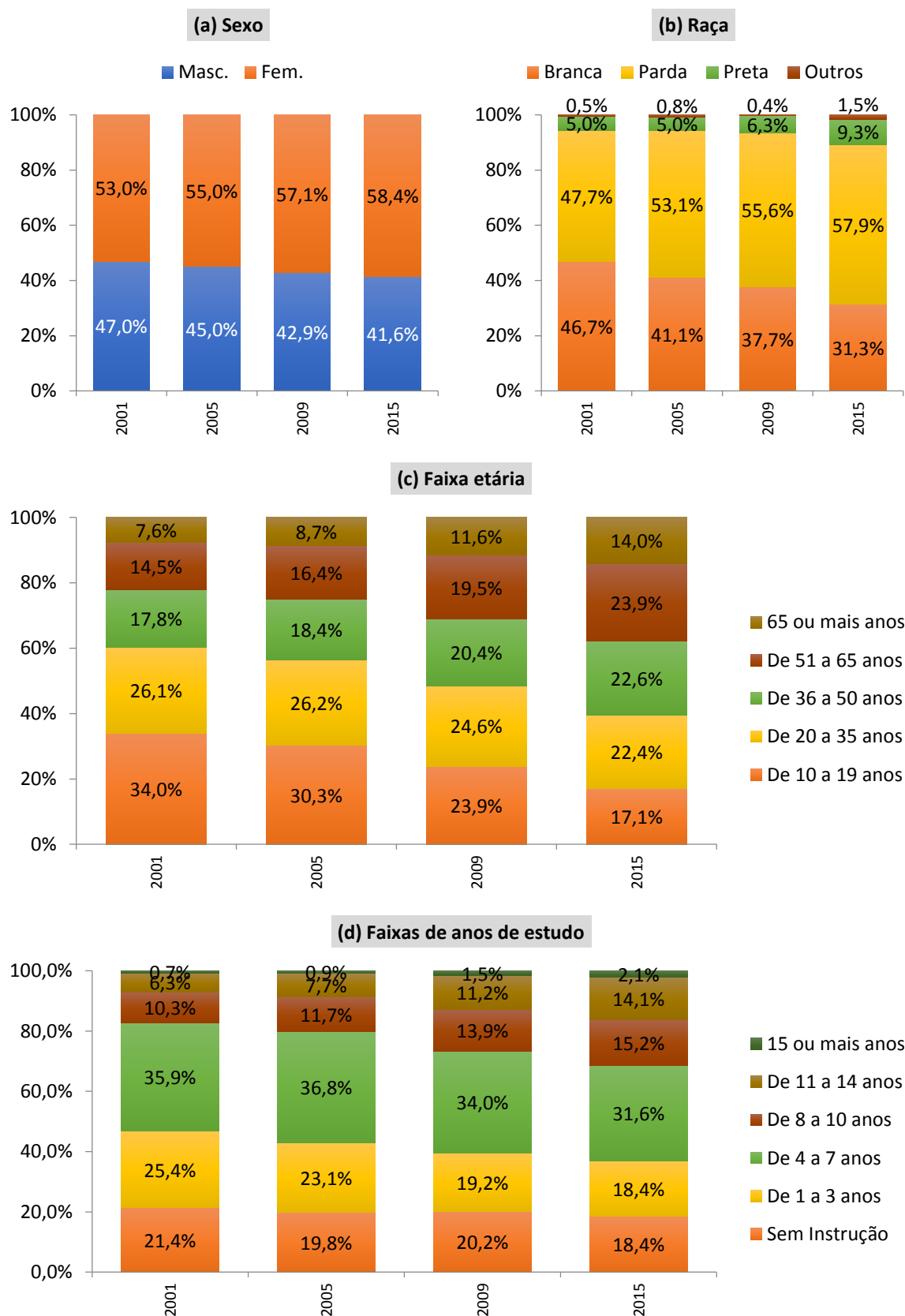
As ocupações não remuneradas (Quadro 1, p. 165) e a de trabalhador doméstico são as únicas nas quais a força de trabalho feminina supera quantitativamente a masculina. Em 2015, as mulheres que já compunham parcela majoritária desde 2001 (53,0% dos não remunerados), quase chegaram a ser três quintos dessa classe de ocupados (Gráfico 23).

A força de trabalho negra, que era pouco mais da metade dos não remunerados em 2001, passou a compor 67,2% destes (mais de dois terços), com queda de 33,0% (15,4 p.p.) da participação dos trabalhadores brancos da posição.

A evolução distribuição relativa dos não remunerados por faixa etária também se direcionou para o envelhecimento da classe de posição na ocupação. Nela, as pessoas com 36 anos ou mais de idade, que perfaziam 39,9% da força de trabalho em 2001, passaram a compor 60,5% em 2015.

Em relação à distribuição dos não remunerados por faixas de anos de estudo, embora tenha se verificado para o período uma elevação na participação das pessoas com mais tempo dedicado aos estudos, a grande maioria dos trabalhadores (68,4%) nessa posição na ocupação tinha até 7 anos de estudo em 2015. Em 2001, estes eram 82,7% desse subconjunto dos ocupados. A parcela com 11 anos ou mais de estudo que correspondia a 7,0% desses trabalhadores em 2001, passou a compor 16,2%.

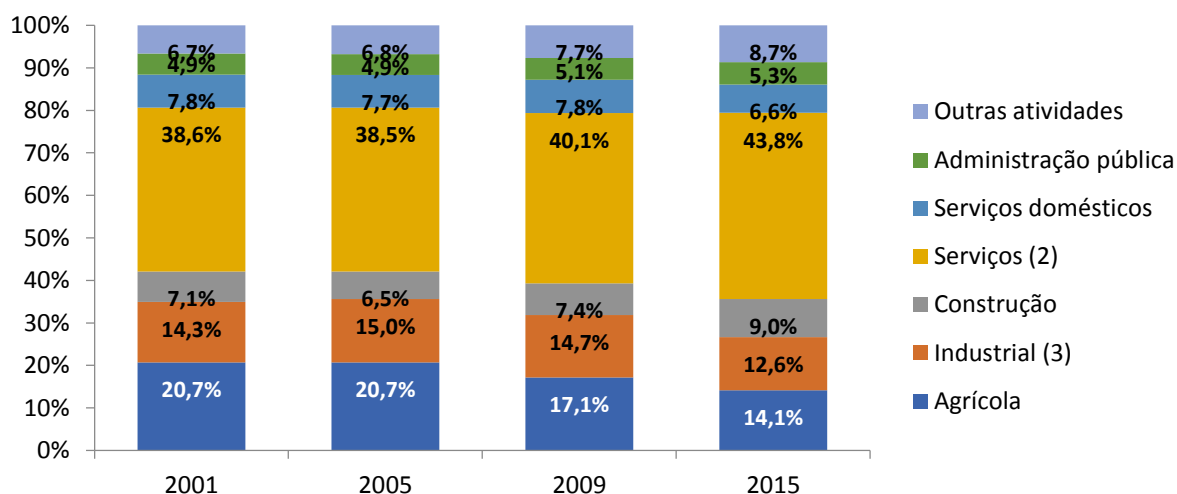
Gráfico 23 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada não remunerado por (a) sexo, (b) raça, (c) faixa etária e (d) faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD.

Se observados a partir da perspectiva dos setores de atividade econômica, os dados da PNAD para o período de 2001 a 2015, ratificam no Brasil uma tendência geral das economias capitalistas: a de ter como maior parcela das ocupações o setor de serviços privados. Este, que em 2001 abarcava 38,6% da força de trabalho ocupada, em 2015, abraçou mais 5,2 p.p., perfazendo 43,8% da força de trabalho ocupada brasileira. Além dos serviços, também cresceram em participação na ocupação os setores da construção (25,8% ou 1,8 p.p.) e o da administração pública (7% ou 0,4 p.p.). Estes incrementos foram correspondidos por quedas na participação percentual dos setores dos serviços domésticos (-1,2 p.p.), na indústria (-1,7 p.p.) e na agricultura (-6,6 p.p.).

Gráfico 24 - Evolução da distribuição relativa da ocupação por setor de atividade econômica⁽¹⁾ – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD.

Notas: (1) foram excluídas do universo das ocupações aquelas consideradas pela PNAD como mal definidas ou não declaradas, que corresponderam a 0,3% em 2001, 0,2% em 2005, 0,2% em 2009 e 0,1% em 2015; (2) foram agrupadas na classe Serviços as classificações de (i) comércio e reparação, (ii) transporte, armazenagem e comunicação, (iii) educação, saúde e serviços sociais, (iv) alojamento e alimentação e (v) outros serviços coletivos, sociais e pessoais; (3) na classe Industrial, foram agrupadas as classificações (i) indústria de transformação e (ii) outras atividades industriais.

Como visto no capítulo anterior, um dos fenômenos verificados no mundo do trabalho brasileiro na última década do século XX foi o de uma intensa informalização e flexibilização das formas de contratação do trabalho. Atentos ao fato, Schneider e Rodarte (2006, p. 82-88), buscando captar tal fenômeno por meio de indicadores, trabalharam com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED – DIEESE/SEADE) e lançaram mão do conceito de contratação flexibilizada, considerando que esta correspondia às contratações de trabalho em que a carteira de

trabalho do contratado não era assinada. Em sentido análogo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos dados da PNAD, elaborou o indicador de grau de informalidade do trabalho (IPEADATA), calculando o mesmo de três formas diferentes. No presente estudo, porém, também a partir de dados da PNAD, denominaremos de ocupações flexibilizadas o conjunto das ocupações sem carteira assinada, conta própria, de produção para próprio consumo e não remuneradas, de forma a analisar, para o período de 2001 a 2015, como o processo da flexibilização do trabalho no Brasil se apresentou.

Observando-se a evolução da participação das ocupações flexibilizadas, verifica-se uma queda de 10,0 p.p. nos quinze primeiros anos deste século (Tabela 12). Tal fato se deve às melhores condições de inserção decorrentes da queda verificada na desocupação até 2013, à intensificação da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (SIMÃO, 2009), corroborada, a partir de 2014, pela implantação do Sistema de Escrituração Fiscal Digital, SPED Social ou eSocial. Este sistema informatizou e unificou por completo as declarações trabalhistas acessórias que são feitas pelos empregadores aos mais diversos órgãos governamentais, facilitando o processo de fiscalização do trabalho.

Tabela 12 - Evolução da participação da ocupação flexibilizada no total da ocupação, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

DISCRIMINAÇÃO	Ano			
	2001	2005	2009	2015
Ocupados	76.936.438	87.695.271	93.783.537	95.380.483
Ocupados flexibilizados	44.533.419	49.595.688	48.289.944	45.660.410
% de Ocupação flexibilizada	57,9%	56,6%	51,5%	47,9%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

Tabela 13 – Evolução da distribuição da ocupação flexibilizada por sexo, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

Sexo	Ano			
	2001	2005	2009	2015
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Masculino	58,3%	56,6%	55,8%	58,0%
Feminino	41,7%	43,4%	44,2%	42,0%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

Tabela 14 - Evolução da distribuição da ocupação flexibilizada por raça, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

Raça ou Cor	Ano			
	2001	2005	2009	2015
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Amarela	0,4%	0,5%	0,4%	0,4%
Branca	48,8%	44,7%	43,2%	40,3%
Indígena	0,2%	0,2%	0,3%	0,5%
Parca	44,8%	48,1%	48,6%	49,0%
Preta	5,9%	6,5%	7,5%	9,9%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

Tabela 15 - Evolução da distribuição da ocupação flexibilizada por faixas etárias, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

Faixa Etária	Ano			
	2001	2005	2009	2015
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
De 10 a 19 anos	16,2%	14,7%	12,3%	8,1%
De 20 a 35 anos	36,7%	36,0%	34,0%	31,5%
De 36 a 50 anos	28,2%	28,7%	30,1%	32,6%
De 51 a 65 anos	14,7%	16,3%	18,4%	22,2%
65 ou mais anos	4,2%	4,3%	5,1%	5,5%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

Tabela 16 - Evolução da distribuição da ocupação flexibilizada por faixas de anos de estudo, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

Anos de Estudo	Ano			
	2001	2005	2009	2015
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Sem Instrução	16,6%	14,3%	12,3%	9,8%
De 1 a 3 anos	18,5%	16,0%	13,4%	10,7%
De 4 a 7 anos	33,5%	32,3%	29,7%	26,1%
De 8 a 10 anos	14,3%	16,1%	17,5%	18,2%
De 11 a 14 anos	13,3%	17,2%	21,6%	27,1%
15 ou mais anos	3,4%	3,9%	5,2%	8,0%
Não determinado	0,4%	0,3%	0,2%	0,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

Embora tenha havido queda da parcela relativa global das ocupações flexibilizadas, o olhar sobre sua distribuição nos recortes sociais aqui analisados permite uma leitura distinta da procedida sobre a evolução do conjunto global (Tabelas 13, 14, 15 e 16). No que diz respeito à distribuição das ocupações flexibilizadas por sexo, as alterações ao longo do período em questão não se mostraram muito significativas. No cômputo geral, as mulheres haviam aumentado em 2015 em 0,3 p.p. a sua participação nesse tipo ocupacional (Tabela 13).

Avaliando-se esse subconjunto das ocupações flexibilizadas sob a perspectiva da raça, verifica-se queda na participação da população branca nas ocupações mais precarizadas: menos 17,4%, saindo de 48,8% para 40,3%. Por outro lado, os negros tiveram ampliada sua parcela em 16,2%, crescendo de 50,7% para 58,9%.

A partir do ponto de vista da divisão por faixas etárias, observou-se uma substantiva queda de 50,0% na participação dos mais jovens, aqueles com idade de 10 a 19 anos, que a tiveram reduzida de 16,2% para 8,1% das ocupações mais precárias. Os trabalhadores com relações flexibilizadas na faixa etária de 20 a 35 anos de idade também apresentaram decréscimo no tamanho relativo da sua parcela, que caiu 5,2 p.p. (14,2%), alterando-se de 36,7% em 2001 para 31,5% em 2015. As classes etárias que, proporcionalmente, maior incremento na flexibilização das suas relações trabalhistas foram as duas com maiores idades. A força de trabalho flexibilizada e com idade entre 51 e 65 anos, que compunha 14,7% dos referidos tipos de ocupação, somaram 22,2% do subconjunto – um crescimento de 51,0%. Os mais idosos, com 65 ou mais anos, cresceram em participação relativa 30,9%, saltando de 4,2% para 5,5% do total.

Alternando a leitura das ocupações flexibilizadas para o recorte por faixas de anos de estudo, verifica-se um grande crescimento da parcela percentual da força de trabalho com maior tempo de instrução formal. Os indivíduos com 11 a 14 anos de estudo submetidos a condições flexíveis de trabalho aumentaram 103,8% sua participação entre 2001 e 2015. Simultaneamente, a força de trabalho teoricamente mais esclarecida ampliou sua fatia de 3,4% para 8,0% - incremento de 135,3%.

De forma resumida, em relação às ocupações flexibilizadas, embora estas tenham, no cômputo global, sofrido redução sua participação percentual, ainda assim, em termos relativos, cresceu significativamente a flexibilidade da ocupação entre negros, pessoas com 51 ou mais anos de idade e com maior tempo estudo.

No que tange às condições de trabalho, a renda (preço da força de trabalho) é, certamente, nesse campo, o indicador mais significativo. No período de 2001 a 2015, a classe trabalhadora obteve em média, uma elevação de 33,3% (ou 1,9% a.a.) do seu rendimento real mensal. Tal processo de crescimento se deu primordialmente a partir de 2005, após três anos de perdas no poder de compra, entre 2001 e 2004 (Tabela 17).

Tabela 17 - Evolução anual do rendimento real médio mensal, Brasil – 2001/2015

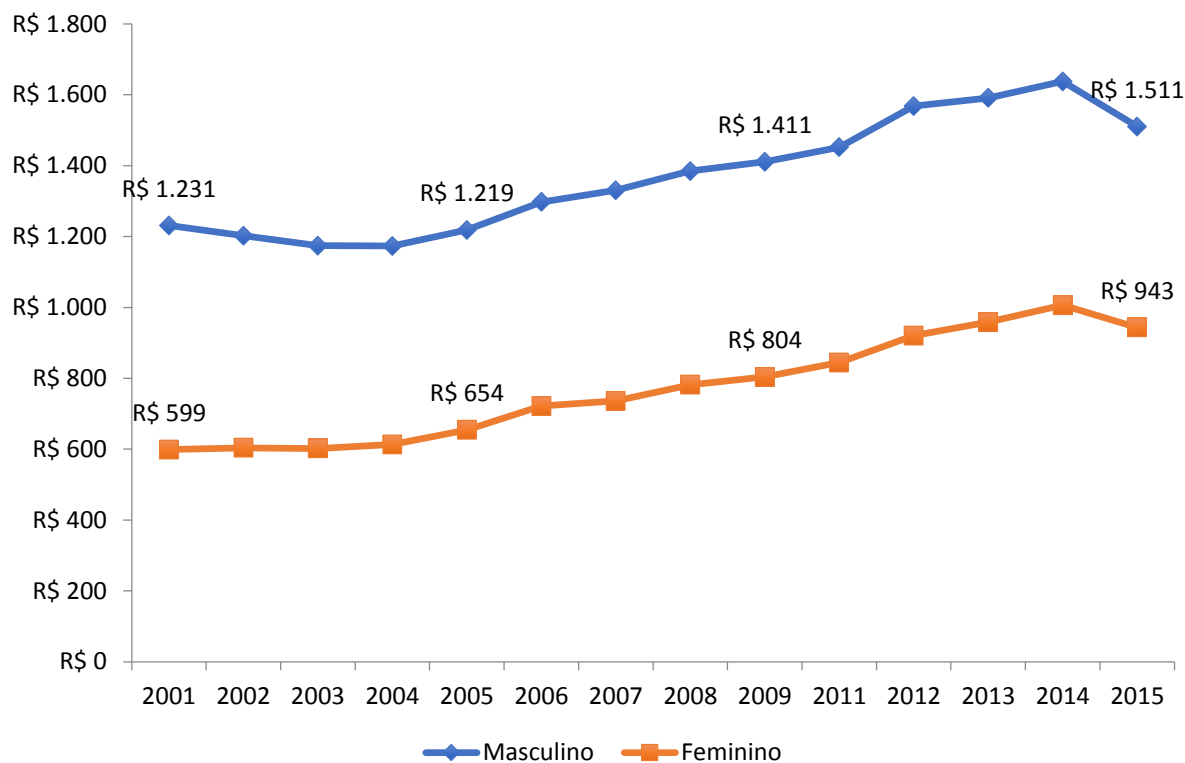
Ano	Rendimento Médio	
	Nominal	Real (1)
2001	R\$ 362,28	R\$ 903,87
2002	R\$ 396,88	R\$ 892,61
2003	R\$ 433,57	R\$ 878,35
2004	R\$ 467,58	R\$ 883,32
2005	R\$ 521,28	R\$ 927,13
2006	R\$ 578,88	R\$ 999,41
2007	R\$ 617,77	R\$ 1.023,68
2008	R\$ 688,81	R\$ 1.072,86
2009	R\$ 733,90	R\$ 1.096,82
2011	R\$ 857,05	R\$ 1.137,03
2012	R\$ 980,52	R\$ 1.232,62
2013	R\$ 1.063,04	R\$ 1.263,41
2014	R\$ 1.174,34	R\$ 1.309,82
2015	R\$ 1.204,71	R\$ 1.204,71

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001/2015.

(1) A preços de 2015, com base no IPCA/IBGE.

Observando-se a evolução da renda média mensal nas estratificações de sexo, raça, faixas etárias e anos de estudo, é possível verificar a diferença na variação de cada uma das suas classes. A renda média real dos trabalhadores homens cresceu 22,7% no período estudado, enquanto a das mulheres teve ganho da ordem de 57,4%. Este fato fez com que a distância da renda masculina em relação à feminina que era de 105,5% em 2001, fosse reduzida para 60,2% em 2015 (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Evolução anual do rendimento real médio mensal por sexo, Brasil – 2001 a 2015



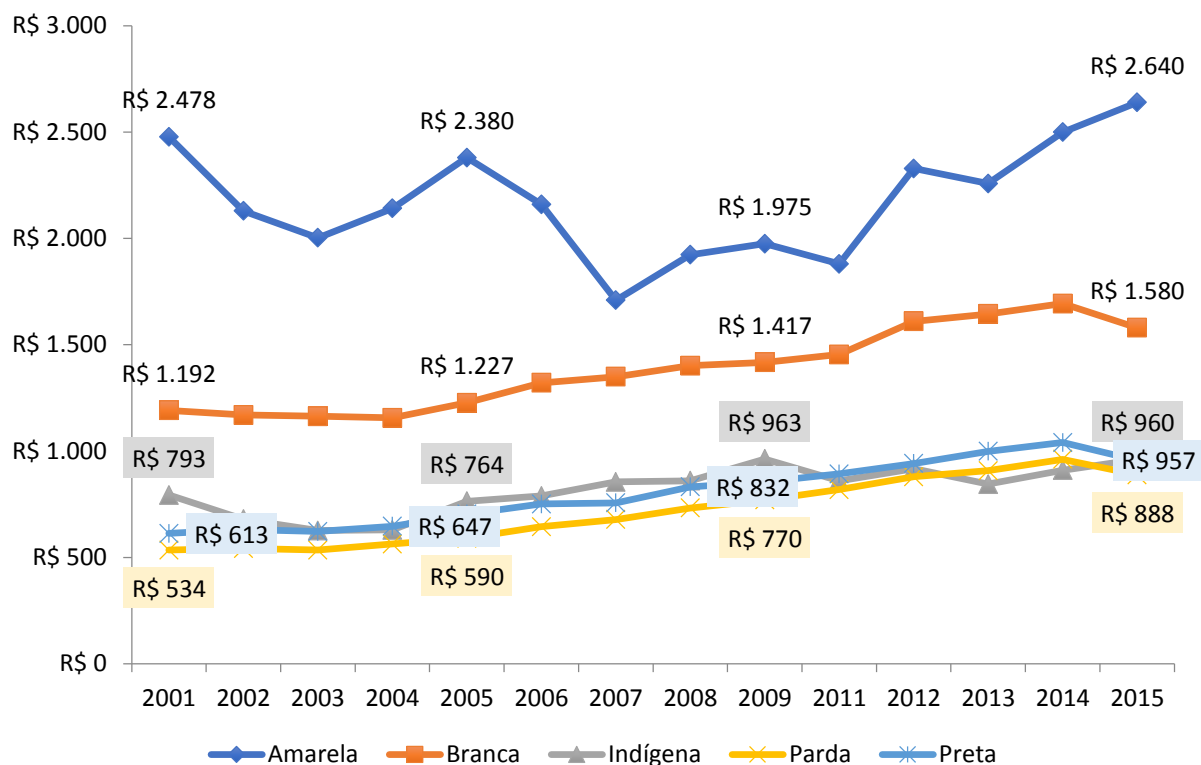
Fonte: IBGE/PNAD.

Do ponto de vista da raça (Gráfico 26), em termos relativos a força de trabalho negra foi a que teve maiores aumentos percentuais na renda entre 2001 e 2015: 66,3% de acréscimo real para os pardos e 56,1% para os pretos. Tal incremento não fez com que estes deixassem de ser as raças com menores rendimentos médios mensais. A força de trabalho dos indivíduos amarelos se manteve como a mais elevada, mesmo sendo a que menos cresceu em termos reais – apenas 6,5% nos quinze anos considerados. Em termos absolutos, os trabalhadores brancos foram os que mais tiveram elevado o poder de compra. O crescimento da sua renda média real foi de R\$ 388,00 (trezentos e oitenta e oito reais).

Ainda sob a perspectiva da raça, quando comparados com os rendimentos médios reais mensais dos trabalhadores brancos e amarelos, os dos negros e indígenas apresentam diferenças pequenas entre eles. No período de 2001 a 2015, em nenhum momento, pretos, pardos e índios conseguiram em média auferir o mesmo rendimento que os brancos recebiam em termos reais médios de 2001. Embora em patamar mais elevado, o mesmo pode ser afirmado em relação à distinção entre as rendas dos amarelos e dos brancos. Tal fato representa mais um elemento

que demonstra a diferença da forma de participação de cada raça no mercado de trabalho brasileiro.

Gráfico 26 - Evolução anual do rendimento real médio mensal por raça, Brasil - 2001 a 2015



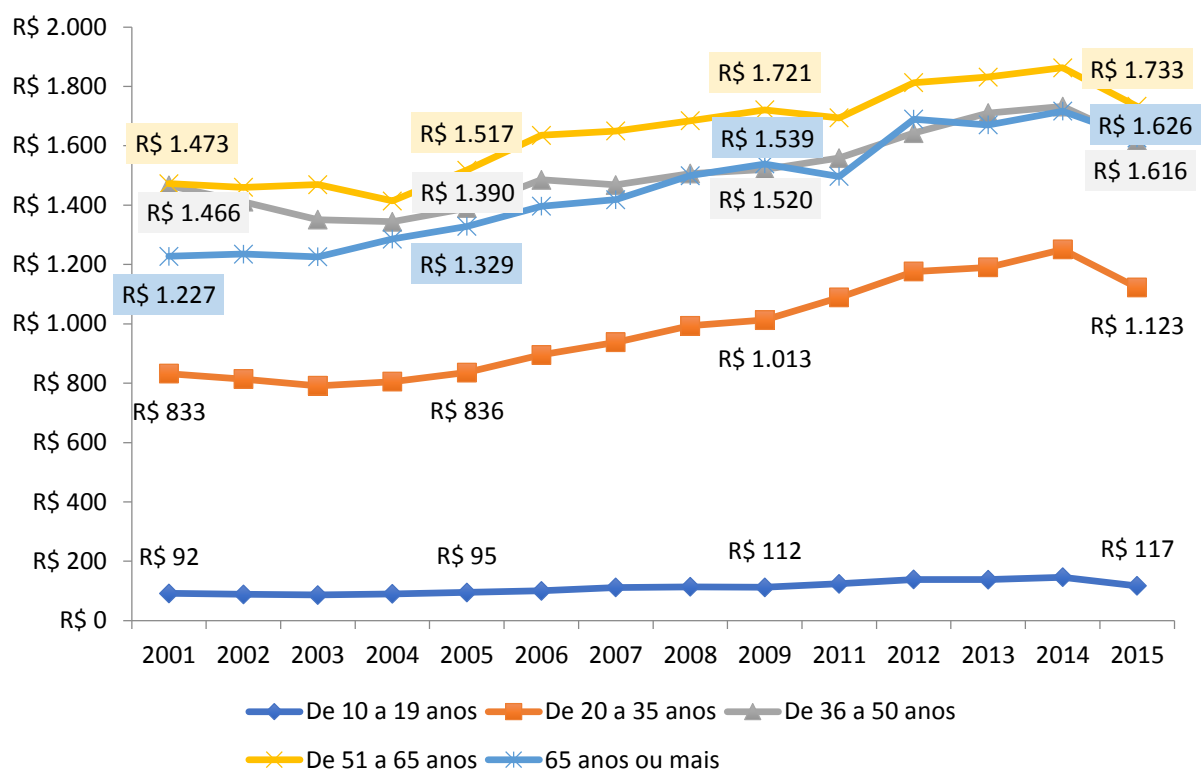
Fonte: IBGE/PNAD.

Analisando a renda na perspectiva da idade do trabalhador, as três faixas etárias com mais tempo de vida são aquelas entre as quais a renda média mensal se faz mais elevada (Gráfico 27). Os trabalhadores com idade de 51 e 65 anos são os que obtiveram renda média mensal mais elevada durante todo o período estudado. Nesse espaço de tempo, em termos relativos, os trabalhadores de 20 a 35 anos e com mais de 65 anos foram os que mais tiveram elevados seus rendimentos reais médios mensais – respectivamente 2,0% e 1,9% a.a.. Em termos absolutos, o rendimento médio real dos trabalhadores da faixa etária com idades mais avançadas foi o que mais cresceu – R\$ 399,04 (trezentos e noventa e nove reais e quatro centavos).

A evolução do rendimento médio mensal real quando analisada a partir do ponto de vista do tempo de estudo dos trabalhadores apresenta pelo menos dois fatos curiosos. O primeiro refere-se à queda das rendas médias das duas classes com mais tempo de estudo (Gráfico 28). A força de trabalho com 15 ou mais anos de estudo, que recebia em média R\$ 5.098,00 por mês em 2001, fechou o ano de 2015 com

renda mensal média real de R\$ 4.009,00 – uma redução de 21,4% do seu poder de compra. Movimento em direção similar, mas de queda menos intensa, ocorreu para com os proventos médios mensais médios daqueles que completaram de 11 a 14 anos de estudo, que decresceram 12,0% entre 2001 e 2015.

Gráfico 27 - Evolução anual do rendimento real médio mensal por faixa etária, Brasil - 2001 a 2015



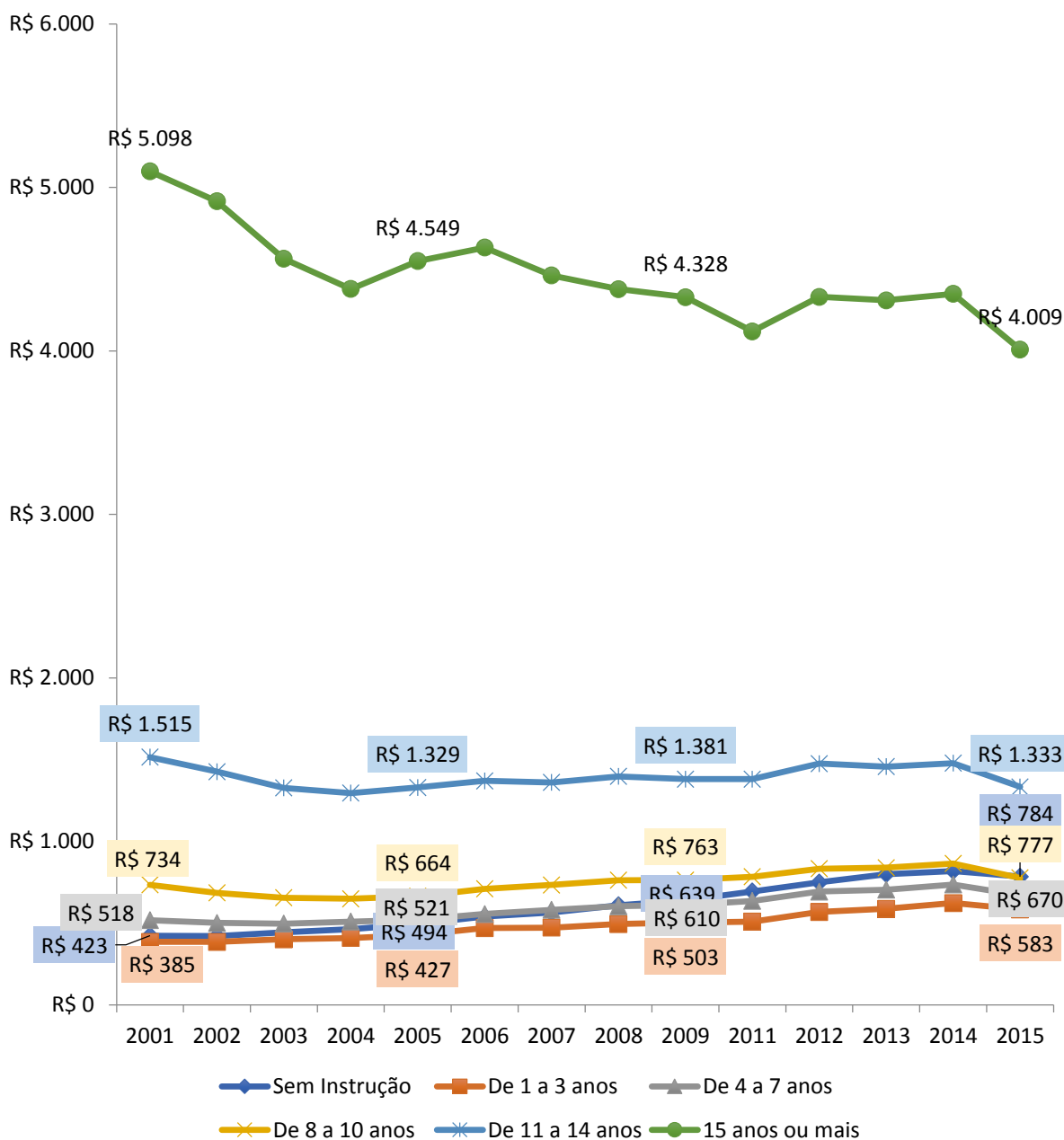
Fonte: IBGE/PNAD.

No extremo oposto das classes desse recorte, entre os trabalhadores sem instrução, o rendimento médio mensal teve seu maior crescimento, fazendo com que, em 2015, uma pessoa com menos de um ano de estudo ganhasse em média mais que os trabalhadores com até 10 anos de estudo.

Ainda neste recorte social, é importante destacar as grandes diferenças em termos de rendimento que existem entre a força de trabalho com até 10 anos de estudo e os trabalhadores com tempo de estudo de 11 a 14 anos, bem como dessa classe para aquela que lhe é superior. No ano de 2015, em média, o indivíduo com ensino médio finalizado ou próximo desse patamar recebeu em torno de 71,5% a mais que aqueles indivíduos com até 10 anos de estudo. No mesmo ano, trabalhadores

que ingressaram e terminaram o ensino superior obtiveram proventos médios mensais três vezes maior que aqueles finalizaram até o 14º ano de estudo.

Gráfico 28 - Evolução anual do rendimento real médio mensal por faixas de anos de estudo, Brasil - 2001 a 2015



Fonte: IBGE/PNAD.

Um fato comum a praticamente todas as classes consideradas nos quatro recortes sociais considerados para análise da evolução da renda média real foi a queda da renda real média no ano de 2015. Esta variável apenas apresentou

crescimento neste período quando observada na perspectiva de raça para os trabalhadores amarelos e indígenas (Gráficos 25, 26, 27 e 28).

6.2 INDICADORES NÃO TRADICIONAIS

Após ponderar sobre o comportamento dos números mais comuns nas análises sobre o mercado de trabalho, buscar-se-á, na reflexão sobre a evolução de indicadores menos tradicionais, trazer leituras sobre relação entre trabalho e desenvolvimento capitalista sob perspectivas pouco usuais. Serão observados nove indicadores que vêm gradativamente sendo utilizados no Brasil como forma de avaliar, sob a ótica da classe trabalhadora, transformações sociais por meio da sua participação ou ausência na produção de riqueza, e alterações na situação de vulnerabilidade social em que ainda vive grande parcela da população do país³⁴.

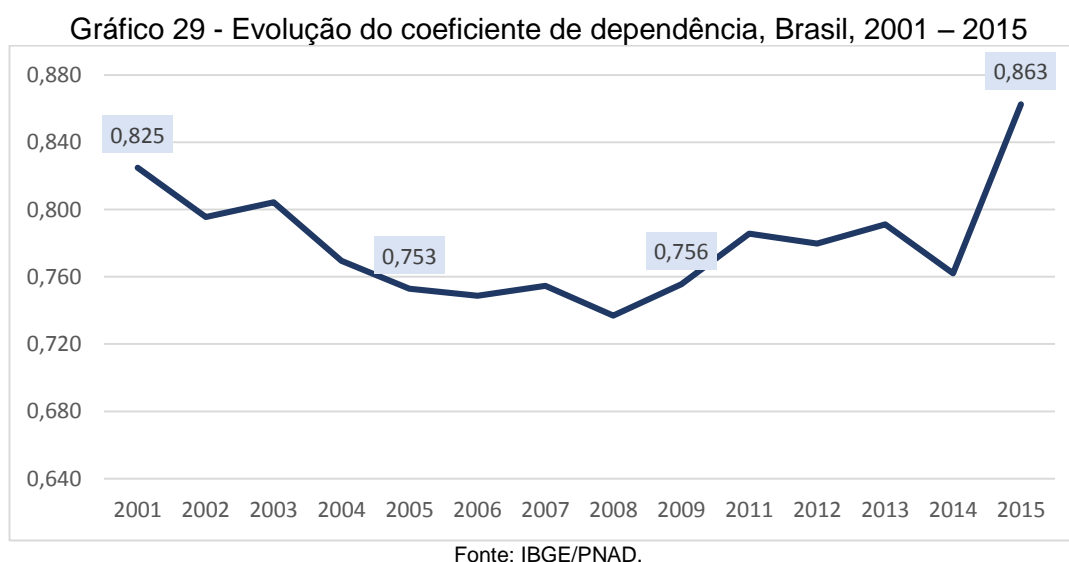
Os primeiros quatro indicadores vêm sendo empregados por Medeiros Junior (2014, 2017a e 2017b) como elementos de avaliação do desenvolvimento social. Inicialmente, será observado o coeficiente de dependência, elaborado por Sanchez (1994, apud MEDEIROS JUNIOR, 2014, p. 219) com vistas a medir a carga sobre os ocupados exercida pelas pessoas em idade ativa que não estão ocupadas; ele acusa, assim, o número de pessoas socialmente sustentadas por cada pessoa ocupada. Três outros indicadores são, como destacado por Medeiros Junior (2014, p. 218), “contribuição de Casagrande, Fernandes e Bonotto (2004), inspirada em Dunford (1996): a taxa de desperdício de recursos humanos, a taxa de mobilização de recursos humanos e o coeficiente de empregabilidade”. Os cinco últimos correspondem aos componentes do Subíndice de Vulnerabilidade Social Renda e Trabalho (IVS Renda Trabalho) elaborado pelo IPEA, cujos conceitos serão detalhados mais à frente.

Partindo-se do coeficiente de dependência, ele é calculado pela razão entre o total de pessoas em idade ativa que não estão ocupadas, independentemente das razões que as levam a esta condição, e a população ocupada.

³⁴ O conceito de vulnerabilidade social norteia o IPEA na elaboração do IVS se baseia no “o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns “ativos” em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, a princípio, estar à disposição de todo cidadão, por força da ação do Estado. Os três subíndices que o compõem – i) infraestrutura urbana; ii) capital humano; e iii) renda e trabalho – representam três grandes conjuntos de ativos, cuja posse ou privação determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas” (IPEA, 2015, p. 12).

$$\text{coef. Dependência} = \frac{\text{pop. desocupada} + \text{PNEA}}{\text{população ocupada}}$$

Analisando-se sua evolução no período de 2001 a 2015, é possível observar três períodos com distintas tendências (Gráfico 29). Entre 2001 e 2005, o coeficiente de dependência diminuiu 8,7%, caindo de 0,825 para 0,753. De 2005 a 2009, embora a alternância de sentidos (quedas em 2006 e 2008; elevação em 2007 e 2009), verifica-se para o total de tempo uma estabilização do número que cresceu apenas 0,3%, saltando de 0,753 para 0,756. Por fim, entre 2009 e 2015, o movimento geral do indicador foi de crescimento, 14,2%, chegando a patamar mais elevado que na abertura do século – 0,863 em 2015 contra 0,825 em 2001. O coeficiente de dependência, portanto, no tempo global examinado, apresentou crescimento de 4,6%, existindo, assim, em 2015, sobre a população ocupada brasileira uma carga maior que verificada no início do século. Tal fato corrobora para o estado de pressão psicológica e medo vivenciado pela classe trabalhadora, gerando, certamente, mais adoecimento e contribuindo para a desestruturação psíquica, física e social daqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver.



Passando à taxa de mobilização de recursos humanos (TMRH), ao coeficiente de empregabilidade e à taxa de desperdício de recursos humanos (TDRH), estes foram elaborados em um contexto histórico de afligentes taxas de desemprego no país, para analisar a capacidade de absorver e remunerar os jovens trabalhadores por

parte da economia do estado de São Paulo. Seus propositores procuraram verificar a “importância do trabalho, particularmente do trabalho do jovem, para a produção de riqueza”, de forma a “refletir a dimensão social do desenvolvimento” (CASAGRANDE; FERNADES; BONOTTO, 2004, p. 2).

O cálculo da TMDH é realizado pela multiplicação da razão entre a população ocupada com carteira assinada e população total por cem. O indicador busca expressar o tamanho do “conjunto de postos de emprego de qualidade socialmente reconhecida necessários para sustentar a população total” (CASAGRANDE; FERNADES; BONOTO, 2004, p. 4).

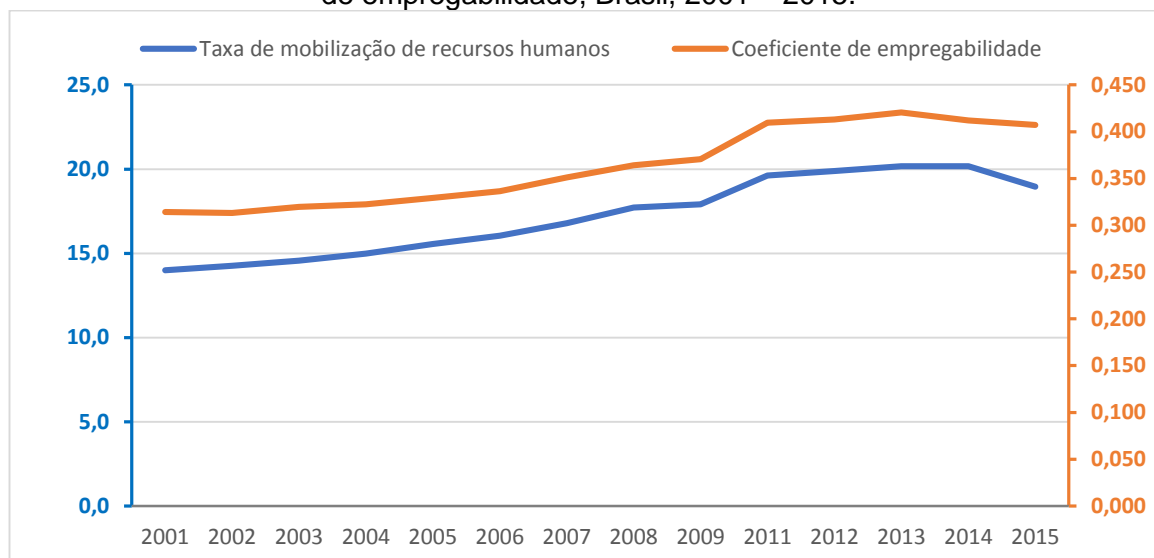
$$\text{TMRH} = \frac{\text{população ocupada com carteira assinada}}{\text{população total}} \times 100$$

Já o coeficiente de empregabilidade busca medir o grau inserção da parcela de ocupações socialmente qualificadas na PEA. É expresso a partir da razão entre a população ocupada com carteira assinada e a economicamente ativa.

$$\text{coef. Empregabilidade} = \frac{\text{população ocupada com carteira assinada}}{\text{PEA}}$$

Durante o período analisado, de 2001 a 2015, tanto a TMRH como o coeficiente de empregabilidade cresceram até o ano de 2013. A partir de então, apontam para uma leve tendência de queda (Gráfico 30). O conjunto das pessoas ocupadas, tanto em relação ao total da população como frente à PEA, evoluiu, movimentando-se sempre no mesmo sentido. Tal realidade decorre de fator algébrico presente nas fórmulas que apuram cada um dos indicadores. Ambos têm em comum no seu numerador os indivíduos ocupados com carteira assinada, sendo distintos seus denominadores: população total para a TMRH e PEA para o coeficiente de empregabilidade. Verificou-se, em função deste fato, uma correlação positiva muito forte entre estes indicadores (0,989), que têm, por princípio, a propriedade comum de avaliar alterações na participação das ocupações socialmente mais desejadas.

Gráfico 30 - Evolução da taxa de mobilização de recursos humanos (em %) e do coeficiente de empregabilidade, Brasil, 2001 – 2015.



Fonte: IBGE/PNAD.

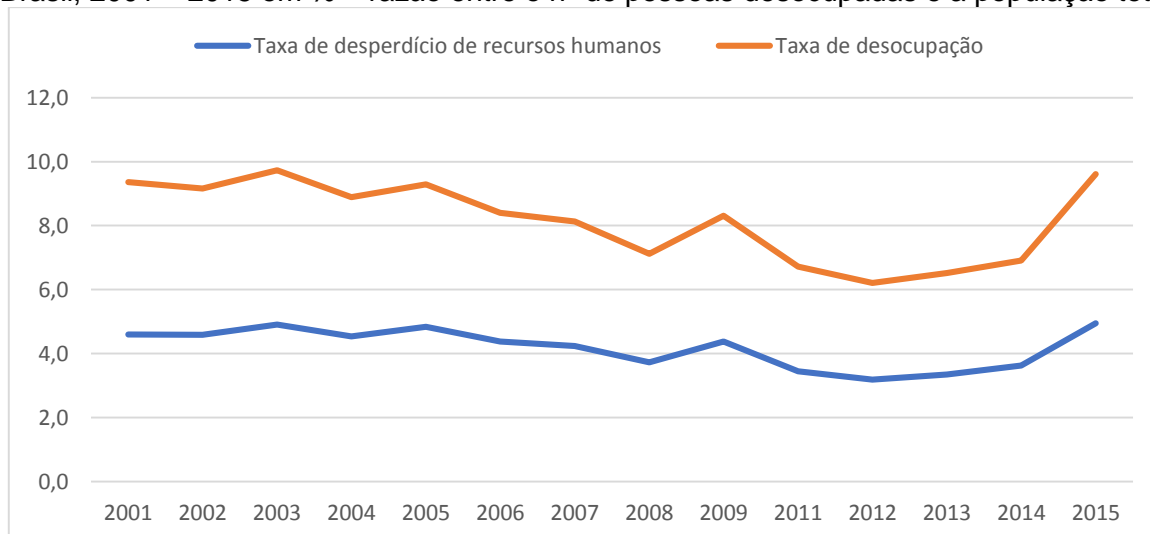
Apurando-se o próximo indicador, a taxa de desperdício de recursos humanos (TDRH), esta é calculada a partir da razão entre a população desocupada e a população total, indicando a parcela de “cidadãos trabalhadores que a sociedade está efetivamente se permitindo tornar dispensáveis” (CASAGRANDE; FERNADES; BONOTTO, 2004, p. 4).

$$TDRH = \frac{\text{população desocupada}}{\text{população total}} \times 100$$

No período de 2001 a 2015, o comportamento da TDRH apresentou elevada semelhança com o da taxa de desemprego. No Gráfico 31, é possível observar um paralelo entre os dois indicadores. Tal fato decorre de levíssima distinção entre as fórmulas elaboradas para apuração de cada um dos indicadores, que se encontra nos seus denominadores. Enquanto a TDRH faz uso do total da população (PEA + PNEA + crianças de menores que 10 anos de idade), a taxa de desocupação leva em consideração no seu cálculo exclusivamente a PEA. O desperdício social de força de trabalho acusado por esta última é, conseqüentemente, maior que o desperdício de recursos humanos apresentado pela primeira. Sendo a finalidade da TDRH, segundo Casagrande, Fernandes e Bonotto (2004, p. 4), observar a parcela “de cidadãos trabalhadores que a sociedade está efetivamente se permitindo tornar dispensáveis”, ao considerar no denominador do seu cálculo uma parte da população que

efetivamente não é avaliada como força de trabalho – crianças com menos de 10 anos de idade, e que, por definição, nenhum dos indivíduos deste grupo pode compor o numerador da fórmula elaborada, o número apurado assume um viés de redução da intensidade do fenômeno que se deseja medir, fato que é demonstrado no Gráfico 31, em que a curva da TDRH se posiciona abaixo da linha da taxa de desemprego, movimentando-se sempre no mesmo sentido, porém em intensidade menor, denotada pelas respectivas menores inclinações. Calculando-se a correlação entre estes dois indicadores para o Brasil no período de 2001 a 2015, verifica-se que esta se apresenta ainda mais forte (0,991) que a encontrada entre a TMRH e o coeficiente de empregabilidade.

Gráfico 31 - Evolução das taxas de desperdício de recursos humanos e de desocupação, Brasil, 2001 – 2015 em % – razão entre o nº de pessoas desocupadas e a população total



Fonte: IBGE/PNAD.

Direcionando-se a análise para os cinco últimos indicadores, componentes do IVS Renda e Trabalho, divulgados pelo IPEA em 2015, de partida, é importante ter em vista que o objetivo desse conjunto de números é capturar a insuficiência da renda familiar, bem como outros fatos que corroboram para sua incerteza imediata, quais sejam: a desocupação dos adultos, a informalidade da ocupação de adultos com baixa escolaridade, a dependência domiciliar em relação à renda de idosos e a pressão que as inadequadas condições de vida exercem para que crianças de 10 a 14 anos de idade ofertem força de trabalho (IPEA, 2015, p.16). No Quadro 2, são descritos cada um desses indicadores.

Quadro 2 - Descrição dos indicadores componentes do subíndice IVS Renda e Trabalho*

Indicador	Descrição
a) Proporção de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (2010)	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior à equivalência de meio salário mínimo na data da pesquisa ³⁵ . O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data da pesquisa, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa.
c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo, em ocupação informal, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100. Ocupação informal implica que trabalham, mas não são: empregados com carteira de trabalho assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial.
d) Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, da época de referência da pesquisa, e nos quais a renda de moradores com 65 anos ou mais de idade (idosos) corresponde a mais da metade do total da renda domiciliar, e a população total residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).
e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa entre o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100). Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

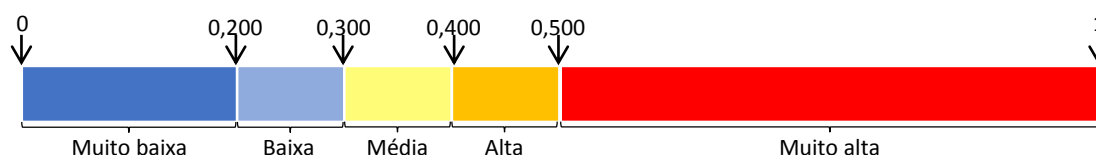
Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social – IPEA

Nota: * O texto da descrição dos indicadores foi adaptado nos trechos que se referem à pesquisa por meio da qual a coleta dos dados foi realizada.

Para a leitura do IVS e dos seus subíndices, o IPEA (2015) indica as faixas de leitura expressas na Figura 2. São interpretados como de muito baixa vulnerabilidade social os valores de 0 a 0,200. Quando apurados entre 0,201 e 0,300, representam baixa vulnerabilidade social. Se calculados entre 0,301 e 0,400, são considerados de média vulnerabilidade social. Se definidos entre 0,401 e 0,500 são lidos como de alta vulnerabilidade social. Valores entre 0,501 e 1 indicam muito alta vulnerabilidade social.

³⁵ Censo, PNAD ou PNAD Contínua. Inicialmente, os indicadores do IVS foram calculados com base nos dados dos Censos Demográficos. Posteriormente, para 2011, PNAD, e para o período de 2012 a 2015, PNAD Contínua.

Figura 2 – Faixas de leitura do Índice de Vulnerabilidade Social e seus subíndices



Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social – IPEA.

Segundo o IPEA, a vulnerabilidade social da população brasileira, no período entre 2000 e 2015, sofreu sensível queda, saindo de um patamar alto na virada do século (0,446), para faixa definida como baixa no último ano aqui analisado (0,248) (Tabela 18).

Tabela 18 - Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social - Brasil – 2000, 2010-2015

Raça / Sexo	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	0,446	0,326	0,266	0,249	0,245	0,243	0,248
Branco	0,364	0,255	0,214	0,200	0,197	0,200	0,206
Negro	0,541	0,377	0,310	0,290	0,283	0,278	0,283
Homens							
Mulheres	0,457	0,325	0,267	0,255	0,246	0,243	0,257

FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade Social

Esta mesma queda pode ser verificada para as variáveis de raça - branca e negra, bem como para o sexo feminino³⁶. Observa-se, adicionalmente, que o índice se expressa invariavelmente mais elevado para os negros que, em 2000, foram identificados na faixa de muito alta vulnerabilidade (0,541), passando, a partir de 2012, a se situarem em patamar limiar superior de baixa vulnerabilidade (de 0,290 a 0,283).

Neste movimento de redução do IVS nacional, quando ampliada a leitura sobre ele para os seis últimos anos, constata-se uma desaceleração no seu decréscimo e uma sutil inflexão no ano de 2015, quando o indicador cresceu 2,0%, saltando de 0,243 em 2014 para 0,248 no ano seguinte. O mesmo fenômeno é identificado em três dos cinco indicadores IVS Renda e Trabalho.

Quando analisados todos os indicadores desse subíndice, vê-se neles que, nos aspectos por estes considerados e de acordo com o conceito de vulnerabilidade social trabalhado pelo IPEA, os brasileiros se tornaram menos vulneráveis: (1) a proporção

³⁶ A base de dados disponibilizada pelo IPEA, atualmente (fev/2018), permite que os índices, subíndices e indicadores componentes do IVS possam ser acessados para os recortes de raça e de sexo. Por razões técnicas que fogem entendimento dessa pesquisa, o IVS para o sexo masculino não é mostrado quando demandado no banco de dados do Atlas da Vulnerabilidade Social (<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>).

de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo reduziu de quase metade da população em 2000 (48,4%) para 24,3% em 2015 (Tabela 19); (2) a taxa de desocupação entre os adultos caiu de 13,8% em 2000 para 8,9% em 2015, tendo chegado ao patamar de 5,6% em 2012 e apresentando, portanto, desde 2013, viés de alta (Tabela 20); (3) o percentual da população de adultos com escolaridade abaixo do fundamental completo que tinha sua força de trabalho ocupada na informalidade sofreu queda de 18,4 p.p., saindo de 48,7% desse universo populacional para 30,3% (Tabela 21); (4) também a participação relativa das pessoas em domicílios com renda *per capita* com renda inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos decresceu em 2015 para quase um terço da parcela que compunha em 2000, sendo deslocada de 3,4% na virada do século para 1,2% ao final do período analisado (Tabela 22); e, por fim, (5) a taxa de atividade das crianças brasileiras entre 10 e 14 anos de idade foi abatida em 5,0 p.p., diminuindo de 9,3% em 2000 para 4,3% em 2015 (Tabela 23).

Cabe, entretanto, ressaltar fato que estes números também apontam em todos os indicadores do IVS Renda e Trabalho: no Brasil desse início de século XXI, a vulnerabilidade social decorrente dos fatores da renda e do trabalho ainda se faz mais intensa entre os negros que sobre os brancos. As melhorias nas condições verificadas por meio desses cinco indicadores ao longo desse período se apresentaram, em termos relativos, mais intensas para a população branca que para a negra, principalmente no que diz respeito à renda domiciliar e ao trabalho infantil. Na primeira variável, a queda da participação de domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo entre brancos foi de 58,3%, enquanto entre os negros a redução foi de 50,8%. A taxa de atividade entre a crianças brancas caiu 58,7% e entre as negras, 53,5%.

Tabela 19 - Evolução da proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo - Brasil – 2000, 2010-2015

Raça / Sexo	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	48,4	32,6	29,6	25,4	24,5	22,1	24,3
Branco	37,1	21,4	19,5	15,6	15,3	13,7	15,5
Negros	64,3	42,9	38,9	33,9	32,3	29,1	31,6
Homens	49,7	32,5	29,4	25,2	24,3	21,7	24,1
Mulheres	49,2	32,7	29,8	25,6	24,7	22,4	24,5

FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade Social

Tabela 20 - Evolução da taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade
- Brasil – 2000, 2010-2015

Raça / Sexo	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	13,8	7,3	6,1	5,6	6,0	6,3	8,9
Branços	12,2	5,9	5,3	4,8	4,9	5,3	7,6
Negros	15,8	8,7	7,0	6,5	6,9	7,1	10,0
Homens	10,7	5,3	4,3	4,1	4,5	4,7	7,3
Mulheres	18,2	9,9	8,5	7,6	7,9	8,2	11,0

FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade Social

Tabela 21 – Evolução do percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade
sem ensino fundamental completo e em ocupação informal - Brasil – 2000, 2010-2015

Raça / Sexo	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	48,7	35,2	31,6	32,0	31,0	30,6	30,3
Branços	41,5	28,8	26,6	26,4	25,4	25,3	24,8
Negros	58,0	41,6	36,7	37,3	36,1	35,3	35,1
Homens	44,8	32,9	28,9	29,5	28,8	28,3	28,4
Mulheres	52,4	37,4	34,2	34,3	32,9	32,6	32,0

FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade Social

Tabela 22 – Evolução do percentual de pessoas em domicílios com renda *per capita* inferior
a meio salário mínimo e dependentes de idosos - Brasil – 2000, 2010-2015

Raça / Sexo	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	3,4	2,4	1,8	1,2	1,1	1,0	1,2
Branços	2,5	1,7	1,3	0,7	0,7	0,7	0,9
Negros	4,5	3,1	2,3	1,5	1,4	1,3	1,6
Homens	3,3	2,3	1,7	1,1	1,0	0,9	1,2
Mulheres	3,6	2,5	2,0	1,3	1,2	1,1	1,3

FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade Social

Tabela 23 – Evolução da taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade
- Brasil – 2000, 2010-2015

Raça / Sexo	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	9,3	7,5	6,6	5,5	5,4	5,9	4,3
Branços	8,1	6,7	5,2	4,4	4,1	4,6	3,3
Negros	10,6	8,0	7,5	6,1	6,2	6,7	4,9
Homens	11,9	8,6	8,8	7,1	6,9	7,9	5,8
Mulheres	6,7	6,4	4,3	3,8	3,6	3,9	2,8

FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade Social

Chegando-se ao final da análise da seleção de indicadores relacionados ao mundo do trabalho brasileiro, serão, em seguida, traçadas considerações finais a esta

dissertação, em esforços momentaneamente derradeiros de reflexão sobre como e em que medida o desenvolvimento social sob a ótica do trabalho é refletido na perspectiva dos indicadores relacionados ao mundo laboral no Brasil neste início de século XXI.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Norteadada pelo questionamento central de como e em que medida o trabalho que se realiza e se reproduz na sociedade brasileira, considerado a partir da perspectiva analítica dos indicadores sociais do trabalho, reflete as transformações que se verificaram no país nos anos iniciais do presente século, a construção do referencial teórico adotado para a realização desta investigação científica se fez tributária do pensamento de Trotsky e Marini acerca dos processos de desenvolvimento capitalista nas economias periféricas ao sistema, e dos elementos explicativos da categoria trabalho trazidos por pensadores da filosofia (Aristóteles, Hegel, Marx, Lukács e Arendt), da economia e da sociologia (Smith, Marx, Durkheim, Weber, Offe, Harvey, Castel, Oliveira, Antunes Sennett), e mesmo da psicologia (Dejours). Também a história do capitalismo e do Brasil, sob o olhar de Hobsbawn e Novais, bem como a economia e a sociedade brasileiras analisadas na perspectiva de Oliveira, Filgueiras e Pochmann foram ferramental do qual este estudo muito se valeu.

Tendo sido definido como objetivo geral da presente pesquisa analisar a relação entre o trabalho e o desenvolvimento recente da sociedade brasileira, a partir da leitura dos principais indicadores disponíveis acerca do trabalho, fez-se necessário realizar o cotejamento das suas transformações socioeconômicas, historicamente verificadas no seu processo de desenvolvimento capitalista, com as leituras possibilitadas pelos números observados. Antes, porém, da realização desse mais amplo propósito, com vistas a capturar e compreender o que se buscou enxergar nos dados analisados, julgou-se importante o cumprimento de quatro objetivos específicos que, uma vez atingidos, serviram de base para a consecução da finalidade maior do estudo.

Assim sendo, avaliando-se o primeiro objetivo específico, o de identificar na literatura as relações estabelecidas entre as categorias de análise trabalho e desenvolvimento social, examinando como, ao longo da história recente, tal relação se comportou, o apanhado histórico realizado no Capítulo I revelou como a formação do mercado de trabalho foi imprescindível para o desenvolvimento capitalista industrial na Inglaterra, servindo de regra adaptada à evolução histórica de cada uma das demais economias abrangidas pelo seu mutante regime de acumulação. A divisão de uma sociedade em subconjuntos populacionais, definidos em função da posição dos

seus indivíduos em relação ao mercado de trabalho, apresentada no Capítulo II, é reflexo desta transformação social. Não por outra razão, os primeiros indicadores trabalhados deram conta da evolução da PIA, da PEA, dos ocupados e dos desocupados (mais reconhecidos como desempregados). No Brasil, apenas a partir da segunda metade da década de 1970, as estatísticas sociais do mercado de trabalho passam a ser apuradas e, somente no decênio seguinte, são timidamente divulgadas (SENRA, 2009, p. 812-813).

Ainda em referência aos esforços materializados no Capítulo II, importa recordar que neste foram apresentados, de forma sintética, os princípios que regem o funcionamento do mercado de trabalho e sua mais marcante característica: a assimetria de poder entre ofertantes e demandantes de força de trabalho. Tal peculiaridade, no caso específico do capitalismo dependente brasileiro, pode ser observada, nos dias atuais, no âmbito que transcende ao do mercado laboral em si, porém abrangendo-o por lhe determinar suas regras, qual seja, o da legislação do trabalho. O poder exercido pelo capital sobre o Estado no país redundou numa acelerada reforma do seu estatuto legal do trabalho, que subtrai conquistas sociais obtidas ao longo de anos de lutas por parte dos trabalhadores, sem que estes, que se encontram vivenciando o medo do desemprego, apresentem maiores resistências que as possíveis, demonstradas pelos seus fragilizados representantes no Poder Legislativo Federal e por algumas manifestações de rua. Cabe aqui ressaltar que nenhum dos indicadores analisados dá conta desse desequilíbrio de forças, representando tal fato, portanto, uma lacuna e, conseqüentemente, oportunidade para estudos futuros.

Contribuindo para a consecução do primeiro objetivo específico, como principal resultado do Capítulo III, buscou-se evidenciar dois amplos e sucessivos processos históricos que marcaram a evolução do mundo do trabalho no século XX: (1) a conquista de direitos e avanços no campo da seguridade social, permitindo uma maior participação dos trabalhadores no acesso à riqueza socialmente produzida durante o chamado Ciclo de Ouro do capitalismo; e (2) a retomada das cíclicas crises do sistema que, conjugadas aos processos de avanço político e ideológico do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da globalização da economia, atuou no sentido oposto ao progresso social verificado no primeiro processo, mediante incansáveis e

variadíssimas formas de busca por minimização da demanda por força de trabalho ou dos custos que dela decorrem.

No primeiro andamento, as transformações sociais refletiram-se numericamente, ao longo do tempo, por meio do incremento da parcela de trabalhadores que, formalmente reconhecidos, tiveram acesso aos direitos conquistados e se engajaram, de diferentes formas, no movimento sindical. São comumente conhecidos os indicadores que mensuram a formalidade do mercado de trabalho. Não obstante, embora estudos sobre as mudanças no panorama do sindicalismo no Brasil sejam muitos, números que as traduzam não são facilmente encontrados ou mesmo divulgados como, por exemplo, aqueles que tratam do mercado de trabalho do país. Estatísticas relativas aos sindicatos brasileiros, dessa maneira, também se configuram campo aberto de atuação sobre o quadro contemporâneo do trabalho no capitalismo.

No sentido contrário, o segundo processo histórico tratado no Capítulo III, que reflete as transformações sociais vivenciadas pelos trabalhadores nas três últimas décadas do século XX e nesses primeiros anos do XXI, é repercutido nos números que acusam o crescimento do trabalho no setor dos serviços em contrapartida à queda da ocupação nas indústrias, fenômenos corroborados pelos avanços tecnológicos que compuseram de base à reestruturação produtiva. Adicionalmente, a precarização do trabalho pode ser observada por meio dos números que depuram a flexibilização dos institutos do trabalho no sistema – ocupações sem carteira de trabalho assinada, os “vocês S.A.” (conta própria) e, em parte, os trabalhadores não remunerados. Tais números, entretanto, que, pelas diversas formas como vêm sendo tratados, parecem caminhar para a consolidação de formas de revelação da situação muito discutida sobre este fenômeno e das relações sociais que dele resultam, se encontram longe de ganhar maior espaço nos meios de comunicação e denunciar mais amplamente as consequências sociais indesejadas que já se fazem perceber e outras que advirão desses perniciosos processos.

Concomitantemente, como alertado por Dejours (2007, 2015), o fenômeno sutil da banalização da injustiça social, camuflado no economicismo neoliberal, põe véus sobre o sofrimento impetrado àqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Indicadores que retratem em cores mais nítidas o crescente adoecimento mental e físico da classe trabalhadora em decorrência da dedicação às

atividades laborais, no universo de números que são apresentados diariamente pelas mídias de massa, são praticamente inexistentes. O trabalho de apuração desse quadro social pode vir a compor os esforços de despertar do estado letárgico de resignação diante dos males sociais que são a falta de oportunidades de trabalho ou as péssimas condições, não apenas de renda, como as apontadas pelos indicadores analisados no capítulo V, mas também culturais e mentais sob as quais se trabalha hoje.

Em referência ao segundo objetivo específico, o de descrever como, no Brasil, foi estabelecida a relação entre trabalho e desenvolvimento, no Capítulo IV, buscou-se demonstrar, com base em elementos da formação histórica do país, como o trabalho do escravo africano foi essencial para a articulação do espaço econômico colonial ao processo de acumulação primitiva de capital, financiador dos avanços que redundaram no grande capital industrial inglês. Posteriormente, como analisado por Novais (1989, p. 114), diante da necessidade de ampliação dos mercados para as abundantes mercadorias fabricadas, o padrão escravagista, antes fundamental, tornou-se entrave para a manutenção do processo capitalista de desenvolvimento brasileiro, provocando-se, a partir de então, gradativa desarticulação do modelo e a formação de um mercado de trabalho composto maciçamente por indigentes negros ex-escravos, no seio de uma economia crescentemente dependente.

Como herança histórica, os indicadores do mercado de trabalho nacional que foram analisados, sem exceção, demonstram como os negros, ainda no século XXI, em relação aos brancos, são invariavelmente postos em situação de inferioridade. O sofrimento a que está submetida a classe trabalhadora é inquestionavelmente mais intenso para a força de trabalho negra, sendo verificada, portanto, como verdadeira a primeira hipótese levantada para a pesquisa, de que o desenvolvimento social brasileiro se faz até os dias atuais sob a influência do estigma da desigualdade social herdada do sistema de trabalho colonial escravagista.

Tendo o recorte temporal utilizado para a coleta e exame dos dados sido limitado aos primeiros quinze anos do presente século, observou-se neles fatos que demonstram que ainda se fazem presentes, na sociedade em pauta, traços que remetem à época escravagista do trabalho no país, a exemplo da preponderância da mulher negra nas ocupações domésticas. Pôde-se identificar como pretos e pardos sofrem de forma mais intensa com o aguilhão da desocupação. Ou ainda, como,

quando ocupados, representam ampla maioria nas ocupações de precariedade reconhecida, a exemplo: (1) do trabalho doméstico, onde representam quase dois terços da força de trabalho na referida posição contra pouco mais de um terço de trabalhadores da raça branca (64,4% negros; 35,1% brancos); e (2) das atividades não remuneradas, em que perfazem mais que o dobro do total de trabalhadores brancos (67,2% negros; 31,3% brancos). Ademais, todos os indicadores do subíndice IVS Renda e Trabalho evidenciam a distinção entre negros e brancos no Brasil, mas tal fato, num contexto de banalização da injustiça social à moda brasileira, ainda é questionado por vozes que acreditam ser impossível, num país tão miscigenado, haver discriminação racial. Possivelmente, indicadores sociais de natureza diferente dos que aqui foram analisados acrescentem novos elementos sobre essa situação.

Tomando-se por elemento de avaliação o cumprimento do terceiro objetivo específico - examinar o comportamento dos indicadores que cotidianamente balizam a análise do mundo do trabalho no Brasil, bem como de outros não-tradicionais, verificando se suas leituras permitem uma visão completa das variáveis identificadas como relevantes para o acompanhamento do desenvolvimento social sob a ótica do trabalho, tal intento, em particular, foi realizado no capítulo V, como tarefa fundamental também para o cumprimento do quarto e último objetivo específico, o de distinguir novos vetores de análise para a avaliação do desenvolvimento sob a perspectiva dos indivíduos trabalhadores no país. Desta maneira, inicialmente, foram elencados e analisados os principais números que visam retratar o panorama do trabalho dentro do escopo socioeconômico nacional, seguindo, em grande parte, o que foi sugerido por Januzzi (2004, p. 89-94): distribuição populacional em relação ao mercado de trabalho, estrutura do mercado de trabalho, (des)ocupação e condições de trabalho.

O que se desejou, ao realizar o tipo de análise comumente procedida acerca do trabalho no cotidiano de uma sociedade como a brasileira, foi analisar em que medida seus resultados dão conta das mutações identificadas sobre as atividades produtivas e os indivíduos que trabalham. Por se tratar da realidade de uma nação cujo desenvolvimento no âmbito do capitalismo se fez de forma dependente e, portanto, guardando peculiaridades determinantes da estrutura do seu mercado laboral, foram consideradas quatro diferentes dimensões sociodemográficas: sexo, raça, idade e anos de estudo.

Como era de se esperar, os indicadores mais tradicionais apontaram muitas das metamorfoses que se deram nos quinze primeiros anos do presente século no Brasil. Entretanto, sendo a própria ponderação dos indicadores sociais do trabalho uma resultante do nascimento e da dinâmica do mercado de trabalho enquanto instância socioeconômica do sistema do capital, as avaliações, como a que aqui foi realizada, normalmente, dão conta quase que exclusivamente do trabalho enquanto mercadoria, portanto, como força de trabalho e, de forma tangencial, algumas implicações por ela vivenciadas e que afetam mais imediatamente o funcionamento do sistema, a exemplo da (in)formalidade e da renda. Eles quase nada refletem as mudanças externas ao ambiente mercantil do trabalho.

Além dos indicadores frequentemente utilizados, o estudo também analisou, no capítulo V, indicadores que ainda não se encontram amplamente tratados nos estudos sobre o trabalho, com vistas a buscar neles reflexos das transformações identificadas nos capítulos anteriores. Como se pôde observar, os acréscimos de aspectos analisados por estes novos indicadores que vão além do mercado de trabalho se deram principalmente sobre as condições materiais de vida. Dependência econômica, trabalho infantil e vulnerabilidade social segundo conceito do IPEA foram perspectivas que puderam ser observadas como resultante da ausência de oportunidades e acesso ao trabalho. Nenhum dos indicadores observados, no entanto, trouxe algo de novo como consequência do próprio trabalho, da forma como, nos dias atuais, é definida e cobrada sua realização, ou dos requisitos impostos pelo capital à sociedade por meio do trabalho para que sejam mantidas as condições para sua acumulação.

Quando são observadas as novas dinâmicas do mundo laboral, a abundância de oportunidades geradas pela demanda por trabalho em condições sociais precárias, pode-se até mesmo se afirmar que, para quem se disponha, não falta trabalho. Aqueles que permanecem efetivando a venda da sua força de trabalho, a realizam sob situações crescentemente diferentes das que se verificavam há quatro décadas atrás e vivenciam sérias consequências na sua vida social e até mesmo na sua saúde mental e física. Trabalham lançando mão de recursos materiais e financeiros próprios, que são indiretamente apropriados por terceiros, que, por sua vez, permanecem fiscalizando, cobrando e se apoderando de parte significativa da riqueza produzida. Tudo isso de forma absolutamente flexível, em horários que antes os trabalhadores podiam se dedicar a atividades não remuneradas, responsabilidades para com

familiares, estudos, lazer, etc., e com remunerações incertas e sem, praticamente, nenhum tipo de seguro social. Não obstante, nenhum dos indicadores ponderados retrata ainda diretamente estes fenômenos e menos ainda seus efeitos.

Se é fato que o trabalho no âmbito do sistema capitalista exerce influência sobre dimensões da vida do trabalhador que vão além daquela por ele experimentadas no mercado de trabalho, afetando, como destacado, sua saúde (física e psíquica) e também suas relações e atuação sociais, assim como feito em relação aos indicadores que dão conta do mercado de trabalho, números que traduzam os já admitidos efeitos sociais do trabalho em âmbitos da vida social fora das questões mercantis podem, certamente, dar impulso a novos estudos e leituras sobre esta fundamental categoria de análise. Existe, portanto, a oportunidade de criação de uma agenda de pesquisa com vistas à construção e proposição de novos indicadores que certamente terão a propriedade de ratificar a relevância da produção de conhecimento sobre a função que o trabalho desempenha para a vida em sociedade.

A presente pesquisa, desta forma, também representou um esforço reflexivo com vistas a apontar a necessidade social de, além de reforçar a centralidade do trabalho, resgatar sua natureza ontológica para o ser social e, portanto, fundamento para a vida humana. Tal carência se evidencia de forma especial no seio de uma sociedade em que o desenvolvimento das forças capitalistas se fez historicamente de forma dependente, com a gestação de peculiares instituições, a exemplo do trabalho escravo no Brasil. Neste sentido, estudos que, concordando com tal proposta, desejem trilhar esta estrada, poderão se alimentar das ideias de Marx, Lukács, Arendt, Dejours e estudiosos contemporâneos do tema, especialmente de pensadores brasileiros e latino-americanos como Marini, como base para a definição dos aspectos mais relevantes a serem considerados numa empreitada dessa natureza. E, no atual estágio cultural e de desenvolvimento do conhecimento, em que aos números muitas vezes é dada mais atenção que aos silenciosos gritos da miséria, será fundamental a construção de bons indicadores que retratem como a condição de ser social, ou, nos termos arendtianos, a condição humana impacta e é impactada pelas transformações promovidas pelo trabalho.

Como consideração final desse estudo, é importante apontar que as reflexões aqui expostas são passíveis de serem muito enriquecidas se a elas forem acrescentados elementos qualitativos que nasçam da leitura das mesmas por parte de atores que

vivenciam cotidianamente o mundo do trabalho, a exemplo de líderes sindicais, analistas e estudiosos de institutos e grupos de pesquisa das mais diversas áreas do conhecimento que tem no trabalho o centro das suas observações.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Irma. **Teorias do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/21224389/446627105/name/DRP.pdf>>. Acesso em: 13 out.2017.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na época do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Mundo do Trabalho).
- ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 109-125, Abril, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n43/a08v15n43.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do Trabalho).
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**; tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. Trabalho, obra, ação. Tradução de Adriano Correia. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v.7, n.2, p.175-201, 2005.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. 13. Ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- BALANCO, P. ; PINTO, E. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. **Pesquisa & Debate**, SP, v.18, n.1, p. 27-47, 2007.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Cadernos de Debates**, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Portaria MTB nº 1.129 de 13 de outubro de 2017. **Diário Oficial**, 16 out.2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=82&data=16/10/2017>. Acesso em: 25 out.2017.
- CASAGRANDE, E.E.; FERNANDES, A.C.; BONOTTO, R. Desenvolvimento, emprego e região: a troca desigual. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE

IBERO-AMERICANA DE INVESTIGAÇÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 8., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2004.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. tradução de Iraci D. Poleti. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CASTEL, Robert ; HAROCHE, Claudine. **Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi**: entretiens sur la construction de l'individu moderne. Paris: Fayard, 2001..

CEZAR, Frederico G. O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis Trabalhistas brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, ano 3, n.7, 2008..

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mapa recente da dinâmica do emprego formal no Brasil. In: MACAMBIRA JÚNIOR (Org.). **O mercado formal de trabalho no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 43-68.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **101 propostas para modernização trabalhista**. Brasília, 2012.

CONSTRUÇÃO MERCADO. Entidades da construção civil defendem portaria que altera regras sobre trabalho escravo. **Construção Mercado**. Disponível em: <<http://construcaomercado.pini.com.br/2017/10/entidades-da-construcao-civil-defendem-portaria-que-altera-regras-sobre-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 25 out. 2017.

DEDECCA, Cláudio. Trabalho, financeirização e desigualdade. **Estudos e Pesquisas**, Salvador, v. 86, p. 29-42, 2010.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial ; tradução de Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio. 2001.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**; tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: um estudo da psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS (CEMARX – IFCH – UNICAMP), 5., 2007, Campinas. **Anais...** 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Felipe_Demier.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

DINIZ, Clelio Campolina. Celso Furtado e o Desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.19, n.2, p.227-249, maio-ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

DRUCK, M. Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica.** Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Cad. CRH** [online], v.24, n.1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>. Acesso em: 25 set. 2012.

DUNFORD, M. Disparities in employment, productivity and output in the E.U.: the roles of labour market governance and welfare regimes. **Regional Studies**, 30:339-357, 1996. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/24087208_Disparities_in_Employment_Productivity_and_Output_in_the_EU_The_Roles_of_Labour_Market_Governance_and_Welfare_Regimes Acesso em: 14/ abr. 2016.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).

ENGELS, Frederick. **The condition of the working-class in England in 1844.** Panther Edition, Institute of Marxism-Leninism, Moscou, 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/condition-working-class-england.pdf>. Acesso em: 27 jan.2017.

FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 29, mar. 1991. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-29/>. Acesso em: 27 jan.2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”).** Prefácio Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. 5. ed. São Paulo : Globo, 2008. v.1.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. **O objeto de Estudo de Marx.** [S.l.]: [s.n.], 1996. mimeo.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.. A desestruturação do mundo do trabalho e o “mal-estar” desse fim de século. **Cadernos do CEAS**, n. 171, set./out. 1997.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real.** São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. **Natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização.** Centro Celso Furtado e Banco do Nordeste do Brasil, 2012. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Filgueiras_padrao%20de%20desenvolvimento%20brasileiro_0.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 7-45, jul. 1952. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2388>. Acesso em: 12 jul. 2017.

G1. **Rosa Weber suspende portaria que muda regras de combate ao trabalho escravo**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/rosa-weber-suspende-em-liminar-portaria-sobre-trabalho-escravo.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2018.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1994.

GLOBO RURAL. Ruralistas negam influência em portaria do trabalho escravo. **Globo Rural**. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2017/10/ruralistas-negam-influencia-em-portaria-do-trabalho-escravo.html>. Acesso em: 25 out. 2017.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1980.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Disponível em: <https://lelivros.pro/book/baixar-livro-a-era-das-revolucoes-eric-j-hobsbawm-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. ISBN: 9788577530212. Disponível em: <https://lelivros.pro/book/baixar-livro-a-era-do-capital-1848-1875-eric-j-hobsbawm-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HOBBSAWN, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. 23. Ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1986.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. Tradução de Jaime Larry Benchimol; Colaboração de Howard J. Sherman. 21. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**; tradução de André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Disponível em: <https://lelivros.pro/book/baixar-livro-historia-do-pensamento-economico-e-k-hunt-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Notas metodológicas - pesquisa básica, acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade, sindicalização, aspectos das relações de trabalho e práticas de esporte e atividade física.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/2015/Metodologia_20170517.zip. Acesso em: 7 fev. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Notas Metodológicas.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf. Acesso em: 10 dez. 2016.

IBGE. **Nota técnica – Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf. Acesso em: 2 fev.2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015. 77p.: gráficos, mapas coloridos. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 2 fev.2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Base de dados. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>. Acesso em: 19 fev. 2018.

JANNUZZI, Paulo de M.. **Indicadores sociais no Brasil:** conceitos, medidas e aplicações. Campinas: Allínea/PUC-Campinas, 2004.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Tradução de Henrique Carneiro. **Actuel Marx**, v.18, 1995. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social:** o trabalho. Tradução de Ivo Tonet. A Foice e o Martelo, 2011. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lukacs,%20Georg/O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** México: Era, 1990, 1973. Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra". [S.l.]: Expressão Popular, 2005. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 1 jan. 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Portugal; Brasil: Editorial Presença; Livraria Martins Fontes, 1976. v.1.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

MEDEIROS JUNIOR, Hélcio. Mudanças regionais e a dimensão social do desenvolvimento fluminense nos anos 2000 e 2010. In: SEMINÁRIO DINÂMICA REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, GT6 – DINÂMICAS REGIONAIS E SOCIOESPACIAIS CONTEMPORÂNEAS, 2014, Campina Grande. **Anais...** 2014. p. 216-227.

MEDEIROS JUNIOR, Hélcio. Desenvolvimento econômico, social e vulnerabilidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: MARGUTI, B.O; COSTA, M. A.; PINTO, C.V. da S. **Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira**. Brasília: IPEA: INCT, 2017a. p. 203-218.

MEDEIROS JUNIOR, Hélcio. Dinâmica econômica e desenvolvimento social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO DINÂMICA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - QUESTÕES REGIONAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA GEOGRAFIA ECONÔMICA, 2017. **Anais...** 2017b.

MENDES, Ana Magnólia B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 34-38, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/09.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **MPF e MPT recomendam revogação de portaria que modifica conceito de trabalho escravo**. 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-mpt-recomendam-revogacao-da-portaria-que-modifica-conceito-de-trabalho-escravo>. Acesso em: 18 fev. 2018.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

OFFE, C.; HINRICHS, K. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1. (Biblioteca Tempo Universitário, n. 85. Série Estudos Alemães).

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: _____. **Capitalismo desorganizado**. Transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 167-197.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Tiago. **Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro**. 2015. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, SP. Campinas, 2015.

ONU. **Our common future**. Report of the world commission on environment and development – ONU. 1987. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

ONU. Population and Vital Statistics Report. **Statistical Papers**, Series A, v. LIX, jan. 2007. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/demographic/products/vitstats/Sets/SeriesA_Jan2007_complete.pdf. Acesso em: 15 set. 2017.

ONU Brasil. **Cerca de 1% da população mundial possui a mesma riqueza que 3,5 bilhões de pessoas**. 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-cerca-de-1-da-populacao-mundial-possui-a-mesma-riqueza-que-35-bilhoes-de-pessoas-mais-pobres/>. Acesso em: 15 set. 2017.

ONU. **Brasil deve agir com urgência para evitar enfraquecimento da luta contra a escravidão moderna, alertam especialistas da ONU**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-deve-agir-com-urgencia-para-evitar-enfraquecimento-da-luta-contra-a-escravidao-moderna-alertam-especialistas-da-onu/>. Acesso em: 18 fev. 2018.

PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, 2001.

POCHMANN, Marcio. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: O TRABALHO no Século XXI. [S.l.]: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2002.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 1. ed. 24. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1996.

ROSSO, Sadi Dal; SEABRA, Raphael Lana. A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, Número Especial Sociedade e Estado 30 anos – 1986-2016, p. 1029-1050, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31nspe/0102-6992-se-31-spe-01029.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. A nova crise do sindicalismo internacional. In: NATUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** (Org.). São Paulo: Boitempo, 2006. (Coleção Mundo do Trabalho).

SANTOS, Theotonio dos. Origem e desenvolvimento da Teoria da Dependência. In: CONFERÊNCIA DAS JORNADAS BOLIVARIANAS, 10., 2014. **Anais...** 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DjIEYXRxWBs>. Acesso em: 8 jan. 2018.

SCHNEIDER, Eduardo M.; RODARTE, Mario Marcos S. Evolução do mercado de trabalho metropolitano - entre meados das décadas de 1990 e 2000. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 4, p. 74-102, out./dez. 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_06.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de “trabalho” na filosofia de Hegel e de Marx. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 27, n.53, p. 87-104, jan./jun. 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução Marcos Santarrita. 14.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras – estatísticas formalizadas (c.1972–2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v.4 Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/publicacoes/historia-das-estatisticas-brasileiras.html>>. Acesso em: 16 jul.2017.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de após-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, v. 2, n. 6, abr.-jun./1982.

SIMÃO, Anna Rosa Alux. Sistema de vigilância e fiscalização do trabalho no Brasil - efeitos sobre a expansão do emprego formal no período 1999-2007. In: MERCADO de Trabalho - conjuntura e análise, IPEA, maio/2009. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/03_NT2Anna_Simao.pdf . Acesso em: 12 fev. 2018.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**; tradução de João Peres; notas da edição Tadeu Breda, João Peres. São Paulo: Elefante, 2017.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações - investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. (Coleção Os Economistas, v.1).

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações - investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (Coleção Os Economistas, v.2).

SOUZA, José Gileá de. **Desenvolvimento? Como compreender e mensurar: um estudo sobre o município do Conde**. 2016. Tese (Doutorado)– UNIFACS Universidade Salvador. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Salvador, 2016.

SOUZA, Laumar Neves de. **Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS**. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia - UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2007.

SOUZA, Renildo. A flexibilização das relações de trabalho no Brasil. In. O TRABALHO no Século XXI. [S.l.]: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2002.

SPINOLA, Noelio Dantasle; SPINOLA, Carolina de Andrade. Mitos e controvérsias na teoria do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. **Anais...** Recife, 2013. p. 1-20. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4323/419>>. Acesso em 1 jan. 2018.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**; tradução de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 1990.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.10, n.2, p. 63-100, out. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a06>>. Acesso em: 6 out. 2017.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. O racional e o razoável: Aristóteles e o trabalho hoje. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 01-11, aug. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512003000100005>. Acesso em: 7 jan. 2017.

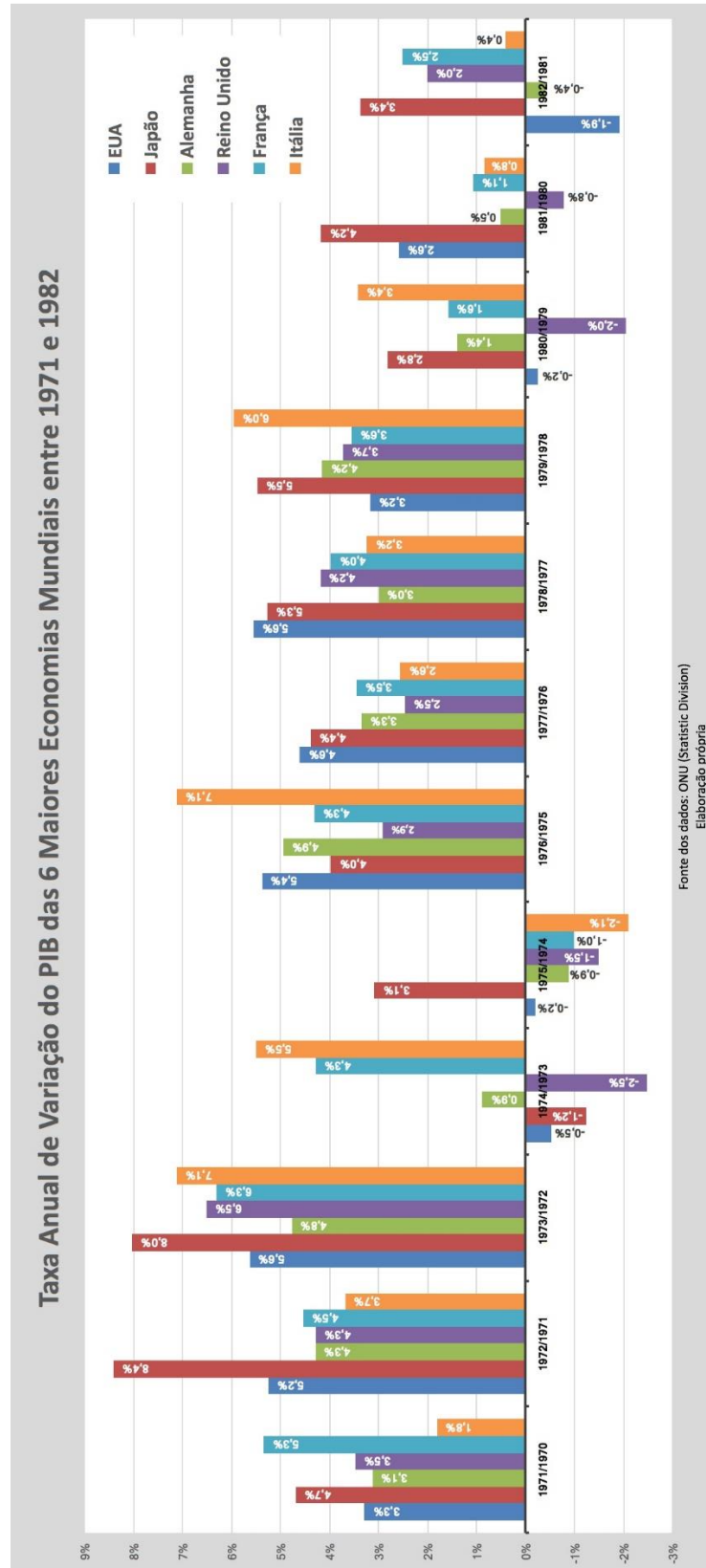
TOCQUEVILLE, Alexis de. **Journeys to England and Ireland**. Traduzido para o inglês por George Lawrence e K. P. Mayer. J. P. Mayer, New Haven: Yale University Press, 1958.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

VIZEU, Fabio. (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do *Management*. **Revista Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 780-797, out. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n5/v14n5a02.pdf> . Acesso em: 5 set. 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**; tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANEXO A



ANEXO B

